

TRAJETÓRIAS DA MIGRAÇÃO RURAL
DA BAHIA

EDUARDO MACHADO

EDUARDO MACHADO

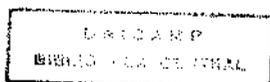
TRAJETÓRIAS DA MIGRAÇÃO RURAL DA BAHIA

*Finalizada a correção e apresentada
a redação final da tese
defendida e aprovada pela
Comissão julgadora em
04/11/92.*

Tese de Doutorado apresentada ao
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de
Campinas, sob a orientação da Profa.
Alba Maria Zaluar.

Alba Maria Zaluar

CAMPINAS
1992



"Bahiano não é um nome e sim
uma consequência histórica
do homem vivendo uma socie-
dade móvel e instável. Uma
das muitas matérias primas
de uma civilização".

Osório Alves de Castro

S U M A R I O

Agradecimentos

Abstract

Introdução:

O TRABALHO DE CAMPO NA "RUA"
PERSPECTIVAS TEÓRICAS DAS MIGRAÇÕES

Primeira Parte: A FORMAÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL

Capítulo I: Entre a Serra e a Mata

- 1.1. Começos da ocupação
- 1.2. A corrida do diamante
- 1.3. A exploração madeireira
- 1.4. A frente de expansão agrícola
- 1.5. A mudança social na Mata de Andaraí

Segunda Parte: A FASE COSTUMEIRA DOS DESLOCAMENTOS

Capítulo II: Trajetórias Sociais e Formas de Dominação

- 2.1. As ambigüidades do paternalismo
- 2.2. A incerteza da agricultura
- 2.3. Novos caminhos, novas frentes
- 2.4. Condições de acesso à terra e tipos de deslocamentos

Terceira Parte: A PRIMEIRA FASE DOS DESLOCAMENTOS PARA O "SUL"

Capítulo III: Os Roceiros Vão para o "Sul"

- 3.1. Os intermediários dos deslocamentos
- 3.2. A vontade de sair
- 3.3. O trabalho e seu valor

Capítulo IV: Os Roceiros no "Sul": Voltar Bem do Bolso ou Voltar Sem Nada

- 4.1. Perspectivas dos migrantes
- 4.2. A conjuntura do mercado de trabalho
- 4.3. A participação dos familiares
- 4.4. As habilidades individuais
- 4.4. Os usos do cálculo econômico

Capítulo V: O Balanço dos Deslocamentos dos Chefes de Família

- 5.1. As avaliações da primeira geração de migrantes
- 5.2. Diferenças entre os migrantes
- 5.3. Impacto dos deslocamentos sobre as condições da parceria

Quarta Parte: UMA VOLTA AO PASSADO DA MIGRAÇÃO RURAL?

Capítulo VI: As mudanças fundiárias e redefinição da parceria com os chefes de família

- 6.1. As mudanças na propriedade da terra
- 6.2. Condições de permanência da parceria
- 6.3. Os processos de mobilidade
- 6.4. Os contratos de roças de meia
- 6.5. As concepções da terra

Capítulo VII: O Papel da Mulher e dos Filhos na Existência dos Parceiros

- 7.1. O trabalho da mulher e a pobreza
- 7.2. As avaliações dos filhos: povoar o mundo de pobres ou limitar filhos

Capítulo VIII: A Organização das Roças dos Meeiros

- 8.1. A economia do trabalho
- 8.2. A organização dos consórcios produtivos
- 8.3. Modalidades de trabalho externo
- 8.4. Articulação das opções de trabalho e da mobilidade espacial

Quinta Parte: CONSIDERAÇÕES SOBRE A NOVA FASE DOS DESLOCAMENTOS PARA O "SUL"

Capítulo 9: AS Perspectivas da Nova Geração de Migrantes

- 9.1. As condições atuais dos deslocamentos
- 9.2. A identidade dos migrantes e a discriminação racial
- 9.3. Impacto das migrações sobre o mercado de terras
- 9.4. O valor da profissão

Conclusão:

UMA VISÃO DAS FASES DA MIGRAÇÃO RURAL DA BAHIA

Anexos:

1. PEQUENA ETNOGRAFIA DE ÔNIBUS
2. TABELAS

Bibliografia

Agradecimentos

Um poema encontrado na parede de uma hospedaria durante o trabalho de campo fala do agradecimento que gostaria de fazer às pessoas que me acompanharam e ajudaram nesses anos de aprendizagem. O poema incrustado numa simples folhinha de calendário fala da estrada da vida e do papel da ponte como meio de união dos homens. Ser ponte significa várias coisas e sobretudo a firme recusa do que o poema denomina de muralha separadora, abrindo passagem para chegar até as verdades humanas e científicas encobertas e desobstruir os circuitos de comunicação entre os sujeitos.

É com esse espírito que gostaria de agradecer aos professores, colegas, amigos e instituições universitárias e não universitárias que me ajudaram na tarefa de elaborar o presente trabalho. O apoio recebido dessas pessoas foi de fundamental importância para unificar indagações e perplexidades que se desenvolviam em planos separados e se negavam mutuamente. Mas como deve ficar evidente na leitura desses estudos, a ponte ainda está sendo buscada ou sendo construída, e o que tenho para oferecer são passagens provisórias -"pinguelas" e "mata-burros" diriam os agricultores- que não deixam de colocar alguns riscos para os caminhantes mais afoitos ou desavisados. No entanto, a consciência de que não temos ainda uma verdadeira ponte é o principal estímulo para continuar.

No Doutorado de Ciências Sociais da Unicamp cabe agradecer a acolhida dispensada pelos professores, funcionários e colegas, o clima de convivência amigável e despojamento acadêmico e muitos momentos de diálogo intelectual proveitoso. Entre outras pessoas gostaria de citar os professores Roberto Cardoso de Oliveira, Vilmar Faria, Evelina Dagnino, Daniel Hogan, Leôncio Martins e Sueli Koffes. Todos eles, de uma maneira ou de outra, acreditaram nas promessas ainda vagas e confusas que fiz ao entrar no curso, dando toda a atenção aos meus projetos e aguardando pacientemente o momento em que eu resolveria uma parte das dúvidas e finalizaria o trabalho. Elton, o gentil colega de Marília que deixou esse mundo no primeiro ano do curso, não foi esquecido.

No Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, me sinto devedor do apoio e encorajamento da professora Lígia Sigaud. Frequentando os seminários do programa tive a oportunidade de desfrutar da generosidade humana e intelectual de Moacir Palmeira, participar de discussões com Beatriz Heredia e me beneficiar das contribuições de Afrânio Garcia. Com Afrânio Garcia, a minha preocupação com os processos de reestruturação dos modos de viver e produzir no campo pode se traduzir num projeto de pesquisa sobre as práticas e representações ligadas aos deslocamentos sócio-espaciais, contando com o sólido suporte representado por sua bagagem teórica e sua amizade. Dispensável dizer que as falhas cometidas não podem ser imputadas a ele.

A Associação Brasileira de Estudos Populacionais -ABEP foi importante para mim, porque acreditou no interesse e viabilidade do projeto de trabalho, oferecendo-me uma bolsa de pesquisa que permitiu chegar até aqui. Além do apoio institucional recebido, a ABEP revelou-se um fórum de contatos, trocas e diálogos com pesquisadores que atuam no campo de estudos de população. Além da bolsa da ABEP, me beneficieei também da bolsa da CAPES para o pessoal docente.

Ao Departamento de Sociologia e Centro de Recursos Humanos da UF-Ba, queria agradecer o apoio recebido durante os últimos cinco anos e enfatizar a importante contribuição dos mesmos para a pesquisa acadêmica na região Nordeste do país. Sem o estímulo representado pelo debate e pelas contribuições de Guaracy Alves de Souza, Anete Brito, Nádia Castro, Inaiá de Carvalho e Antônio Sérgio Guimarães teria sido mais difícil fazer este caminho. Ainda no Departamento de Sociologia, Paulo César Alves e Miriam Rabello compartilharam comigo a viagem ao alto sertão da Bahia, onde vivemos todos durante distintos períodos. As experiências partilhadas, os comentários, e os materiais de campo generosamente cedidos por eles estão incorporados neste trabalho.

Colin Henfrey da Universidade de Liverpool e John Wilkinson da UFRRJ que chegaram antes de mim na Bacia do Paraguaçu, mapearam o caminho e uma parte das discussões. O professor J.C. Combessie do Centre de Sociologie Europeene, na sua passagem pelo CRH, foi também de extrema importância.

A Alba Maria Zaluar, uma das mais reconhecidas cientistas sociais do país, coube a tarefa de orientar e ser o principal guia do percurso realizado. Ela deu indicações teórico-metodológicas fundamentais, acompanhando o trabalho de campo e elaboração do texto ora apresentado e procurando sapientemente dosar as discussões teóricas com a ênfase na análise empírica e na reconstrução dos casos e situações vividas pelos atores dos processos sociais. Nisso e em outras coisas ela foi ao encontro e superou as expectativas que coloquei na sua figura humana e intelectual.

Junto com essas pessoas existem várias outras, para com quem tenho dívidas que jamais serão salgadas: os meus pais Agostinho e Hélvea Machado, os sogros Gilberto e Perolina Matta, os amigos César Ramos e Zé Carlos, o economista Augustos César Fayet, as colegas e amigas Rosa Maria Vianna e Teca Ramos. Esta última leu o texto e sugeriu correções de forma e de fundo. Minha companheira Lígia Matta e meus filhos Laura e Estêvão viveram tudo comigo de São Paulo a Salvador, passando pelo tempo que vivemos no alto sertão da Bahia, participando das charadas humanas e teóricas que eu procurava decifrar e muitas vezes antecipando as respostas. Graças à tese pude conviver mais intensamente com eles no âmbito doméstico. No final desse trajeto nossas relações saíram mais sólidas e inteiras do que antes e estamos mais preparados para enfrentar novas aventuras humanas e intelectuais. S.D.G..

A B S T R A C T

The main objective of this work is to discuss the role of migration in shaping the practices and representations of social groups that have, for decades, resorted to socio-spatial displacements as a means to survive, reproduce or change their own conditions of existence in the countryside. The migrational movements of Bahia's small producers are taken here not as an object presenting fixed regularities but as both an expression of certain structures of social relations and as active elements in the transformation of these relations.

This means to say that, without overlooking the great impact of rural migration on national society (and particularly on industrial urban centres), this work turns to the other end of the migrational question, i.e., to the rural end where migrational movements are formed and where certain changes are produced as a result of these socio-spatial movements. Actually the idea is not to shift the focus from the urban end (more covered in existing studies of migration) to the rural end, but to contribute to an understanding of the relations between the two.

Turning to studies that treat migration as a process that involves and changes the relations between the social conditions of origin and the social conditions of arrival, the present work aims to understand the history of migration of Bahian small producers from its origins -when it took place within the rural area- through a first phase of rural-urban displacements and up to the present of migrational movements. In tracing the history of the socio-spatial displacements of small producers from a particular region of Bahia, the Paraguaçu Valley, this work seeks to explain the different forms taken by these displacements in the last five decades through an analysis of the inter-relationships between the prevailing forms of domination in the countryside, the more inclusive economic and political structures and the survival strategies of the region's small producers.

O TRABALHO DE CAMPO NA "RUA"

O primeiro contato com a população da Mata de Andaraí aconteceu quase que por acaso. Amigos que estavam estudando as condições locais de religiosidade e saúde, por indicação de um orientador estrangeiro convidaram-me para passar alguns dias com eles no povoado de Esperança (1), na Mata de Andaraí, onde estavam residindo há algum tempo. Eles já tinham falado sobre o desenrolar do trabalho de pesquisa, e queriam compartilhar "in loco" comigo a sua experiência de jovens pesquisadores de classe média que, embora acolhidos calorosamente pelos habitantes, se ressentiam do desconforto, da solidão e da falta de qualquer privacidade no meio da vizinhança do povoado rural ou da "rua" onde habitavam.

Uma vez aceito o convite, entramos todos num carro em Salvador e depois de aproximadamente 450 km, deixamos a BR-242 (rodovia Brasília-Salvador) para tomar a estrada estadual bastante esburacada que dá acesso a parte agrícola do município de Andaraí (região da Bacia do Paraguaçu) que é conhecida como Mata de Andaraí. O panorama que se via no último trecho não era animador: campos desmatados e mal destocados, onde as marcas do fogo e do trabalho humano não haviam logrado ainda liberar a terra dos restos da antiga floresta tropical que recobria essas terras. O solo cinzen-

to-amarelado era entrecortado de montículos ou muruduns (ninguém conhece muito bem suas origens), o que aumentava mais a impressão de descontinuidade e de improvisação produtiva. Algumas casas dispersas pelos campos e dois povoados na margem e no final da estrada mostravam que, apesar do estado de quase abandono das lavouras, existia uma população de centenas de famílias vivendo da agricultura ou dos ofícios ligados a esta. Como a população se arranja para sobreviver? Como estas pessoas vieram para aqui? Quais as suas ligações com os centros e mercados urbanos do país?

No final da estrada municipal, estava o povoado de Esperança com a inconfundível aparência de pequeno aglomerado rural (aproximadamente 4.500 habitantes), formado no começo dos anos 50 por povoadores aí chegados e que cresceu nas décadas seguintes, com o afluxo de novos contingentes populacionais, a exemplo de pequenos proprietários que não queriam viver mais na roça, médios proprietários e comerciantes que se mudaram para o lugar, meeiros que haviam sido expulsos das fazendas onde moravam e trabalhavam e muitos trabalhadores que vivem do salário ou de "dar a diária".

As pessoas que nos receberam eram muito receptivas e tinham facilidade em falar do lugar e de si mesmas. Os relatos recriavam um quadro onde a extrema pobreza era acompanhada por uma grande complexidade social, política e cultural. Em meio a essa complexidade, o que mais chamou a minha atenção foram os intercruzamentos de trajetórias migratórias e processos sociais, frente à movimen-

tos de abertura e fechamento de frentes de expansão agrícolas e formação de correntes migratórias para as cidades e campos do Sudeste brasileiro. Pelas descrições dos fluxos de chegadas, saídas e retornos realizados a partir de um foco sócio-espacial preciso (Mata de Andaraí) era possível aprender muita coisa sobre as pressões estruturais, decisões estratégicas e aquisições (ou perdas sociais) involucradas nestes movimentos. Em outras palavras, se os deslocamentos adquiriam sentido para os atores, isto acontecia porque os primeiros envolviam processos de mobilidade, adaptação, reprodução e acumulação sociais vivenciados ou enfrentados pelos roceiros e outros no curso dos últimos cinquenta anos.

O segundo e mais decisivo contato deu-se um ano depois da primeira visita, quando retornei a Esperança para alugar uma casa e preparar o terreno para uma estadia mais demorada. A decisão de ir com a família já estava tomada, o que colocava certos problemas práticos e pessoais para resolver: qual o papel dos familiares que me acompanhariam? Como enfrentar a adaptação do conjunto dos familiares numa rua empoeirada do sertão da Bahia? O relato desse deslocamento físico, social e intelectual entre pontos distintos do espaço social, da lógica empírica dos achados e descobertas durante os três meses passados no povoado (seguidos por estadias mais curtas), e da relação política vivida com pessoas de um meio onde eu era o estranho, o forasteiro, é a tarefa a que me proponho fazer.

Vamos por partes. Iniciarei com a saída de Salvador e as resistências encontradas no meu meio social, quando falei que estava me mudando para o interior do Estado, que estava indo viver num povoado da Chapada Diamantina Meridional. As pessoas reagiram de diversas maneiras. Ao lado de reações de incredulidade ou surpresa, haviam reações que podem ser qualificadas como sendo de dúvida, incompreensão e oposição. Como não poderia deixar de ser, as reações mais negativas eram dos parentes e amigos mais próximos; partindo de pessoas que haviam vivido, no começo das suas trajetórias, no interior ou no campo e que no presente manifestam um sentimento de superioridade social e cultural em relação a tudo que está ligado ao campo.

O passado rural recuado na memória social apresenta-se como a primeira fase de uma trajetória ascendente, que está longe de corresponder à visão que o grupo tem do seu status e aspirações atuais. O passado rural remete para situações de desconforto, dificuldades ou aventuras dessas pessoas quando eram mais jovens, confundindo-se com uma forma de vida muito mais despojada do que a vida que levam atualmente na cidade como membros de uma classe média estabilizada. Daí porque a minha atitude em ir para o interior de modo a fazer o trabalho de campo, invertendo o percurso dessas pessoas, era dar um exemplo paradoxal ou pouco frequente neste meio social (2).

Enfim, sair de Salvador foi sair de um campo magnético onça

vários fatores contribuíam para desqualificar e tornar inoperante a decisão de começar o trabalho de campo, e entrar num novo campo de forças onde as especulações e cogitações sobre o deslocamento do pesquisador não eram menores. Antes de chegar no povoado, e ainda na estrada de barro que dá acesso ao lugar, dei carona a um pequeno comerciante da rua que me introduziu nos bastidores dos significados da minha vinda. Falou-me que todos no povoado especulavam sobre isto, tentando saber quando estaria chegando e levantando indagações acerca do que iria fazer, a mandado de quem, por quanto tempo, qual o retorno para a população. Via-se que o deslocamento do pesquisador no espaço físico e sócio-cultural era um ato carregado daquilo que Geertz (1978) chamou de política do significado, a política de construir ou desfazer interpretações dos fenômenos sociais para poder atuar sobre os mesmos.

Daí para a frente, a minha presença na vizinhança rural assumiria um caráter cada vez mais político, ainda que o político aqui estivesse carregado dos contrastes entre o estilo de vida dos sujeitos e o meu estilo de vida -os objetos que portava, os ritos diários, as predileções gastronômicas, os usos individuais dos espaços divididos da casa e da rua. A minúscula casinha amarela -alugada com mobília e tudo nas mãos de uma mulher que também se ofereceu para cozinhar para mim-, que dava diretamente para a rua, com o seu pequeno quintal intercomunicante com os quintais vizinhos, tornou-se nos primeiros dias, um ponto de atração, passeio e visitação obrigatória para dezenas de pessoas do povoado, que que-

riam conhecer o pessoal que tinha vindo de Salvador para morar ali. Era como se a nossa presença tivesse destampado o grande caldeirão da curiosidade pública e individual a respeito de tudo e de todos que existe em localidades como esta, e que no caso concreto não pode ser pensada fora das oposições campo-cidade ou das oposições existentes entre as classes inferiores e trabalhadores pobres que moram no espaço desvalorizado do campo e membros das classes médias que vivem no espaço valorizado da cidade.

Recentemente chegados na rua, precisamos todos -eu, minha companheira e dois filhos pequenos- encarar o problema da adaptação em vários terrenos. Tudo era diferente do que estávamos habituados; a casa, apesar do seu aspecto limpo e arrumado escondia grandes desconfortos como não ter água corrente, tanque de água, lavatórios e vaso sanitário. Os vizinhos e pessoas do povoado acorriam a cada instante, sem dar-nos uma trégua para respirar e resolver os vários assuntos pendentes como a escola das crianças, o abastecimento doméstico, as providências para tornar a casa habitável, o encaminhamento dos primeiros passos da pesquisa. As crianças e em especial o meu filho menor, tornou-se um problema a mais, porque estava inconformado com a mudança e com a necessidade de adaptar-se aos padrões de conforto e sociabilidade da nova vizinhança onde estava morando. O que mais o incomodava eram os tabus sociais existentes contra a aproximação ou reunião de meninos e meninas, obrigando-o a se manter afastado da irmã mais velha e companheira indispensável dos jogos e brincadeiras. Deste incon-

formismo resultava uma série de incomôdos físicos e psicológicos, que foram percebidos por todos e constatado por um médico da sede municipal, como reflexos da nova situação. Felizmente este quadro durou apenas um par de semanas, período em que ele, estimulado por todos, começou a aceitar as regras de separação entre meninos e meninas, integrando-se no grupo dos meninos que assediavam a nossa casa e valorizando mais do que todos, os jogos e brincadeiras nas ruas e terrenos baldios do povoado.

A necessidade de tornar a casa habitável era outro problema por resolver. Para isto tive que fazer algumas adaptações na habitação, como instalar vaso sanitário e lavatórios e aumentar a cozinha da casa, o que me colocou em contato direto com alguns problemas locais. Destes, o mais pitoresco foi a compra do vaso sanitário por um preço abaixo do que era vendido nas cidades da região -o que me valeu ser conceituado elogiosamente como uma pessoa esperta-, compra esta que foi seguida pelo roubo de quatro vasos sanitários na mesma loja em que havia comprado o meu. Quem foram os ladrões? Porque escolheram vasos sanitários para roubar quando haviam outras coisas na referida loja? A tentação leva a pensar o roubo como um dos primeiros efeitos desencadeados no povoado pela presença do pesquisador e sua família, uma espécie de efeito demonstração do valor do vaso sanitário, seguido pela tentativa bem sucedida de ter acesso ao objeto desejado -mesmo que através de um roubo cometido contra o vizinho e pequeno comerciante do povoado. Mas, como o ladrão não foi pego e essa explicação nunca foi con-

firmada por ninguém, devemos ficar apenas com a suposição sobre o acontecido.

O filho mais velho do meu principal contato em Esperança, um agricultor com experiência de pedreiro adquirida em São Paulo foi a pessoa que escolhi para fazer esses trabalhos de casa, a troca de um pagamento que eu decidi que seria proporcional ao salário mínimo regional. Isto não constituía nenhuma generosidade da minha parte, considerando que os níveis de remuneração para este tipo de serviço costumam ultrapassar o valor do salário mínimo. Contudo, o mercado local era regido por outros parâmetros. O dinheiro que estava pagando ao pedreiro estava muito acima dos baixíssimos padrões de remuneração locais, causando uma profunda celeuma entre os vizinhos que se mostravam surpresos e invejosos. Soube então que esses padrões são mantidos em níveis extremamente baixos por conta do desemprego estrutural, e que os salários e preços costumam passar pelo crivo da opinião pública ou economia moral (Thompson, 1971) da sobrevivência, cujo funcionamento pode ser explicitado pelo pressão exercida sobre uma empresa de pesquisa mineral que se instalou em Esperança. Esta empresa recrutou trabalhadores pelo salário mínimo, mas foi obrigada a recuar e pagar salários inferiores ao mínimo, por pressões da opinião pública e em particular dos comerciantes e médios proprietários insatisfeitos com um procedimento que poderia "inflacionar" ou desorganizar o mercado de trabalho.

A coisa já estava feita, eu havia infringido as regras salariais que fazem parte da economia moral (Thompson, *ibid.*) da sobrevivência das pessoas, e mais do que isso, ao contratar o filho da pessoa que era o meu principal contato em Esperança, eu tinha selado um pacto com as pessoas dessa família, o que trazia diversas implicações para o andamento da pesquisa. Identificado como amigo pessoal e aliado dessa família, isto facilitou certas coisas e dificultou outras, à medida que esta família de migrantes retornados tinha uma fama de ser politicamente atuante -na organização de associações rurais e depois na organização do PMDB municipal- que lhe valia simpatias e antipatias, amizades e hostilidades entre os vizinhos. As facilidades e dificuldades encontradas para circular entre facções e territórios políticos bastante demarcados naquele momento -devido ao movimento de emancipação municipal e ao acirramento da disputa política entre PFL, PMDB e PT-, acabariam dando a tônica do trabalho de pesquisa. Nesta perspectiva, o desenrolar deste trabalho foi pautado pela necessidade de diversificar os contatos mantidos com esse núcleo inicial para poder conhecer o que se passava em outras redes familiares da rua e das roças circunvizinhas, com respeito ao papel dos deslocamentos nas estratégias de sobrevivência.

Fui despertando para o fato de que os pequenos serviços e informações que precisava obter -como um doente necessitado de um soro ou de uma transfusão de sangue-, tinham um custo que era preciso administrar, para evitar um endividamento galopante ou uma as-

fixia recessiva. A rua tal como a economia dos pequenos estabelecimentos agrícolas -que começaram com a divisão de terras pertencentes a sesmarias-, é um mundo retalhado politicamente, onde as pessoas pertencentes aos partidos, cliques e facções concorrentes, ocupam uma boa parte do tempo com a manutenção e fortalecimento das próprias bases políticas, e com as tentativas de desgastar ou enfraquecer os adversários.

O custo da informação se media sobretudo pelo custo do envolvimento com uma família ligada a um determinado grupo político, que procurava monopolizar ou controlar os relacionamentos do pesquisador com outros indivíduos e grupos. De uma maneira gentil, mas que não deixava de ser insistente, estas pessoas procuravam estender o máximo possível o tempo que passavam comigo, acompanhando-me nos lugares que ia e às vezes afastando ou "cortando" terceiras pessoas que queriam aproximar-se de mim. O grupo de contato deu-me valiosas informações sobre tudo o que indagava, sem deixar de marcar as suas opiniões e pontos de vistas com respeito aos aliados e inimigos políticos. Constantemente eram feitas referências aos pesquisadores que estiveram antes de mim, referências que traçavam um tipo ideal e idealizado destas pessoas, enaltecendo a abertura e apartidarismo manifestados por estas. Apesar de terem este discurso, eles tentavam me afastar dos demais grupos e facções políticas do município. Estas e outras atitudes dissimuladas fortaleciam a compreensão de que os conflitos e disputas entre grupos de vizinhança, parentesco e facções políticas intra-classe,

eram tão ou mais importantes do que a luta contra inimigos de classe.

O trabalho entrou numa nova fase quando comecei a deixar a rua para visitar as roças circunvizinhas, fazendo novos contatos e obtendo mais informações sobre as condições de vida e os percursos migratórios seguidos pelas famílias de agricultores. Para chegar nas roças era preciso encontrar guias que indicassem os caminhos e facilitassem os contatos. O carro de passeio que levei era indispensável, embora não fosse o mais adequado para trafegar nas péssimas estradas vicinais do município. Tal como na rua, eu senti que estava pisando num terreno movediço de desconfianças e conflitos entre grupos de vizinhos. Dadas certas divisões e oposições entre estes grupos, a injeção de recursos nas áreas de roça, por parte de agentes técnico-burocráticos e religiosos havia dado novas roupagens ou contribuído para o aprofundamento destes conflitos. Com isso, as clivagens sociais no interior dos grupos passaram a se dar em torno do recebimento ou não recebimento de recursos ou benefícios, por parte das comunidades trabalhadas pelas agências de desenvolvimento rural e pelas agências da Igreja Católica.

Em certas situações, processos de mobilização interna precederam o momento em que os técnicos começaram a chegar com as suas "pastas" de projetos, alcançando uma grande intensidade no período de liberação dos recursos e posteriormente entrando em refluxo,

quando as verbas diminuíram ou pararam de chegar até as associações e grupos agrícolas. O destino da organização tinha passado a depender dos cronogramas de liberação de recursos governamentais, e quando estes foram suspensos os grupos de vizinhos passaram a viver um clima de desencanto e marasmo, entrecortado pelo acirramento das rixas políticas entre as lideranças surgidas ou consolidadas no processo de organização de grupos e associações de produtores.

Em outros lugares, a liberação de recursos para a construção de equipamentos comunitários, compra de caminhões e formação de pequenas cooperativas de compra e venda, fez com que a comunidade se cindisse em duas metades; a metade que tinha acesso e era trabalhada pelos agentes pastorais e técnicos e por isso acabou ficando com o controle da infra-estrutura física e dos meios de transporte, e a metade que tinha acesso aos representantes do poder local e procurava contar com o apoio destes para contrabalançar o poder do primeiro grupo. Nesta vizinhança, o espaço habitado e das roças, era dividido em duas metades físicas (a parte de baixo e a parte de cima) que correspondiam às referidas metades políticas. Passando de uma secção para outra, com a ajuda de um guia -um passaporte vivo, sem o qual dificilmente teria sucesso em sair de uma metade para outra-, em vários momentos pensei estar atravessando a zona limítrofe de países em guerra.

No entanto, a presença do pesquisador nas associações rurais

era uma motivação para as pessoas saírem de suas casas e deixarem seus afazeres de modo a virem às reuniões que não despertavam mais interesse em ninguém, e uma oportunidade para que o corpo de diretores e associados reafirmassem os ritos de uma instituição -a sua história, as suas finalidades e necessidades- que se debatia com numerosos problemas para continuar existindo.

No fundo, eu estava atordoado por todas aquelas brigas e ciúmes que repentinamente haviam desabado sobre mim e contente pelo fato de estar confrontado com um dos limites da teoria social que havia aprendido: os condicionantes sócio-políticos e metodológicos da objetividade científica em termos do envolvimento do pesquisador com os sujeitos estudados. Neste sentido, a objetivação na teoria social não é completamente estranha aos procedimentos objetivantes requeridos em outras práticas sociais, a exemplo das práticas cotidianas e políticas, onde temos também a vigência de processos discursivos empregados na construção de um consenso sobre o que é e o que não é pertinente para os grupos. No entanto, a objetivação científica supõe uma intencionalidade distinta da intencionalidade das práticas cotidianas, á medida que nestas a urgência do vivido e o comprometimento com o que está ocorrendo num determinado momento, contribuem para que os discursos evidenciem apenas os aspectos mais diretamente ligados ao sistema de urgências que é constituinte das práticas (3).

A curiosidade e o interesse provocados pela minha presença,

e depois a familiaridade crescente com os vizinhos da rua, produziram a aproximação com outras pessoas que muitas vezes vinham me oferecer para entrevistá-las ou entrevistar um conhecido delas. Todos queriam saber o objetivo da pesquisa e os benefícios concretos que ela poderia aportar para a vida dos habitantes. As finalidades da pesquisa eram entendidas pelas pessoas, embora não se possa dizer o mesmo do trabalho intelectual que fazia diariamente de escrever e tomar anotações e era visto por todos que passavam pela frente da casa. A posição do pesquisador era frequentemente confundida com a posição de um "broker" ou intermediário de recursos qualquer, que estava ali para interferir na balança de poder e devia ser utilizado ou manipulado por qualquer um dos grupos rivais (Zaluar, 1985). Outrossim, certos contatos pareciam se ajustar a uma necessidade de impressionar o pesquisador, mediante relatos que apelavam para o lado curioso, pitoresco ou exótico do modo de vida dos agricultores pobres.

O descaso das autoridades governamentais pelo homem do campo era criticado por todos, e numa tentativa de abordagem de um grupo de agricultores que se reunia num bar da vizinhança, fui questionado por um deles nos seguintes termos: "Ah! Agora o governo tá querendo fixar o homem no campo?" A indagação em tom exclamativo deste homem foi fundo nos objetivos e nas implicações de um objeto de pesquisa, que é ao mesmo tempo um dos temas mais caros e frequentes das ideologias conservadoras e dos discursos dominantes sobre a agricultura e os agricultores (Grignon, 1975). A preocupa-

ção com a migração, enquanto um processo que altera as relações de classe e que é transmutado ideologicamente no discurso da fixação do homem ao campo, assume um caráter prescritivo daquilo que as camadas subalternas devem fazer, encobrendo as causas e consequências dos processos migratórios.

O trabalho era intenso durante o dia, e as noites eram utilizadas para anotar ou escrever as entrevistas; por mais trabalho que fosse esse método de registro escrito das conversas e entrevistas, ele me pareceu preferível ao gravador, porquanto este criava um clima formal e artificial entre o pesquisador e os entrevistados, fazendo com que estes adotassem posturas mais contidas e cuidadosas nas suas falas. Do mesmo modo, tendo elaborado e aplicado roteiros de entrevista, acabei optando pela realização de entrevistas informais ou não estruturadas.

As informações que ia obtendo sobre as condições de vida e trabalho da população, me ajudaram a organizar melhor os encaminhamentos da pesquisa. As "mudanças de lugar" e movimentos de pessoal afetavam todos os planos da vida cotidiana dos grupos, sendo praticamente impossível dizer onde começavam e terminavam as influências dos deslocamentos sobre a vida social. Os deslocamentos espaciais não constituíam uma marca distintiva de nenhuma categoria social, porquanto a maior parte das famílias lembrava do momento em que veio morar na Mata de Andaraí e tinha muitos parentes e conhecidos que migraram para outras áreas urbanas e rurais do

Estado e do país. Tudo e todos pareciam ter relação com o tema, o que tornava difícil tomar um partido e definir os recortes empíricos mais adequados para discutir as formas como sucessivos movimentos migratórios haviam se configurado no interior da sociedade agrária, ao tempo que contribuíram para a configuração dessa sociedade.

No primeiro momento dediquei-me ao mapeamento ou levantamento dos movimentos migratórios ocorridos no passado e no presente da área, sem eleger nenhum tipo central ou específico de movimento dentre o leque de situações encontradas no povoado e nos seus arredores. A idéia era reunir um número significativo de relatos de carreiras migratórias de indivíduos pertencentes às distintas categorias sociais, para poder estabelecer convergências e divergências entre carreiras sociais que passam pelas migrações ou implicam algum modo de relacionamento com estas últimas. Foi assim que no final dos três meses que passei no povoado e nas viagens de menor duração que fiz à área, reuni um total de 45 entrevistas ou relatos mais e menos completos, afora inúmeras anotações obtidas em conversas esparsas e reuniões com grupos de agricultores pertencentes aos diversos formatos associativos, e membros das elites dominantes.

Entretanto, ainda que pensasse que não havia como entender o significado da migração para uma categoria, sem tentar explicar as trajetórias migratórias de indivíduos pertencentes aos outros gru-

pos sociais, tinha dúvidas enormes acerca de como classificar as pessoas incluindo-as nas diversas categorias sociais envolvidas com os deslocamentos sócio-espaciais -agricultores (pequenos proprietários, parceiros, diaristas), comerciantes e outras categorias. A estrutura social da rua (e também das roças) era menos homogênea do que deixava transparecer a arquitetura das casas, o traçado dos arruados e o estado devastado dos campos de cultivos. Havia um problema ligado à representatividade que as categorias sociais deviam possuir na pesquisa, considerando as especificidades e as relações mútuas entre elas.

Foi então que me ocorreu que a questão metodológica do foco da pesquisa -que grupos seriam selecionados e quais os seus pesos relativos na pesquisa- devia ser relacionada com a estrutura social ou com o mapa dos lugares práticos e simbólicos que orienta as interações entre os indivíduos e grupos que vivem ou estão referidos de algum modo aos espaços residenciais da rua e das roças. Ora, mesmo com o processo crescente de integração e interdependência dos mercados econômico e simbólico, esta estrutura social permanece parcialmente colada ou assentada sobre a agricultura e sobre as divisões do trabalho social que se originam da agricultura (produção/comercialização) ou dependem estreitamente desta última (Champagne, 1975).

É assim que, para citar alguns exemplos, uma parte significativa da clientela dos professores das escolas é formada por fi-

lhos de agricultores; entre os "artífices" ou pessoas que conser-
tam veículos, reparam instrumentos agrícolas etc., temos formas de
ligação com o trabalho agrícola seja porque eles cultivam um peda-
ço de terra, seja porque trabalham de parceria com outros agricul-
tores; os comerciantes e donos de bares e botecos acusam a mesma
importância central da agricultura como meio de sobrevivência ou
desenvolvimento dos seus negócios. A esfera política também está
colada ao trabalho agrícola e às divisões estabelecidas por estes
a nível de categorias sociais que se apresentam como grandes e mé-
dios fazendeiros e pequenos agricultores, patrões e clientes e ou-
tras.

Alguns dos princípios reveladores da estrutura social apon-
tavam para a existência de um espaço de localização hegemônico
pelas divisões sociais ligadas ao trabalho agrícola. Consequente-
mente, a pesquisa devia orientar-se para conhecer as formas de
avaliação e realização diferenciadas assumidas pelas mudanças de
lugar ou saídas de pessoas numa sociedade onde o valor -positivo
ou negativo- do trabalho agrícola conserva uma importância na ex-
plicação dos fenômenos de permanência ou mobilidade dos indiví-
duos. Neste sentido, as entrevistas com médios comerciantes e pro-
prietários podiam revelar tanto "desvios" de trajetórias, como
ajudar a entender as motivações e práticas dos agricultores mais
pobres e suas relações com a difusão e inculcação de sistemas de
disposições vinculadas às categorias sociais mais afastadas do
trabalho agrícola, que sempre possuíram uma grande mobilidade es-

pacial e mantiveram estreitas relações com as classes urbanas.

Dito isso, a opção metodológica pela história oral na pesquisa resultou da especificidade do presente estudo, dos interesses metodológicos do pesquisador e do grande número de estudos de natureza quantitativa sobre a agricultura da Bacia do Paraguaçu. Dada a existência de estudos com esse caráter, o pesquisador estava "bem acompanhado" para fazer um percurso, onde, valendo-se dos dados e interpretações macro-sociais avançadas por aqueles, poderia trabalhar com depoimentos ou relatos orais para apontar mudanças (ou nós) estruturais e a vivência de mobilidade (e permanência) dos agentes. Neste sentido, o emprego do depoimento, complementado com outros dados (estatísticos, históricos etc.), permitiu ter acesso a experiência -estabelecida a partir da convergência de relatos- dos indivíduos em um dado meio sócio-cultural e em um dado período de tempo, experiência que não seria captada por outros meios.

No emprego da técnica do depoimento tomou-se determinadas precauções. Além do uso de outros dados para esclarecer o sentido dos relatos, no processo de produção destes últimos procurou-se observar diretamente os atos e condutas manifestadas pelos agentes em várias situações sociais, como um meio de relativizar e contextualizar o que era expressado nas falas. Por mais trabalhoso que fosse esse procedimento, contribuindo para limitar o número de pessoas entrevistadas e dos relatos obtidos, no momento da avalia-

ção e análise destes foi possível atingir certos níveis de distanciamento que não seriam possíveis apenas com base nas entrevistas e sem o recurso da observação direta.

Notas:

(1) Esperança é um nome fictício, assim como são fictícios os nomes de pessoas e informantes citados na pesquisa.

(2) Ao lado dessas reações, percebiam-se também disposições próximas daquilo que Williams (1989) chamou de folclorização romântica ou idealização do campo, um espaço contemplado ou usufruído pelas pessoas citadinas que ali esperam encontrar descanso, beleza e serenidade. Tal visão teria surgido em grupos sociais urbanizados que, tendo dissociado o tempo de trabalho do tempo de lazer e separado os espaços de moradia, trabalho e lazer, projetam o lazer no mundo mais "exclusivo" ou distinto de uma chácara, uma sede de fazenda ou um acampamento.

(3) Assim, num discurso político sobre oposições/semelhanças, a pessoa que emite o discurso começa com um "parti pris" a respeito do seu partido, elege um conflito central opondo este aos demais partidos, e em função disso reconstitui um processo conflitual segundo critérios que enfatizam a correção e justeza das suas

posições e atitudes (e dos companheiros de partido) e fazem o contrário com as posições dos adversários. A comparação deste procedimento com o propósito de objetivação da teoria social põe em evidências algumas características do projeto sociológico.

- o viés político e ideológico está presente, mas a necessidade de satisfazer exigências teórico-metodológicas específicas, contribui para nuançar ou atenuar este viés;

- a escolha de eventos, situações e conflitos para serem observados e reconstituídos deve refletir o compromisso com estas exigências;

- a preocupação é reconstituir a complexidade e multiplicidade dos pontos de vistas e estratégias conflituais, enquanto os atores estão normalmente interessados em reafirmarem um ponto de vista particular;

- importância de se conhecer todos os projetos em confronto numa dada situação, pois todos eles são legítimos e merecem uma atenção específica do pesquisador, bastando para isso que façam parte do seu campo de observação.

- discussão da natureza dinâmica dos conflitos, mostrando que as identidades coletivas são relacionais, conformadas por oposições, semelhanças, influências mútuas e que os processos sociais

resultantes são pouco previsíveis e pouco controláveis;

- a teoria social não deve cair na profecia, mas assumir que o seu campo de trabalho está necessariamente limitado pela complexidade inesgotável do objeto e pelo arsenal teórico-metodológico disponível num dado momento.

**PERSPECTIVAS TEÓRICAS DAS MIGRAÇÕES: TRADIÇÕES, DILEMAS
E CONVERGENCIAS**

Através de uma revisão da literatura sobre a temática das migrações ou movimentos de indivíduos e grupos através de espaços regionais, pode-se verificar que os estudos apresentam proposições ligadas a pelo menos três das perspectivas sócio-antropológicas: as perspectivas do sistema social, da dominação de classes e ação individual (1).

Estas diferenças de modo de pensar -vistas muitas vezes como incompatíveis- atravessam todo o campo dos estudos migratórios, estando presentes tanto no interior de cada teoria como nas discussões ocorridas entre elas. Como fica claro na simples apresentação dessas perspectivas chaves, o principal ponto de discussão está relacionado com o valor explicativo ou heurístico particular de cada um dos grandes aspectos dos deslocamentos: os aspectos sistêmicos da sociedade e os aspectos ligados com a atuação dos indivíduos. Nesse sentido, procurou-se recuperar, teimando contra a sensação de coisa já vista, as principais oposições entre as perspectivas já referidas como um meio de evidenciar a riqueza desses debates, as lições que deles se depreendem e os novos e possíveis desdobramentos do confronto entre as várias linhas teó-

ricas.

De modo geral, cabe antecipar que enquanto na linha que vai da perspectiva sistêmica para a perspectiva da dominação de classes se alcançou uma clara compreensão da forma como os sistemas sociais, em condições de grande adensamento das mudanças, espresam certos níveis de equilíbrio ou integração dinâmica; na outra linha que privilegia o papel dos indivíduos temos outros desdobramentos igualmente importantes. Na linha de pensamento que começa com o indivíduo o debate evoluiu para romper com a visão unicamente instrumental da conduta do migrante, chamando a atenção para a dinâmica dos cenários individuais de interação e para a importância de se estudar o campo de relações existentes entre o indivíduo e seu outro significativo que inclui familiares, amigos e até membros de outras classes da população nos lugares de chegada.

Em outros termos, o debate de estudiosos sobre os processos de mobilidade sócio-espacial nos países subdesenvolvidos ganhou uma grande profundidade e solidez, justificando novos esforços para estudar a questão: seja tentando circunscrever historicamente e inscrever social e culturalmente (Geertz, op. cit.) os movimentos migratórios, seja tentando trabalhar estes últimos como fatos sociais totais que condicionam e interferem nos mais diferentes planos da conduta individual: contratos de trabalho, estratégias individuais e familiares, formas de ver o trabalho, processos comunicativos com outros agentes sociais etc.. Dito isso, é o momento

de revisitar as discussões teóricas visando extrair as lições e achados mais relevantes e apontando para a conclusão que essas linhas já estão convergindo para projetos de investigação pluri-paradigmáticos (ou que combinam contribuições específicas diferenciadas) sobre a questão de compatibilizar, numa mesma explicação, os aspectos gerais da estrutura da sociedade e ação dos indivíduos.

A) A perspectiva do sistema social

Na abordagem da modernização o entendimento dos deslocamentos das populações rurais para os mercados de trabalho urbano-industriais remete para os processos de modernização tardia das áreas atrasadas do Terceiro Mundo, segundo linhas ou princípios estruturais de diferenciação, integração e adaptação de sistemas de ação.

Neste sentido, certas semelhanças existentes entre os deslocamentos internos dos países subdesenvolvidos e dos países desenvolvidos (no primeiro estágio da industrialização), levaram os estudiosos a postularem que os primeiros não se diferenciavam em nada dos segundos, constituindo uma repetição dos movimentos de população acontecidos na Europa durante o século XIX. As migrações no Terceiro Mundo seriam uma atualização do processo histórico conhecido como Revolução Industrial que, ao mesmo tempo em que reorganizou o mundo do trabalho sob novos critérios de organização so-

cial, redefiniu as relações cidade e campo e consolidou as estruturas da modernidade entendidas como estágios mais complexos de diferenciação, adaptação e integração do sistema social.

Na visão dos teóricos, o princípio central da modernização seria a formação de sub-sistemas de ação cada vez mais especializados e independentes dos mecanismos sócio-comunicativos que asseguram a integração social ou a integração do mundo da vida (Parsons, apud. Habermas, 1987). Disso resulta que a modernização é apresentada como uma transformação total da sociedade tradicional (pré-moderna) nos tipos de tecnologia e organização social correlata que caracterizam as nações adiantadas, economicamente prósperas e de relativa estabilidade política do mundo ocidental (Moore, apud. Long, 1982: 2).

Conquanto os pesquisadores reconhecessem o curso problemático da modernização, eles acreditavam que o modelo descrevia com exatidão as características e processos gerais do desenvolvimento social (Long, *ibid.*: 24). Na versão teórica da modernidade tardia do Terceiro Mundo, o desenvolvimento se dava fundamentalmente pela substituição das variáveis padrões que respondem pela integração social e sistêmica por novos princípios de organização societária. Assim, enquanto nas sociedades subdesenvolvidas ou tradicionais predominam papéis sociais e econômicos pouco especializados ou difusos, as sociedades avançadas têm uma estrutura assentada sobre papéis ou sistemas de ação pautados no universalismo, individualismo e especialização complementar.

No processo de modernização, as instituições familiares enquanto princípio de coordenação da ação econômica vão perdendo a posição de agências de produção e troca. No caso específico das explorações familiares (ou camponesas) o desenvolvimento da lavoura comercial acarreta a separação da produção e consumo associados na estrutura da família, bem como promove o desenvolvimento de novas formas de trabalho remunerado.

Colocada nestes termos, a abordagem da modernização enfatiza uma visão evolucionista dos processos de diferenciação, assimilando os processos concretos ao curso seguido pela modernização européias. Numa visão etnocêntrica do desenvolvimento das sociedades européias, os estudiosos esperavam encontrar nos países subdesenvolvidos exemplos semelhantes aos dos países europeus, o que levou muitos deles a extrapolar sequências de eventos desses últimos países para os primeiros. Deste modo, muitos desses estudiosos se valeriam de uma suposta existência universal de sociedades camponesas, nos moldes europeus, para atestar esse processo universal de modernização (Macfarlane, 1987).

Outrossim, embora as estruturas atrasadas tenham que passar por um fase de ruptura e destruição dos equilíbrios sociais pré-existent, elas se encaminham para os mesmos estágios sistêmicos atingidos pelas sociedades euro-americanas do Atlântico Norte. Assim, a mudança como uma resultante do impacto das forças extei-

nas ao sistema social (que tanto pode ser a expansão colonial como a difusão de novos modelos de valores por elites metropolitanas ou dirigentes) enfocado começaria precisamente pelo abalo dos equilíbrios tradicionais como um estágio que antecede o estabelecimento de novos equilíbrios sociais), apontando para o estabelecimento ou confirmação das já referidas variáveis padrões.

Visto desta maneira, o modelo proposto apresentou-se rígido demais para captar corretamente a variabilidade e flexibilidade encontradas em diferentes contextos sociais, revelando pouca utilidade para o exame da mudança gerada internamente e para a compreensão das respostas diferenciais que distintos grupos sociais, dentro do mesmo cenário institucional ou cultural, dão aos fatores externos (Long, op. cit. : 30-31).

Coerente com esta visão idealizada da modernidade européia, o modelo supõe que a transição do sistema tradicional para o moderno constitui uma tendência inevitável da evolução social que desloca os valores tradicionais, aumenta a influência dos novos valores (Long, ibid. : 43) e redefine os termos da coexistência entre estes sub-sistemas de valores. Assim, no que se refere à conceituação das estruturas da modernidade tardia e do trabalho migrante no Terceiro Mundo, diversas correntes da sociologia da modernização situaram estes problemas através de uma visão dual ou dualista do sistema sócio-econômico que tematizava as diferenças do desenvolvimento e as desigualdades entre setores atrasados e

modernos como diferenças sistêmicas -resultantes da falta de integração das partes do sistemas entre si e com os imperativos do todo social.

Neste sentido, a visão dualista retrata a economia subdesenvolvida como uma economia dividida em dois setores contrastantes e em grande parte independentes -o rural-tradicional e economicamente atrasado, quase sempre fonte de atrasos ou obstáculos ao caminho da modernização, e um setor urbano-industrial, mais modernizado, que proporciona a dinâmica para a mudança (Long, *ibid.* : 215). No embate entre o moderno e o tradicional, a vida rural foi descrita como estável, conservadora e imutável (Vincent, 1987), estando definitivamente condenada ao atraso social se a cidade não atuasse como um centro de irradiação ou difusão de pautas modernas que rompem o imobilismo ou as restrições colocadas ao progresso.

Assim, nas vertentes da modernização que tratam o campesinato como componente de um sistema mais amplo e como um modo de vida distinto e contrastante de outros, este modo de vida caracteriza-se pela pequena escala, isolamento, homogeneidade e falta de dinamismo (Redfield, *apud.* Long, *op. cit.*), podendo entrar em colapso ou ser desorganizado pelo impacto das forças da modernização. A distinção polar entre cidade e campo e o papel central da cidade (visão urbano-cêntrica) na mudança social, faz com que os fatores internos -como o desenvolvimento dos mercados e as mudanças tecnológicas da agricultura- não recebam a devida atenção. Disto resulta uma visão difusionista que exclui os dinamismos internos das

relações sociais, deixando de discutir os impactos das forças sociais sobre as formas de reprodução e transformação da sociedade (Long, *ibid.* : 45-46).

Dadas essas situações de desintegração sistêmica ou de oposição irreductível de modos de vida, os estudiosos chamaram atenção para a importância dos deslocamentos de trabalhadores no estabelecimento de ligações entre o campo e a cidade e na modernização da estrutura social. Assim, nas primeiras etapas do desenvolvimento o campo provê a mão-de-obra necessária ao funcionamento das indústrias, constituindo um espaço de reprodução de força de trabalho ou mantendo um exército industrial de reserva. Os deslocamentos são vistos principalmente como fluxos de trabalhadores desempregados na estrutura tradicional do campo, desfechando um rápido processo de modernização cultural e tecnológica.

A idéia já mencionada do desenvolvimento linear dentro dos padrões europeus, levou os estudiosos a extrapolarem certas sequências históricas -como aquelas que tornaram possível os mercados urbanos absorverem o "excedente" de força de trabalho do campo, com repercussões positivas para a industrialização urbana e integração do campo (Lewis, *apud.* Kearney, 1986)-, sem levar em conta os mecanismos que contribuem para criar e reproduzir disparidades entres classes e regiões diferentemente situadas quanto à produção e apropriação de excedentes econômicos, nem considerar as relações histórico-sociais entre distintos circuitos de reprodução

e absorção da força de trabalho (Oliveira, 1972).

Tal ponto de vista foi expressado mais claramente na visão das migrações como resultantes de pressões e contra-pressões econômicas ou estruturais, levando a que os indivíduos sejam pressionados a saírem do campo e ingressarem nos mercados urbano-industriais de trabalho. Deste modo, nas versões conhecidas como "push-pull" ou via única, os movimentos são estudados a partir de uma perspectiva diacrônica e evolucionista, segundo a qual o vetor de deslocamentos das pessoas se dá no sentido das áreas rurais tradicionais para os centros urbanos modernos. Em outras palavras, os migrantes seriam "personificações" de mecanismos econômicos que reduzem o interesse pela permanência no campo e fortalecem a atração exercida pelos centros urbanos e mercados de trabalho industriais. Atraídas pelas maiores oportunidades, as pessoas abandonariam as suas áreas rurais de origem, aumentando a população das cidades, ingressando no mundo dos papéis e normas urbanas ou rompendo por completo os vínculos com os parentes que permaneceram no campo (Mayer, 1961).

Assim, observou-se que as pessoas se deslocavam do campo por falta de oportunidades de ganhar dinheiro para investir na compra de bens correntes ou de investimento. Tal falta de oportunidades por sua vez, era decorrente de mecanismos niveladores que restringiam a poupança e reduziam as possibilidades de diferenciação social (Southall, apud. Garbett & Kapferer, 1970), ou da falta de

numerário para comprar bens industrializados cobiçados pelas populações rurais (Gulliver, apud., *ibid.*). Nos dois exemplos, as pressões sociais e a impossibilidade de reverter um quadro julgado insatisfatório ou instável, levaram as pessoas a saírem do ambiente onde nasceram ou foram socializadas em busca de ambientes julgados mais promissores.

Numa vertente de estudos que se distancia da compreensão linear dos fluxos de deslocamentos, Redfield preocupou-se com o migrante como um intermediário ou um elo de ligação entre os mundos do campo e da cidade, elo este que poderia ter um papel específico na modificação das práticas e representações mais típicas ou tradicionais de grupos situados num sistema espacial interligando campo e cidade (Redfield, apud. Kearney, *op. cit.*). O acento principal desta análise recai nos processos de aprendizagem ligados à diversificação dos cenários de interação social dos migrantes, e no potencial que estes processos têm em termos de fortalecer a reflexão e a ação racional voltada para fins. Conforme essa leitura, o migrante que vai para a cidade passa por um processo de ressocialização e incorpora conhecimentos que o capacitam a exercer uma ação inovadora na sociedade.

Embora a figura do migrante retornado como um tipo progressista tenha sido relativizada por vários estudos -que mostraram uma perda dos comportamentos, habilidades e idéias aprendidas na cidade por falta das condições materiais e sociais e das situações

recorrentes que tornam estes conhecimentos úteis ou necessários (Fortes, apud. Watson, 1958 : 7)-, a hipótese geral do estudo de Redfield esboçou uma problemática que passou a especificar todo um sub-campo nos estudos migratórios: a influência das contra-correntes migratórias na reprodução e transformação das práticas e representações dos habitantes das áreas rurais.

Depois de Redfield, as antropologias britânica e francesa, influenciadas pela vertente weberiana, preocuparam-se em conhecer melhor os efeitos do trabalho assalariado sobre populações tribais e camponesas africanas, cuja sobrevivência dependia de um sistema efetivo de relações políticas e domésticas baseadas na terra (Gluckman, apud. Watson, *ibid.* : XI) ou na propriedade indivisa ou comum da terra (Bourdieu & Sayad, 1964 : 16). No cenário da antropologia britânica, vários autores apontaram as rupturas ocasionadas pelo trabalho migrante ou trabalho assalariado na vida cotidiana das populações rurais como o empobrecimento da nutrição e da vida social (Richards, apud. Gluckman, *op. cit.*) e o declínio da produção doméstica de alimentos como consequência da migração dos homens adultos (Gluckman, *ibid.*). Em contraste com as conclusões destes trabalhos, Watson foi um dos poucos que constatou uma persistência dos padrões de controle da terra e integração social acompanhada por uma elevação do padrão de vida dos grupos rurais (Watson, *op. cit.*).

No cenário da antropologia francesa, Bourdieu & Sayad (*op.*

cit.) além de assinalarem efeitos negativos semelhantes, chamaram atenção para o papel das migrações no alargamento do campo das interações sociais, favorecendo a comparação das condutas, a confrontação das opiniões e a descoberta de representações no domínio econômico, social e político que modificam a atitude em relação ao conjunto da existência camponesa (ibid.).

Enfim, a abordagem da modernização abrigou estudos que, embora compartilhassem supostos evolucionistas ou dualistas, eram bastante diferenciados em termos de preocupações. Assim, ao lado ou como parte de estudos realizados sob a perspectiva do sistema social (que prescinde de uma discussão sobre a orientação dos atores), desenvolveu-se uma preocupação com as complexidades psicoculturais ou simbólicas e com o papel dos indivíduos no fluxos de deslocamentose. Entretanto, antes de recuperar a importância desse último debate, o exame da perspectiva do poder e do conflito mostra como a inclusão de determinações ligadas aos processo de dominação (Kearney, op. cit.) pode reproduzir certas debilidades da perspectiva sistêmica (teoria da dependência), bem como pode recuperar a importância do estudo das relações não capitalistas e dos agrupamentos domésticos nos processos migratórios.

B) A perspectiva da dominação de classe

A perspectiva da dominação de classe passou por dois momentos de elaboração teórica que estão presentes na abordagem da de-

pendência e da articulação das relações sociais.

Com respeito à primeira dessas abordagens, convém dizer que enquanto a abordagem da modernização analisava a história da perspectiva da cidade e da difusão de traços urbanos modernos no campo, a teoria da dependência dirigiu a atenção para a modernização do subdesenvolvimento ou para os mecanismos estruturais que contribuem para criar e reproduzir disparidades entre classes e regiões diferentemente situadas quanto à produção e apropriação de excedentes econômicos. Os fluxos aqui se dão numa direção oposta, ou seja o excedente econômico gerado nas áreas rurais dominadas é canalizado para as cidades que se desenvolvem às custas do subdesenvolvimento do campo (Frank, apud. Kearney, *ibid.*).

A teoria da modernização enfocava as causas das migrações em termos do "push-pull", isto é, da combinação dos fatores de expulsão com os fatores de atração que influenciam o comportamento dos migrantes. Em contraste com isto, o modelo da dependência procura elaborar um referencial unificado sobre as causas dos diversos processos. Neste sentido, a migração rural-urbana acompanha o fluxo do excedente econômico e reflete a exploração do campo e das pequenas localidades rurais pela metrópole nacional (Portes, apud. Kearney, *ibid.*: 338). Temos assim, duas maneiras diametralmente opostas de conceitualizar os impactos dos deslocamentos: uma esperança para as áreas subdesenvolvidas, segundo o ponto de vista da modernização, e um mecanismo suplementar de exploração das popula-

ções rurais no entender da teoria da dependência.

Nesta perspectiva, e tal como foi aplicada na pesquisa empírica, a teoria da dependência representa um giro radical na tradição de estudos da migração, à medida em que concentra a atenção nas causas e consequências histórico-estruturais dos movimentos migratórios sob o capitalismo dependente. Entretanto, este modelo estrutural de médio e longo alcance apresenta várias limitações teórico-metodológicas.

A abordagem concentra-se na penetração da economia capitalista de mercado, dando pouca atenção às maneiras pelas quais diferentes tipos de sistema de produção, capitalistas e não capitalistas, coexistem em níveis local, regional e nacional (Long, op. cit. : 120). Isso faz com que, entre outras coisas, os analistas percam de vista as características dos mercados de trabalho rurais contemporâneos, onde a mão-de-obra para a lavoura de exportação pode ser recrutada através de um sistema de patrão-cliente semelhante ao encontrado nas fazendas, ou onde camponeses comercialmente orientados utilizam mão-de-obra não assalariada da família ampliada (Long, ibid. : 104).

Em segundo lugar, a concepção do subdesenvolvimento como um sistema hierarquizado que apropria e canaliza o excedente produzidos nos satélites para as metrópoles, negligencia as instâncias ou níveis horizontais das relações sociais no plano local, por meio

dos quais os laços de dependência são reproduzidos (Kearney, op. cit. : 339) ou modificados.

Disto resulta que, por maiores que sejam as diferenças entre a teoria da dependência e a teoria da modernização, ambas teorias formulam um modelo linear generalizado ou centralizado do desenvolvimento socio-econômico que atribui prioridade analítica ao papel dos fatores exógenos na promoção da mudança e na determinação das estruturas locais e regionais, não dando suficiente atenção às maneiras pelas quais os grupos e processos locais podem contribuir para modificar os padrões de desenvolvimento regional e nacional (Long, op. cit. : 215-216).

Coerente com o enfoque geral da dependência, as contra-correntes ou fluxos de retornos dos migrantes às áreas rurais -aportando recursos materiais ou simbólicos que modificam ou conservam as estruturas sociais no campo- não merecem atenção, o que empobrece a compreensão das estratégias e efeitos do trabalho migrante. Em outras palavras, as áreas rurais aparecem como mecanismos alimentadores da força de trabalho urbano, sem que isto provoque transformações nas estruturas sócio-políticas e nos próprios processos migratórios no curso do tempo.

A crítica feita às limitações da teoria da dependência abriu caminho para uma abordagem superadora que se caracteriza por um retorno às preocupações com a cultura, situada agora num contexto

histórico-estrutural. Além disso, passou-se a considerar a importância das relações não capitalistas de produção e reprodução nos contextos sociais de origem e chegada dos trabalhadores migrantes.

B1) As migrações como nexos de relações sociais

A ênfase no estudo dos mecanismos de dominação existentes entre classes e regiões constitui um denominador comum das teorias da dependência e da articulação. Contudo, as duas teorias se distinguem em muitos aspectos importantes. Primeiro, a teoria da articulação contesta a premissa básica de que existe um sistema global unificado, argumentando que as sociedades periféricas são qualitativamente diferentes e reproduzem formas sócio-estruturais específicas que são moldadas pelas relações com as forças mundiais dominantes (Kearney, op. cit. : 342).

Segundo, os defensores da articulação enfatizam que a análise da apropriação do excedente deve começar nos sistemas de produção que geram este excedente, e não na esfera da circulação ou da troca desigual como pensavam os teóricos da dependência (Kearney, *ibid.*). Terceiro, as pesquisas que se apoiam neste referencial concebem a mudança como um processo diferenciado e combinado, onde as novas relações se amoldam ou se combinam com as formas legadas e reproduzidas nas tradições histórico-sociais, sem perderem determinadas características como a reprodução das desigualdades, a

monopolização dos recursos econômicos e a desestruturação de modos de vidas mais autônomos ou auto-referidos - produção camponesa, pesqueira e artesanal.

Deste ponto de vista, o estudo das migrações aparece como o lugar para pensar as condições de reprodução e mudança de agrupamentos domésticos que decorrem tanto de mecanismos internos de regulação quanto dos nexos de articulação estabelecidos entre diferentes sistemas de produção. Deste modo, embora a mobilidade seja geral, a sua forma e o seu alcance não são universais mas variam de acordo com as condições históricas de produção de cada sociedade (Meillassoux, 1979 : 44). Enquanto nas primeiras sociedades agrícolas a mobilidade gera processos de segmentação das unidades maiores (ibid. : 67), nas sociedades agrícolas mais complexas esta forma se torna mais difícil e a mobilidade passa a ser regulada por outros tipos de mecanismos sociais como os papéis de autoridade (ibid. : 70) e as políticas matrimoniais desenvolvidas no interior e no exterior dos grupos de produtores (ibid. : 74-75).

Dado esse nível de desenvolvimento das economias domésticas, o encontro com a exploração colonial modificou as características das primeiras e introduziu mecanismos de regulação da mobilidade individual e social que dependem fundamentalmente da troca desigual ou transferência de sobretrabalho entre setores econômicos baseados em relações de produção diferentes (ibid. : 139). Deste modo, os mecanismos internos de regulação da mobilidade dos indi-

vítimos como a mobilização de pessoas para participarem das tarefas determinadas pelo calendário de produção agrícola, passam a ser afetados, modificados, neutralizados e recriados pelas novas condições de apropriação dos espaços agrícolas, mercantilização do trabalho e do consumo social necessário (Machado, 1992).

Em contraste com o processo europeu de acumulação capitalista primitiva -que absorveu os recursos do setor não capitalista mediante a destruição do mesmo-, nos processos de acumulação primitiva operantes no Terceiro Mundo o setor não capitalista transfere sobretrabalho para o setor capitalista mas não é liquidado por este. Em lugar de ser destruído como no modelo de desenvolvimento inglês, o setor não capitalista é capturado pelas decisões tomadas no setor capitalista, apresentando uma dinâmica que conjuga momentos de conservação (ou persistência) e destruição. O setor não capitalista é conservado como uma organização que produz valores apropriáveis pelo capitalismo e é destruído porque, sob o impulso da exploração, é desapropriado de alguns dos seus principais meios de reprodução (apud. Kearney : 345). Em outras palavras, enquanto são preservados os mecanismos rebaixadores dos custos de reprodução da força de trabalho (como a auto-subsistência, os baixos níveis de qualificação e a falta de poder de barganha para melhorar de condição salarial), certas possibilidades de expansão das economias domésticas e familiares são destruídas -com efeitos que se refletem na deterioração das condições de existência, aumento da necessidade de numerário e crescimento da participação

nos mercados de trabalho.

Tomando as relações orgânicas entre as economias capitalista e não capitalista como referencial, Meillassoux mostra que a migração faz parte desse processo de acumulação primitiva permanente e constitui uma ligação entre âmbitos de relações sociais espacialmente separados (apud. Kearney : 342). A economia agrícola doméstica tem um papel fundamental na manutenção e reprodução de uma força de trabalho que é incorporada pelo capitalismo através das migrações (Meillassoux, op. cit. : 174). Nesta medida, o trabalhador engajado ao mesmo tempo na agricultura de alimentos e num emprego remunerado no setor capitalista, produz uma renda em trabalho e uma mais-valia. A primeira é decorrente da transferência gratuita de força de trabalho produzida na economia doméstica para o setor capitalista, e a segunda é proveniente da exploração da força de trabalho adquirida pelas empresas capitalistas (ibid. : 173).

O aumento dos níveis de integração sistêmica nos mercados capitalista e a crescente importância do cálculo monetário e comercial nas atitudes econômicas e nas transações sociais (Bourdieu & Sayad, op. cit.), fazem com que as unidades familiares dedicadas à produção agrícola ou de pequena escala comercial tenham que administrar imperativos diferenciados: por um lado, buscar manter as suas características como unidades familiares que combinam a produção para o auto-consumo com a produção para o mercado e dependem

da participação de vários membros da família, sob a autoridade paterna, para poderem funcionar; por outro, buscar manter e intensificar a participação no mercado de trabalho para complementar os rendimentos domésticos insuficientes, maximizar o uso da força de trabalho e diversificar as estratégias de inserção social da família.

Neste nível de discussão, a influência das teses articulacionistas produziu uma revitalização e aprofundamento dos debates envolvendo a heterogeneidade social da agricultura e da estrutura agrária brasileiras. Nesse sentido, diversas pesquisas abordaram o problema da permanência, reprodução e articulação de formas não capitalistas com formas capitalistas na formação social nacional, rompendo com as visões lineares do desenvolvimento. Entre essas relações não capitalistas encontra-se a parceria.

A parceria, que já havia sido interpretada como uma situação de compromisso entre agentes desprovidos de recursos -proprietários sem meios de exploração e trabalhadores sem oportunidade de assalariamento permanente (Cândido apud. Loureiro, 1977 : 27)-, foi reexaminada como uma relação de exploração envolvendo classes diferenciadas. Recuperando observações cruciais de Marx sobre o desenvolvimento da agricultura, a parceria foi caracterizada como uma relação intermediária entre a exploração própria e autônoma e o assalariamento (apud. Loureiro, ibid. : 28). O parceiro enquanto um empreendedor que não possui capital suficiente, participa de

uma relação onde, embora entre com a força de trabalho e parte dos meios de trabalho e possa obter um excedente comercial, só tem um controle e direção parciais sobre o processo produtivo (ibid. : 20-21). Em outros termos, a relação do parceiro com o processo produtivo depende das decisões tomadas pelo proprietário de terra, o qual transfere uma parte do seu controle ou das suas funções empresariais para aquele, com o objetivo de minimizar os riscos e lidar com menores oportunidades de retorno econômico (ibid.).

A parceria conteria, portanto, importantes vantagens para os proprietários que usam essa relação de produção como um meio de socializar custos e perdas de produção, aumentar a produtividade do trabalho, contar com uma reserva de força de trabalho e reduzir os custos implicados na reprodução desta última (ibid. : 130-131). No entanto, a existência dessas características típicas não impede que, conforme as regras de repartição e a composição do produto, a parceria assuma uma grande diversidade de formas nos vários contextos nacionais e regionais do desenvolvimento.

Tendo em vista esses aspectos, a situação da parceria irlandesa estudada por Marx apresenta muitas semelhanças com situações encontradas na agricultura do Nordeste, onde, a exemplo daquela, o pagamento do aluguel da terra absorve frequentemente não só uma parte do lucro ou sobretrabalho dos agricultores, mas também parte do salário nominal que ele receberia em outras condições pela mesma quantia de trabalho (Marx apud. ibid. : 17). Isso implica di-

zer que, o lucro do proprietários coincide e torna necessária a maximização da exploração da força de trabalho, com consequências que rebatem diretamente sobre as condições de vida e estabilidade territorial dos parceiros (Cândido apud. *ibid.* : 27). Nesse contexto, e como pretendemos mostrar, o parceiro, premido por uma relação de trabalho que impede tanto a acumulação quanto a satisfação das necessidades sociais de consumo, desenvolve uma visão negativa ou desfavorável desse regime de trabalho e da sua condição social, visão essa que constitui uma duplicata subjetiva da mobilidade contida na parceria e favorece as relações de comparação, confronto e identificação com outras categorias da sociedade (Bourdieu & Sayad, *op. cit.*, Champagne, *op. cit.*).

Dito isso, a compreensão da dinâmica da parceria em áreas como o Nordeste brasileiro exigiria considerar três aspectos que não foram contemplados nas análises e descrições feitas sobre o problema, como sejam: a dinâmica espasmódica do desenvolvimento, fazendo com que os processos de ocupação e esvaziamento de áreas agrícolas se sucedam rapidamente no espaço e no tempo da formação social; as definições sociais dadas pelos parceiros e a teia imbricada dos contratos pessoais mantidos com os proprietários de terra; os processos de mobilidade sócio-espacial e ocupacional de contingentes de parceiros.

Deixando momentaneamente de lado o aspecto geral da dinâmica espasmódica da agricultura, vale ressaltar que diferentemente do

caso da Inglaterra, considerada o berço do individualismo, as definições sociais da parceria incluem laços de dependência pessoal baseados no favor e na concessão do uso da terra. Nesse sentido, a ausência de lei, especialmente a lei costumeira (common law) construída no cotidiano das relações entre as classes e assimiladas no aparato jurídico-legal da nação, diferencia radicalmente as experiências brasileira e inglesa (Macfarlane, op. cit.).

Outrossim, deve-se salientar a necessidade de entender os padrões de mobilidade sócio-espacial específicos dos parceiros em comparação com outras categorias de agricultores como os moradores do Nordeste canavieiro (Garcia Jr., 1989). Nesta linha de preocupação, este autor chamou a atenção para a importância dos deslocamentos para os mercados urbano-industriais na modificação do universo das representações mentais e das práticas de trabalho dos moradores, fazendo com que estes pensassem as suas condições de origem (caracterizadas pela dominação personalizada e pela imobilização físico-espacial) a partir das novas noções contratuais aprendidas naqueles mercados (ibid.).

Tomando essas contribuições como referenciais, caberia conhecer as definições sociais e representações mentais dos parceiros com respeito aos contratos de uso da terra, condições de vida e processos de mobilidade para poder entender a influência específica dos padrões de deslocamento (para os mercados de trabalho próximos e distantes) sobre as primeiras. Conquanto certos contin-

gentes de parceiros se caracterizem pela grande margem de mobilidade sócio-espacial, não se pode diluir a importância específica dos padrões de mobilidade para a conformação das imagens de mundo que asseguram as identidades dos indivíduos (Habermas, op. cit. : 97. Consequentemente, com a diversificação dos campos e cenários de interação social, os parceiros também se apropriariam ou incorporariam novos elementos produzidos nesses cenários de interação (diferenciação de atitudes, novas formas de reflexão e ação racional para fins), transpondo-os e adaptando-os à sua experiência social de pessoas que não estão completamente submetidas à objetividade das relações de dominação mas conservam um papel histórico e sócio-político ativo no traçado e na realização dos seus percursos migratórios.

De modo geral, e retomando os argumentos sobre as perspectivas de análise, os estudos realizados sob a ótica da articulação possibilitaram avanços fundamentais como: a compreensão das complexidades sociais decorrentes da persistência e transformação de práticas não capitalistas; a identificação e análise das características assumidas pelas unidades domésticas no interior de sistemas histórico-econômicos abrangentes; e o conhecimento dos nexos existentes entre produção e reprodução nos contextos sociais de origem e chegada dos migrantes (Kearney, op. cit.).

Dito isso, a perspectiva da ação individual deu contribuições importantes para se entender as estratégias migratórias se-

gundo princípios que derivam da ação criadora e criativa dos indivíduos (Souza, 1985) para manter ou modificar as suas posições sociais.

C) A perspectiva da ação individual

Uma correção das interpretações centralizadas em fatores exógenos ou macro-estruturais -tal como foram elaborados pelas teorias da modernização e dependência- foi feita pela pesquisa sócio-antropológica voltada para as reações diferenciais à mudança e para o desenvolvimento de modelos de comportamento orientados (Long, op. cit. : 216).

A origem desse modo de pensar as migrações deve ser buscada nos debates suscitados pela aplicação do modelo "push-pull" e dos modelos econômicos de equilíbrio no entendimento dos padrões de deslocamentos circulares ou pendulares. Questionados neste ponto, os defensores dos modelos sistêmicos do "push-pull" e da via única propuseram uma explicação que, deslocando as proposições centrais destes modelos, recuperava o papel dos indivíduos e das expectativas de comportamento na definição e alteração dos padrões de mobilidade espacial. Assim, se o migrante é um indivíduo que muda ou sai de um lugar para outro, isto acontece porque ele está movido pela ambição de conseguir melhores condições de vida (Garbett & Kapferer, op. cit.). Pensada nestes termos, a hipótese do comportamento orientado considera que os migrantes não são passivos ou

não estão anulados pela objetividade das forças econômicas, mas agem como sujeitos dotados de vontade e por isto capazes de avaliarem o ambiente sócio-econômico, construir expectativas de promoção social e seguirem cursos de ação ajustados a estas expectativas.

Embora esta primeira formulação sobre as orientações comportamentais dos migrantes fosse estritamente econômica, ela representou um avanço cujo sentido permanece atual quando se discutem os processos migratórios. Por força de considerações ligadas a existência do comportamento orientado, a ninguém ocorreria a idéia de ver as migrações como simples expressões dos fatos econômicos, ou de negar qualquer margem de escolha aos migrantes. A noção de que o migrante regula a sua conduta de acordo com orientações e expectativas (que não são necessariamente econômicas como queriam os formuladores da hipótese) permite discutir a mudança de orientações individuais e grupais dos migrantes no curso do tempo, levando em conta que estas orientações ou princípios da ação têm implicações sobre o comportamento inter-individual nos lugares de origem e chegada dos migrantes, e sobre os mecanismos de regulação dos deslocamentos por parte dos grupos envolvidos (Sayad, 1977).

No contexto da época, a visão do migrante orientado economicamente possibilitou descrever certas características dos movimentos migratórios como a alternância (ou deslocamentos para trás e para frente entre o campo e a cidade) de indivíduos entre campos

sociais distintos (Mayer. op. cit.), porém não conseguiu dar uma explicação satisfatória para certas variações dos padrões migratórios e algumas das suas consequências em termos de mudança, seleção ou transferência de padrões de comportamento entre esses campos sociais por parte dos migrantes (Mayer, *ibid.*). Tais variações ocorriam nos momentos intermediários das trajetórias migratórias, quando indivíduos saídos do campo pareciam ter fixado residência num determinado lugar mas acabavam fazendo novos deslocamentos para outros lugares, o que pressupõe níveis e consequências variadas em termos de territorialização (ou sedentarização), adaptação e desadaptação, desruralização e desurbanização, ruptura e continuidade de vínculos sociais.

Assim, ao lado daqueles migrantes que se transferem definitivamente para a cidade, existem outros migrantes que após terem se instalado na cidade fazem o percurso de volta e reinstalam-se no campo como agricultores, pequenos comerciantes, etc.. Ora, admitindo que toda conduta humana é orientada por expectativas ou objetivos de vida, os críticos questionaram a visão de que os migrantes ao saírem do campo já tinham objetivos perfeitamente delimitados como poupar dinheiro, afirmando ao contrário que esses objetivos podiam resultar das circunstâncias vividas pelos indivíduos e das condições de participação no mercado de trabalho. Num dos trabalhos de maior repercussão sobre migrações internas, um autor brasileiro que compartilha a visão do migrante economicamente orientado defende que a persistência de expectativas tradicio-

nais entre migrantes de origem rural dificulta ou impede o processo de adaptação destes ao sistema de normas e identificações características do trabalho remunerado permanente (Brandão, 1964) (2).

Os críticos apontaram lacunas na visão dos migrantes quando se tratava de explicar os comportamentos adotados por estes últimos face a situações -como tipo de trabalho, nível de remuneração e condições de vida- que apresentavam grandes diferenças entre espaços econômicos regionais e dentro de um mesmo espaço regional. Evidentemente, em situações em que os indivíduos migravam mas conservavam uma grande disponibilidade para novos deslocamentos, seria pouco ou nada adequado trabalhar com um modelo teórico da ação que toma as orientações valorativas como componentes imutáveis, componentes apriorísticos que precedem a ação no sentido mais amplo e independem por completo das circunstâncias objetivas e dos processos subjetivos que levam o indivíduo a formular, alterar, negociar, atualizar ou manter os seus objetivos ou orientações valorativas.

Além desta hipótese, e para explicar as migrações de retorno ao campo, os defensores da abordagem "push-pull" construíram uma explicação que reconhecia a existência de fatores de atração no campo e procurava identificar as funções econômico-produtivas dos migrantes para seus grupos de origem. Dada a importância dos recursos aportados pelos migrantes nos vários momentos do ciclo

agrícola (plantio e colheita), os indivíduos regulam os seus movimentos de saída e retorno conforme a periodicidade desse ciclo e as obrigações sociais de dar assistência aos seus familiares e amigos. A hipótese da funcionalidade das migrações em relação ao ciclo agrícola parecia explicar certas decisões de retorno, mas deixava em aberto a questão do tempo de duração da estadia e do retorno dos migrantes dos mercados de trabalho. Ao decidir prolongar ou suspender uma permanência que pode durar alguns anos num determinado lugar, o migrante poderia estar sendo influenciado por considerações que extrapolam as demandas do ciclo agrícola.

A rigidez com que foram concebidas estas primeiras tentativas de explicitar o comportamento individual do migrante, levou estudiosos posteriores a desenvolverem uma concepção da migração que incluía a capacidade dos indivíduos escolherem cursos racionais de ação, avaliando o ambiente econômico imediato no qual estão inseridos, definindo metas a serem atingidas e acionando os meios julgados mais adequados aos seus propósitos. De modo geral, este enfoque aplicava o paradigma econômico da escolha racional na análise das decisões dos migrantes, possibilitando fazer um recorte menos impreciso daquilo que vinha sendo chamado de orientação do migrante, embora apresentasse uma compreensão limitada da racionalidade da ação porque baseada na instrumentalidade apenas, ou na adequação meios e fins.

Seja pelo fato dessa abordagem ser oriunda da ciência eco-

nômica (distanciando-se dos supostos estruturais-funcionais correntes nas ciências sociais), seja pelas dificuldades analíticas e teóricas de explicar o comportamento apenas em termos racional-utilitários, o fato é que a noção de escolha racional aplicada aos migrantes foi objeto de sucessivos usos e reelaborações. Assim, desde que os primeiros economistas aplicaram o foco da escolha racional na compreensão dos deslocamentos de populações do Terceiro Mundo até as tentativas mais recentes de contextualizar socialmente e delimitar culturalmente o âmbito das escolhas, os modelos orientados para o ator incorporaram três tipos de contribuição: escolha racional, teoria dos jogos e análise de redes sociais.

As primeiras tentativas de aplicação do modelo racional de escolha do ator eram extremamente ortodoxas em relação aos princípios da ciência econômica. O migrante era considerado como um agente econômico que, a exemplo das firmas e dos empresários, faz escolhas e toma decisões ditadas pelo interesse econômico de maximizar benefícios e vantagens. O procedimento objetivista-instrumental aqui reifica as motivações individuais e elege uma motivação central como princípio único e exclusivo de determinação do comportamento dos indivíduos. O privilégio dado a expectativa econômica dos indivíduos receberem vantagens materiais e sobretudo econômicas fez com que os estudiosos mais ortodoxos excluíssem expectativas de outra natureza como as expectativas ligadas às interações sociais e comunicativas (Habermas, op. cit.).

Nesta perspectiva, estudiosos ortodoxos das migrações africanas apontaram a importância das estimativas dos custos econômicos dos deslocamentos nas avaliações feitas pelos migrantes em termos de oportunidades de mudar ou permanecer num lugar. A conduta orientada para a maximização dos benefícios implicava avaliações e tomadas de decisão específicas quanto aos custos dos deslocamentos, fazendo com que os migrantes inventariassem as despesas financeiras das suas viagens e estadias para verificar as compensações oferecidas pelos deslocamentos e fundamentar a decisão de "mudar de lugar" (Sjaastadt, apud. Garbett & Kapferer, op. cit. : 185).

Preocupado com a orientação objetivista e utilitarista das pesquisas sobre as migrações enquanto manifestações da mudança social e do desequilíbrio dos sistemas sociais africanos, Mitchell (apud., ibid.) propôs um enfoque alternativo dos deslocamentos que passava pela recuperação e aplicação do método sociológico neste campo de estudos. No nível em que se encontrava a discussão sobre os padrões de deslocamentos, aquele autor estabeleceu uma distinção analítica entre os fatores econômicos (ou necessários) capazes de explicar a ocorrência do fenômeno e os fatores sociais (ou suficientes) que produzem variações específicas nestes padrões. Assim,

"Fatores econômicos (escassez de terras, demanda de liquidez e falta de emprego remunerado) não são condições suficientes dos

deslocamentos, porque não explicam as razões de retorno dos migrantes às áreas rurais. Para responder esta questão necessitamos observar os fatores sociais, políticos e pessoais, e suas relações com os fatores econômicos e com os fatores que atraem de volta os migrantes para o campo" (Mitchell, apud. *ibid.*: 187).

Uma limitação apontada nesta versão do migrante como tomador de decisão consiste na dificuldade de recortar e estudar a unidade de análise (o indivíduo), desde quando a abordagem puramente econômica enfocava apenas as condutas racionais instrumentais para a realização de negócios e acumulação de recursos. Isolados estes fatores dos demais fatores sócio-culturais, importantes âmbitos da conduta do indivíduo como aqueles que estão ligados à realidade da vida cotidiana e às interações comunicativas entre indivíduos que compartilham um mundo histórico-significativo, eram ignorados. A ênfase na independência do "homo economicus" e na capacidade deste último dominar o seu ambiente, levou a primeira corrente da escolha racional a desconhecer as ligações inter-individuais com familiares e amigos, deixando de discutir o peso explicativo destes aspectos na ação de migrar.

Conduzida nestes termos, a crítica do economicismo e do utilitarismo patentes das primeiras tentativas ortodoxas de aplicação da escolha racional, complexificou as contribuições anteriores, introduzindo uma visão distinta da conduta humana que é solidária de importantes supostos sociológicos: a abertura da conduta humana

para múltiplas possibilidades e o direcionamento desta conduta pela ordem social ou intersubjetiva que os indivíduos constroem na vida cotidiana (Berger & Luckmann, 1978).

Em contraste com a concepção ortodoxa da ação de migrar, as novas contribuições (baseadas na teoria dos jogos) acentuaram a variedade e flexibilidade das escolhas, levando os indivíduos a se confrontarem com uma gama de escolhas que extrapolam e muitas vezes são determinantes de condutas objetivamente orientadas para a maximização dos benefícios. Outrossim, a evolução dos estudos migratórios ampliou o escopo teórico do modelo do "homo economicus", avaliando as condições de possibilidade das escolhas e decisões, bem como apontando para as consequências estratégicas ou futuras de certas escolhas sobre a trajetória dos migrantes.

Neste sentido, observou-se que a escolha de um curso de ação ou a definição de uma estratégia de ação produzia efeitos ou consequências que se projetavam em outros âmbitos da vida cotidiana, tendo um efeito de volta sobre os cursos inicialmente traçados e fazendo com que os indivíduos se confrontassem com estas consequências em termos de possibilidades e restrições ligadas ao significado da ação para os atores e para outros indivíduos que interagem com estes últimos. Disso resulta duas proposições importantes: (1) uma escolha feita em prol de um curso de ação tem desdobramentos sobre outras decisões no futuro; (2) certas escolhas e oportunidades apresentam-se somente em certos estágios das traje-

tórias individuais e não em outros (Garbett & Kapferer, op. cit. : 188-189).

Para demonstrar estas proposições, considerou-se a importância de conhecer as condições sociais de inserção dos trabalhadores migrantes e os tipos de ocupação assumidos por estes nos mercados de trabalho urbanos para poder explicar as variações de comportamento a nível dos percursos circulares ou pendulares entre o campo e a cidade. Foi apontado que diferentes inserções sócio-ocupacionais, assim como a presença ou ausência de organizações sindicais no ambiente de trabalho podiam afetar o poder de barganha e o grau de satisfação dos trabalhadores, proporcionando segurança pessoal e estabilidade de emprego e conseqüentemente reduzindo o grau de mobilidade dos migrantes (Garbett & Kapferer, *ibid.*).

Retomando um tema levantado no debate sobre o modelo do "push-pull", chamou-se atenção para os diferentes significados assumidos pelas estratégias individuais ao longo da história de vida, levando em conta a importância das propriedades ou atributos individuais e familiares na definição das situações e possibilidades sociais de participação no mercado de trabalho. Propriedades como a idade, o casamento e a prole limitariam o número de escolhas abertas aos indivíduos, contribuiriam para valorizar, selecionar ou não levar em conta certas escolhas. Observou-se por exemplo uma correlação positiva entre mobilidade e juventude, fazendo que os indivíduos mais móveis fossem jovens. O casamento por

sua vez, quando contraído nos lugares de chegada tendia a estar associado com a estabilidade no emprego urbano, embora pudesse atuar também como um fator redutor da atração por um novo emprego (Garbett & Kapferer, *ibid.*: 188-189)

Outrossim, foi colocada a necessidade de não tomar as escolhas como dadas, problematizando o conhecimento ou informação que os indivíduos têm sobre os cursos de ação e as implicações dos mesmos em suas vidas. Qualquer que seja a decisão racional de maximizar interesses, esta decisão depende da distribuição desigual do conhecimento entre os indivíduos e setores da vida social (Berger & Luckmann, *op. cit.*), o que contribui para complexificar e relativizar o alcance das decisões. Além da qualificação e escolarização que permitem os migrantes ingressarem em setores sociais específicos como uma profissão, deve-se levar em conta um âmbito maior e mais difuso de conhecimento que é dado pela noção de "experiência do mercado de trabalho".

Dado esse passo, os estudos sócio-antropológicos passaram a dedicar um grande interesse às formas de participação dos indivíduos em redes de relações formadas por familiares e amigos e para os serviços prestados por estas redes aos migrantes como apoio material e financeiro, fornecimento de informações etc.. Nesta medida, vários estudos demonstraram o papel destas redes na economia de sobrevivência dos migrantes -seja direcionando o sentido dos deslocamentos, seja providenciando acomodações e ajudando o mi-

grante a encontrar uma colocação no mercado de trabalho (Gutkind, apud. Garbett & Kapferer, op. cit. : 190)-, permitindo apreciar a forma pela qual a estrutura de oportunidade, que forma o padrão geral das aspirações e expectativas é manipulada pelas famílias de acordo com suas necessidades e para desenvolver novas estratégias econômicas e sociais (Long, op. cit. : 216). Num estudo brasileiro marcado por esta influência, Durhan (1973) salientou a importância dos grupos de relações primárias na forma como os migrantes de origem rural interpretam e definem as suas necessidades de participação social (nos planos da ocupação profissional e do consumo) e organizam-se para satisfazê-las.

Afora a importância na chegada e na adaptação dos indivíduos, as redes sociais exerciam influência sobre as reações dos migrantes à vida urbana. Assim, certas escolhas e decisões que pareciam ser exclusivamente individuais, assumiam outro caráter quando se levava em conta o contexto mais amplo de relações sociais onde estavam inseridos os indivíduos à exemplo dos vínculos externos mantidos por estes com indivíduos residentes em outros lugares (Mayer, op.cit.). Tais redes de relações podiam ter diferentes graus de complexidade, densidade e extensão espacial, fazendo com que certas redes construídas nas cidades fossem uma extensão de redes sociais existentes no campo e exercessem uma notável pressão moral sobre os migrantes e as decisões tomadas por estes (no sentido de sair do campo, permanecer na cidade ou retornar ao campo), ou atuassem como uma instância de controle das migra-

ções (Sayad, op. cit.).

Em outros termos, a compreensão dos migrantes como indivíduos que fazem parte de redes sociais mais ou menos densas e extensas permitia entender as respostas dadas pelos indivíduos aos conflitos e ambigüidades decorrentes do desempenho de papéis distintos e às vezes contraditórios, respostas que podem implicar a ruptura de certos vínculos ou a assunção plena de outros (Mayer, op. cit.). Ademais, o enfoque das migrações campo-cidade como componentes de um campo social e econômico de relações articulando cidade e campo contribuiu para o exame das decisões tomadas pelos indivíduos visando aproveitar as oportunidades, traçando uma importante distinção entre a visão do indivíduo como tomador independente de decisões e a visão do indivíduo como alguém que escolhe dentro de certas restrições colocadas pela posição que ocupa num contexto particular de relações sociais (Garbett & Kapferer, op. cit. : 194-195).

As outras vantagens desta abordagem consistem em focalizar as variações individuais e grupais dentro de circunstâncias aparentemente semelhantes, examinando as formas como o campo (entendido como uma estrutura local) se articula com o sistema mais amplo, através das atividades de intermediários de diferentes tipos (Long, op. cit.: 216). Tal análise permite apreender a heterogeneidade social do campo e de grupos sociais como os camponeses (ou trabalhadores que conservam meios próprios de vida e dependem da

cooperação familiar para trabalharem a terra), levando em conta a atividade dos mesmos nos processos de reprodução e transformação do espaço social. Ressaltando a necessidade de entender os processos sociais e fluxos de deslocamento a partir das perspectivas dos atores ou portadores das ações sociais, esta abordagem desloca o eixo da análise "de cima" para "baixo" (Long, *ibid.* : 217) ou do exterior para o interior dos grupos sociais. Também proporciona a perspectiva de relacionar os processos e decisões em nível local com as estruturas nacionais, pois trata os grupos rurais como elementos ativos no processo pelo qual ocorre a transformação da sociedade agrária (Long, *ibid. ibid.*).

Entretanto, mesmo nas suas versões mais complexas os tipos de modelos de tomada de decisão apresentam dificuldades. Estes modelos ao se concentrarem nas decisões individuais e nos processos interacionais perdem de vista a compreensão dos mecanismos de integração sistêmica (ou transformações do quadro político e econômico mais amplo) e dos efeitos destes sobre as escolhas e iniciativas tomadas em nível local (Long, *ibid.* : *ibid.*) pelos migrantes e outros indivíduos. Consequente com isso, deve-se acrescentar que os modelos de decisão não dão um tratamento sistemático às maneiras pelas quais o sistema local forma parte de uma estrutura regional e nacional (Long, *ibid.* : 218). Isto leva que a articulação do sistema local com a estrutura mais ampla seja conceituada em termos das atividades de intermerdiários individuais, em lugar de ser vista como uma estrutura de partes representadas por diferen-

tes sistemas de produção ou níveis de controle político, ou pelos agrupamentos sociais de vários tipos (ibid., ibid.).

A segunda dificuldade está relacionada com as fragilidades metodológicas dos estudos empíricos conduzidos sob a influência desses modelos. Conforme já foi apontado pelos críticos, os estudos de comunidades perdem de vista que os limites (políticos, administrativos e outros) são resultantes de processos históricos ou das decisões e ações intencionais de indivíduos do passado, e só têm relevância quando dirigem a atenção para a dimensão contextual que se manifesta nas redes e campos de atividades dos indivíduos e categorias sociais do campo (Vincent, op. cit. : 87). Neste sentido, estes estudos contêm uma visão reificadora ou coisificadora das relações sociais, a qual consiste em tomar um dado território como um micro-cosmo social ou como uma estrutura social completa ou fechada sobre si mesma, confundindo desta forma os espaços de localização geográfica das relações sociais com os campos de relações sociais -que extrapolam e determinam as interações sociais verificadas naqueles espaços (Champagne, op. cit.).

Dadas essas insuficiências dos modelos orientados para os atores, trata-se de incorporar contribuições feitas na perspectiva das relações de dominação para poder conceitualizar a tomada de decisões como um processo que envolve indivíduos e grupos domésticos, os quais buscam se reproduzir a partir de imperativos internos mas dentro de restrições ou facilidades criadas por mecanismos

de integração sistêmica e pelas formas de dominação.

D) Um balanço provisório

A conclusão mais adequada parece ser a de que o valor dos modelos de análise das migrações contemporâneas depende de uma postura atenta em relação às perspectivas teóricas constituídas até aqui, bem como de uma recuperação crítica e de uma visão mais integrada de contribuições diferenciadas que frequentemente foram tratadas como manifestações de pontos de vistas inconciliáveis. Nesse sentido, importa sublinhar aquelas contribuições mais decisivas ou mais atuais para a continuação e aprofundamento dos estudos sobre as múltiplas dimensões assumidas pelos deslocamentos no mundo que vivemos:

(i) Os processos migratórios têm, por sua natureza complexa e diferenciada, implicações específicas sobre os mecanismos de regulação sistêmica da sociedade; estas implicações exigem análises dos movimentos sócio-espaciais de grupos específicos em diferentes contextos de interação e localização social e dos nexos que estes grupos mantêm com o sistema na sua dimensão mais ampla. Neste sentido, e como foi destacado pela literatura, as migrações além de terem uma importante influência na constituição de camadas assalariadas urbanas, podem representar uma via para a constituição ou reprodução de agrupamentos domésticos no âmbito do campo e da agricultura. Das essas possibilidades, a noção de integração

sistêmica deve levar em conta as relações de transformação existentes entre trabalho doméstico e mercado de trabalho, enquanto âmbitos interconectados de relações que se reproduzem pela afirmação e recriação das suas especificidades.

(ii) As migrações dependem de agentes competentes para discernirem e seguirem cursos de ação voltados para a realização daquilo que entendem como sendo seus interesses. Contudo, esses cursos de ação não estão apenas referidos à indivíduos isolados nem se restringem à objetivos racional-instrumentais ou utilitários. As ações devem ser compreendidas num contexto de relações sociais ou mundo sócio-comunicativo criado por indivíduos que compartilham experiências semelhantes, mantêm mecanismos de convivência e são mutuamente afetados pelas decisões tomadas pelos seus membros. Pensados desta forma, os deslocamentos sócio-espaciais remetem para estratégias que são definidas, negociadas, implementadas ou modificadas no interior de redes sociais (formadas por integrantes que são familiares entre si) ou de grupos domésticos que buscam se reproduzir tanto nos ambientes sociais de origem como de chegada.

(iii) As migrações ampliam o campo das interações das categorias sociais, favorecendo a comparação das condutas, o confronto das opiniões e a descoberta de representações (no domínio econômico, social e político) que modificam as imagens de mundo presentes nas tradições culturais e na identidade tanto dos participantes como daqueles que permanecem vivendo no campo.

A partir desse debate, a exposição que se segue está organizada da seguinte forma: Primeira parte, contextualização do espaço rural da Bacia do Paraguaçu; Segunda parte, análise das relações existentes entre os contratos de parceria e os padrões costumeiros (campo-campo) de deslocamentos; Terceira parte, análise da primeira fase dos deslocamentos para o "Sul", com ênfase nas mudanças das perspectivas dos agentes e nas estratégias de capitalização dos agricultores; Quarta parte, análise das transformações externas e internas da parceria, bem como dos novos padrões de mobilidade campo-campo e campo-cidade; Quinta parte, considerações sobre a segunda fase dos deslocamentos para o "Sul" e suas implicações sobre as condições de vida e trabalho rurais.

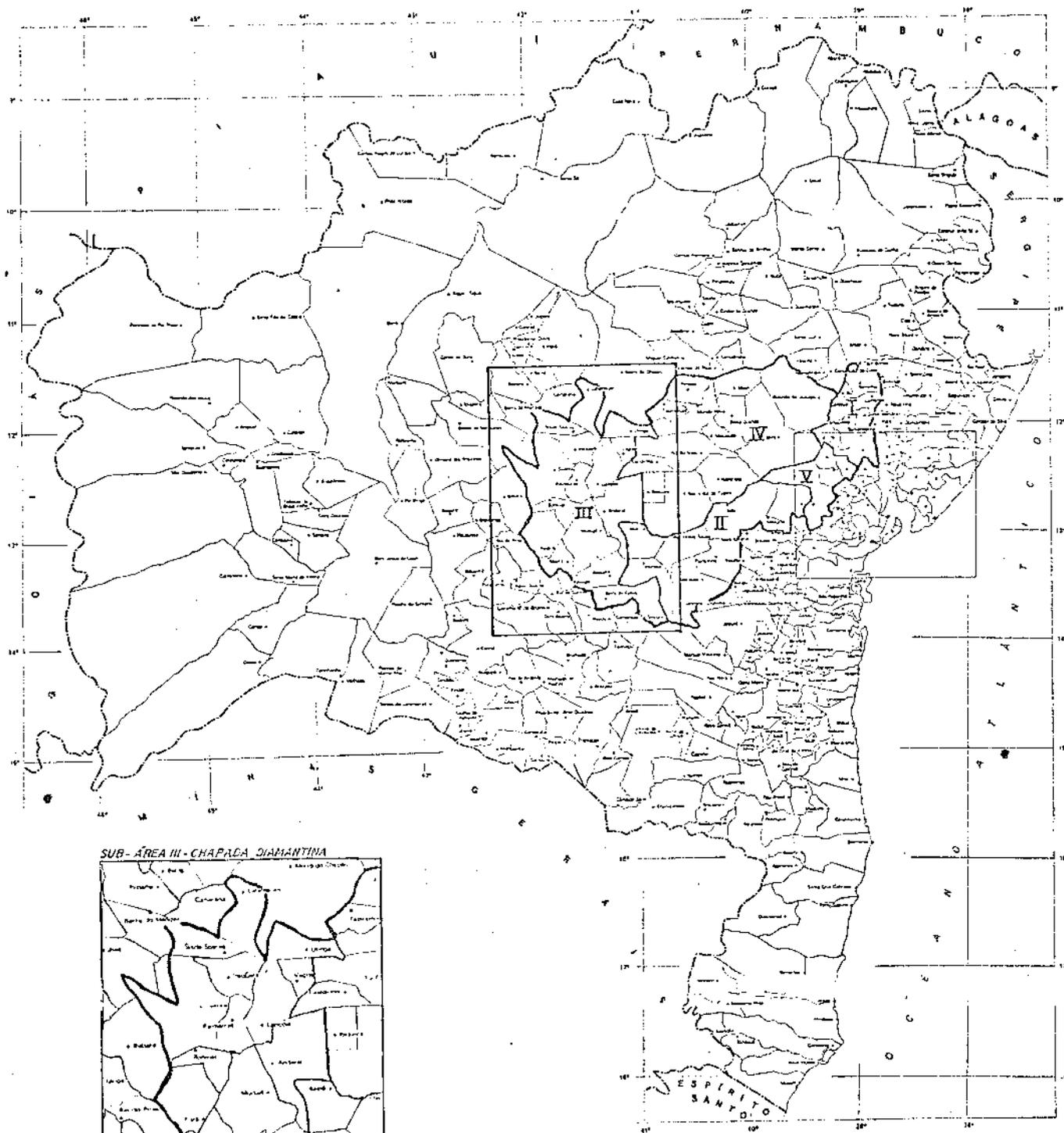
Notas:

(1) O destaque conferido a abordagem da tomada de decisões não desconhece o fato que esta se desenvolveu em grande parte no interior do paradigma da mudança social entendida como modernização do sistema social. No entanto, entre expor a abordagem da tomada de decisões como uma vertente deste último paradigma ou examiná-la em separado, preferimos esta segunda possibilidade porquanto evita dissolver certos achados importantes em discussões que perderam utilidade, permitindo enfatizar a importância da abordagem individualista nos estudos sócio-antropológicos sobre o tema.

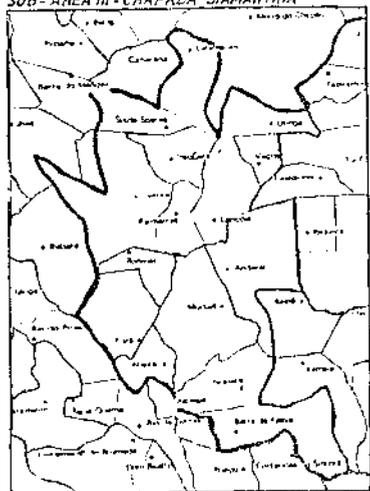
(2) No estudo de Brandão (op. cit.), o migrante é pensado como alguém que está com um pé na cidade e o outro no campo. Isso significa dizer, que o migrante se desloca das áreas rurais para os centros urbanos, procurando aproveitar as oportunidades apresentadas nos mercados de trabalho das cidades, bem como manipulando e se apropriando de recursos materiais e simbólicos para construir o retorno ao campo e livrar-se do trabalho urbano-industrial. Por conta dessas motivações, o migrante estaria ausente politicamente das mobilizações de classe, e quando chega a manifestar interesse pelo sindicalismo, este interesse está contaminado pela busca de vantagens particularistas.

Isso posto, os choques dos migrantes com as condições de vida e trabalho urbano-industriais que foram interpretados pela sociologia das migrações dos anos 60 como manifestações de comportamentos atrasados ou tradicionais, seriam analisados mais adiante como experiências fundamentais na constituição de movimentos sociais urbanos na periferia de São Paulo (Sader, 1977).

REGIÃO DE PLANEJAMENTO DA
 BACIA DO PARAGUAÇU
 ESTADO DA BAHIA



SUB-ÁREA III - CHAPADA DIAMANTINA



Capítulo I

ENTRE A SERRA E A MATA

1.1. Começos da ocupação

Os fluxos de deslocamentos na Chapada Diamantina, uma sub-área da região conhecida como Bacia do Paraguaçu (1) tiveram uma importância decisiva na formação histórica do espaço regional. De modo geral, estes fluxos foram condicionados pelas características do meio natural, pelas frentes de expansão atraídas pelas riquezas do solo, pelos padrões de apropriação e uso da terra e pelos impulsos derivados da formação de uma demanda local e regional para os produtos agro-pecuários.

As primeiras referências sobre o processo de ocupação da Chapada Diamantina datam do final do século XVII, quando os governadores da província ordenavam penetrações sertão a dentro, para sustar os ataques dos indígenas que faziam investidas e causavam sérios danos (Cerqueira, 1980) aos estabelecimentos portugueses no baixo rio Paraguaçu. Outras notícias dessa época dão conta da passagem de bandeirantes que atravessaram e iniciaram o povoamento da área, deixando vestígios de fortins em vários locais à margem esquerda do mesmo rio. Fontes antigas também contam as constantes

lutas que se travaram entre os primitivos habitantes dessas terras -os índios Maracás que viviam entre a serra do Orobó e a margem esquerda do Paraguaçu- e os desbravadores que sucessivamente apareciam para combatê-los (Cerqueira, *ibid.*).

O domínio e expulsão das tribos indígenas pelos bandeirantes, foram seguidos pela concessão de sesmarias e distribuição das terras situadas à leste da Chapada Diamantina, desde Maracás até a serra do Orobó (SIC/IPAC, 1980 : 14-15). Outras glebas de terras também teriam sido distribuídas, poucos anos depois, entre os rios Paraguaçu e das Contas. A ocupação prosseguiu de tal maneira que, na última década do século XVIII, toda a Bacia do Paraguaçu -inclusive a zona de Lençóis- estava doada a proprietários, fechando um cinturão de colonização em torno da Chapada Diamantina, sem porém desbravar esta última (SIC/IPAC, *ibid.:ibid.*).

No extremo sul da Chapada, onde está situada a bacia do rio de Contas, a ocupação também foi iniciada no final do século XVII. Escravos foragidos já haviam se instalado na margem esquerda do rio Brumado, sendo encontrados em 1681 por uma expedição formada por Francisco Ramos e outros desbravadores que ali identificaram um aglomerado de negros.

Rio de Contas rapidamente se tornou um ponto de passagem obrigatória dos viajantes do Norte de Minas e Goiás que se dirigiam para Salvador, utilizando o caminho que era possivelmente o

mais curto. Na década de 1710, como recompensa aos persistentes esforços dos exploradores, foram descobertos veios de cascalho auríferos que atraíram contingentes populacionais e provocaram o rápido crescimento da nova vila. Esta forneceria muitas arrobas de ouro à metrópole portuguesa, chegando a pagar uma contribuição anual para a reconstrução da cidade de Lisboa, destruída por um terremoto.

O surto de ouro, que converteu Rio de Contas no maior centro mineiro da Bahia, teve efeitos contraditórios sobre a economia da província. Por um lado, a mineração acarretou a desorganização da economia açucareira do Recôncavo, devido à drenagem de enormes contingentes de trabalhadores escravos (SIC/IPAC, op. cit.: 16) e de capitais alocados na produção e comercialização do açúcar. Por outro, a exploração do ouro foi um estímulo à interiorização do desenvolvimento -que até então se concentrara no litoral- servindo para desenvolver áreas limítrofes da Chapada Diamantina, como o Vale do São Francisco e a Serra Geral que, com seus criatórios de gado e lavouras subsistência, abasteciam os centros mineiros (SIC/IPAC, ibid.: 16). (2)

Fora desse núcleo de mineração, originou-se um padrão extensivo e disperso de assentamentos humanos que se voltava para a criação, engorda, transporte e comercialização de animais em áreas da Bacia do Paraguaçu que se limitam com a Chapada Diamantina. A resolução do conflito evidenciado entre a agricultura e a pecuária

nas zonas litorâneas que sediavam a "plantation" açucareira havia culminado no deslocamento dos criatórios para longe das terras de cultivo, e na sua fixação -já em meados do século XVIII- nos grandes domínios dos sertões (CPE/SEPLANTEC, 1978 : 94). No que se refere especificamente à Bacia do Paraguaçu, as descrições e mapas dos caminhos de gado mostram que a pecuária se implantou em vários pontos e em especial nas áreas planas que circunscvem o maciço montanhoso. Nestes lugares da Bacia (Rui Barbosa, Itaberaba, Mundo Novo) são estabelecidas as fazendas de soltas, que funcionam para recuperar os rebanhos cansados das longas travessias.

Num destes caminhos utilizados para o transporte do gado para os mercados consumidores do litoral, o gado do sul do Piauí e Norte de Goiás percorria distâncias de mais de 450 milhas para chegar a Jacobina, no norte da Chapada Diamantina (CPE/SEPLANTEC, ibid. : 54). Desse ponto a maior parte das boiadas eram levadas por Morro do Chapéu, para as ricas invernações de Mundo Novo e Rui Barbosa na Bacia do Paraguaçu. Outros caminhos também cortavam o maciço central da Bahia em vários lugares como Lençóis, Ituaçu etc.

Na entrada do século XIX, a Chapada Diamantina apresentava-se como uma vasta região cuja ocupação ocorreu de modo desigual. Sucessivos contingentes populacionais haviam sido atraídos pela mineração em alguns pontos precisos do território, enquanto que a pecuária -e secundariamente a agricultura- desenvolvida nas áreas

de baixadas da Bacia do Paraguaçu também dava a sua contribuição para a ocupação. Evidentemente, quando se fala em processos de ocupação dessa natureza, deve-se levar em conta as suas especificidades. Tanto a mineração do ouro de Rio de Contas como a mineração do diamante, que começou a ser feita no primeiro terço do século passado na Chapada Velha (Brotas de Macaúbas), foram atividades instáveis, que conheceram momentos de "boom" ou de ascensão, seguidos pelos esgotamento dos veios preciosos. Com isto, as levadas de aventureiros que vinham de todos os quadrantes da Bahia e de outras províncias como Minas Gerais se instalavam por um certo período nas proximidades dos garimpos -em acampamentos ou cidades improvisadas- e depois voltavam a se dispersar pelos vastos terrenos montanhosos que dão prolongamento a Serra do Espinhaço.

Quanto ao espaço rural propriamente dito, já eram visíveis os efeitos de especialização de algumas atividades como as explorações pecuária e agrícola. A Chapada Diamantina e as áreas do alto e médio rio Paraguaçu davam a sua contribuição para sustentar a plantation açucareira e a zona litorânea, fornecendo gado bovino para o consumo das populações. As características das terras e as grandes distâncias que precisavam ser vencidas para levar outros artigos para os mercados consumidores foram importantes fatores condicionantes dessa nascente economia agrária, no sentido desta ser uma economia subsidiária da "plantation" açucareira (Henfrey, 1986).

Além destes fatores, os donos de terras da região enfrentaram dificuldades para imobilizar a força de trabalho escravo e dispor desta última para trabalhar nas fazendas. Neste sentido, a fraqueza do aparato repressivo dos sesmeiros que controlavam as terras e a acidentada geografia da região, tornaram esta última um refúgio quase que ideal para escravos fugidos das propriedades (Henfrey, *ibid.*). Assim que, segundo Cerqueira o braço escravo "se transformou em causa do insucesso do desenvolvimento pela formação, nas nascentes dos rios Piranhas, Tupim e Andaraí, dos quilombos ou mocambos, que se constituíam em aldeamentos de negros escravos fugidos. Os mais notáveis foram os que se situaram na zona das matas do Orobó -quilombo do Orobó na serra do mesmo nome, que foi destruído no ano de 1796 por ordem do governador da província" (*op. cit.*).

Analisando a mesma dificuldade encontrada pelos donos de terra para imobilizar os escravos, Henfrey (*op. cit.* : 53) discute alguns dos seus desdobramentos e estabelece uma comparação com o fenômeno da brecha camponesa formada em outras sociedades escravistas do continente americano. Segundo o autor, ao se confrontarem com o problema, os setores dominantes da ordem agrária teriam adotado mecanismos que buscavam a imobilização da força de trabalho escrava, através de uma organização produtiva baseada em escravos que dirigiam seus lotes individuais e vendiam seus produtos à proprietários que também atuavam como comerciantes.

Embora esses trabalhadores tenham pouca autonomia para escolherem e venderem seus produtos, eles não deixam de possuir autonomia na definição do processo de trabalho e no uso do tempo (Henfrey, *ibid. ibid.*). Escravos trabalhando nestas bases constituiriam o que o autor chama de proto-campesinato regional, sem que isto signifique concluir que a partir deste estágio, tenhamos tido uma evolução necessária no sentido da formação de um campesinato. Como será verificado mais adiante, o desenvolvimento social se deu pela substituição dos trabalhadores escravos por trabalhadores classificados como agregados, moradores e meeiros, os quais combinam uma situação estrutural de dependência com margens variáveis de autonomia que se expandem e contraem conforme a dinâmica dos empreendimentos pecuários.

São estes empreendimentos pecuários que se expandem nas baixadas e planaltos, ocupando as terras úmidas de matas que são derrubadas e substituídas pelas pastagens. Este ciclo de ocupação pela derrubada da cobertura vegetal original e plantio de capim, obedece à padrões técnico-econômicos e sociais que ficaram definitivamente incorporados à paisagem agrícola do maciço montanhoso. Entre a derrubada da mata e a formação das pastagens, há um lapso de tempo que permite a formação de roças cuja principal função é proporcionar uma contrapartida do proprietário aos trabalhadores, que realizam os trabalhos necessários para incorporação das novas terras à pecuária. Por isso mesmo, a agricultura da região aparece como um empreendimento subordinado e instável, que não assegura

uma perspectiva mais duradoura de permanência do homem na terra.

Além dessas roças temporárias que estão incrustadas nas fazendas de gado, a agricultura tende a se expandir naquelas terras que não se prestam para a formação de pastagens, seja por formarem áreas muito reduzidas como nas áreas conhecidas como pés de serra, seja pelas condições acidentadas do relevo.

Era este o quadro existente na região, quando a descoberta de diamantes na área, que passou a ser conhecida como Lavras Diamantinas em 1844, veio imprimir uma nova vitalidade à economia mineira que identifica a Chapada Diamantina, com conseqüências que se fariam sentir na agricultura.

1.2. A corrida do diamante e a economia agrícola

As primeiras descobertas de diamantes na Chapada Diamantina Meridional ocorreram na freguesia de São João do Paraguaçu, atual município de Mucugê, e mais precisamente nas terras de gado do sargento-mor Francisco da R. Medrado, tido em toda a região como um poderoso senhor de terras e escravos (Simões, 1977 : 62-63).

As notícias destes e de outros achados em Mucugê, Andaraí, Lençóis e Palmeiras, rapidamente fizeram afluir um grande número de indivíduos procedentes das mais diversas partes do território nacional, principalmente de Minas Gerais e da zona do Recôncavo da

Bahia. Para ali também convergiram estrangeiros como arábes, judeus, franceses e, sobretudo, africanos, que chegaram como escravos (Senna, 1989). Essa afluência de pessoas logo ocasionaria o crescimento da população dos núcleos de exploração de diamantes e povoados, levando com que estes fossem gradativamente se tornando cidades e elevados a municípios. Assim surgem os municípios de Lençóis, Andaraí e Palmeiras, desmembrados da Vila do Paraguaçu em 1856, 1884 e 1890 respectivamente.

Somente no município de Mucugê o afluxo de um número considerável de pessoas, comporia uma população estimada entre 12.000 e 28.000 habitantes em 1880, um número considerável para lugares como esse na época. Intelectuais, cronistas e viajantes -que eram ligados à elite social do garimpo ou estavam de passagem pelas Lavras- ao descreverem o rápido crescimento ou expansão desses lugares da Chapada Diamantina naqueles anos, falam que em poucos meses, a partir da data das primeiras lavras, afluíu uma numerosa população de cerca de 25.000 pessoas (Cerqueira, apud. Simões, *ibid.* : 63-64).

Segundo Neves, um escritor regional que registrou a corrida das pedras preciosas em Mucugê, o ritmo das transformações foi tão intenso que parece ter havido um toque de magia: "Como por encanto surgiam do solo numerosas povoações que mal podiam conter a população flutuante, passageira, pronta sempre a abandonar seus recentes lares, por nova e mais prometedora descoberta. Parte da p-

pulação se fixou; as necessidades do comércio, circunstâncias especiais e, mais que tudo, a afluência de famílias que não poderiam, por muitas razões, acompanhar o viver ambulatório e quase nômade dos garimpeiros, formaram núcleos, centros que se tornaram depois outros 'comércios', povoados hoje grandes e florescentes, animados por imensa população e ativíssimo comércio" (Neves, apud. Simões : 64-65).

Um segundo escritor regional de Andaraí, ao caracterizar a composição social e o estado de espírito da sociedade das Lavras, confirma pelas falas dos seus personagens a chegada de numerosos forasteiros atraídos pela abundância de diamantes e facilidade de exploração de garimpos, que fizeram a área adquirir o prestígio de uma espécie de Terra Prometida: "Com as notícias dos garimpos ricos ... toda a espécie de gente vem tentar a sorte aqui, e cada forasteiro que chega, sem nada trazer de seu, é mais ganancioso do que o outro" (Salles, 1975 : 159).

Nas palavras de Salles, Andaraí transformou-se numa fervilhão de aventureiros ou formigueiro humano dos garimpos, pela afluência em massa, "de gente que não prestava, de gente atoa, sem pouso nem destino certo, numa instabilidade que resultava em permanente agitação, tornando impossível a manutenção da ordem" (Salles, *ibid.* : 160). A instabilidade social e econômica do formigueiro humano dos garimpos (*ibid.* : 171) refletiu-se no escasso valor da vida humana individual e na precariedade dos laços de fa-

ília. Famílias estruturadas ou arraigadas, no dizer de Salles, eram exceções neste turbulento reduto de aventureiros, onde proliferava a prostituição, as ligações temporárias, as famílias chefiadas por mulheres e compostas por filhos naturais.

Sobre a composição social ou formas de estratificação, vários autores também concordam que a sociedade da serra passou por duas fases bem claras: a fase das primeiras descobertas e a fase da organização da exploração comercial dos garimpos. Assim que, segundo Salles: "No tempo das primeiras descobertas, aqueles garimpos não conheciam dono. O povo trabalhava à vontade, nos achamentos e nos serviços de mergulho, mas logo veio o Coronel Joca de Carvalho com os seus Títulos de Terras e Minas, com os seus registros de lotes reconhecidos pelo Governo, e estabeleceu domínio particular sobre o vale" (Salles, *ibid.* : 18).

Por sua vez, Senna relata que os contingentes vindos de vários pontos do país -entre os quais haviam muitos indivíduos pertencentes aos segmentos médios dos seus locais de origem-, não formavam a rigor grupos estratificados em classes (Senna, *op. cit.* : 12). O nascimento de uma sociedade estratificada teria ocorrido a partir da chegada de senhores e comerciantes ricos com séquitos de escravos, que compraram ou se apossaram dos terrenos mais valiosos e organizaram seus próprios garimpos com os negros cativos. A expansão das atividades de extração e comércio de pedras ensejaria a formação de um segmento médio formado pelos comerciantes de

pedras (capangueiros ou pedristas), controladores do capital comercial -trazido de outros lugares ou adquirido na Serra- que foram com o tempo, por não estarem presos à disputa de propriedade e à necessidade de vigilância dos garimpeiros, deslocando ou tomando o lugar do segmentos de donos de serra na intermediação do diamante (Senna, *ibid.* : 6).

A base da pirâmide social formada por escravos e homens desclassificados que trabalhavam nos garimpos foi substituída por trabalhadores livres ou meias-praças, que recebiam uma remuneração semanal pelo trabalho que faziam nos garimpos, mas que estavam atados aos donos de serra pelo sistema de endividamento pessoal conhecido como barracão. Assim é que, dado um contrato de remuneração prevendo o pagamento de uma quantia semanal "essa importância não era fornecida em dinheiro, mas sim em vale assinado pelo coronel, e destinado ao barracão do garimpo por ele montado especialmente para este fim: o de fornecer em gêneros alimentícios, a cada garimpeiro, a importância correspondente à sua remuneração semanal" (Salles, *op. cit.* : 32). A dificuldade para controlar o trabalho de uma população móvel como a que frequentava os garimpos, assim como a busca de super-lucros e a tradição escravista do mando, favoreceriam o emprego da coerção física nas relações de trabalho.

A exploração do diamante se concentrou na serra e em trechos das margens do Paraguaçu e seus afluentes. Quanto a parte não mon-

tanhosa de Andaraí, formada por terrenos argilosos e calcários e coberta por uma espessa vegetação de mata alta, ela demoraria ainda algumas décadas para ser explorada. Neste sentido, a economia diamantífera estava concentrada na serra e seu dinamismo da economia do diamante pouco ou nada contribuiu para o desenvolvimento de outras atividades. O caráter urbano da sociedade se expressa no desenvolvimento repentino de novos assentamentos humanos em zonas anteriormente desertas, assentamentos que estavam desvinculados ou não eram complementares do campo e se converteram em cidades fantasmas com o esgotamento das lavras no início deste século (SIC/IPAC, op. cit.: 20). Tais aldeias, vilas e cidades diamantíferas da serra chegaram a ser qualificadas de prematuras, pois só depois de criadas é que surgiu uma agricultura de alimentos para abastecê-las e mesmo assim de forma precária, o que produziria graves crises de desabastecimento como as fomes de 1859/62 provocadas pelas secas e outras crises acontecidas neste século.

Os fornecimentos agrícolas vinham das zonas agro-pecuárias da Serra Geral e do São Francisco que se desenvolveram com o surto de ouro em Rio de Contas e com o comércio de gado na província, e depois se voltaram para os novos mercados criados pela exploração do diamante. Outras áreas mais próximas das Lavras, como a do Rio Santo Antônio e do Pati, especializaram-se na produção de artigos perecíveis como frutas e hortaliças para atender as populações de Andaraí e Lençóis. O plantio de cana para a fabricação de aguardente, para o abastecimento do garimpo, ganharia uma certa impor-

tância em áreas como Seabra e posteriormente a Mata de Andaraí.

Em linhas gerais, a mineração do diamante -cuja decadência se efetivou nas primeiras décadas do século XX- gerou, a exemplo de outros segmentos da economia exportadora da Bahia, uma grande massa de riquezas que nunca foi aplicada na diversificação da estrutura econômica local. A dinâmica da exploração conheceu oscilações profundas que refletiram e ao mesmo tempo contribuíram para manter a fragilidade econômica. Assim, da descoberta das minas em 1844 aos nossos dias, as cidades mineiras das Lavras vem sofrendo, ao nível da sua estrutura social, toda a sorte de impactos causados pelo exercício de uma atividade marcada pelo um caráter aleatório, a garimpagem. Durante esses anos, sua população conheceu e vivenciou altos e baixos, períodos de prosperidade e de crises mais ou menos passageiras, a depender da situação econômica da Bahia, do país, da frequência dos achamentos, do comércio nacional e internacional, da qualidade do produto (Simões, op. cit. : 65).

Outrossim, as características da mineração como atividade dominante, juntamente com o imediatismo e o ethos econômico associados ao garimpo (3), foram fatores que incidiram no não desenvolvimento de atividades econômicas alternativas como a agricultura, que pudessem amortecer os impactos depressivos causados pelo declínio do garimpo. Essa falta de interesse pela exploração agrícola por parte das camadas dominantes, faz parte de um contexto social onde o baixo valor econômico da terra, contrasta com o sig-

nificado desta última enquanto indicador de prestígio e instrumento de controle de agricultores pobres e dependentes.

De modo que, no que se refere ao município de Andaraí, enquanto a serra começou a ser explorada com a descoberta de diamantes em meados do século passado, as terras de mata do município permaneceram praticamente inexploradas até a década de 1920, sem que praticamente ninguém se interessasse pelo desenvolvimento de qualquer atividade econômica significativa (Salles, s/d). Para este quadro de quase total abandono, concorreram as evidentes dificuldades de penetração e exploração de uma área tropical isolada e inóspita, onde abundavam animais silvestres e o temível mosquito da malária.

Juntamente com este fato, os grandes proprietários não dispunham de capital para explorar as matas de sua propriedade ou quando estavam em condições de o fazer, concentravam todas as suas atividades no comércio de diamantes (Salles, *ibid.* : 163). Desta maneira, não haviam agentes econômicos capazes ou interessados em aplicarem capitais na abertura e expansão de fazendas agro-pecuárias, uma vez que os lucros eram mais do que duvidosos pela inexistência de alternativas de escoamento e comercialização da produção. De resto, as categorias dominantes locais e estaduais estavam empenhadas na acumulação de lucros com a extração e comércio de diamantes, e não tinham maior interesse -enquanto a mineração não desse sinais de esgotamento nas duas primeiras décadas do sé-

culo- em desviar recursos dessas atividades altamente rentáveis, para aplicar numa atividade que não tinha o mesmo apreço que o garimpo. Neste sentido, Salles comenta que desde a descoberta dos diamantes em meados do século XIX, a população de Andaraí só acreditava no garimpo, entregando-se de corpo e alma ao mesmo e não dando nenhum valor ao potencial extrativo e agrícola existente na zona de mata do município (Salles, *ibid.* : 64).

Alguns poucos donos de garimpo enriquecidos e figurões do coronelismo local até que fizeram certas tentativas para diversificar os investimentos concentrados na mineração e comércio de pedras preciosas, mediante a ocupação de terras devolutas do Estado e aproveitamento econômico de faixas de terra mais próximas da zona de serra. Assim, registra-se que, enquanto a população concentrada na parte serrana de Andaraí só pensava no garimpo, aqueles se apoderavam de tudo o que podiam nas matas do município, invadindo terrenos do Estado e requerendo posse sobre todas as terras com base em falsas benfeitorias (Salles, *ibid.* : 87). Contudo, a predominância dos fatores já mencionados não permitiu que essas tentativas de aplicação dos lucros do garimpo na agricultura fossem adiante (4). As fazendas pertencentes aos donos de garimpo nunca chegaram a consolidar-se, sendo mais uma ocupação ocasional ou atividade secundária, do que empreendimentos econômicos capazes de nortear um processo de acumulação econômica.

Entre os donos de terra que podiam ser definidos mais prc-

priamente de fazendeiros, alguns poucos se dedicavam à uma atividade pecuária -complementada pela produção agrícola de meeiros -bastante reduzida, dado que não dispunham de capitais para intensificar a exploração. O gado destas fazendas era comercializado na cidade de Itaberaba, para onde era transportado através de uma precária rede de caminhos. O trabalho de agricultores parceiros desempenhava um papel fundamental na derrubada, queima e destoca da mata, para o plantio de culturas de ciclo curto e capim.

Nesse contexto, as poucas fazendas existentes na Mata de Andaraí estavam voltadas para a venda de gado no mercado de Itaberaba e para a venda de produtos agrícolas cultivados no seu interior por agricultores meeiros, e apresentavam uma combinação específica de relações de produção e modos de gestão produtiva. Tinham fazendas quase que totalmente cobertas de mata, fazendas de criação mais consolidadas, fazendas de proprietários ausenteístas e fazendas administradas pelos próprios donos. As fazendas exclusivamente de criação só empregavam a família do vaqueiro encarregado do rebanho, enquanto as fazendas "mistas" davam terrenos para agricultores de meia trabalharem a troco da divisão do produto, do direito de compra de parte da produção e da realização de trabalhos de desmate, destoca e queima da mata -para o plantio de pastagens solteiras e consorciadas (ou combinadas) com culturas alimentares.

Os pequenos agricultores instalados na Mata de Andaraí, dedicavam-se principalmente às culturas da mandioca e da cana para

auto-consumo e comercialização. No que se refere à cana, esta era cultivada para a fabricação de rapadura, alimento básico dos garimpeiros da Chapada Diamantina, tendo florescido no auge do garimpo e entrado em decadência com a diminuição de importância do mesmo. As terras eram lavradas de meia em pequenas áreas de mata derrubada, queimada e destocada com o auxílio de instrumentos de corte e do fogo. Ao mesmo tempo que a mata tropical era um sinal da fertilidade da terra, ela era vista como uma ameaça e uma fonte de perigos representados aqui pela ferocidade dos animais predadores, as picadas de cobra e as doenças transmitidas pelos mosquitos da malária. Para protegerem as suas roças os roceiros travavam uma luta constante contra animais invasores como porcos do mato, tatuís, preás e outros roedores, que atacavam as roças e arruinavam as colheitas (Salles, *ibid.* : 111), mas podiam ser utilizados como caça para complementar a dieta alimentar.

Além desses aspectos, as formas de interação e as estratégias de adaptação dos roceiros ao meio ambiente eram mediadas pelas condições de utilização da terra estabelecidas pelos fazendeiros donos da mesma. Para poder ter acesso à terra e plantar uma roça, o agricultor precisava da autorização do proprietário que, em caso de interesse, "dava" àquele uma área para ocupar temporariamente, a troco de vantagens como contar com a força de trabalho do agricultor para serviços da fazenda, receber a metade da produção colhida e ter primazia na compra do que ficou para o agricultor depois da divisão da produção. Pelo contrato de meia, a perma-

nência do agricultor no interior da fazenda, podia ser interrompida em qualquer momento, pela vontade de qualquer uma das partes. Contudo, se a iniciativa de "prender" a terra e acabar com o contrato de meia partisse do fazendeiro, este não se sentia obrigado a oferecer nenhum tipo de compensação pelo trabalho ou pelas benfeitorias deixadas pelo meeiro. No caso de resistência do agricultor, este encontrava-se isolado face ao poder do fazendeiro, por impossibilidade de encontrar proteção legal de tribunais de justiça, e acabava sendo obrigado a acatar a vontade do dono da terra.

Em resumidas contas, a abundância de recursos naturais e a luta dos roceiros para trabalharem nas roças, não eram suficientes para satisfazer o consumo socialmente necessário, o qual estava limitado ao mínimo indispensável como querosene, rapadura e café, além do sal para conservar as carnes de caça (Salles s/d, : 8). Dada a precariedade dos meios de vida dessa gente, não é de estranhar que a população vivesse sob a ameaça permanente da fome e que a satisfação das necessidades alimentares fosse vista como uma graça divina (Salles, *ibid.* : 28).

Essa situação vai sofrer alterações com a exploração madeireira da Mata de Andaraí, a partir da última década do século passado com a construção de novas vias de comunicação que visavam explorar as riquezas do interior do Estado e possibilitar a reativação da economia do Recôncavo e de Salvador.

1.3. A exploração madeireira

A exploração madeireira na área conhecida como Mata de Andaraí iniciou-se com a construção de um ramal ferroviário ligando o Recôncavo da Bahia com os contrafortes da Chapada Diamantina, em 1887 (5). Este ramal, ligando Queimadinhos à Machado Portela, tinha sido aprovado por decreto oficial de 1883, que autorizava a construção de linhas na direção das matas de Orobó e o prolongamento da estrada até o vale do Rio de Contas, no extremo sul do maciço, a partir de Machado Portela. Posteriormente em 1923 este ramal foi aumentado com a construção de um novo trecho de 23 km até a localidade de Itaetê, que fazia parte, então, do município de Andaraí.

Nestas condições, a construção dos ramais ferroviários ligando o Recôncavo aos contrafortes da Chapada Diamantina Meridional, colocava as florestas tropicais de madeiras nobres, como o ipê, peroba e pau-d'arco que cresciam nos terrenos calcários do maciço central, ao alcance de comerciantes sediados na capital do Estado interessados na extração de madeiras para exportação.

Para empreenderem essa atividade extrativa, os comerciantes da Salvador e seus prepostos locais estabeleciam contratos de compra de árvores com os donos das terra. O estabelecimento dos contratos era precedido por contatos e visitas dos prepostos às fazendas, visando avaliar o potencial extrativo e estimar o rendi-

mento industrial de um determinado trecho da mata, em termos de ocorrência, número, diâmetro, comprimento das espécies de árvores procuradas. Posta essa preocupação mercantil dominante, não se cuidava da importância das espécies em si mesmas e no ecossistema da mata tropical, assim como não eram previstas medidas para reflorestar as áreas desmatadas e impedir que a devastação acarretasse perturbações climáticas desastrosas para aquela extensa área (Salles, *ibid.* : 119).

Pelos contratos, os agentes comerciais compravam os direitos de corte e extração das árvores que interessavam a eles numa determinada área de propriedade do sesmeiro ou fazendeiro. Além de pagar os proprietários de terras, os comerciantes forneciam as ferramentas e caminhões necessários para o corte e transporte das madeiras, encarregando-se de trazer trabalhadores ou "pauzeiros" de outros pontos do Estado para fazerem esses serviços. Uma vez comprados os direitos de extração de uma dada área, eram abertos carreiros para permitirem o acesso e formavam-se clareiras no meio da mata, onde os pauzeiros acampavam em barracos cobertos de casca de árvore, enquanto cortavam toras e aguardavam o momento que o caminhão os levaria para se distraírem na sede de Andaraí. As firmas procuravam oferecer algumas compensações para os pauzeiros pois, depois que estes chegavam e com o correr do tempo, eles abandonavam as matas e iam para a serra, sobretudo quando se descobria um garimpo novo (Salles, *ibid.*).

Cortadas todas as madeiras de um trecho, os contratantes po-

diam renovar ou não o acordo para incluir novos trechos da mata. Em certos casos, os fazendeiros sentindo-se lesados por comerciantes que cortavam mais árvores do que havia sido estipulado, preferiam suspender as transações de venda de madeira bruta para os segundos. De modo geral, os fazendeiros se beneficiaram com essas transações, pois recebiam uma renda em dinheiro sem terem necessidade de dispendir nenhum recurso próprio. Além do "pauzeiro", que aportava a força de trabalho, das ferramentas e caminhões, o comerciante assumia também os custos de abertura de caminhos e estradas vicinais por dentro das terras, o que muito contribuiu para a valorização destas.

Uma vez extraídas as madeiras, estas eram transportadas por caminhões até as margens do rio Paraguaçu ou dos seus afluentes, onde eram jogadas na água ou comboiadas de canoa pelo pessoal das firmas, para que chegassem à localidade ribeirinha e ramal ferroviário de Itaetê e dali fossem embarcadas de trem para o Recôncavo da Bahia.

Tendo em vista as vantagens oferecidas pelos "pauzeiros", seria interessante conhecer o montante de recursos recebidos pelos fazendeiros nessas transações de madeira. Sem que se tenha evidências que permitam discutir esta questão, o que se sabe é que os proprietários de terra foram aumentando a sua participação e margem de lucros nos negócios efetuados, como consequência do crescimento da procura e da intensificação da concorrência entre comer-

ciantes que operavam no ramo. Os proprietários passaram a receber créditos e adiantamentos monetários para comprarem equipamentos, pagarem mão-de-obra e assumirem as funções de corte, extração e transporte de madeiras, que antes eram realizadas por agentes contratados especialmente para isto pelas firmas comerciais (Salles, *ibid.*). Os contratos estabelecidos inicialmente entre comerciantes e proprietários, foram dessa maneira sendo substituídos por novos arranjos que expressam uma modificação na posição dos agentes. Ao lado de fazendeiros que se lançaram na atividade extrativa com o apoio do capital comercial, comerciantes interessados na exploração madeireira tornaram-se proprietários pela compra de terras na área.

A devastação empreendida por uns e consentida por outros prosseguiu durante duas décadas, até quando foram liquidados os estoques de espécies nobres e os negócios de madeira começaram a escassear no município. Nesses poucos anos, os madeireiros haviam destruído o patrimônio natural e devastado a mata (Salles *ibid.* : 107), mas fizeram negócios que possibilitaram retornos para os capitais investidos e acarretaram mudanças para a economia do município. Os comerciantes vieram de fora trazendo recursos para organizar a exploração madeireira, o que repercutiu sobre diferentes planos de atividade. Primeiro, criou-se uma rede de caminhos que facilitou a penetração e ocupação da floresta tropical. Segundo, os fazendeiros, a partir dos rendimentos e créditos recebidos, conseguiram elevar seus níveis de acumulação, credenciando-se para

aumentarem a sua participação nos negócios de madeiras, bem como para dar mais impulso ao desenvolvimento -no momento em que a madeira começou a esgotar- de atividades agro-pecuárias. Terceiro, a atuação dos novos agentes econômicos gerou novos fatos econômicos porquanto os negociantes que investiram recursos na compra de terras, procurariam valorizar as mesmas mediante o desenvolvimento de novos projetos como a colonização e a pecuária.

1.4. A frente de expansão agrícola

A exploração madeireira devastou a chamada mata alta formada pelas árvores de grande porte ou maior valor comercial, deixando no seu lugar a vegetação de mata baixa, formada por remanescentes da mata alta (a chamada mata baixa) e espécies vegetais de menor porte e de pouco valor comercial. Embora o desmatamento praticado pela extração de madeira tenha produzido estes efeitos devastadores sobre a floresta tropical, a forma de extração seletiva, controlada e sem uso do fogo, contribuiu para poupar grandes extensões de matas. Afora os carreiros abertos, as clareiras e lugares de derrubada das madeiras de lei, o comércio de madeiras deixou quase que intacta a cobertura vegetal que não lhe interessava.

Esta primeira forma de desmatamento deve ser diferenciada da forma cujo objetivo é fazer a limpeza da terra e destruir os restos da cobertura vegetal original para a implantação de roças e pastagens. Neste caso, o desmatamento atinge vertical e horizon-

talmente o ecossistema da mata tropical, pelo alto potencial destrutivo do fogo e pela dinâmica de propagação da agricultura.

Ora, considerando o caráter incipiente das atividades agropecuárias e o esgotamento da extração madeireira, em fins da década de 40, os negociantes de madeira tiveram um papel decisivo na valorização das terras e na expansão da agricultura, através do loteamento e revenda das terras para roceiros desejosos de se instalarem nessa faixa de terras férteis. Dado esse impulso inicial, centenas de novos estabelecimentos agrícolas e pecuários surgiriam nos anos seguintes, das subdivisões de mais de 350.000 ha de terras pertencentes às sesmarias dos Cincorá de Andrade, de Alvaro Ribeiro Sanches, dos Medeiros Neto, de João Camilo de Matos e da Agrícola de Una - uma propriedade com cerca de 280.000 ha (Oliveira, 1991 : 10).

Segundo Oliveira, o negociante que iniciou o loteamento de terras na área, o processo de colonização começou numa área de 5.000 ha de terras desmembradas do grande domínio dos Sincorá, que foi adquirida por ele em 1947. Tratava-se de uma área inexplorada que apresentava-se "coberta de matas da melhor qualidade, ricas em madeiras de lei. A finalidade da compra foi a exploração madeireira. Após a extração dos cedros, ipês, paus d'arcos e perobas, as únicas comerciáveis naqueles tempos, ficamos com uma parte da gleba sem finalidade econômica, especialmente porque, embora excelentes para a agricultura, as terras eram calcárias, portanto poro-

sas, não permitindo a formação de aguadas na superfície, sendo por este motivo, inservíveis para a pecuária, na sua parte mais alta. Na sua frente, como divisava com o Rio Paraguaçu, 6 km, desmembramos dois mil hectares para formação de uma fazenda de pecuária" (Oliveira, 1991 : 5).

Entre os motivos do comerciante Oliveira para fazer o loteamento, estava a necessidade de livrar-se da terra, aumentando os lucros, pois ele já havia tido retorno do capital investido na madeira. Isso posto, o comerciante acrescenta que: "Não havendo condições mesmo remotas de vender esta parte da propriedade (a parte mais alta da mesma), castrada de sua maior riqueza (a madeira), tivemos idéia de loteá-la, vendendo-a desta forma aos agricultores da região. Todavia para que houvesse êxito, se incluía no plano orientação técnica, módulo familiar, financiamento aos agricultores, construção de estradas e garantia dos preços mínimos na época da colheita, para que estes não se aviltassem, dando total segurança aos eventuais adquirentes dos lotes" (ibid. : ibid.).

Em sua primeira fase, o projeto de colonização consistiu no loteamento de uma área de 1.000 ha -posteriormente acrescida com mais 1.000ha- em pequenos lotes de 20 ha, vendidos para compradores escolhidos entre agricultores vocacionados ou "homens nascidos e criados amanhando a terra". Somente esta categoria de homens poderia trabalhar, nas circunstâncias de uma terra a ser desbravada e ocupada, sem maiores compensações financeiras, dispondo-se a pa-

gar a renda da terra exigida e ainda por cima proporcionar um sobrelucro comercial aos organizadores do projeto. Os agricultores tinham prazo de três anos para o pagamento do lote total vendido, vencendo-se as prestações anualmente. Entre as condições para ser aceito como candidato a comprador dos lotes, estava a obrigação do agricultor plantar somente aquilo que era determinado pelo comerciante que vendeu o lote. Além de financiar roças e sementes para aqueles que não possuíam condições financeiras, o projeto oferecia garantias de preços estabelecidos previamente e garantia de aquisição da safra (Oliveira : *ibid.*).

As condições de organização e funcionamento do projeto iam muito além de uma simples operação de loteamento e venda de terras, uma vez que para os agricultores serem aceitos como colonos eles eram obrigados à plantarem somente aquilo que era determinado pelo organizador do projeto, transformando-se assim em fornecedores de produtos agrícolas para o comerciante e suas conexões agro-industriais em Salvador. Coincidindo com a expansão da demanda de óleos industriais, a mamona -apesar de ser desconhecida e de despertar resistências entre os agricultores- foi a cultura escolhida por razões agro-técnicas e econômicas que se prenderam aos interesses e ditames do complexo agro-industrial liderado pela multinacional Sanbra. As evidências desta vinculação do projeto com o capital agro-industrial podem ser encontradas em vários níveis: na assistência técnica proporcionada por agências governamentais; no fornecimento de créditos e sementes selecionada por

parte da multinacional Sanbra; na posição monopsônica desta última como compradora das safras de mamona dos agricultores do projeto.

Desde o início, o projeto atraiu levas de agricultores oriundos dos municípios vizinhos que vinham em busca de trabalho e sobretudo de terra para comprar, fazendo com que uma efervescência de vida tomasse conta da região (Oliveira, *ibid.*). Aberta a frente de expansão, não faltava trabalhar duro para os roceiros: estes se viram solicitados à trabalhar tanto na preparação da terra para o plantio da mamona nos seus lotes -através da derrubada, queimada e destoque da mata baixa-, como na construção da infraestrutura de escoamento da produção -uma estrada de 20 km ligando a Mata com a estrada que dá acesso à sede municipal. Esta estrada era absolutamente imprescindível para a comercialização da safra de mamona, e na falta de créditos e ajuda oficial para resolver o problema, o comerciante Oliveira resolveu mobilizar 50 agricultores entre as famílias de colonos assentados para trabalhar na construção manual do trecho viário.

Este ciclo de ocupação pela derrubada e queima dos remanescentes da floresta tropical para o plantio da mamona e outras culturas, obedeceu a padrões técnicos e ecológicos oriundos de populações tribais, que foram assimilados pelos agricultores e incorporados na paisagem agrícola da Chapada Meridional. Neste contexto, o uso do fogo ou a prática da queimada foi o principal instrumento auxiliar dos agricultores, dada a necessidade de economizar

força de trabalho num empreendimento -a limpeza da terra- que podia ser bastante ingrato por conta das dificuldades físicas colocadas pela mata a ser derrubada e da grande capacidade reprodutiva de ervas e cipós tropicais em meio aos terrenos já limpos e desmatados.

Algumas espécies de árvores da mata baixa proporcionavam rendimentos comerciais aos agricultores, e por esta razão eram derrubadas e vendidas em toros para compradores de madeira que ainda continuavam a atuar. Em outros casos, nem essa vegetação de maior interesse comercial era poupada do fogo e as roças iam sendo plantadas em meio de trechos da mata calcinados pelas queimadas. Os desafios colocados no meio ambiente tropical pródigo em espécies vivas que competem pelos mesmos recursos naturais e a resistência de certas espécies de vegetação -englobada nas categorias nativas de cipó, mato ou capoeira-, encorajam a atitude de empregar o fogo para assegurar o início e a continuidade do ciclo agrícola.

Vista de outra maneira, a queimada é um recurso que foi largamente utilizado para o desenvolvimento de lavouras comerciais plantadas em áreas extensas e contínuas e consorciadas apenas com outras espécies domesticadas ou comerciais, como o milho e o feijão. No relato feito pelo citado Oliveira, encontra-se uma descrição das primeiras roças de mamona do projeto, que resume a orientação agro-ecológica e mercantil da nova agricultura, como pode-se

verificar no trecho: "a mamona tinha sido plantada no pó, as trovoadas se aproximaram. As chuvas chegaram abundantes, na época própria; a terra fecundada rejuvenesceu e as roças de mamona contínuas se transformaram num pequeno mar de verdura. Era algo muito bonito de se ver: o imenso mamonal, cobrindo as baixas, subindo as encostas, galgando os topos, estendendo-se a perder de vista pelas chapadas" (Oliveira, *ibid.*).

Mais lotes foram entregues para serem desmatados e plantados, e no final do primeiro ano uma grande safra de mamona recompensou os esforços dos agricultores. A produtividade excedeu as melhores expectativas, atingindo quase 3.000 kg por hectare. Os preços por sua vez, haviam subido e ultrapassavam em 50% o preço mínimo acertado com os plantadores no início dos trabalhos. Face a este aumento de preço, o organizador do projeto pensou em liberar todos os contratos de compra aos preços estabelecidos, mas como os devedores não aceitaram o gesto do comerciante, os financiamentos para os cultivos terminaram sendo pagos em mamona, aos preços contratados no começo (Oliveira, *ibid.*).

O sucesso do empreendimento pode ser medido por estes resultados -que levaram à ampliação da área plantada no segundo ano- e pelos lucros obtidos pelo organizador do Projeto Mamona. Além deste ter recebido até o último centavo do valor das terras devidas, a maior parte com antecipação até de 2 anos, coube-lhe os créditos de promotor pioneiro da colonização da Chapada Diamantina Meridional.

nal, como declara num trecho do depoimento:

"A maior virtude de toda essa pequena epopéia não foi o sucesso de Redenção em si e sim o exemplo deste sucesso, que promoveu a revolução agro-pastoril de Andaraí, único município da Chapada Diamantina a prosperar, enquanto os demais sossobravam, com o esvaziamento da Região Dimantífera. Os grandes latifundiários da região aderiram ao sistema e nos procuraram, para se orientarem sobre como proceder e agir e, assim, cerca de 350.000 ha de terras passaram das mãos de meia-dúzia de proprietários para as de milhares. A mamona tomou conta da região de tal forma que, Andaraí, em cinco anos seguidos, foi o maior município produtor de mamona, no Brasil. Centenas de fazendas de gado surgiram das subdivisões das sesmarias" (Oliveira, *ibid.*).

Tirando a imprecisão da estimativa sobre a extensão da terra efetivamente transferida para os pequenos agricultores, o projeto Mamona implementado entre 1947 e 1953, mostrou para outros proprietários e comerciantes que a ocupação e exploração das terras podia ser um empreendimento lucrativo, desde que donos e negociantes de terras demonstrassem interesse em tirar partido dos recursos e do poder de atração do bolsão de terras férteis da Mata de Andaraí. A outra condição de possibilidade para a valorização das terras, foi o crescimento da procura de óleos industriais e a atuação da firma Sanbra (Anderson Clayton) no fornecimento de crê-

ditos para a ampliação da área plantada no Estado e na compra da produção. A conjuntura concreta e a forma como estes interesses se articularam, explicam o sucesso econômico do projeto, assim, como ajudam a entender os desdobramentos do mesmo a nível da estrutura agrária e agrícola, bem como a nível do ritmo e da extensão assumidas pelo desmatamento no município.

1.5. A mudança social na Mata de Andaraí

A economia extrativista da madeira, impulsionada pelas firmas comerciais de Salvador, foi o estímulo inicial que permitiu a formação de uma economia agrária na Mata de Andaraí. Esta, que tinha se conservado quase que a margem da exploração mineira e agro-pecuária em áreas próximas da Chapada Diamantina, mostrando-se refratária à ocupação humana -pelas dificuldades de penetração e riscos representados pela malária-, iria transformar-se a partir da década de 50 na última frente de expansão agrícola da região.

A Mata havia se beneficiado com a injeção de recursos aportados pelo capital comercial, ao mesmo tempo em que a valorização das propriedades fez com que a terra se convertesse num bem econômico, passando das mãos dos antigos detentores para novos agentes econômicos interessados na sua exploração efetiva. A terra deixou de estar vinculada a um regime de apropriação caracterizado pelo monopólio improdutivo, para fazer parte de um mercado regido por diferentes estratégias de valorização (Combessie, 1982) que são

empregadas por novas categorias de empreendedores, proprietários e roceiros que afluíram de outras áreas da Chapada Diamantina e Baía do Paraguaçu.

Antigos sesmeiros e fazendeiros que viram uma oportunidade de fazer negócios com terras até então pouco valorizadas, começaram a transferir parte ou totalidade dos seus domínios para outros proprietários que queriam abrir fazendas ou lotear as terras compradas e vendê-las para terceiros. Nesse processo de redefinição da estrutura de propriedade - formada por três centenas e meia de estabelecimentos que controlavam a totalidade da área, conforme dados censitários de 1940-, foram retalhados lotes menores que puderam ser comprados por roceiros procedentes de lugares onde a pressão demográfica e a perda de fertilidade, assim como o avanço da pecuária haviam tornado ainda mais difíceis as condições de sobrevivência da população rural.

Tal processo de divisão dos domínios e atração de uma população variada de médios proprietários e pequenos proprietários, comerciantes, meeiros e trabalhadores sem terra, apresenta semelhanças com outros modelos históricos de parcelamento de terra verificados no Brasil, como as frentes de expansão e a fragmentação das terras dos engenhos. Portanto, estabelecer um paralelo entre a Mata de Andaraí nos anos 50 e outras frentes de expansão é uma comparação possível, que está de acordo com os relatos escutados sobre as formas de ocupação e pioneirismo que informavam a vida

social nessa área. Contudo, diferentemente das frentes de expansão camponesa em outras regiões do país, que encontravam terras sem dono -mas que eram logo integradas à apropriação privada (Musumeci, 1987)-, as terras da Mata de Andaraí pertenciam à três grandes sesmarias cujas terras foram sendo compradas e subdivididas por outros agentes econômicos.

No entanto, há uma aproximação com a experiência de frentes onde agentes públicos e privados tomam a iniciativa de comprar terras para retalhá-las em lotes e vendê-las para os agentes interessados. Neste sentido, a noção de frente de expansão se ajusta à compreensão teórica de um processo caracterizado pela ocupação de áreas agrícolas mediante a incorporação de novas categorias de detentores e exploradores da terra.

Com respeito ao modelo de fragmentação das terras dos engenhos (Palmeira, 1971), cabe dizer que, tal como os engenhos, as terras da Mata só foram parceladas porque deixaram de dar lucro, caindo a rentabilidade da principal atividade que era a extração madeireira. Assim, enquanto os proprietários encontravam madeira para extrair e comercializar eles não tinham maior interesse em parcelar a terra; o parcelamento ocorre num segundo momento como uma estratégia de continuar ganhando com a terra ou de recuperar o capital investido na mesma.

Por outra parte, a fragmentação dos domínios e a formação de

um mercado de terras coincidem com uma conjuntura de ampliação do mercado de produtos agrícolas, o que teve influência na formação de uma nova categoria de trabalhadores rurais que cultivava gêneros alimentícios para o abastecimento das feiras e mercados locais (Palmeira, *ibid.*), articulando este tipo de produção com a produção de matérias primas para o nascente complexo agro-industrial. Neste sentido, o crescimento da produção agrícola do município de Andaraí durante as décadas de 50 e 60 -período em que aumentaram também os números de estabelecimentos e de contratos de parceria e arrendamento de terras-, demonstra que os mesmos efeitos da expansão do mercado para produtos agrícolas em toda a região Nordeste, estavam se verificando nesta parte da Chapada Diamantina Meridional.

Tais impulsos derivados da expansão da demanda de produtos -que incluía gêneros alimentícios e matérias primas para a agro-indústria-, foram interiorizados de diferentes maneiras pelas distintas unidades produtivas. Os grandes e médios proprietários que estavam interessados no desenvolvimento da pecuária, aproveitaram o impulso do mercado para fomentar a produção agrícola com base na contratação de meeiros e rendeiros. Além destes pagarem uma renda pela utilização da terra e proporcionarem rendimentos comerciais aos grandes e médios proprietários, os meeiros e rendeiros assumiam determinados trabalhos como a derrubada, queimada, destocamento e preparo da terra -para o plantio de lavouras ou de pastagens-, sem que os donos da terra precisassem realizar maiores de-

sembolsos em dinheiro. O desenvolvimento ocorrido aqui, em lugar de suprimir as figuras do meeiro e do rendeiro, recriou e exacerbou a importância destas figuras no funcionamento das unidades produtivas.

Dito isso, os processos de mobilidade a serem discutidos aqui envolvem diversas categorias sociais de produtores agrícolas -meeiros, agregados e pequenos proprietários- e podem ser divididos em três fases: a) a fase costumeira da migração envolvendo deslocamentos campo-campo no interior da Bahia, das primeiras décadas do século até o final dos anos 40; b) a primeira fase da migração para o "Sul" que começou em meados dos anos 50 e se esgotou no final dos anos 60 (com alguns prolongamentos até a metade dos anos 70); c) a fase atual da migração que começou na segunda metade dos anos 70 e chega até os dias atuais. Estas fases da migração rural (Sayad, op. cit.) correspondem aos relatos escutados, mas não devem ser tomadas de forma rígida, porquanto admitem nuances importantes como movimentos simultâneos dos grupos para áreas rurais e urbanas, ou mesmo trocas de direção, como acontecem nas contracorrentes migratórias ou migrações de retorno (Gmelch, 1980).

Notas:

(1) A Bacia do Paraguaçu abrange a porção centro-oriental do Estado da Bahia, estando localizada a leste da Chapada Diamantina, ao sul da Bacia do Rio Itapicuru e ao norte da Bacia do Rio de Contas. A leste é limitada pelas bacias dos principais rios que atravessam o Recôncavo bahiano e desembocam no oceano. A região da Bacia compõe-se de 69 municípios e ocupa uma área de 79.786 km quadrados e uma população estimada de 1.500.000 habitantes. Já a Chapada Diamantina é uma sub-área da Bacia do Paraguaçu e constitui um prolongamento da Serra do Espinhaço que vem de Minas Gerais e penetra no território baiano com as mesmas características, como uma longa chapada entre o Vale do São Francisco e os rios da vertente direita do Atlântico.

(2) Até a primeira metade do século passado, apenas uma destas aglomerações mineiras -Rio de Contas, podia ser chamada de cidade pelo volume de população (900 habitantes em 1818) e por apresentar uma divisão de trabalho que incluía um importante artesanato de ouro.

(3) Associado a isto, o ethos econômico da mineração era avesso à outras atividades econômicas, como coloca Salles ao dizer que o garimpo "viciava os garimpeiros, que não mais aprendiam a fazer outra coisa a não ser garimpar, a lidar com cascalho para o resto da vida, sempre de arribada para outros lugares, mas também

sempre prontos a voltar à primeira notícia de uma nova descoberta" (Salles, 1975 : 99).

A índole aventureira desses homens que confiam e fundamentam o seu sucesso econômico na sorte e no acaso, contrasta com a vontade dos agricultores de ter um pedaço de terra para trabalhar e extrair o seu sustento. Enquanto o garimpeiro vasculha o leito dos rios e rasga a terra em busca de tesouros escondidos, o agricultor na maior parte das vezes não vê vantagem econômica em procurar dentro do chão aquilo que ele não guardou (Salles, *ibid.*) ou semeou previamente com o seu esforço. Embora muitos agricultores possam se sentir atraídos pelo dinheiro que circula nos garimpos, eles têm dificuldades para se acostumar com a imprevisibilidade de uma atividade que ora faz a fortuna, ora ocasiona o endividamento e a ruína. O ethos mais ascético do agricultor não é compatível com o impulso de esbanjamento que leva o garimpeiro a gastar tudo o que ganhou e recomeçar novamente do zero, depois de haver trabalhado duramente.

Do ponto de vista do garimpeiro, o agricultor é alguém que vive agarrado no cabo da enxada de sol a sol, sem receber compensações pelos penosos esforços que realiza no seu trabalho. Se é verdade que os agricultores possuem o impulso de poupar para comprar bens e aumentar o patrimônio pessoal e familiar, o dinheiro que eles conseguem juntar é muito pouco para permitir que eles melhorem de vida. O garimpo não é grande coisa, mas nele o pobre pode ter mais contato com o dinheiro, obtendo uma remuneração monetária para o seu esforço. O dinheiro circula mais, enquanto no

sertão ele é amarrado (Salles, *ibid.*). Mas, sobretudo no garimpo o pobre está sujeito a pegar em dinheiro depressa e a ficar rico de uma hora para outra, conforme a lógica do acaso que predomina nesta atividade.

Além destas oposições, os garimpeiros enriquecidos apreciavam um estilo de vida marcado pela ostentação e refinamento, que era inatingível para os homens da roça. Coerente com este estilo de vida, os habitantes dos aglomerados gerados pela mineração desenvolveram desde cedo um sentimento de superioridade e mesmo desprezo pela gente da roça, a qual era pejorativamente denominada pelos primeiros de patizeiros, povo da Mata ou pés vermelhos. A ocupação da Mata de Andaraí a partir da segunda metade do século atual, por roceiros provenientes de muitos lugares da Bacia do Paraguaçu, vai dar lugar à recriação ou atualização de muitas dessas oposições que se delimitaram entre grupos de pessoas vivendo em meios ecológicos distintos e realizando diferentes tipos de atividade.

O desinteresse pela agricultura, visto como uma atividade desvalorizada, e a sedução exercida pelo garimpo, atingem, portanto, todas as camadas da ordem social formada a partir da mineração.

(4) O município de Andaraí também conheceu uma malograda tentativa de colonização feita por uma companhia belga nas primeiras décadas deste século, cujo fracasso foi atribuído a diversas razões: dificuldades de transporte, falta de apoio governamental

e, principalmente, a atração exercida pelo garimpo sobre os trabalhadores braçais empregados no projeto.

(5) A prioridade que o governo da Bahia vinha dando à expansão da rede ferroviária nas últimas décadas do Império e que seria mantida na república que se iniciava, reflete as preferências do capital inglês por um tipo de investimento que absorvia empréstimos e ao mesmo tempo criava mercados para as indústrias inglesas. Isso posto, para as autoridades da Bahia a construção de ferrovias era um meio de facilitar o escoamento de produtos para o litoral, de modo a superar a estagnação que afetava aquela que foi a principal região econômica do Estado, o Recôncavo.

Como já foi assinalado em alguns estudos, a crise do centro dinâmico do Recôncavo foi acompanhada pela emergência ou ativação de economias agrícolas e mineiras em várias áreas da Bahia, que vão alterar as condições de acumulação do capital comercial. A emergência de novas atividades econômicas à margem do deprimido espaço do Recôncavo, provocou mudanças a nível do enfraquecimento dos grupos tradicionalmente ligados à economia açucareira, bem como ocasionando a entrada de novos concorrentes, como as firmas estrangeiras e seus agentes que trabalhavam para os novos mercados de exportação (CPE/SEPLANTEC, op. cit.).

Capítulo II

TRAJETÓRIAS SOCIAIS E FORMAS DE DOMINAÇÃO

O exame das trajetórias sociais seguidas por agricultores meeiros e proprietários numa sub-área da Bacia do Paraguaçu, a Mata de Andaraí, dá pistas importantes para se entender as estratégias de vida características desses grupos e suas relações com o sistema agrário de dominação. As trajetórias se constroem precisamente na interface ou área de fricção entre essas estratégias e o sistema de dominação rural, sem que esses elementos se anulem nas suas especificidades. As estratégias, nesse sentido, pautam-se em situações e escolhas individuais e familiares, e dão uma contribuição importante na definição e redefinição das formas de dominação, e na ancoragem destas últimas no conjunto do espaço social.

O sistema de dominação rural, por sua vez, favorece mais certas possibilidades no campo da sobrevivência do que outras, e alimenta-se de condições criadas por estas estratégias de sobrevivência, estando intrinsecamente ligado às formas assumidas ou criadas por elas. Em outras palavras, dada uma economia de roças que se desenvolvem, no mais das vezes, no interior de fazendas e grandes domínios, sem que os agricultores tenham autonomia jurídica e bases sólidas de reprodução, forma-se uma massa de produtores mó-

veis, cuja mobilidade é efeito tanto de uma imposição dos controladores das fazendas, como de uma estratégia deliberada dos agricultores para arranjar recurso.

Recuperando o elemento estratégico que move os grupos de indivíduos, é possível perceber a permanência e a transformação de determinados projetos para "arranjar recurso" -no interior e fora da região rural -, que estão distanciados das condições presentes dos indivíduos, mas que estes procuram concretizar no espaço e no tempo de estruturas sociais. As trajetórias estão referidas assim às condições de elaboração, concretização ou transformação de projetos individuais, visando manter ou alterar determinadas posições no espaço social. Nesse sentido, os projetos de trajetórias envolvendo a mobilidade sócio-espacial, e as maiores ou menores chances dos indivíduos arranjar recurso e aumentarem o seu patrimônio, fornecem os critérios de avaliação das posições sociais ocupadas, e apontam para a construção de modos de identificação dos grupos sociais.

2.1. As ambiguidades do paternalismo

Vou começar com um esboço da sociedade agrária da Bacia do Paraguaçu e dos padrões de deslocamentos rurais que antecederam o momento em que as rotas migratórias para o Sudeste "viraram caminho de formiga, com caminhão que descia e vinha de volta" buscar mais gente, como informou um agricultor que foi para São Paulo no

fim dos anos 50. Nas quatro primeiras décadas deste século, muitos lavradores não possuíam terra ou possuíam numa escala insuficiente para poderem assegurar a sobrevivência e a reprodução dos membros das famílias. Por esta razão, estes agricultores se viam obrigados a trabalhar na terra de outros, como meeiros e arrendatários dos fazendeiros ou como agregados de parentes e conhecidos.

Os lavradores deslocavam-se continuamente em busca de terras (Henfrey, op. cit.) para fazerem roças de feijão, milho e mandioca, cuja duração variava de acordo com as estratégias de valorização dos proprietários e as expectativas de obtenção de rendimentos e vantagens por parte dos agricultores. Os contratos de "ameia" ou arrendamento eram contratos verbais que, em lugar de estarem apoiados em códigos jurídicos ou tribunais, dependiam apenas da vontade das partes envolvidas, o que frequentemente gerava interpretações discordantes sobre os direitos e deveres assegurados, assim como produzia uma grande instabilidade territorial entre os agricultores dependentes dos mesmos contratos de exploração.

Num desses contratos de meia, um lavrador chamado Seu B -filho mais novo de uma família de pequenos proprietários que foi deserdado pelo pai em benefício do irmão mais velho-, estabeleceu uma relação tripartite com um pequeno comerciante e um administrador de um grande domínio da Mata de Andaraí. Pelo contrato, Seu B recebia adiantamentos do comerciante para plantar uma roça de meia com este, ao mesmo tempo em que aceitava trabalhar no desma-

te e beneficiamento de uma área do domínio, a troco de uma promessa de compra de uma parcela, quando a terra já estivesse beneficiada ou transformada numa "fazendinha".

No entanto, as dificuldades colocadas pelo desmatamento, assim como a mudança de planos do comerciante que financiava a abertura da roça, levaram Seu B a transferir a roça para outro meeiro, mediante a venda, e se deslocar para o município vizinho de Ibiquera, onde neste mesmo período, os fazendeiros estavam concedendo roças para terem suas terras beneficiadas ou valorizadas com o trabalho dos agricultores.

Em Ibiquera, Seu B trabalhou cinco anos numa fazenda como rendeiro, até o dono "não querer mais ninguém e desapropriar tudo para depois fazer pasto". Assim, quando chegou a ocasião da expulsão, o administrador que tomava conta da propriedade, uma pessoa tida como ruim pelos agricultores, "já foi desapropriando todo mundo, tomando roça de um e roça de outro". Com a roça que Seu B arrendava, o administrador quis fazer a mesma coisa, mas encontrou resistência do nosso informante, o qual alegou que estava com o pagamento atualizado e não podia sair enquanto não completasse o prazo inicial previsto para o encerramento do contrato. A intenção do rendeiro era ganhar tempo para colher a produção e preparar a saída. No entanto, a continuação das pressões sobre o rendeiro, acabaram obrigando-o a abandonar a roça antes do tempo que precisava, mudando novamente para outro município da Bacia.

Seu B foi trabalhar de meia com uma série de proprietários, plantando roças com uma duração que variava de 2 a 5 anos cada uma, o que reproduzia o padrão de instabilidade vivido por ele e sua família, de acordo com o qual os momentos de sedentarização, eram seguidos pela mobilidade do grupo à procura de terra para trabalhar.

Num terceiro contrato de meia, Seu B trabalhou outros cinco anos como meeiro de um médio proprietário -que como outras pessoas desta categoria social, estava mais presente do que os grandes proprietários absenteístas que costumam deixar seus negócios aos cuidados de administradores ou capatazes. Talvez pelo fato deste médio proprietário tomar parte diretamente da gestão da fazenda e estar em contato direto com os meeiros, Seu B teve problemas de relacionamento com ele, problemas que se agravaram e atingiram uma situação de ruptura, quando o primeiro ordenou que outro meeiro da fazenda entrasse na parcela concedida ao informante para colher os frutos das bananeiras que este havia plantado por iniciativa própria.

Conquanto a divisão da produção entre o agricultor e o dono da terra esteja prevista nos contratos de meia, a atitude tomada pelo referido proprietário configurava uma infração do contrato estabelecido e um desrespeito aos direitos do meeiro no tocante a:

- (1) dispor de autoridade para franquear ou proibir o acesso de terceiros na parcela sob seus cuidados;
- (2) dispor com exclusivi-

dade de produtos como bananas (hortas ou pequenos animais de criação) que fazem parte da "roça própria" ou roça familiar e não é regida pelos mesmos critérios de divisão da roça de meia com o proprietário. Neste sentido, a existência da "roça própria" depende menos da relação de propriedade que rege o uso da terra do que do "capricho", da capacidade de trabalho e iniciativa do meeiro e dos membros da família para cultivar plantas e criar animais que servem para complementar a dieta alimentar e constituem uma pequena reserva de valor para levar ao mercado ou enfrentar os momentos de "precisão".

O informante sentindo-se desrespeitado no seu direito de acesso exclusivo à "roça própria", resolveu romper o contrato e abandonar a propriedade para trabalhar de "arrendado" com outros fazendeiros (que também não tinham maior interesse no prolongamento dos contratos e na fixação dos agricultores durante longos períodos), até partir para o interior de São Paulo em meados dos anos 60.

A avaliação desses e de outros contratos de meia, mostra que os meeiros não dispunham de recursos jurídicos aos quais recorrerem contra medidas tomadas pelos proprietários, o que criava situações recorrentes nas quais os direitos dos meeiros eram "pisados", desconsiderados ou subordinados à estrutura de conveniências dos proprietários. Nos muitos casos de rompimentos de contratos que ocorriam, interrompendo o ritmo de trabalho e de vida nas ro-

ças de meia -seja porque o proprietário desejava fazer pastagens, seja porque o dono não queria mais a presença da família do agricultor em sua terra-, o máximo de resistência que os agricultores podiam opor à vontade dos donos não lograva modificar as regras de funcionamento do sistema. Embora os meeiros resistissem à certas atitudes tomadas pelos proprietários -que configuravam infrações aos direitos dos primeiros e expressavam a dominação personalizada dos que detinham a propriedade da terra-, os conflitos verificados entre ambos, se resolviam pela mudança de roça, o meeiro saindo de uma propriedade para procurar uma nova área em outra fazenda.

O sentido dessa dependência quase que extrema do meeiro, está patente no próprio modo dele se referir ao relacionamento com o proprietário. É este quem dá ou deixa de dar roça para o meeiro, cabendo ao agricultor situar-se na posição de quem pede uma concessão ou favor que, como tal, pode ser concedido, negado ou retirado em qualquer momento, desde que não seja mais da conveniência do dono do terreno.

Face estas situações, o saber ou sabedoria elaborada pelo meeiro é a do oprimido, que consiste em evitar um confronto que lhe parece extremamente desigual com o dono, por não dispor de qualquer recurso jurídico, que permita enfrentar ou neutralizar a autoridade do proprietário. Para os agricultores trata-se de saber esquivar-se, procurando contornar os obstáculos e dificuldades re-

presentadas pela dominação personalizada, e aceitando as decisões dos proprietários no tocante a conceder ou retirar uma roça. A sabedoria para conviver com os poderes dominantes implica a elaboração de um código de aceitação ou acomodação com esses poderes, que está expresso na disposição ou sentimento de honra do meeiro de nunca brigar ou criar questão com o proprietário, evitando ser estigmatizado como um criador de caso ou uma pessoa que "ficou mal" com o dono da terra. Assim, mesmo tendo sido prejudicado pela decisão do superior hierárquico, ao meeiro interessa entrar num acordo, para continuar sendo uma pessoa benquista, que goza de boas relações com o superior. O meeiro pode perder com o rompimento do contrato, mas não deve manifestar isso abertamente em público; além dessa atitude não lhe servir para nada, isso implicaria expor-se a retaliações, alienando a boa vontade e a amizade do proprietário e do círculo de relações do mesmo, e liquidando todas as suas chances e possibilidades de reinserção em outras propriedades.

Essa sabedoria constitui a quintessência dos limites de classe interiorizados por inferiores que, devendo sua sobrevivência a favores, não podem transgredir uma série de obrigações ligadas ao pagamento ou contraprestação dos favores recebidos à nível de gratidão, benevolência e consideração social e política pelo superior social. Coerente com este senso de limites, que os inferiores ou pessoas "lascadas" desenvolvem no interior de uma relação hierárquica personalizada -que não separa os elementos afeti-

vos dos elementos racionais-, os agricultores aperfeiçoaram tanto esses limites de classe que fizeram da desconfiança uma espécie de segunda natureza.

É aqui no domínio da desconfiança, como uma defesa em relação ao elevado grau de imprevisibilidade de uma relação social que está sustentada apenas em acertos verbais e pessoais, que os meeiros manifestam as suas reações contra um sistema onde eles, como dirá mais adiante um meeiro, se sentem pisados pelos que estão em cima, e contra o qual eles podem muito pouco, por não disporem de recursos jurídico-políticos indispensáveis à existência e manutenção de direitos sócio-econômicos e políticos.

A desconfiança que anima a ação social do meeiro é um componente da situação de agricultores pobre e ao mesmo tempo dependentes. Movido pela desconfiança em relação a quase todas as situações que extrapolam a esfera do núcleo familiar, o meeiro está sempre a avaliar os acertos e riscos de sua ação, no sentido de levar em conta as pressões, chances e ameaças decorrentes da ação social do outro, que pode ser tanto um proprietário, como um colega agricultor. Na ausência de normas jurídico-legais ou garantias objetivas que regulamentem as relações entre indivíduos diferentemente situados na hierarquia social, cabe aos inferiores tomar o máximo de precauções em relação aos demais, não se deixando influenciar por ninguém e pautando o comportamento na norma pragmática do proveito pessoal ou familiar.

Assim, em duas situações a serem apresentadas, ouvimos um meeiro afirmar a virtude da desconfiança, como um meio de avaliar as mudanças na relação personalizada com os donos da terra, e prever as suas consequências sobre a manutenção ou ruptura do contrato de meia. O meeiro procura perceber a intenção oculta da ação social do outro, para poder ajustar antecipadamente as suas expectativas, de modo a definir um curso provável de ação que incorpora a intenção ainda não manifesta pelo outro, mas que ele sabe ou desconfia que está presente em certos indícios e sinais do comportamento desse outro significativo, o proprietário. Este por sua vez, também pauta o comportamento na desconfiança quanto aos motivos do meeiro, visto como alguém que está sempre buscando tirar vantagens, e que deve ser utilizado apenas dentro dos limites da sua conveniência e benefício pessoais.

Antes do dono da terra colocar o meeiro para fora, a virtude da desconfiança obriga o agricultor a tentar perceber a intenção oculta, ainda não totalmente explicitada pelo dono de proceder dessa maneira, para tomar as providências necessárias no sentido de limitar certos avanços, fortalecer linhas de resistência, negociar condições demasiado restritivas e organizar um curso de ação que muito se parece com um recuo ou uma retirada militar. Neste contexto, o que o meeiro deve fazer fundamentalmente é ganhar tempo, ou procurar dispor de um prazo maior para desocupar a parcela e encontrar uma nova roça, sem que o grupo familiar tenha que en-

frentar o esfacelamento resultante da ausência ou separação prolongada do chefe em relação aos outros membros. Então, quando o meeiro logra detectar uma intenção do dono da terra de não querê-lo mais trabalhando com ele, começa a acionar os seus contatos nos grupos de vizinhança situados na mesma área ou em outros municípios, para encontrar uma parcela que substitua a roça que foi retomada pelo proprietário anterior. Nestes casos, e quando dispõe de um tempo maior para sair, a conduta do meeiro é deixar a família no lote, saindo à procura de um novo contrato de meia, antes de decidir-se a trazer a mulher e os filhos para junto de si.

As vezes, o meeiro se antecipava em relação ao momento da saída, e conseguia vender os seus direitos sobre os plantios a outros meeiros, o que permitia obter alguns recursos para reiniciar a atividade de meia numa nova roça. Havia também uma margem de negociação com o dono da terra, no sentido do meeiro obter um adiamento para a saída da propriedade, permitindo ao agricultor aguardar o momento da colheita dos produtos e diminuir o prejuízo acarretado pela saída de uma roça, na qual estava materializado o trabalho do meeiro e sua família.

Outrossim, a desconfiança em relação ao superior hierárquico pode levar o meeiro a desenvolver uma resistência que, mais do que estar referida à luta pela terra que ocupa, diz respeito ao cumprimento das disposições do contrato de meia e a reivindicação de certas condições para desocupar a propriedade, entre as quais se

inclui a obtenção de prazos maiores para esperar a safra e procurar uma nova roça. A motivação do meeiro não era assim, reivindicar direitos de posse ou propriedade sobre a terra, desde que existia qualquer suporte jurídico-político e ideológico para esse tipo de reivindicação. A luta mais importante é de natureza defensiva, contra abusos praticados pelo superior; a resistência está na contestação das razões alegadas pelo proprietário para justificar a toma da roça, e no questionamento das condições e prazos estabelecidos para a sua saída do terreno. O agricultor pode querer desta forma, discutir o prazo dado para que ele saia, alegando os seus direitos sobre a safra que ainda não foi colhida, e negociando ou pressionando por mais um tempo para ele tomar as providências necessárias e proceder a mudança para uma nova roça.

Estes são os parâmetros do sistema de dominação personalizada, e é no seu interior que os meeiros vêm desenvolvendo atitudes que variam entre a resistência e a cumplicidade, seja se chocando contra os limites traçados pela relação hierarquizada de dependência, seja procurando se acomodar à esta relação, através da interiorização de um senso dos limites de classe, que é característico de grupos que não têm muitas possibilidades de seguir uma trajetória ascendente.

2.2. A incerteza da agricultura

As secas periódicas e a má distribuição das chuvas também contribuem para aumentar a mobilidade dos lavradores entre as distintas sub-áreas da Bacia do Paraguaçu. A seca interrompe os ciclos agrícolas, expõe a precariedade da sobrevivência, liquida patrimônios familiares e faz com que muitos agricultores experimentem trajetórias descendentes.

Como é amplamente conhecido, a seca duplica os efeitos de uma estrutura agrária concentrada, atingindo diferenciadamente as categorias sociais, conforme o patrimônio e o nível de capitalização de cada uma. Enquanto, por exemplo, a categoria dos proprietários de gado, pode neutralizar os efeitos da seca, transportando as cabeças para áreas onde estejam a salvo, ou então vendê-las para obter liquidez, aqueles que não possuem nenhum patrimônio, são obrigados a deixarem o pouco que tem e saírem a procura de qualquer tipo de serviço. Temida por todos que vivem da agricultura, a seca é igualmente uma oportunidade de acumulação fundiária para alguns, e um momento de desacumulação para outros, como pode ser constatado na história de vida de outro meeiro.

Assim, a má distribuição das chuvas e a menor fertilidade média das terras da Bacia, são fatores complicadores na vida dos agricultores. Embora, a menor fertilidade das terras e o menor valor comercial do gado nesta área tenham permitido um nível mais

alto de produção agrícola (Wilkinson, 1985), viabilizando a permanência dos pequenos produtores na região, essa baixa fertilidade acaba comprometendo o desenvolvimento das roças e as possibilidades de acumulação dos agricultores. A agricultura praticada nessas condições é altamente deficitária, porquanto não assegura a satisfação do consumo socialmente necessários, nem dá meios aos agricultores para resistirem aos embates com as secas periódicas.

Seu L G, um meeiro de 72 anos que ainda hoje trabalha numa pequena roça -que "livra de comprar algumas coisa" com o magro salário de aposentado rural-, conta que vem de uma família que tinha muita terra, mas perdeu tudo o que tinha na crise agrícola de 1932. O pai dele que já tinha passado por outras secas, foi obrigado a vender a terra e trabalhar como agregado com os parentes. A crise foi tão grave, que as autoridades interviram auxiliando "o pessoal que passava na estrada, dando dinheiro para irem para o Sul", sul que na época significa apenas as regiões do Estado situadas ao sul da Bacia. Novas crises aconteceriam em 1939 e nos decênios seguintes, com consequências que reproduziam ou intensificavam o fluxo de pessoal dentro da Bacia e das áreas rurais do Estado.

Depois que a família perdeu a terra, Seu L G disse que "ficou no meio do mundo, se batendo", como os homens sem terra que mudam de um canto para outro. Ele ficou tentando a vida nas roças do município onde nasceu (Rui Barbosa), até se mudar em 1940, para

um município vizinho (Ibiquera) onde os fazendeiros davam roças para agricultores sem terra plantarem de meia ou arrendado. Em Ibiquera, o informante permaneceria durante 11 anos, para posteriormente sair e integrar uma corrente migratória de agricultores que se dirigiam para um novo e último bolsão de terra fértil na Mata de Andaraí, cuja ocupação tinha se intensificado no início da década de 50.

Várias mudanças residenciais como estas de Seu L G -que se processaram no interior da vasta região da Bacia-, não parecem constituir rupturas sérias na vida de pessoas como ele que, ao ser indagado sobre os lugares que conhece fora do seu atual local de residência na Mata de Andaraí, respondeu que "quase não saiu para canto nenhum". A grande ruptura na sua vida tinha se dado com a perda do terreno da família, quando ele era um rapaz novo, fazendo-o ingressar na categoria do "povo sofredor", dos meeiros que com o seu trabalho "sustentam duas famílias" -a do meeiro e a do proprietário. A partir dessa mudança de condição social, ele teve que trabalhar mesmo em cima da terra dos outros, compartilhando o destino daqueles cuja "liberdade acabou", ou "estão pela liberdade dos outros", e portanto, "não podem dar o braço a torcer, nem errar", pois de nada dispõem.

O meeiro portanto, está permanentemente renovando as roças que cultiva nos terrenos dos outros, saindo de uma área ou de um município, sem que a grande mobilidade esteja vinculada à uma

maior liberdade, sem que essa mobilidade espacial, seja apreendida como a afirmação de uma condição livre. A mobilidade no espaço faz parte do reino da necessidade do agricultor, o qual é um elemento móvel porque a isto se vê obrigado, por imposição dos constrangimentos associados ao funcionamento das fazendas da região, e porque visa estrategicamente arranjar recurso para conseguir sobreviver. Os deslocamentos em lugar de expressarem um domínio ou capacidade de controle sobre o espaço físico e social, constituem uma propriedade social distintiva daqueles que estão submetidos à necessidade. Nesse sentido, os meeiros são livres para decidir aonde ir, não são fixados na terra. Mas não são homens livres na medida em que o dono pode expulsá-los da terra quando é da sua conveniência.

Embora os deslocamentos façam parte das estratégias empregadas pelos agricultores, eles se situam num plano diferente do plano da liberdade, que é atribuída apenas àqueles que têm patrimônio e por isto podem determinar as condições em que os primeiros devem trabalhar, viver e em parte se deslocar dentro do espaço. Mobilidade pode remeter à vários aspectos estratégicos das trajetórias individuais, sem se confundir com a noção sociológica de liberdade, e sendo em última instância recoberta por esta última noção. Isso significa dizer, que a mobilidade aparece como um meio de lograr maior liberdade, passando de meeiro dependente de favor, de um pedido ao dono, à condição social de agricultor livre ou independente (Garcia Jr., op. cit.), que tem seus próprios meios de

vida, não necessita pedir roça e pode ter um maior controle sobre os seus movimentos no espaço. São estas posições sociais que determinam as relações dos indivíduos com o espaço, fazendo com que a mobilidade espacial para estes agricultores tenha um significado específico. A luta se dá entre meeiros e proprietários porque os primeiros querem ampliar sua liberdade, mas sair, passa a ser a única alternativa para não submeter-se completamente ao controle do proprietário.

Se a liberdade ou os critérios sociais que as pessoas têm do que é ser livre nesta sociedade agrária da Bacia do Paraguaçu, passam pela propriedade da terra e pela crença de que com isto, elas podem determinar o trabalho que realizam -na tradição de fazer seu trabalho individual e poder vender no tempo que elas quiserem, como diz um pequeno proprietário-, não há nada mais oposto a este projeto, do que viver perambulando pelas roças e fazendas da região atrás de trabalho e dependendo das concessões de terra por parte de terceiros. No entanto, exercem autonomia em vários níveis -na sua roça familiar, no momento de ir embora, na venda do produto da própria roça. Já a ausência de autonomia se expressa mais claramente na ausência de direitos assegurados por lei, ou seja, os contratos de roça não podem ser discutidos nem os conflitos resolvidos judicialmente. Ou seja, se há liberdade de ir e vir e comercializar seus produtos, esta se anula pela dependência final do dono da terra.

Dadas essas definições da autonomia e heteronomia dos indivíduos no sistema social, a autonomia é uma condição procurada por todos, enquanto uma condição que vai associada a ter os seus próprios meios de sobrevivência e não necessitar trabalhar para os outros. A heteronomia por sua vez, é pensada como algo negativo, especialmente quando está configurada em situações permanentes ou julgadas irreversíveis, como as de indivíduos que sempre trabalharam para outros mas nunca obtiveram meios para se tornarem pessoas verdadeiramente independentes. A heteronomia também se manifesta nas situações passageiras ou provisórias de pessoas que trabalharam para os outros, antes de conseguirem ter as suas coisas e se tornarem independentes, o que suspende a heteronomia e estabelece a condição de autonomia buscada. Mas, há também os muitos casos daqueles que, mesmo tendo a sua terra, são obrigados a trabalharem para terceiros para conseguirem sobreviver. Quando esses indivíduos são levados a se engajarem no trabalho braçal das fazendas da região, eles passam a ser vistos desde a perspectiva da heteronomia, como pessoas que foram obrigadas a isto, como pessoas que "caíram naquela situação de precisão" e, por este fato, desceram de status social. Ter um pedaço de terra não é, portanto, garantia de autonomia completa.

Essas evidências mostram que a mobilidade enquanto componente do sistema de criação de gado e policultura que organizou a ocupação da Bacia do Paraguçu (Wilkinson, op. cit.), assume significados específicos para os grupos envolvidos, significados es-

tes que podem ser confrontados com outras situações encontradas no Nordeste rural. No caso da "plantation" açucareira, por exemplo, a mobilidade dos moradores era mínima devido às restrições colocadas pelos contratos de morada e pelas relações de dependência direta ou personalizada, que vinculavam ou inscreviam as famílias num território preciso: a superfície de terra controlada pelo domínio (Garcia Jr., op. cit.). A necessidade de mão-de-obra para os trabalhos dos engenhos, sobretudo de uma mão-de-obra capaz de gerar lucros e pagar os seus próprios custos de reprodução, fêz com que, por uma parte, os engenhos aperfeiçoassem os mecanismos pessoais de imobilização, e que por outra, os agricultores procurassem tirar partido de algumas vantagens trazidas pela ambiguidade da sua situação -como dispor de casa e terreno-, sem necessidade de ingressar no contingente dos agricultores errantes ou dos desclassificados sociais.

Ora, diferente desta "plantation" açucareira que logo que se viu livre da escravidão procurou recriar novos mecanismos de imobilização da força de trabalho, o sistema de criação de gado e policultura gerou um agenciamento específico da força de trabalho que combinava a atração e a expulsão, a imobilização temporária (ou a título precário) com a desmobilização dos agricultores. Num contexto dominado por grandes e médias fazendas de criação, os agricultores participam das tarefas de valorização econômica (desmate, queima, destoca e plantio de capim) ligadas à expansão das pastagens e após esse período tornam-se parcial ou completamente

prescindíveis, desnecessários e incômodos ao sistema de funcionamento da fazenda. Os mecanismos de agenciamento da força de trabalho implicam tanto a expansão das oportunidades de emprego nas fazendas em formação, como a contração da ocupação, quando os fazendeiros que beneficiaram as suas terras perdiam o interesse em reter os trabalhadores.

Nessa linha de raciocínio, temos que enquanto as relações sociais e representações prevalecentes entre donos de engenhos e moradores levaram que as primeiras saídas de agricultores dos domínios fossem associadas à conquista de liberdade, ou seja à ascensão dos agricultores à condição de livres (Garcia Jr., *ibid.*), o fato do sistema de criação e policultura da Bacia estar baseado na mobilização/desmobilização dos agricultores fez com que as formas de mobilidade não adquirissem o mesmo significado, sobretudo na fase de deslocamentos internos campo-campo. Neste sentido, na Bacia a noção de liberdade é aplicada especificamente àquelas pessoas que dispõem de recursos como terras, animais e dinheiro para viverem num lugar ou então decidirem escolher outras sub-áreas da Bacia para viver, podendo por isso mesmo determinar a mobilidade no espaço físico-social. Em outros termos, a condição de livre aparece como uma resultante possível de processos de mobilidade espacial, e nunca como o seu equivalente.

Entendendo que a mobilidade sócio-espacial dos indivíduos contribui para reproduzir um sistema de posições marcadas pela

instabilidade e pela dependência, os deslocamentos não adquirem imediatamente um significado de liberdade ou autonomia sociais, mas constituem uma resposta histórica e cultural às pressões que abalavam a sobrevivência dos indivíduos e famílias. Estas recorrem aos deslocamentos para conseguirem sobreviver, em meio às pressões exercidas pelas fazendas de gado e à incerteza da agricultura, assim como procurando dar continuidade aos padrões de sociabilidade com os quais estavam acostumados. Assim que, tal como pode ser apreendida na história dos indivíduos, a motivação principal dos migrantes rurais era dada pela tentativa de adequar a estrutura dos recursos às suas necessidades sociais a nível da sobrevivência e da aspiração de adquirir uma terra. Se esta aspiração se converte ou não numa realidade palpável e num destino social provado e assegurado, disto vai depender a interpretação do significado da mobilidade: reprodução da condição precária de dependência ou possibilidade concreta de romper com a dependência e atingir a situação daqueles que não dependem mas fazem depender.

2.3. Novos caminhos, novas frentes

A partir do final da década de 40 e início de 50, a Mata de Andaraí começou a receber centenas de agricultores atraídos por projetos de colonização, loteamento e valorização de terras cujo principal potencial econômico até então tinha sido a extração madeireira. Embora estes deslocamentos campo-campo coincidam com as primeiras saídas para o Paraná e São Paulo, no momento vão ser

abordados apenas o primeiro tipo de deslocamento.

Efetivamente, a Mata se converteu num ponto de chegada de agricultores que convergiam de muitos lugares, mais do que num pólo de saída ou de emigração, o que se refletiu nas altas taxas de crescimento da população rural e na multiplicação dos pequenos estabelecimentos (menores do que 50 ha), entre as décadas de 50 e 60. Os pequenos estabelecimentos deram um significativo salto de crescimento, embora não conseguissem acompanhar nem de longe o incremento das grandes e médias propriedades na Mata, concorrendo pela apropriação das terras desmembradas dos domínios das três grandes sesmarias, as quais controlaram durante muito tempo essa área.

Como parte do processo de formação de um mercado de terras, que rapidamente atraiu muitos compradores grandes, médios e pequenos, temos um crescimento da área plantada com lavouras de mamona, feijão e milho, como resposta ao crescimento da demanda por produtos agrícolas semelhante ao que se verificava em todo o Nordeste.

Entretanto, este impulso da agricultura comercial teria diferentes efeitos nas áreas agrícolas, conforme os fatores específicos que conformaram a estrutura agrária de cada área, levando que os impulsos comerciais fossem interiorizados de distintas maneiras pelas categorias sociais. Na Bacia especificamente, os médios e grandes proprietários que historicamente se apoiaram na combinação

gado/policultura, aproveitaram o impulso comercial para fomentar a produção agrícola com base no trabalho de meeiros e arrendatários. Além deles receberem rendimentos derivados da renda da terra e do sobretabalho dos agricultores, com os quais estabeleciam contratos de divisão da produção obtida, esses proprietários viriam a ganhar com o beneficiamento ou "amansamento" da terra, que os meeiros e rendeiros tinham que realizar para implantarem as suas roças.

A trajetória do ex-meeiro J M, mostra como a mobilidade dos indivíduos se articula com a estrutura dessa sociedade agrária e com as estratégias de valorização econômica empregadas pelos grupos de proprietários para se apropriarem da renda gerada por agricultores ligados ao sistema da meia. Tendo em vista que o informante não dispunha de terra no seu lugar de origem, ele se deslocou para a nova frente de expansão agrícola, onde trabalhou como meeiro até reunir alguns recursos e poder comprar uma parcela de terra.

J M nasceu e cresceu em um dos municípios vizinhos, Boa Vista do Tupim, onde nas suas palavras "sofreu muito, desde que começou a trabalhar a seu dispor, e sempre no terreno dos outros, pois um dia adquiria, no outro dia não adquiria". A dificuldade para encontrar roças em Boa Vista, fez com que J M e sua mulher trabalhassem e morassem -através de um arranjo que é comum a uma parte dos agricultores sem terra-, durante um curto período, no terreno

da sua irmã. Mas a pressão sobre a terra e as dificuldades de convivência fizeram com que as relações entre os membros se deteriorassem rapidamente, culminando na fissão da família. Assim, J M ao perceber que sua irmã estava querendo lhe "empurrar para fora do terreno, ficou zangado" e resolveu procurar novas alternativas de sobrevivência nas terras da Mata.

O interessante é que J M, ao falar do desentendimento e explicar as condições de sua saída do terreno da irmã, diga que "Nunca precisou dono de fazenda me botar prá fora, quando eu cismava que ele tava meio contrário comigo eu desocupava a terra dele". O informante avança uma interpretação que confirma o ponto de vista aqui defendido -acerca da maleabilidade da inserção do meeiro no sistema agrário de dominação-, ao mesmo tempo em que chama a atenção para a generalidade de certos esquemas de percepção da meia entre os agricultores sem terra, esquemas de percepção que remetem para a estrutura dos contratos de cessão e uso da terra que, sendo feitos e refeitos em termos tácitos ou verbais, fazem com que a continuidade ou suspensão dos mesmos dependa das atitudes pessoais tomadas pelas partes (e principalmente pelos donos da terra) e não de normas legais referentes à direitos e deveres dos contratantes. Inserido neste sistema, o meeiro se vê como alguém que não tem qualquer garantia de permanência na terra, independentemente do tamanho da propriedade onde eles têm roça e do teor das relações sociais existentes entre proprietários e não proprietários.

Neste sentido, se os laços de parentesco conservam uma especial importância para as estratégias de sobrevivência de indivíduos destituídos -assegurando acesso à terra aos parentes que nada possuem-, eles não escapam por completo às tensões associadas às relações de propriedade, pensadas como relações de dominação e subordinação. Deste modo, J M ao se sentir pressionado a desocupar o terreno da irmã, aciona esquemas interpretativos idênticos aos que são utilizados por outros meeiros que trabalham em terras de terceiros para descreverem a sua insatisfação com o sistema, apagando as diferenças ou especificidades que delimitam o âmbito das relações de parentesco vis-a-vis as demais esferas sociais. Dadas as relações estabelecidas entre os parentes para explorarem uma área de terra pertencente a um deles, o colapso deste arranjo deixa evidenciada a existência de um conflito entre a lógica da solidariedade familiar e a lógica da divisão da propriedade, fazendo com que esta última se imponha sobre a primeira a nível das formas de avaliação e resolução das tensões entre os membros da família.

Impossibilitado de permanecer mais tempo em Boa Vista, o agricultor deixou mulher e filhos pequenos no terreno da sua irmã e partiu sozinho para a Mata em busca de terra para trabalhar. O informante logo que chegou à Mata e graças à influência de parentes que já haviam se deslocado para esta área, conseguiu que o dono de um sítio de 14 ha lhe cedesse uma roça de 1 ha para plantar o feijão na meia. Uma vez conseguida a roça, J M retornou à Boa Vista para trazer a família para junto dele.

Contudo, as condições de vida continuaram sendo extremamente precárias, devido à insuficiência de terra e à impossibilidade de contar com o trabalho dos filhos pequenos. A solução que se colocava para ele era plantar alguma coisa na roça -que ficava sob os cuidados da mulher-, e sair para ganhar a vida no "macaco" ou trabalho de diarista. Nesta roça, J M ficou durante 3 anos até ser chamado por um médio proprietário (aproximadamente 100 ha) para trabalhar como meeiro.

As principais razões para J M ter sido chamado por este proprietário, estão ligadas ao fato deles já se conhecerem como vizinhos, o que dava meios ao fazendeiro de saber que o informante era um meeiro trabalhador e de bom proceder, que poderia lhe ser bastante útil na exploração e valorização de uma fazenda que ele vinha desmatando e retalhando para vender à pequenos agricultores. O informante gozava de um crédito de confiança junto ao proprietário, o qual era visto por sua vez como alguém que poderia lhe "dar uma força" e talvez ajudá-lo a comprar uma "areazinha" de terra a ser retalhada do restante da propriedade.

"o dono daqui dos Oitis me chamou. Vendo meu trabalho, meu procedimento ... Era uma fazenda que ele andou vendendo os pedaços prá o povo, hoje tá mais pequena. Aí procurou se eu não queria trabalhar numa roça de 10 tarefas. Eu disse: tenho, só que eu tenho coragem, só que eu não tenho condições,

porque tocar eu posso, agora não sei se eu aguento, por causa da fome. Porque eu vivo é do macaco. Ele disse: Eu lhe forneço".

Ao fazer a avaliação e procurar negociar a proposta do proprietário, o informante jogou com vários elementos para poder ampliar os termos daquela ou extrair outras concessões. Além de conhecer a importância da sua força de trabalho para a realização dos planos do fazendeiro e de não estar disposto a fazer um trabalho acima das suas forças, o informante podia usar o argumento da pobreza extrema ou da fome para tentar convencer o patrão a ampliar os termos da proposta. Aceita a proposta feita pelo fazendeiro, J M recebeu uma roça de 10 tarefas, equivalentes à 5 ha de terras para trabalhar com a sua mulher. Juntamente com a terra para fazer uma roça, ficou acertado igualmente que o meeiro receberia fornecimentos do fazendeiro -que seriam descontados quando chegasse a hora da divisão da produção-, por falta absoluta de condições para sobreviver e ao mesmo tempo trabalhar na área concedida.

Até então, ele tinha sido mais um trabalhador diarista do que um pequeno cultivador semi-independente que pudesse viver do trabalho realizado no lote -para isto seria preciso que ele cultivasse uma área de terra maior e pudesse contar com a ajuda dos filhos para "pegar no pesado". Neste sentido, a parcela em que trabalhava antes era sobretudo um local de moradia, onde a família

residia -plantando uma minguada roça-, enquanto o marido ganhava a vida no "macaco" (trabalho assalariado) nas propriedades do município.

O informante percebia pagamentos pelas diárias ou tarefas de empreitas, que muito mal davam para fazer a feira semanal no povoado ou distrito mais próximo, bem como não tinha acumulado reserva monetária ou em espécie, que ele pudesse utilizar para fazer frente aos custos de abertura de uma roça num terreno que demandava muito preparo a nível de desmate e destoca. Caso o proprietário o quisesse como meeiro, deixando de trabalhar no "macaco" para se concentrar inteiramente no que fazer da nova roça, o primeiro teria que assumir os custos do consumo socialmente necessário do meeiro.

O fornecimento do consumo do meeiro que encontramos nesta e em outras situações -como o já visto contrato tripartite de fornecimento efetuado entre um meeiro e um comerciante para explorar a terra de um terceiro- por parte de proprietários que compraram terras, assim como por negociantes interessados em aumentar o volume das suas transações comerciais, foi um mecanismo muito utilizado por esses agentes na fase de ocupação da Mata para atrair e fixar temporariamente a mão-de-obra que afluía de outras áreas da Bacia do Paraguçu. O fornecimento de gêneros essenciais aos trabalhadores, enquanto uma estratégia de valorização econômica (e de acumulação) adotada pelos grandes e médios proprietários, permitia

a sobrevivência imediata do meeiro -antecipando o momento da produção ou da colheita de produtos agrícolas-, interessando o trabalhador na realização do trabalho e comprometendo especificamente o meeiro com o pagamento de uma renda, que incluía o pagamento da dívida contraída com o proprietário.

Considerado deste ponto de vista, o fornecimento do consumo socialmente necessário dos trabalhadores como mecanismo de retenção de mão-de-obra nas fazendas, não é nenhuma novidade no quadro da sociedade agrária regional (e nacional), onde é descrito algumas vezes como sistema do barracão. O que vai variar entre as diversas situações encontradas é a forma como este sistema -característico de agriculturas pouco monetarizadas- se combina com outras relações sociais. Na região cacaeira da Bahia, por exemplo, onde o barracão foi generalizado, o fornecimento do consumo constituía uma remuneração em espécie que era descontada dos rendimentos de produtores diretos submetidos à forma salário. Já aqui, na Bacia do Paraguaçu e em particular na Mata de Andaraí, o fornecimento do consumo esteve associado às relações sociais da meia e ao pagamento da renda por parte dos produtores diretos. O valor dos gêneros de consumo recebidos pelos parceiros, para beneficiarem a terra e começarem a produzir, é contabilizado na divisão da produção entre os contratantes e portanto no pagamento da renda.

O fornecimento de gêneros aos meeiros livra o proprietário de realizar desembolsos financeiros na valorização da terra, dado

que parte ou mesmo a totalidade destes gêneros pode ser fornecido pelo trabalho de outros meeiros que já estão instalados na fazenda do proprietário e pagando uma renda em produtos. O proprietário após retirar uma parte da renda para investimentos em negócios (de terra ou comerciais) e para seu consumo pessoal, utiliza outra parte dos rendimentos para cobrir os gastos de instalação de novos parceiros e aumentar a sua renda futura. O proprietário ao fornecer gêneros essenciais ao meeiro que trabalha para ele, está reproduzindo o sistema de pagamento da renda, assim como realizando um lucro comercial que deriva das diferenças entre o preço das mercadorias apropriadas a título de pagamento da renda e o preço das mercadorias fornecidas ao meeiro. Neste último preço, é preciso acrescentar o lucro derivado de manipulações contábeis realizadas pelos proprietários, visando encarecer o valor das mercadorias e portanto aumentar a dívida dos meeiros, num contexto de relações onde o meeiro é a parte mais fraca para reivindicar e cobrar os seus direitos.

A meia incluindo fornecimentos de gêneros essenciais ao trabalhador teve, portanto, uma grande relevância nas fases iniciais de desbravamento das fazendas, ao contrário do que aconteceria depois destas fazendas serem incorporadas à produção agro-pecuária. Uma vez que as terras foram incorporadas à produção, a meia deixou de incluir o fornecimento do consumo para estipular apenas a obrigação dos proprietários entregarem a terra arada ao meeiro, no caso em que os contratos estivessem referidos à exploração de roças

de um certo tamanho, que exigissem um volume e uma intensidade de trabalho superiores ao que o grupo familiar podia dispor. Em muitos outros casos, porém, a meia estabelecida entre médios e pequenos proprietários, com trabalhadores destituídos de terras, implicaria somente a cessão da roça, suprimindo-se assim qualquer contrapartida do dono da terra ao meeiro, além da terra nua e às vezes uma habitação de taipa.

Se a expansão agrícola na Mata de Andaraí esteve associada à criação de um mercado fundiário (para as terras que antes pertenciam aos grandes domínios territoriais), e de um mercado para produtos agrícolas (mercado este que se baseava na produção obtida com base na meia), que favoreceram principalmente os médios e grandes proprietários, esta expansão da agricultura não deixou de significar também a criação de novas possibilidades para os agricultores que afluíram à Mata. As novas possibilidades estavam tanto na formação de um mercado rural de trabalho -movimentado pelo crescimento da demanda de força de trabalho e dos contratos de parceria no interior das fazendas que estavam sendo formadas-, como na existência de condições que facilitavam o acesso a terra.

2.4. Condições de acesso à terra e tipos de deslocamentos

Com respeito à constituição de uma categoria de pequenos proprietários (até 50 ha), que controlou 22.557 ha do município nos anos 60 e teve a participação diminuída para 15.959 ha, as vias seguidas pelas famílias e indivíduos para ingressarem nesta categoria social variam de acordo com o capital econômico e social possuído por estes, antes de se deslocarem para a Mata de Andaraí, e com a natureza dos arranjos estabelecidos entre proprietários e meeiros para explorarem as terras.

Em primeiro lugar, entre os novos pequenos proprietários haviam aqueles que já tinham esta condição antes de chegarem à Mata. Tratavam-se de pessoas que possuíam terra em outros municípios vizinhos da Bacia, e saíram destes lugares devido à baixa fertilidade média das terras e à pressão demográfica das famílias sobre recursos escassos.

Assim, quando agricultores da família de Seu U falam que se desfizeram da terra "cansada" que possuíam no município de Iraquara para comprar uma parcela de terra virgem, de boa qualidade, eles estão apontando para os padrões adaptativos da pequena agricultura familiar que, não tendo logrado desenvolver técnicas de uso e manejo do solo e da água que compensassem o desgaste da terra provocado pelo ritmo da exploração, se vê obrigada periodicamente a incorporar novas terras para continuar produzindo. Isto

fica mais claro considerando as etapas de desgaste de solos similares aos da Bacia do Paraguaçu: a partir do segundo ano de uso, o rendimento de uma terra recém-plantada diminui em 50%; o patamar seguinte situa-se no décimo segundo ano, e o solo mostra-se definitivamente empobrecido depois de 30 a 32 anos de cultivo (apud. Mattoso, 1992 : 57). As limitações dos solos juntamente com a escolha de cultivos que não protegem a terra da ação do sol e das chuvas e a prática sistemática da queimada são fatores que redundam no abandono das terras e na busca de novas áreas, onde será repetido o mesmo processo.

A venda de terras cansadas que compunham o patrimônio familiar em áreas onde se verificava uma intensa pressão econômica e demográfica sobre as pequenas explorações agrícolas, funcionou portanto como um passaporte para que famílias como a de Seu U. adquirissem, numa área agrícola tida como promissora, novas parcelas que permitiam, pelo menos num primeiro momento -e até que os membros mais jovens crescessem e precisassem se estabelecer como produtores agrícolas-, abrigar parte dos membros de grupos domésticos que começava a ser atraídos pelo mercado industrial do Sudeste.

Em segundo lugar, os arranjos estabelecidos entre proprietários e agricultores para a exploração das novas terras da Mata de Andaraí, representaram a criação de oportunidades para que um pequeno contingente de meeiros lograsse, entre os muitos que afluíram, adquirir um pedaço de terra através de diversos expedientes

envolvendo: (1) a extração e venda das madeiras existentes nos lotes de meia concedidos; (2) a elevação dos rendimentos dos meeiros por conta de boas safras agrícolas, que aumentavam a parte da produção retida pelos parceiros e permitiam a compra de uma areazinha de terra; (3) as facilidades de pagamento dadas por proprietários que estavam loteando terras, como o parcelamento dos débitos; (4) as prestações e contraprestações de favores e serviços entre meeiros e proprietários.

A continuação do relato da via seguida pelo já citado meeiro J M, que trabalhou 3 anos para um médio fazendeiro, e logrou tornar-se proprietário de um pequeno lote de 4 ha, permite ao observador aproximar-se da economia de arranjos e acertos existentes entre agentes dotados de competências sociais (e jurídicas) desiguais para definirem as condições de apropriação e uso da terra, mas que nem por isto deixam de negociar, alterar e extrair vantagens dos contratos pessoais estabelecidos entre eles.

O nosso informante como foi visto até aqui, tinha abandonado o minifúndio familiar onde morava em Boa Vista do Tupim para procurar trabalho nas terras vizinhas da Mata como meeiro de um pequeno e depois de um médio proprietário. Inicialmente J M havia conciliado o trabalho da meia com o trabalho no "macaco" nas fazendas da área, mas a oferta recebida para trabalhar num terreno maior, levou-o a deixar de lado o "macaco" para ficar apenas na meia, e na posição de receptor de fornecimentos de gêneros do

proprietário para se manter, enquanto aguardava os resultados da produção. Tal arranjo era interessante para ambas as partes: por um lado, permitia que J M sobrevivesse com a mulher e os filhos, sem precisar ausentar-se para trabalhar em outras fazendas, enquanto aguardava uma oportunidade para melhorar a "sorte" e adquirir o seu terreno; por outro e para o proprietário, o arranjo garantia o controle e a mobilização da força de trabalho do meeiro para os trabalhos de "limpeza" e cultivo da terra.

Depois de 3 anos que J M trabalhava como meeiro nas terras deste fazendeiro, apresentou-se uma oportunidade para ele finalmente conseguir a sua própria terra, quando o fazendeiro -que estava vendendo lotes da propriedade para os agricultores- fez uma proposta de vender 5 tarefas (2,3 ha) à J M, para grande surpresa deste último. Na detalhada reconstituição que faz do diálogo que teve nesta situação, o informante recupera a negociação realizada com o dono da terra:

"a partir do 3 ano, ele me ofereceu se eu quisesse que ele me vendia 5 tarefas de terra. Eu disse a ele: Como é que eu vou pagar essa terra? Ele falou: a mil. Oh, meu Deus, em 1 ano eu não adquiri 5 mil prá eu adquirir aquela lavoura e partir, prá poder tirar 5 mil livres, prá eu pagar ... Eu falei: Eh, Seu Zé, quem sou eu prá comprar 5 tarefas de terra? Ele disse: Compra rapaz, aonde a gente tá com Deus, Deus abençoa a gente. Aí eu comecei a trabalhar, oxente, quando

findou o ano eu não pude pagar nem uma tarefa a mil. No outro ano, ele tornou a lembrar: Olha J.M. eu te vendo as mesmas 5 (cinco) tarefas, só que hoje estas 5 já estão custando 10 mil.

(Então) eu disse: Ficou pior, mas onde é que eu tiro minha terra? Ele disse: você vai tirar lá embaixo no canto do Aurelino. Eu falei: não, ou eu tiro na mata ou eu não quero. Ele interessava muito, que ele gostava muito de mim, que eu trabalhava muito. Ele falou: comece a roçar uma tarefa de mata onde tu quiser. Eu disse: só começo a roçar quando eu pagar a primeira tarefa, porque se eu roçar sem pagar o Sr. pode tomar, ela não é minha ainda e eu não tenho o direito de receber em sua mão.

Fui trabalhando. A lavoura nós partíamos: deixava um quarto da lavoura para ele, que ia recebendo. Um dia eu somei a conta, e já tinha pago 2 tarefas e meia. Nesse dia eu dei um pulo retado de alegria, eu dei cinco gritos "ê gente eu tenho onde plantar um pé de jaca.

Eu limpei o lugar da casa e fiz a casa, um rancho dentro dessas 2 tarefas que eu tinha pago. Então o fazendeiro disse: pode ir roçando a outra, mas não estou te botando prá fora, o que eu gosto é que cada pessoa que trabalhe comigo possua sua morada".

O espanto inicial do informante face à esta proposta de compra, dá a medida das expectativas dos agricultores presos ao sis-

tema da meia, os quais ansiavam por ter uma terra que livrasse de trabalhar para os outros, mas não viam como realizar este projeto por falta de recursos para pagar os custos de tal empreitada. Posto neste dilema, ao meeiro só vai restar o recurso clássico dos trabalhadores vinculados à economia doméstica ou familiar que é a intensificação do trabalho, um recurso que nas condições do trabalho de meia significava fundamentalmente a elevação da renda percebida pelo dono da terra.

Embora J M e a esposa já trabalhassem muito desde que chegaram à fazenda -a ponto de chegarem extenuados e não disporem de nenhum tempo para si mesmos-, eles se dispuseram a aumentar ainda mais o esforço, na perspectiva de comprar a parcela que o proprietário queria lhes vender. Contudo, dado que os rendimentos deste esforço suplementar eram insuficientes para pagar a terra ou acompanhar o movimento de valorização desta última, o casal teve que continuar intensificando o trabalho para poder reunir os recursos necessários.

O jogo de um torna-se uma pré-condição para o jogo do outro. Se o agricultor aceita de bom grado intensificar o seu esforço é porque vê uma perspectiva de adquirir a parcela que lhe foi oferecida. O proprietário por sua vez, chamou o agricultor para trabalhar de meeiro, propondo-lhe num segundo momento comprar um pedaço de terra, porque reconhecia e estava interessado em utilizar a sua capacidade de trabalhar no beneficiamento de terras que seriam

vendidas a ele ou a outros candidatos que pudessem pagar a renda exigida por aquele.

Tendo aceito participar deste jogo, o meeiro intensificou o trabalho a tal ponto, que conseguiu pagar uma parte da parcela que desejava comprar. O seu contentamento todavia, não impediu que ele demonstrasse firmeza na escolha do terreno -que devia ser virgem ou estar coberto ainda pela vegetação de mata baixa-, e uma grande prudência no momento de começar a roçagem da área escolhida, por receio de que o proprietário pudesse tomá-la de volta antes de ser consumada a transação, o que inutilizaria o seu esforço ou serviria mais uma vez para favorecer o proprietário.

Outrossim, o retalhamento de pedaços da fazenda para vender aos agricultores aparece como uma finalidade e um meio para o proprietário que ganha com a cobrança da renda da terra e ao mesmo tempo, cria algumas das condições de possibilidade para isto, seja porque a perspectiva dos meeiros virem a ser donos da terra em que trabalham, representa uma motivação para estes intensificarem o seu trabalho na valorização da terra, seja porque estes meeiros constituem uma demanda potencial e efetiva para os lotes retalhados.

Mas, se além de J M haviam outros meeiros trabalhando para o fazendeiro, o que teria acontecido com estes agricultores? Será que todos eles conseguiram obter um pedaço de terra como J M? Isso

pode ser verificado nos próprios termos do depoimento colhido:

P.- O Seu J., nessa época muita gente já tava comprando terra aqui ou a maioria trabalhava na meia?

J M.-A maioria [trabalhava] na meia. Inclusive o fazendeiro tinha nove meeiros e não ficou todos nove com um pedacinho de terra, porque um saiu, não teve paciência e saiu, inclusive dois irmãos meus não ficaram e saíram. Eu fiquei e tirei um pedacinho de terra que era de 5 tarefas (2,3 ha) e foi prá 8 tarefas (3,7 ha). Mas os filhos são seis, que comigo e a mulher interam oito pessoas com oito tarefas de terra.

Só uma parte dos meeiros, que o relato não precisa, permaneceu e "tirou" um pedacinho de terra. Enquanto que outros agricultores que trabalhavam na mesma época como meeiros, inclusive os parentes do próprio informante, não tiveram a mesma paciência para aguardar e acabaram deixando a fazenda. Vamos nos deter um pouco sobre isto, e indagar o significado da experiência destas pessoas no interior do quadro de limitações e possibilidades que se apresentavam aos indivíduos no sistema da meia, tal como este foi recriado no bolsão agrícola da Mata de Andaraí. Para começar, o enunciado sintético "não ter paciência" que J M utiliza para descrever as atitudes dos meeiros que saíram da fazenda -antes portanto de estarem reunidas todas as condições para eles tirarem o seu pedaço de terra-, deve ser confrontado com aquilo que foi

exposto até aqui sobre a experiência de outros meeiros e do próprio informante.

Efetivamente, o fato desses meeiros não terem tido paciência para permanecerem trabalhando por mais tempo, sob um contrato de meia que requeria o máximo de intensificação do trabalho para poder pagar a renda da meia e simultaneamente poupar recursos para adquirir um pedaço de terra, está diretamente relacionado com o conjunto de processos sociais que criam ou recriam esta figura social em determinados contextos regionais.

O meeiro, ao contrário do morador das áreas de "plantation" do Nordeste rural, que está preso ao domínio por um conjunto de obrigações, constitui uma expressão dos movimentos de dispersão sócio-espacial que configuraram a sociedade agrária em vastas extensões do território baiano, movimentos estes que ora territorializam, ora desterritorializam a mão-de-obra agrícola. O meeiro enquanto uma figura "par excellence" da mobilidade no meio rural, encarna as restrições postas e impostas à sobrevivência dos agricultores pobres que na maioria das vezes, aparecem como ponta de lança da ocupação e valorização de terras postas à margem da exploração agro-pecuária.

Mas, nem por isto, o meeiro está reduzido à condição de agente executor, cego e passivo dos projetos de apropriação e valorização dos grupos agrários dominantes. Se os processos de mobi-

lidade aos quais os meeiros estão submetidos, resultam claramente das imposições dominantes, não se deve desconhecer os usos sociais e políticos que eles fazem destes processos ao definirem estratégias próprias de inserção ou reinserção na terra, e procurarem negociar os seus contratos de trabalho, conforme a perspectiva de conservar ou ampliar a pequena margem de autonomia que possuem na sociedade agrária.

Assim, o grau de paciência ou a disposição dos meeiros para permanecer numa propriedade e aceitar uma intensificação máxima do trabalho que realizam -visando poupar recursos para comprar um pedaço de terra-, vai depender numa grande medida de aspectos como:

(a) as possibilidades de mobilizar o apoio da rede de parentes para obter roças cedidas por estes, ou roças arrendadas ou de parceria junto a terceiros;

(b) o volume de trabalho que a família pode dispor - condicionando o tamanho da roça que o meeiro pode tomar para trabalhar, o nível de rendimentos e as chances de melhoria econômica;

(c) o volume da demanda de força de trabalho e as relações concorrenciais existentes entre grandes, médios e pequenos proprietários no que se referem à contratação de parceiros e aos planos de valorização da terra;

(d) as estratégias de apresentação individual e de classe empregadas pelos agricultores (Combessie, op. cit.), visando demonstrar capacidade de trabalho e bom procedimento e portanto aumentar o valor social da sua força de trabalho junto aos proprietários;

(e) o poder de barganha do agricultor no sentido de obter concessões ou contrapartidas dos proprietários, como fornecimento de gêneros essenciais para consumo e ofertas (ou promessas) de venda de lotes;

(f) o alcance temporal das estratégias que indivíduos e famílias definem e perseguem para si ao longo dos seus ciclos de vida.

Contudo, permeando todas as possibilidades e estratégias dos indivíduos seguirem uma trajetória ascendente -que os leva a se tornarem pequenos proprietários-, está a disposição dos meeiros para a autoexploração de si mesmos e das suas famílias, por meio da realização de um árduo esforço na abertura de uma área tida como inóspita pelos riscos de malária e pela falta de qualquer infra-estrutura de apoio social e econômico aos forasteiros que acorriam. Nestas condições, tentar melhorar de vida significava assumir grande parte dos custos colocados pela incorporação das novas terras, assim como participar de um jogo onde o lavrador, como diz um ex-meeiro, pode tirar algumas vantagens, mas está des-

tinado na maior parte das vezes a ser um mal perdedor ou alguém "que perde e volta a jogar novamente".

É nesta situação, em que a meia pode ser utilizada pelos meeiros para realizar uma trajetória ascendente -sem chegar todavia a ser um recurso extensivo para todos os agricultores sem terra que afluiam de toda a região da Bacia do Paraguaçu-, que muitos agricultores vão se encaminhar para os mercados de trabalho distantes. Até então, a existência de alguns bolsões de terra fértil desocupados (em Ibiquera e posteriormente na Mata de Andaraí), conjugada com um relativo isolamento das áreas mais interioranas da Bacia com respeito aos mercados e centros urbanos regionais (e nacionais), fizeram com que os deslocamentos dos agricultores ficassem restritos aos limites dessa extensa região rural. Dentro desses limites, as várias frentes de expansão agrícola que se abriam representavam um desaguadouro para as tensões sociais geradas no sistema de criação de gado/policultura e nos relacionamentos sociais calcados nas relações de interdependência ou dependência pessoal entre as classes; estas tensões se traduziam precisamente na existência de contingentes significativos de homens e mulheres que mudavam de um lugar para outro buscando sobreviver ou melhorar de condição social e material.

Ao terem suas condições de vida comprimidas e sem outras alternativas (e motivações) que a permanência na Bacia, os agricultores procuravam "arranjar recurso" ou obter meios de vida em al-

guma sub-área desta última. Isto se dava, segundo um padrão migratório costumeiro que recomendava a permanência e valorizava o esforço pioneiro de incorporação de novas terras e a renovação das roças trabalhadas de meia, como estratégias de defesa contra o fechamento das roças e desgaste dos solos cultivados. Ora, dado este padrão de reprodução "extensiva" da agricultura familiar, as estratégias para garantir o acesso aos meios de produção só tiverem alguma eficácia enquanto os agricultores (posseiros, meeiros e rendeiros) tinham possibilidade de se dirigirem para os bolsões de terras desocupados ou para as frentes de expansão, na expectativa de conseguir terra de trabalho e "arranjar recursos" para melhorar de vida.

Essa fase costumeira da migração rural foi seguida por uma nova fase que se caracteriza pelas saídas dos agricultores da Bacia em busca de recursos nos mercados urbanos e industriais. Com isto, rompeu-se pela primeira vez a crença difundida de que os indivíduos tinham que arranjar recursos nas áreas rurais da região -ainda que a custo de uma permanente instabilidade territorial-, tentando acomodar-se ou estender os limites e restrições postas a nível do sistema de relações sociais presente na combinação entre pecuária e policultura. Em outras palavras, fatores como o aumento da pressão demográfica, o fechamento das últimas frentes de expansão, a consolidação de um eixo econômico dinâmico no país e a abertura de estradas, jogaram um papel importante na reorientação dos deslocamentos sócio-espaciais da Bacia do Paraguaçu.

As condições e os efeitos destes fluxos vão variar de acordo com as condições sociais de origem dos que saem e as condições prevalecentes nos mercados de trabalho distantes, e exercem uma influência sobre a situação dos que permanecem (Sayad, op. cit., Garcia Jr., op.cit.) vivendo nas áreas rurais da Bacia do Paraguaçu. Neste sentido, e antes de analisar as características dos novos movimentos, cabe acrescentar que o fato destes se voltarem para os mercados rurais e urbano-industriais localizados em outras regiões e Estados da federação (Paraná e São Paulo) e não para outras áreas da Bahia, está relacionado com o dinamismo econômico daquelas regiões e com a persistência de um quadro de marasmo da Bahia que, ao contrário da força de atração exercida pelas primeiras regiões, não oferecia oportunidades de trabalho remunerado e fixação para segmentos que estavam deixando o campo (Souza, op. cit.). Outrossim, a definição daquelas regiões e mercados distantes como lugares de destino dos fluxos da Bacia gerou especificidades que precisam ser levadas em conta.

Capítulo III

OS ROCEIROS VÃO PARA O "SUL"

3.1. Os intermediários da migração

Para os agricultores não foi simples a passagem de um tipo de deslocamento -interno à Bacia do Paraguaçu, para deslocamentos inter-regionais que envolviam custosos investimentos como as saídas para o Paraná e São Paulo. Uma retrospectiva das condições em que os agricultores saíam para o "Sul" (1), ajuda a precisar a natureza dos investimentos materiais e psicológicos que os indivíduos deviam realizar para atingir os mercados de trabalho distantes (Garcia Jr., *ibid.*)

Inicialmente, no que se refere à organização e meios utilizados pelos migrantes para chegarem ao Sudeste, os mapas dos itinerários são pouco precisos: os indivíduos se deslocavam de acordo com "o que ouviram dizer" de uma determinada área. Os precários meios de transporte exigiam um alto grau de resistência física e psicológica das pessoas, pois incluíam longas caminhadas a pé e a lombo de burro, até alcançar os ramais ferroviário que interligavam a Bahia ao norte de Minas, onde os migrantes encontravam transporte mais fácil para seguirem adiante, até São Paulo e Para-

ná. Muitos homens e famílias inteiras se acotovelavam nesses caminhões (paus-de-arara), que demoravam uma semana ou mais para chegarem no seu destino. As dormidas aconteciam embaixo dos caminhões, sem nenhum conforto para os viajantes, e a falta de comida produzia o debilitamento físico das pessoas que adoeciam na viagem ou chegavam doentes. Essas condições duras e penosas dos deslocamentos favoreciam as agressões mútuas, muitas vezes provocadas pela ingestão de bebidas alcoólicas e a propagação de doenças contagiosas.

A construção de estradas interligando as duas regiões, como a Rio-Bahia e a continuação dos deslocamentos nos anos seguintes, contudo, levaria à uma maior organização do fluxo de pessoal, através do fortalecimento do papel dos caminhoneiros ou carregadores no agenciamento e no transporte de mão-de-obra nas áreas rurais da Bacia, durante os anos 50 e início da década de 60. Um ligeiro perfil destes agentes, mostra que os carregadores podiam ser da região ou de outros Estados da federação.

Entre os caminhoneiros que eram oriundos da região da Bacia, foi citado o exemplo de um pequeno negociante da praça comercial de Seabra que aproveitou a migração e o crescimento da demanda por meios de transporte e comunicação decorrente da mesma para ampliar e diversificar os seus negócios. Gozando da vantagem de ser uma pessoa conhecida de muita gente que podia dar referências a seu respeito, o negociante de Seabra começou o transporte com um pe-

queno e velho caminhão mas com o dinheiro que ganhou incorporou novos caminhões e finalmente alguns ônibus na sua frota particular. No segundo caso, foi citado um carregador de Pernambuco que juntamente com seus familiares, utilizava dois caminhões neste tipo de tráfico de mão-de-obra, e era tão procurado na região toda que não parava de "encher o caminhão, descarregar e voltar para buscar mais gente", formando um fluxo que os antigos conhecidos do carregador chamam de "caminho de formiga" -caminho repleto de pessoas que começavam a se voltar para o "Sul" como o lugar onde podia "arranjar recurso" e obter numerário.

O caminhoneiro era visto como o melhor conhecedor das estradas e rotas migratórias, como alguém que além de conduzir um veículo mecânico em todo tipo de estrada, constituía o meio para satisfazer a vontade de sair da região rural para conhecer as condições existentes nos mercados de trabalho do "Sul". Por ocupar uma posição absolutamente estratégica, o caminhoneiro era aquela figura que administra, acompanha e em parte dirige um percurso que, dadas as diferenças sócio-culturais e econômicas das regiões brasileiras, era uma espécie de travessia ou rito iniciático que modifica a identidade do participante, fazendo-o ingressar num mundo diferente.

Tendo aprendido a conhecer o mapa das estradas e rotas migratórias, mapa que estava sendo constantemente redesenhado pela nova política de gastos estatais em vias de transporte, o carrega-

dor mantinha ligações na Bacia do Paraguaçu que permitiam as pessoas interessadas conhecerem o destino dos transportes e cargas, os períodos em que ele estava passando na região para recolher mais gente, os preços da passagem e outros custos das viagens, as cidades e paradas de estradas onde o carregador passava para recolher os agricultores e levá-los para a região de destino.

Ao lado dos carregadores que gozam da estima e da confiança daqueles que recorreram ou tiveram notícias dos serviços prestados pelos primeiros, existem carregadores que são vistos sob o prisma negativo do receio e da desconfiança. Entre as poucas coisas que se sabe deste tipo de carregador, há referências que eles trabalhavam para empregadores e fazendeiros do "Sul" interessados na utilização da mão-de-obra abundante e barata dos agricultores empobrecidos da Bacia, propondo condições de trabalho e remuneração que eram verdadeiras armadilhas para os incautos. Na falta de maiores dados e informações que permitam caracterizar as atividades desses carregadores, teremos que nos contentar com as descrições disponíveis sobre os mesmos.

Dois relatos escutados numa reunião de agricultores com experiência de saídas, sobre o papel dos carregadores que trabalhavam para fazendas do Paraná que praticavam o trabalho compulsório, permitem entrar em contato com algumas das imagens produzidas sobre os carregadores. O primeiro relato está referido ao agenciamento de trabalhadores por carregadores ou gatos "que tinham uns

contatos lá pro lado do Paraná e São Paulo" com fazendeiros que diziam estar precisando de pessoas para "quebrar milho" (prática de dobrar a espiga do milho quando este já está maduro), quando na verdade queriam homens para atividades julgadas pesadas como a "derrubada" de matas em áreas agrícolas pioneiras do Paraná, sob condições de trabalho compulsório ou forçado. Assim, tanto Seu C. que saiu em 1959 para o interior de São Paulo, como outros que estavam presentes nessa reunião, disseram que tinham muitas notícias de carregadores como estes que:

"enchiam o caminhão de gente aqui, dizendo que era pro camarada ir para quebra de milho. Quando chegava lá, eles iam direto prá uma pensão, que ficava só esperando chegarem; o dono da pensão já tinha contato com o grilador de terra e ninguém pagava nada. Quando era no outro dia, o rapaz que tinha o contato com o dono da pensão chegava, pegava o povo e levava para o centro da mata. Chegando aí, entregava as armas e dizia a quebra de milho é aqui, e você tinha que ficar lá o tempo que eles quisessem, tá entendendo? Os mais corajosos iam embora, né? Largavam tudo lá e se picavam por dentro da mata. Agora aqueles que tinham medo mesmo de morrer, ficavam lá o tempo que o dono queria. Porque se saísse o cara matava, né? E foi muitos como meu tio, e muita gente foi prá lá assim nessas condições, procurando melhora...

Além dos aspectos já assinalados, a descrição chama atenção

para as condições de atividade dos agenciadores. Os carregadores recrutavam e transportavam contingentes de agricultores do Paraguai até determinados lugares do "Sul" que funcionavam como pontos de distribuição da mão-de-obra. Acolhidos em pensões e hospedagens integradas na organização patronal do tráfico, os migrantes eram levados para fazendas que tinham homens armados para vigiá-los e obrigá-los a permanecer durante o tempo que o dono quisesse. Punida com a morte, a resistência só estava ao alcance das pessoas mais corajosas que tentavam fugir ou enfrentar abertamente o sistema de repressão montado nos locais de trabalho para imobilizar os migrantes.

Neste sentido, um segundo relato sobre pessoas agenciadas para o trabalho compulsório nas áreas pioneiras do Paraná por carregadores vinculados aos fazendeiros, fala de um homem da região que foi levado a uma destas fazendas, mas que sendo corajoso e exímio no uso do facão, ousou enfrentar o fazendeiro que se recusava a pagar os trabalhadores, mantendo-os sob um regime de ameaças e terror -toda vez que tinha que fazer um pagamento, o fazendeiro pegava uma nota de dinheiro, embrulhava e metia no cano da sua pistola para atemorizar os empregados. Revoltado com esta situação, o manejador de facão resolveu enfrentar o terror semeado pelo fazendeiro, cortando a munheca e tomando a arma deste último. Após haver dominado o fazendeiro, o trabalhador exigiu o seu pagamento e abandonou a fazenda, resgatando o sentimento de honra pessoal e coletiva dos agricultores.

os riscos não são mais os mesmos-, como uma advertência para as novas gerações de migrantes.

Outrossim, as imagens míticas de perigos vivenciados ou passíveis de serem vivenciados nas relações com carregadores traiçoeiros e fazendeiros terríveis faziam parte das estratégias de manutenção das famílias rurais que, amedrontadas com o elemento de aventura contido na migração para o "Sul", procuravam conter as iniciativas de saída do seus membros. Embora a falta de familiaridade com o que se passava nas rotas migratórias e locais de trabalho gerasse um princípio de desregulação dos deslocamentos, esta situação não anulava completamente os esforços dos grupos no sentido de manter algum controle sobre as saídas. Movidos pela necessidade de estabelecer alguma ordem sobre os fluxos, os grupos multiplicam os seus dispositivos práticos e simbólicos através da seleção, fixação e reelaboração de situações que reafirmam uma identidade comum ou extrapolam para uma dimensão mítica, como pode ser visto no repertório de fábulas que confrontam a ingenuidade e a astúcia dos camponeses com o maquiavelismo e a crueldade dos patrões das fazendas e indústrias distantes e seus prepostos -os carregadores.

Entretanto, nem todos os donos de caminhão estavam vinculados diretamente a esses empregadores, trabalhando como pequenos empreendedores autônomos que farejaram oportunidades de lucro no transporte de migrantes, e por isto mesmo se empenhavam em condu-

a modernização dos meios de transporte determinassem a substituição do sistema de carregadores pelas empresas de ônibus inter-estaduais -que exigem pagamento antecipado do valor da passagem e não assumem os compromissos personalizados com os usuários que caracterizavam o sistema de carregadores-, os donos de caminhão atuaram como agentes de crédito aos migrantes. Conforme as condições negociadas entre eles, este crédito era pago depois que os migrantes chegassem e começassem a trabalhar nos locais de destino, tendo um papel estratégico no momento inicial de arrancada das saídas da Bacia do Paraguaçu.

Seu B P, filho de um proprietário que perdeu tudo o que tinha e viajou para o interior de São Paulo em 1959 -numa tentativa de recuperar o seu patrimônio-, com o referido carregador de Pernambuco que trabalhava no transporte de agricultores da Bacia, especifica a forma de operação deste crédito de confiança nas viagens:

P. - Como é que vocês faziam? Como pagavam os carregadores?

B P.- Pagava depois que chegava lá, porque aqui não tinha dinheiro para pagar.

P. - E ele esperava?

B P.- Esperava lá até ganhar. Levava aquele carro de gente, lá ficavam trabalhando. Ele vinha buscar outro, quando chegava aqui, lá ele recebia o de lá, levava outro (e) deixava fiado. Uns pagavam, outros não pagavam e ele

deixava fiado.

P. - E ele tinha o nome de vocês anotados?

B P.- Tinha o nome de todo mundo. Botava o nome de todo mundo na nota.

A importância deste crédito fornecido aos agricultores pelos donos ou motoristas de caminhão também pode ser medida pela experiência dos que tentaram viajar por conta própria e que, tendo seus recursos esgotados antes do término da viagem, recorreram ao auxílio prestado na época pelas agências estaduais de migração das regiões de destino. Seu M, um meeiro que saiu da Mata de Andaraí em 1961 para São Paulo, foi quem chamou a atenção sobre este ponto:

P.- E como é que o sr. foi Seu M.? O Sr. foi no caminhão?

M.- Naquela época eu fui de trem, saí daqui num caminhão, fui até Itaberaba (principal centro regional), onde eu peguei um trem que passava até São Paulo, até o destino que eu ia. Naquela época existia aquela migração em São Paulo, para quem não tinha o dinheiro prá ir até o destino que ele queria ir dentro do Estado ou fora, e mesmo pro Paraná, essa coisa toda. Então ele ia lá prá migração, ficava lá naquela casa comendo e dormindo, e depois tinha a passagem no dia que fosse determinado por aquela casa, dependendo do número de gente que tinha. Você chegava hoje, ia viajar amanhã. Então naquela época, eu por

exemplo fui um dos que esteve lá.

P.- Era um Serviço Estadual?

M.- É ... a migração acho que deve ser estadual, eu não sei contar, eu sei que fui lá duas vezes, agora eu não sei contar bem, mas acho que aquilo lá devia ser estadual.

Na falta do carregador, era a agência governamental que assumia parte dos custos dos deslocamentos, como o alojamento e o fornecimento de passagens aos recém chegados para que estes pudessem atingir os seus locais de destino, naquelas áreas em que tinham conhecidos e onde era maior a procura de força de trabalho dos agricultores. Procedendo dessa maneira, as agências de migrantes dos Estados do Sul e Sudeste e em particular de São Paulo, estavam dando continuidade à uma atuação que começou com as tentativas de organização da imigração européia, bem como se adequando às novas condições criadas pelos fluxos migratórios interregionais. Neste último caso, os contingentes que deixavam as áreas rurais do Nordeste em busca de um emprego nos mercados em expansão do Sudeste, se depararam com certos problemas -como a falta de informações e recursos para chegar e se inserir nos locais de destino-, que os serviços de migrantes buscavam solucionar, visando direcionar esses contingentes e organizar o suprimento de mão-de-obra aos empreendimentos agrícolas e industriais que mais necessitavam.

Todavia, a atuação do serviço de migrantes foi complementar à ação dos carregadores, servindo para realçar o papel destes úl-

timos na organização dos primeiros fluxos para o Sudeste. Neste sentido, o sistema de carregadores de mão-de-obra foi solidário de determinadas condições (internas e externas aos grupos) que prevaleceram na fase inicial da migração rural para o Sudeste. O carregador foi sobretudo um intermediário da migração, em circunstâncias que esta dava os primeiros passos e as primeiras gerações de migrantes não estavam familiarizadas nem possuíam recursos para pagar os custos dos deslocamentos. Ao carregador enquanto um dos agentes organizadores dos fluxos, coube o papel de interligar áreas fisicamente afastadas e mundos sócio-culturais diferenciados, viabilizando concretamente o transporte de pessoas e contribuindo para a inserção dos migrantes nesses novos mercados de trabalho.

3.2. A vontade de sair

As trajetórias sociais seguidas por agricultores que foram para o "Sul" no final dos anos 50 e início da década de 60, permitem precisar melhor as condições sociais dos deslocamentos e suas influências sobre a dinâmica de transformação das relações sociais na Bacia do Paraguaçu. A trajetória social escolhida para isto é a de Seu M, um agricultor que deixou a meia para trabalhar no interior de São Paulo por influência de um compadre que veio visitar os parentes da Bahia, e retornou alguns anos depois com "dinheiro no bolso" para comprar uma parcela de terra.

O informante deixou a Mata de Andaraí num momento em que as

saídas para São Paulo ainda constituíam um fato novo no cotidiano da população rural, um fato capaz de centralizar as atenções dos parentes e vizinhos e que era vivido com grande intensidade psicológica:

"naquele tempo era quase novidade, quando um cara ia em São Paulo e voltava, chegava aqui era aquela admiração: "fulano chegou, vamos lá visitar" e solta aquele foguete, e era festa e aquela coisa toda, né? Já hoje em dia ninguém liga mais: se ele chegar de São Paulo e chegar da roça é a mesma coisa, ninguém dá muita ... vai visitar se for amigo, se não for ... não é novidade".

Embora vários conhecidos já tivessem feito o movimento de ida e volta entre essas duas grandes regiões geográficas -seja retornando para visitar os parentes ou talvez para não sair novamente-, todos os eventos que se ligavam às saídas e chegadas das pessoas conhecidas eram objeto de atenções da vizinhança rural, sendo cercados por grande curiosidade. Assim, quando uma pessoa voltava do Sul, todos os vizinhos acorriam, visitando ou festejando o recém-chegado que, amiúde, atuava como mensageiro ou portador de encomendas e recados dos parentes distantes, vulgarizando ou socializando os mais diversos tipos de informação sobre a vida e o trabalho nos lugares do "Sul".

Esses migrantes que voltavam à região para visitar, na maior

parte das vezes, as suas famílias -em certos casos as próprias mulheres e filhos que tinham ficado para trás, nas roças e fazendas- constituíam então um dos elos da cadeia de conexões existentes entre esses mundos sociais distintos. Na falta da poderosa rede de comunicações (como os modernos serviços de correio e telecomunicações) que viabiliza a comunicação rápida e eficaz com os parentes distantes, aproxima grupos diferenciados e permite que os agricultores se mantenham informados sobre a conjuntura nacional, os chamados migrantes retornados (Gmelch, op. cit.) faziam um pouco este papel.

Enquanto um elo decisivo, naquele momento, das correntes de transmissão estabelecidas entre as áreas de origem na Bacia e os lugares de chegada dos migrantes, os retornados informavam muitas coisas sobre o que viram ou vivenciaram -com respeito ao tipo de vida, a situação dos conterrâneos, as condições de trabalho e os níveis de remuneração dos trabalhadores no Sudeste do país-, jogando um papel estratégico na reprodução material e simbólica da migração, o qual consiste na produção de expectativas favoráveis às saídas entre aqueles que permaneceram no campo. Quando chegavam de volta, eles estavam ansiosos para transmitir essas e outras experiências, compartilhando com os vizinhos os significados dessas possibilidades de vida tão distintas do modo de viver local, e afirmando um sentimento de comum pertencimento aos mesmos códigos de sociabilidade.

Nesse encontro cultural, para tomar emprestada uma noção

usada por Sahlins (1990), estavam pois reunidos os elementos que asseguravam a maior eficácia possível ao tipo de comunicação estabelecida entre aqueles que haviam saído e os que permaneceram vivendo no campo. Além dos migrantes retornados preencherem as lacunas existentes no sistema de comunicações campo-cidade, começando a disputar um espaço com os intermediários tradicionais ou "brokers" que faziam este papel -mas não davam mais conta sozinhos das expectativas geradas pela ampliação do espaço das interações sociais dos roceiros-, os migrantes retornados tinham uma posição privilegiada no que se refere ao grau de familiaridade que possuíam com a audiência.

Contando com estes recursos, eles estavam imbuídos da autoridade e prestígio derivados das suas novas experiências de vida, e não deixavam de aproveitar o encontro para aumentar o seu prestígio junto aos conterrâneos. Tendo compartilhado desde cedo as condições de sobrevivência marcadas pela pobreza dessas áreas rurais -pobreza esta que gera um sistema de status que não é totalmente incompatível com um sentimento de igualdade-, os migrantes que relatavam essas experiências se diferenciavam social e culturalmente dos conterrâneos, constituindo uma nova categoria significativa de pessoas para os grupos sociais locais: as pessoas experientes e as pessoas "civilizadas" que viram e aprenderam outros costumes em outras terras.

Se os relatos das experiências causavam uma grande impressão

na audiência, isto não acontecia apenas pelo seu sabor de novidade ou diferença, mas se relacionava também com os signos materiais da distinção portados ou incorporados pelos recém-chegados. Assim, segundo uma descrição de Simões (op. cit.), os migrantes que voltavam às pequenas cidades da Chapada Diamantina Meridional "transmitem, na maioria das vezes uma impressão de prosperidade que se reflete no vestuário e nos acessórios que ostentam, atuando no sentido de cumprir o seu desejo de demonstrar aos que permaneceram na área o "ter vencido na vida" ... Por outro lado, sabe-se que notícias de dificuldades, assim como o fracasso de modo geral, são omitidos, seja para não se preocupar os parentes, seja por motivos de orgulho pessoal" (ibid. 141-142).

A difusão de atitudes favoráveis entre as pessoas que ficaram nos locais de origem e a produção daquilo que Simões (ibid.) denomina de migrantes potenciais, começa justamente neste ponto: a transmissão de visões altamente positivas ou favoráveis sobre o espaço social urbano, visões estas que levam os indivíduos a avaliarem as suas condições de inserção e suas expectativas do futuro, e buscarem explicações tanto para a decisão de partir, como para a vontade ou necessidade de permanecer vivendo as mesmas condições de vida que estão sendo avaliadas negativamente pelos que desejam migrar.

Para que isto ocorra não precisa que o migrante retornado seja um manipulador completo e deliberado, alguém que "torçe",

omite ou censura o sentido dos eventos sociais para afirmar uma posição ou retirar uma compensação simbólica por esta manipulação. Tal como mostra o estudo de Sayad sobre imigrantes argelinos da França (1975), a transmissão de visões altamente positivas sobre a vida dos migrantes nos mercados de trabalho é uma co-produção social que envolve os retornados e as pessoas que ficaram no lugar. Se os que saíram e agora estão retornando desejam relatar as condições do sucesso pessoal, a audiência composta pelos que permaneceram estaria disposta a escutar mais relatos positivos do que relatos negativos sobre os eventos da vida dos primeiros. Com esta atuação, a audiência contribuiria para pré-formar ou produzir certos discursos que são os discursos dos indivíduos que "venceram na vida", bem como para alijar ou desqualificar os discursos dos indivíduos que "não deram certo".

Assim, os migrantes que voltam contribuem para aumentar a fantasia da cidade. Contudo, as fantasias propaladas sobre a cidade, que têm um público certo como mostra Sayad (ibid.), estão imbricadas com imagens mais realistas dos lugares de chegada dos migrantes. Nesse sentido, haveria uma tensão nunca resolvida entre estas diferentes imagens (as fantasiosas e as realistas), que se apoia na distância sócio-cultural e econômica entre as condições de vida no campo e na cidade, distância que estabelece o campo como o lugar das carências e a cidade como o lugar onde as carências estão resolvidas. Ademais, esta tensão, permanentemente recriada na vida social, não pode ser dissociada das estratégias manipula-

tórias dos indivíduos. Ora estes estão dispostos a se deixar seduzir pela imagens mais fantasiosas da cidade e portanto legitimadoras dos projetos de saída, ora precisam justificar a vontade de permanecer com imagens que relativizam as saídas e acentuam os aspectos negativos da vida urbana em contraposição à um campo que, apesar dos seus problemas de carência, apresenta condições mais favoráveis do que aquela.

Todavia, o migrante que retornava a passeio ou por uma temporada podia influenciar diretamente a tomada de decisões por parte dos indivíduos, fazendo pensar no papel do recrutador que seleciona e mobiliza pessoas para uma determinada instituição social. Tal desejo de levar os parentes e amigos de volta com eles podia responder à diversas razões. A solidariedade e a vontade de ajudar os parentes e conhecidos a conseguir um trabalho remunerado permanente (ou uma qualificação profissional) e melhorar de vida. Ademais, a ida de novos conterrâneos ampliaria a rede de relações sociais do migrante, redundando no aumento dos apoios ou suportes que este último conta para se inserir ou se adaptar no mundo urbano-industrial. Um maior número de pessoas do lugar significava ainda poder ter com quem compartilhar as alegrias e durezas da migração, tornando menos solitária a experiência de viver e trabalhar em terras estranhas.

Em certos casos, a intenção do migrante retornado era levar uma pessoa da família para poder ajudá-lo no trabalho doméstico cu

extra-doméstico -como empregado ou participante de pequenos negócios-, o que podia aumentar as chances individuais de comprar bens e fazer uma pequena acumulação de dinheiro e, em certas condições, apressar o retorno ao campo como um pequeno empreendedor. Isto não significa que os "recrutas" e acompanhantes do migrante não possam retirar vantagens dos arranjos estabelecidos com este, beneficiando-se de alguma forma com a ida para a cidade.

Outras vezes, o migrante retornava com uma oferta ou convite de trabalho de algum empregador do "Sul" que, sabedor da viagem do empregado para a Bahia, aproveitava para recrutar empregados entre os parentes daquele. Mandando um convite de trabalho que funcionava como um passaporte para deixar a Bacia do Paraguaçu e ingressar no mercado de trabalho do "Sul", o empregador esperava absorver uma mão-de-obra barata, pouco exigente e sobretudo agradecida pela oportunidade de "chegar empregada" e não precisar lutar para conseguir uma colocação.

Enfim, o grande interesse pelas coisas do "Sul" ou pelas novidades trazidas pelos migrantes retornados conotava o quanto as novas possibilidades de vida e trabalho nos centros urbanos e mercados distantes tinham passado a fazer parte do centro de preocupação dos agricultores (Rimbaud, 1969). Nesta perspectiva, e apesar da emigração rural para o "Sul" estar numa fase inicial, a palavra São Paulo (ou sua corruptela "Sum Paulo") já designava o lugar que encerrava novas possibilidades de vida, tornando-se um te-

ma quase obrigatório dos encontros e conversas dos agricultores. Não havia decorrido muito tempo portanto, desde que os agricultores iniciaram as saídas para a região Sudeste, e já São Paulo (2) passava a ocupar um lugar tão central no imaginário e nas estratégias de vida que nenhum outro lugar de destino, daí para frente, lograria desbancar. Mesmo nos dias de hoje, quando as rotas migratórias estão mais diversificadas, e conduzem os migrantes a um grande número de outros lugares, São Paulo permanece sendo uma referência central para eles.

3.3. O trabalho e seu valor

O interesse despertado pelas saídas e retornos dos parentes e conhecidos -que veiculavam informações sobre o Sul- era proporcional aos problemas de sobrevivência dos agricultores sem terra como Seu M, o qual se voltou para a migração porque acreditou que esta oferecia perspectivas de vida diferentes das atividades agrícolas que realizava como meeiro ou arrendado.

O informante antes de sair para uma usina de cana do interior de São Paulo -a exemplo de muitos agricultores da Bacia que preferiam o campo às cidades do Sudeste-, tinha passado pelas diversas situações que se apresentavam aos homens de sua condição, que não possuíam terra. Seu M foi agregado de fazenda até atingir a maioridade, trabalhou de vaqueiro, negociante de feira e meeiro, conforme um princípio que recomenda a diversificação das ativida-

des para poder sobreviver e tentar melhorar de vida, princípio que está presente na cotidiano da maior parte dessas pessoas.

Apesar de Seu M ter trabalhado na meia quando solteiro, este trabalho só se tornou uma atividade central para ele a partir do momento em que constituiu família de mulher e dois filhos, e foi preciso contar com os rendimentos de uma coisa mais certa que os biscates que fazia, para alimentar a família. O informante passou a recorrer a meia no já conhecido contexto da expansão dessa relação social durante os anos 50 na Mata de Andaraí, mas logo abandonou essa relação de trabalho pela atividade assalariada em São Paulo.

Na avaliação que faz da sua saída, Seu M explica as suas motivações para deixar a Bacia, bem como esclarece as perspectivas que via na prática de trabalho agrícola de meia na região:

P.- Qual a idéia que o Sr. tinha ao sair daqui e ir para uma outra região como São Paulo?

M.- A idéia que eu tinha naquela época era ir ver lá como era. Por aqui a situação a gente já conhecia, né? Era trabalhar de ameia, essa coisa toda e ... quem tem valor é quem tem, quando não tem, não tem mesmo. Vamos ver lá fora, e a gente vai naquela ilusão que lá é São Paulo, que lá a gente vai aprender qualquer coisa, a gente vai ver coisas diferentes como de fato se vê.

Neste trecho do seu depoimento, Seu M sintetiza as expectativas que pessoas como ele desenvolveram sobre o mundo "lá fora" -o mercado de trabalho do Sudeste-, que correm em paralelo com o desinteresse ou desinvestimento na continuação da prática da parceria, desinteresse este que, por sua vez, se apoia num sentimento mais antigo de insatisfação dos agricultores com a meia. Se o trabalho de meia, conforme esta insatisfação histórica, era visto como a atividade sacrificada daquelas pessoas que não tinham escolhas e estavam privadas da liberdade, o encontro cultural com os conhecidos que tinham regressavam do Sudeste e contavam à todos as suas experiências como assalariados, lançava novos focos de luz sobre o funcionamento daquele sistema.

O alargamento do campo das interações sociais e simbólicas da população rural proporcionado pelo encontro cultural com os novos mercados de trabalho, começava a produzir efeitos sobre os critérios de percepção social, fazendo com que os agricultores pensassem a sua situação a partir de coordenadas sociais derivadas das relações de confronto e comparação, que uma parte dos grupos estava estabelecendo com o modo de vida das classes sociais urbanas (Champagne, op. cit.).

Assim, ao sentimento histórico de insatisfação dos agricultores com a meia, veio se sobrepor uma crítica (originada da mudança de percepção do espaço social) que buscava os seus motivos na e pela comparação das condições do sistema de parceria com as

condições de um outro sistema, do qual eles começaram a ter notícias através dos parentes e conhecidos. A crítica vinha ampliar e aprofundar o tradicional descontentamento dos meeiros, favorecendo a construção de novos modos de identificação de si mesmos e fornecendo-lhes argumentos para a luta simbólica de valores contra o sistema já conhecido.

No essencial, o agricultor se percebe como um elemento cuja vida se limitava ao trabalho de meia e que, por não ter bens de raiz, não era valorizado socialmente, porquanto estava imerso num sistema onde "quem tem valor é quem tem, quando não tem, não tem mesmo". A insatisfação com este estado de coisas, que antes levava os agricultores a circularem a Bacia em busca de um lugar onde pudessem ter a sua roça, se converte em desencantamento da meia, fazendo com que eles se voltassem para São Paulo como o lugar que oferecia possibilidades alternativas ou coisas diferentes das que estavam acostumados a verem na região, e permitia concretizar as suas expectativas de melhoria de vida.

A percepção do meeiro como um trabalhador desvalorizado, para quem a única saída era deixar a roça para buscar coisas diferentes das que estava habituado, nos mercados distantes, fica mais evidente em outra parte do relato de Seu M. quando ele, comentando o processo de abandono da agricultura, declara que:

"quem tá trabalhando mesmo no duro não tá tendo valor ...

trabalha a morrer e só anda pisado; então ninguém quer ficar mais na roça. Começou a enxergar que não vai ficar na roça, trabalhando para não ter valor, para não comer; então ele vai ... ele começa a sair para procurar um outro meio. Qual o meio que ele encontra? Um emprego prá viver, sendo pisado do mesmo jeito, mas pelo menos dá para ele lambar, dá prá ele ajeitar".

Se o agricultor percebe o trabalho da roça como uma atividade sem valor, isto acontece pela experiência histórica passada com a meia, assim como pelo aparecimento de uma consciência aguda de que esta atividade não é compensadora, quando comparada com as novas possibilidades nos mercados do Sudeste -que tanto se distanciam da situação no campo, onde a pessoa trabalha mas não tem asseguradas as condições mínimas de existência como alimentação. Sobretudo, este trabalho não permite que o agricultor tenha acesso àqueles componentes do consumo socialmente necessário na roça, o qual não bastasse ser insuficiente para o meeiro e seus familiares, resulta menor ainda, quando comparado ao padrão dos trabalhadores do Sudeste e grandes cidades do país, cujo consumo inclui bens industrializados que os agricultores consideram como parte dos direitos sociais e econômicos daqueles trabalhadores:

"antigamente qualquer coisa aqui o pessoal ignorava, já comparava ... o sujeito chegava na sua casa, via bem arrumadinha e já pensava que você era rico. Quando não é. É um di-

reito que você tem, né? É um direito do ser humano. Você tem o direito, mas antigamente no nosso sertão baiano, em todo esse Nordeste era ignorado. Você chegar na casa de um trabalhador por exemplo, e ele ter uma televisão era ignorado, [e pensava] fulano tá rico. Chegar na casa de um trabalhador e ele ter um carro, [pensava] tá rico. Quando lá em São Paulo, Rio, Salvador, nessas grandes cidades, ninguém ignora isso né? Você tem um relógio bom, ninguém ignora, ele faz parte do seu trabalho, faz parte do seu dia a dia".

Embora o quadro traçado tenda a idealizar, pela intenção de contrastar modos de vida e pelo caráter fantasioso de certas imagens da migração, as condições de vida e padrões de consumo dos trabalhadores urbanos -apagando as diferenças existentes entre os setores operários melhor remunerados e os trabalhadores pobres das cidades (Zaluar, op. cit.)-, nem por isto ele deixa de expressar a insatisfação com a situação de sub-consumo vivida pelos trabalhadores rurais num contexto onde o encontro cultural, aguçou a percepção das desigualdades que marcam o espaço social, favorecendo a construção de novos critérios de identificação dos grupos sociais do campo.

Além e estreitamente ligada à situação de privação material que faz parte da vida dos agricultores, Seu M dá uma grande ênfase à privação moral dos que dependem da meia para sobreviver. Tanto no relato da sua trajetória de meeiro a pequeno proprietário -e

uma das lideranças políticas dos agricultores da Mata de Andaraí-, como nos comentários sobre o trabalho agrícola de meia, ele formula uma visão compreensiva do sistema, segundo a qual a falta de direitos econômicos dos meeiros não pode ser dissociada da ausência de outros direitos sociais e individuais.

Afora a carga do trabalho, o meeiro é "pisado" pelos donos de terra, significando com isto que o meeiro tem pouca ou nenhuma condição para enfrentar as condições que "os outros" (os donos) estabelecem para que ele possa trabalhar e se sustentar. O meeiro é obrigado a sustentar o proprietário, sem ter nenhuma garantia sobre o período de permanência na parcela, e sem poder afinal de contas, fazer cálculos mais seguros sobre a sua sobrevivência a médio e longo prazo (3).

Em suma, o meeiro colocado entre exigências conflitivas -sobrevivência, pagamento da renda, acumulação individual e incerteza da produção agrícola-, e vivendo as consequências disto a nível da auto-exploração e auto-consumo, se representa como alguém destituído de um valor moral e social, aqui entendido como reconhecimento do seu trabalho e dos seus direitos sociais e econômicos. Em lugar do trabalho agrícola ser um dever reconhecido pelo indivíduo e pela sociedade, e distante das utopias sociais que nele enxergam um valor emancipatório, o trabalho significa uma condenação dos homens ao não reconhecimento. Ou melhor, os agricultores são reconhecidos apenas como os que realizam o esforço mais penoso -sob a

determinação de um superior hierárquico que "pisa" o agricultor-, sem chegarem à obter compensações mínimas como alimentos suficientes para si e suas famílias.

É interessante verificar como nestas imagens do trabalho agrícola não há maiores referências à falta de terra (que força os agricultores a procurarem roça de meia), além dos enunciado sobre as formas de avaliar ou medir o valor social dos indivíduos. Conhecendo a importância crucial que os direitos de propriedade revestem -positiva ou negativamente- para a existência dos meeiros, é de chamar atenção o pouco espaço dedicado por Seu M. à estas questões, em contraste com a ênfase dada à impossibilidade do meeiro satisfazer o consumo socialmente necessário para se manter e ter um valor moral. Descartada a hipótese de que a terra seja um fator de somenos importância na vida dos agricultores, resta indagar o significado desta ênfase no consumo social necessário à luz de outras explicações. Será que as referências ao consumo constituem uma aparência ou um meio de encobrir o significado da terra? Ou as carências constituem uma medida das diferenças existentes entre as diversas categorias de agricultores?

Ora, o significado das carências ou problemas sentidos pelos agentes só pode ser apreciado considerando que elas constituem uma medida das diferenças existentes no interior de um agrupamento heterogêneo (os agricultores) que enfrenta diferentes situações e visualiza diferentes soluções para os seus problemas. Deste modo,

em lugar das carências funcionarem como uma aparência que encobre as relações sociais, elas apontam para a existência de posições sociais diferenciadas entre os agricultores: a do "mais miserável" que não tem o que comer, a do "pobre" que consegue comer mas não tem propriedade e a do pequeno proprietário que é "livre" porque tem a base de onde extrair o seu consumo sem depender de ninguém. Nesta linha de raciocínio, quando o informante fala da falta de comida como sendo o seu principal problema na época que trabalhava na meia, ele está se identificando com a categoria dos "mais miseráveis", bem como se diferenciando dos dois outros grupos de status que, tendo asseguradas condições mínimas de existência, voltam-se para a falta de terra ou de recursos para trabalhar a terra.

Assim, o consumo socialmente necessário que o meeiro mais miserável não tem acesso ou ignora que é seu direito, vai ser tomado -juntamente com a falta de propriedade da terra- como um revelador da condição de inferioridade e subordinação social aos "outros", aos que são valorizados porque são possuidores e podem satisfazer suas necessidades

Por outra parte, se os problemas relacionados com o baixo consumo dos meeiros são percebidos com tamanha intensidade, isto acontece porque estas carências estão sendo avaliadas por eles, desde um ponto de vista diferente do costumeiro -que resumia as carências na necessidade de terra e na dificuldade de se alimen-

tar, de acordo com os padrões conhecidos de desgaste físico e social da força de trabalho no campo. Dado este ponto de vista costumeiro, os agricultores vão complexificar ainda mais a percepção que tem do sistema conhecido, ao incorporarem critérios de identificação social que foram elaborados e são constitutivos do funcionamento dos nascentes mercados urbano-industriais. Tais princípios de identificação, veiculados pela migração para o "Sul", têm o efeito de modificar os critérios de percepção elaborados ou herdados do passado agrário, à medida que estabelecem semelhanças entre categorias sociais diferentes (agricultores e trabalhadores urbanos) e afirmam uma diferença socialmente construída a partir do valor econômico e moral do trabalho e do trabalhador.

Estabelecer semelhanças entre situações diferentes quer dizer aqui que o meeiro substitui ou relativiza os seus particulares modos de organização e reconhecimento do espaço produtivo agrícola -centrados no trabalho familiar e na busca de autonomia enquanto produtores de mercadorias e valores de uso-, por um modo de reconhecimento típico de trabalhadores dos centros urbanos que dependem de um emprego e tem direito à uma remuneração regular que, "pelo menos dá para ele lamber, dá prá ele ajeitar". Ademais, o que o informante faz é afirmar uma identidade comum entre meeiros e assalariados urbanos que, estando construída sobre uma visão genérica da dominação que submete essas categorias -"todos são pisados do mesmo jeito"-, permite enfatizar o fato que ambas dependem de alguém que é dono para obterem um consumo que, no caso do meeiro:

ro, está aquém do mínimo necessário.

Ora, se agricultores como o nosso informante tomam emprestados os critérios de identificação dos trabalhadores urbanos -que recebem uma remuneração e conhecem bens de consumo "ignorados" por aqueles- para se perceberem como meeiros, isto não quer dizer que eles percam de vista as características distintivas dessas categorias sociais. Além deles estarem atentos em vários contextos de fala, que serão examinados adiante, para aspectos específicos dos processos de proletarização nos centros urbanos, agricultores como Seu M tentam fazer uma reconstrução simbólica da diferença (em relação aos trabalhadores urbanos) a partir precisamente dessa visão da semelhança entre as duas categorias sociais. Nesta reconstrução simbólica das diferenças sociais, o que vai distingui-las enquanto semelhantes ou enquanto trabalhadores que compartilham uma comum identidade, deixa de ser os modos de reconhecimento ligados ao padrão de relações sociais estabelecidas em torno da trabalho familiar (e da produção agrícola) para ser o poder de compra ou valor aquisitivo do salário nas grandes cidades e no campo.

Estão postos aqui, os fundamentos da crítica social que os meeiros dirigiram contra a meia, enquanto portadores de um valor econômico e moral que não é reconhecido dentro da sociedade agrária e que muitos deles estão dispostos a buscar numa relação de trabalho no "Sul". As carências localizadas no plano do consumo socialmente necessário, juntamente com a falta de condições para

os agricultores se libertarem da meia, constituem os aspectos distintos dessa condição social e são apreendidos como o contrário dos direitos gozados pelos trabalhadores urbanos. A linguagem dos direitos (Sigaud, 1979) vai surgir, portanto, na contramão ou em negativo do que acontece na cidade, onde a expansão do mercado econômico produziu em alguma medida a incorporação dos trabalhadores como consumidores, com acesso a bens ignorados pelos que dependem do trabalho agrícola. Campo e cidade passam a serem pensados em termos de diferenciais de direitos, e estes incluem noções centrais como a inseparabilidade entre privação material e privação moral, bem como uma concepção de direito como acesso aos bens de consumo que fazem parte do universo dos trabalhadores urbanos.

Em outras palavras, embora a avaliação da meia por Seu M. coincida com os termos das críticas formuladas por outros agricultores que viveram vinculados à este sistema, as referências que o informante faz às possibilidades vislumbradas de emprego no mercado do Sudeste vis-a-vis os limites colocados pela meia à mobilidade social, contribuem para recontextualizar e dar um novo significado ao teor dessa insatisfação histórica com este regime de trabalho. Neste sentido, o conhecimento das situações no mercado de trabalho distante fez com que as relações de parceria passassem a ser visualizadas sob uma nova ótica: a ótica dos trabalhadores que têm um emprego remunerado e direitos trabalhistas reconhecidos (Garcia Jr., op. cit.). A comparação com o modo de vida das classes trabalhadoras urbanas se introduziu no universo dos meeiros,

fazendo com que eles se percebessem como parte integrante de um mercado de trabalho, onde as estratégias de valorização (ou desvalorização) e de exploração dependem das condições de inserção dos indivíduos e grupos (Combessie, op. cit.) num espaço social que extrapola os espaços de localização representados pela roça, fazenda e aglomerados rurais.

Tais representações que começaram a ser difundidas pelos agricultores que saíam ou chegavam do "Sul" produziram uma ruptura nas crenças dos agricultores sobre a meia como: um destino inelutável dos agricultores sem terra e um mecanismo que, especialmente nas novas áreas agrícolas, poderia favorecer os agricultores, criando condições para eles fazerem uma acumulação e se libertarem do pagamento da renda. Uma vez rompidas estas crenças, o "Sul" se incorporou decisivamente ao mapa de deslocamentos dos indivíduos e famílias, como um conjunto de possibilidades que permitiam defender as condições de inserção social na produção ou realizar um processo de mobilidade social vertical (Souza, op.cit.: 13) que pode culminar na volta ao campo.

Notas:

(1) Enquanto na fase costumeira da migração rural a palavra "Sul" era usada para designar as regiões da Bahia situadas ao sul da Bacia do Paraguaçu, nas fases seguintes a mesma palavra foi em-

pregada para designar os Estados e regiões da federação situados ao sul da Bahia. Neste sentido, o "Sul", que começou abrangendo os Estados do Paraná e São Paulo, passou a ser sinônimo deste último Estado e local de destino dos fluxos de deslocamentos.

(2) Diferente dos grupos de agricultores de Sergipe analisados por Woortmann (1990), para os quais a palavra São Paulo significa muitos lugares distintos, para os agricultores da Bacia do Paraguaçu o termo São Paulo significa exatamente o Estado da federação que tem este nome.

(3) Numa economia de sobrevivência, na qual trabalhar significa "contar com o certo", poder fazer cálculos para o futuro (visando comprar uma terra, um animal, fazer uma casa e casar os filhos) ou poder ter uma idéia aproximada do que foi produzido e do que sobrou a mais do que o gasto (Garcia Jr., op.cit.), tais cálculos respondem à necessidade de economizar recursos, com a finalidade de deixar o status de miséria para ser um pequeno ou médio proprietário.

Capítulo IV

OS ROCEIROS NO "SUL": VOLTAR BEM DO BOLSO

OU VOLTAR SEM NADA

4.1. Perspectivas dos migrantes

As saídas de pessoas de um espaço geográfico localizado para mercados de trabalho situados em outras regiões, já foram interpretadas segundo uma perspectiva evolucionista que toma estas saídas como uma ruptura completa com os laços mantidos no campo, significando também o ingresso dessas pessoas no mundo dos papéis, normas e valores urbanos. Ora, a principal dificuldade existente nessa abordagem é que não considera a multiplicidade de aspectos sociais e sistêmicos envolvidos nos cursos de ação de atores decididos a alterar a sua inserção em espaços sociais precisos.

Paralelamente e em contraposição à esta perspectiva evolucionista das deslocamentos rurais para as grandes cidades como movimentos de uma única via ou sem volta, desenvolveu-se um outro modo de ver as migrações como movimentos entre campos de relações sociais que tem suas especificidades e coloca diferentes níveis de restrição e facilidade às decisões tomadas pelos indivíduos em distintos momentos do ciclo de vida e em diferentes momentos de

inserção social. Deste modo recupera-se as exigências conflitivas enfrentadas por eles à nível das interações e papéis sociais, e suas implicações sobre as suas chances de mudança ou permanência numa categoria social. É assim que, conforme o ponto de vista sintetizado por Mayer (op. cit.), trata-se de levar em conta o contexto mais amplo das relações que condicionam as opções de sair ou permanecer, à exemplo das relações que os indivíduos residentes numa dada área mantem com pessoas e grupos residentes em outras áreas. Segundo o mesmo autor, quando não se considera estas vinculações "externas" dos grupos de indivíduos, torna-se impossível conhecer o sentido complexo da mudança social, que leva os indivíduos a manifestarem uma aspiração de mudança dos seus contextos de vida.

A vantagem dessa concepção trabalhada por distintos autores (Sayad, 1977) é proporcionar uma abertura de método para focar de forma articulada as relações que as categorias sociais estabelecem entre si para mudarem de condição social ou então permanecerem vivendo como de costume, bem como as representações acionadas por indivíduos que fazem escolhas e tomam decisões, em função de uma história incorporada nos seus grupos de origem e de uma história a ser incorporada nas interações com os grupos existentes nos lugares de chegada.

Dentre os contingentes de agricultores que saíram da região, no final anos 50 e início dos anos 60 -e engrossaram uma poderosa

corrente migratória que se formava em outras áreas rurais do Estado (Souza, op. cit.)-, há diferentes grupos de agricultores que retornaram à área, depois de terem passado um período trabalhando como assalariados ou autônomos em São Paulo e no Paraná. A insatisfação com o regime da meia e a força de atração exercida pelos novos mercados de trabalho em outros Estados da federação, haviam produzido as saídas destas pessoas da Mata de Andaraí sem que, todavia, elas rompessem em definitivo, com os vínculos sociais que mantinham com a área rural, o que possibilitou a sua reinstalação como pequenos agricultores.

Em que condições sociais ocorreram os retornos dessas pessoas para a Mata de Andaraí? Qual a importância dos mesmos para os processos de mobilidade social dos agricultores? Como esses fenômenos que envolvem diferentes campos de relações sociais, estão articulados no espaço-tempo do sistema social que estamos querendo compreender? Estas são as principais perguntas que faremos sobre os retornos para poder avaliar um pouco da trajetórias de indivíduos e famílias que viveram a experiência do retorno à Mata depois de um período de ausência; entre estes migrantes de volta alguns puderam acumular recursos para financiar a compra de uma terra, outros voltaram nas mesmas condições que saíram ou continuaram tentando novas saídas para "arranjar" recurso.

Três fatores parecem explicar a trajetória dessas famílias: a conjuntura do mercado de trabalho, os laços de cooperação fami-

liares e as habilidades dos indivíduos para se inserirem e pouparem recursos. Vamos examinar separada e conjuntamente esses aspectos para revelar algumas das práticas e representações sociais associadas à inserção dos agricultores nos mercados de trabalho e ao retorno posterior à área rural.

4.2. A conjuntura do mercado de trabalho

Dada a importância central que a conjuntura dos mercados de trabalho do Sudeste tem para as chances de inserção ou reinserção dos agricultores, não é de estranhar que eles, ao avaliarem a migração rural, dêem uma grande ênfase às alterações ocorridas nas condições de absorção e remuneração da força de trabalho, e suas implicações sobre as chances -favoráveis ou desfavoráveis- de inserção e acumulação dos sucessivos contingentes migratórios, que vem deixando a Mata de Andaraí desde o início mesmo da ocupação agrícola. A demanda de força de trabalho das indústrias e fazendas do Sudeste, o ciclo econômico e a política salarial, são aspectos a serem levando em conta quando se quer conhecer as chances de colocação e obtenção de recursos para financiar processos de reconversão, como aqueles que estão na origem da transformação de agricultores dependentes ou meeiros em pequenos proprietários de terras (1).

É tomando como base a conjuntura do mercado de trabalho, que essas famílias de agricultores retornados se vêem ou são vistas

como pertencentes à primeira geração de migrantes de volta -parte da geração mais antiga de agricultores que deixou a Mata de Andaraí-, cujas condições de saída e ingresso nos mercados de trabalho distantes, naquele momento, são confrontadas com as condições posteriores e atuais tidas como mais adversas ou difíceis para os migrantes. Tal modo de avaliação está generalizado entre os agricultores da área, quando são instados a falarem sobre as saídas ou mudanças de lugar que ocorreram nas suas trajetórias individuais e tanto afetaram a composição dos grupos sociais. Outrossim, ao avaliarem a migração como um processo eminentemente histórico, que experimenta modificações ao longo do tempo, os agricultores estão recorrendo a uma memória social, que registra e reelabora a importância e o significados de certas experiências vividas em co-presença (Giddens, 1989) com outros indivíduos e avalia uma identidade social comum.

Se as avaliações históricas da migração rural fazem parte de uma memória social compartilhada por muitas pessoas encontradas, é através do relato de I -informante e filho mais velho de um outro informante, Seu M- que encontramos maiores evidências sobre as condições sociais dos lugares de chegada e mercado de trabalho onde viveram como migrantes:

"A maioria do povo que foi pra São Paulo, pro Paraná, naquela época, era porque lá no São Paulo, no Paraná, naquela época, você ia e você arranjava, né? Porque lá tinha traba-

lho e tinha valor o trabalho, né? De cada pessoa que trabalhava. Então você saía daqui, ia prá lá prá São Paulo e quando você voltava, você trazia dinheiro prá comprar uma terra, comprar uma casa, prá fazer qualquer coisa, você voltava bem do bolso.

Mas hoje, o camarada vai prá São Paulo, ele vai trabalhar o dia a dia, né? Já não tem mais aquele trabalho, que tinha aquele valor, né? Quando ele tava fazendo as coisas. Quer dizer, você trabalhava numa fazenda daquela, quando você saía de lá, você tinha saldo. Hoje não, hoje o camarada vai, mas chega lá ele acaba com tudo né? Você ganha bastante, mas perde bastante também, gasta o que você ganha lá em São Paulo, você deixa tudo lá"...

Embora essa descrição histórica das saídas dos agricultores para os mercados distantes, não revele de todo, como trataremos em seguida, as condições de possibilidade colocadas para que parte da primeira geração de migrantes lograsse economizar recursos e retornar ao campo -como ocupantes de novas posições sociais, a descrição feita é condizente com relatos e estudos que procuram explicar a inserção dos migrantes nas regiões Sul e Sudeste entre esses anos.

São Paulo e Paraná apresentavam-se como os dois principais centros de atração dos agricultores por razões semelhantes, e ao mesmo tempo distintas. Ambos os Estados da federação estavam im-

bricados num processo de crescimento econômico que, sendo mais intenso em São Paulo, se irradiava até as regiões vizinhas do Paraná. No que se refere à agricultura comercial, esta que já era muito desenvolvida no Estado de São Paulo com as plantações de café, ganharia um impulso maior ainda com a conjuntura altamente favorável para produtos agrícolas no final dos anos 50 e início de 60. A ampliação do mercado para produtos agrícolas alimentícios e industriais incentivou uma diversificação das culturas paulistas, que prosperaram às custas de uma reciclagem de terras antes dedicadas ao café. A implantação dessas novas culturas, de certa forma, explicita uma incompatibilidade entre a monocultura do café e os movimentos que operam a nível do mercado interno para produtos agrícolas. São esses movimentos que tornam rentáveis outras culturas que, além de atenderem aos consumidores internos, possibilitam uma rotação de capitais mais rápida do que acontece em culturas permanentes como o café.

Contudo, a cafeicultura teimava em se expandir. Embora o mercado interno estivesse apostando na diversificação da produção agrícola em áreas anteriormente comprometidas com o café, o aumento dos preços do café no mercado internacional dava novo impulso à cafeicultura. O conflito aparente entre essas formas de acumulação, que se alimentam mutuamente enquanto partes constitutivas de um mesmo processo -mas se entrechocam concretamente nos comportamentos dos agentes econômicos-, aponta para um rearranjo espacial ou territorial das áreas produtoras e para uma redefinição das re-

lações sociais que embasam a cafeicultura. O avanço da ocupação da fronteira agrícola do Paraná acontece, pois, como uma resultante de movimentos de preços favoráveis à substituição do café em áreas do Estado de São Paulo por culturas voltadas para os mercados urbano-industriais, e movimentos de preços externos estimulando à produção cafeeira em novas áreas agrícolas.

Não foi por casualidade, portanto, que a migração rural da Bacia do Paraguaçu, naquele período, se direcionasse tanto para São Paulo como para o Paraná. Não foi casual também que os saldos migratórios, oriundos das partidas, se distribuíssem entre os mercados urbanos e rurais destes dois Estados. A migração rural tinha todos esses destinos, e os agricultores estavam presentes em todos os mercados onde pudessem arranjar trabalho e recurso, seja porque estavam abandonando definitivamente a região da Bacia, seja porque conservavam uma esperança de poder retornar, trazendo recursos provenientes do trabalho pessoal ou da família.

Assim, os relatos disponíveis falam de saídas mais ou menos simultâneas para essas diferentes áreas do Sul e Sudeste. Os agricultores saídos da Bacia podiam procurar se engajar na construção civil na cidade de São Paulo, como T que viajou em 1962, para tentar contactar os seus conhecidos numa feira do bairro de Jabaquara e poder arrumar um trabalho. Haviam aqueles que se dirigiam para fazendas do interior de São Paulo e Paraná, para trabalharem em ocupações assalariadas. O que não significa que eles se limitassem

ao trabalho pelo salário, já que vários deles exploraram o ramo do comércio de vendas e biscates de rua.

Os agricultores compareciam em todos esses mercados, como está revelado nos estudos sobre a formação do operariado na época, os quais dedicam uma atenção considerável à presença de migrantes provenientes de Minas, Bahia e outros Estados do Nordeste, entre a classe operária emergente das grandes cidades (Brandão, op.cit.). A crescente demanda de mão-de-obra nas indústrias situadas no cinturão industrial de São Paulo, estava sendo em grande parte suprida por agricultores que sendo recém saídos das roças espalhadas em outras regiões, não possuíam nenhuma familiaridade com a disciplina e a organização do trabalho das indústrias.

As condições de trabalho insatisfatórias dessas pessoas nas indústrias, assim como a permanência de um forte ethos rural ou camponês entre os novos operários -que desejavam abandonar o trabalho industrial e retornar aos seus lugares de origem para viverem como pequenos proprietários e empreendedores autônomos-, determinaram altas taxas de rotatividade dos trabalhadores industriais e produziam uma grande mobilidade sócio-ocupacional entre os centros urbanos e as áreas rurais. Coerente com isso, já se podia observar naquela época, um movimento migratório pendular entre regiões e setores econômicos que, sendo um aspecto constitutivo da migração, somente faria aumentar nos anos seguintes.

Ao mesmo tempo em que saíam, sozinhos ou acompanhados pelas

famílias, para trabalharem nos mercados industriais e agrícolas de São Paulo, os agricultores da Bacia demonstraram um forte interesse pelas áreas de fronteira agrícola do Paraná, onde se sentiam muito à vontade, dado que as condições sociais aí encontradas por eles eram parecidas com as dos bolsões agrícolas da Bacia do Paraguaçu, dando um certo senso de continuidade aos agricultores e facilitando sobretudo a sua adaptação. É assim que, segundo um estudo que aborda a inserção dos migrantes na estrutura agrária do Paraná:

"Primeiro vieram os nordestinos, expulsos pela fome e pelo latifúndio, a partir dos anos 40. Procurando no Sul do Brasil novas oportunidades, eles percorreram longos e difíceis caminhos até encontrar o grande Eldorado: a posse de pequenas áreas nos loteamentos realizados pelas companhias colonizadoras do Norte do Paraná. Muitos, sem recursos para comprar terra, assentavam-se nas fazendas do café como colonos ou plantavam em terra alheia. Pagando em espécie pelo arrendamento - conhecidos como parceiros ou meeiros, foram, em grande parte, os responsáveis pela ocupação efetiva da região" (Urban & Furtado, 1988 : 14).

As condições sociais existentes nas duas regiões -o norte do Paraná e a Bacia do Paraguaçu-, apresentavam fortes semelhanças no que se refere ao estágio recente da ocupação agrícola e às possibilidades dos agricultores encontrarem terras para trabalhar como

arrendados ou meeiros -sem excluir evidentemente o recurso ao trabalho assalariado nas fazendas de café, e poderem obter recursos para adquirir uma parcela de terra. Isso porque, e tal como detalha o estudo citado:

"Os primeiros tempos, da expansão da cultura cafeeira no Paraná, mostravam uma certa harmonia entre a posse da terra e os trabalhadores. Mesmo para os colonos o acesso à terra não era negado. Podiam cultivar pequenas roças de feijão, milho, arroz e mandioca para sua subsistência. Com os fazendeiros a relação era menos dura pois as "colônias" das fazendas eram pequenas cidades construídas pelos donos da terra que, deste modo, asseguravam mão-de-obra suficiente para todas as épocas do ano. Além disso, havia terra disponível e não era impossível, ao colono, realizar o sonho de ser um dia dono de sua própria terra. Cultivando alimentos entre as fileiras de café e vendendo o excedente, os colonos podiam realizar uma pequena acumulação que, no futuro, garantisse sua promoção a arrendatário ou mesmo a proprietário de terras". (Urban & Furtado : *ibid.*).

Para quem estava saindo da Bacia naquela época, o Paraná reproduzia um conjunto de condições com as quais eles já estavam acostumados na sua região rural de origem, com a vantagem de poderem participar de uma economia mais monetarizada e não precisarem enfrentar o terrível flagelo da seca. Outrossim, no Paraná, os

agricultores da Bacia encontravam diferentes ocupações nas atividades agro-pastoris, como a derrubada de matas, o plantio do café e de lavouras de alimentos, sem se sentirem desqualificados para as mesmas ou sem perderem as propriedades cognitivas desenvolvidas no sistema em que foram socializados, como acontece no trabalho urbano-industrial (Sader, op. cit.).

Por outro lado, a inserção dos agricultores se dava num contexto social, onde o trabalho assalariado podia ser combinado com o trabalho para si, o qual proporcionava um excedente comercializável e favorecia uma pequena acumulação que garantia a sua promoção a arrendatário ou mesmo a proprietário de terra. Para aqueles que já dispunham de experiências e habilidades comerciais, o pequeno comércio realizado em vendas ou botecos rurais, que vendiam um pouco dos artigos mais procurados como bebidas e alimentos, também representava uma oportunidade de fazer uma pequena acumulação.

As condições existentes nesses Estado, para a absorção da força de trabalho dos agricultores que saíam da Bacia do Paraguaçu, constituem a principal referência para estabelecer uma oposição entre o passado e o presente da migração rural. Isso pode ser visto claramente no relato feito por I, e na ênfase dada por este às diferenças existentes entre as condições encontradas pela geração de agricultores "naquela época" (final dos anos 50 e início da década de 60) e a geração de hoje, diferenças que estão

postas a nível das oportunidades dos agricultores arranjam trabalho remunerado, e acumularem recursos para comprar bens que significam uma mudança na sua condição social. Assim que, diferente do panorama que se apresenta para a atual geração de migrantes, que vai para São Paulo trabalhar o dia a dia e acaba gastando (ou deixando) tudo o que ganha na própria manutenção, os agricultores que partiram naquela época são vistos como pessoas que puderam desfrutar de condições particularmente favoráveis para "arranjar" trabalho e recursos.

O valor da força de trabalho dos agricultores que saíam para trabalhar naquela época, está referido aqui a níveis de remuneração capazes de assegurar a sobrevivência imediata e ao mesmo tempo proporcionar um saldo ao trabalhador -permitindo "voltar bem do bolso" ou trazer dinheiro de volta para comprar coisas-, o que está muito distante da situação atual. Os que saem hoje para trabalhar o dia a dia, não encontram mais "aquele trabalho que tinha valor", que permitia obter um salário compensador "quando ele tava fazendo coisas" e deixava um saldo de recursos utilizáveis para financiar processos de reconversão social, que tanto chamariam a atenção das estudiosos do ajustamento dos migrantes à sociedade urbano-industrial (Brandão, op.cit.).

Essas avaliações dos padrões de remunerações da mão-de-obra dos agricultores no Sudeste estão baseadas nas experiências vividas e transmitidas pelas várias gerações de migrantes, mas podem

ser confirmadas pelos indicadores da evolução do salário mínimo real dos trabalhadores nas quatro (4) últimas décadas. Com efeito, esses dados nos mostram que os salários que na década de 50 recuperaram e ultrapassaram os níveis de remuneração existentes no começo da década de 40, começaram a decrescer na primeira metade dos anos 60 e por último tiveram seus valores cada vez mais diminuídos a partir deste período e principalmente dos anos 70.

A primeira geração de migrantes, portanto, se beneficiou com os níveis salariais mais elevados dos decênios de 50 e 60 para montar estratégias de reconversão social, dando razão ao argumento levantado pelos agricultores de que a força de trabalho na época tinha um valor superior ao que passaria a ter nos anos seguintes, quando os salários despencaram ou ficaram mais defasados com respeito ao custo de vida. Embora os agricultores considerem que ainda ganham bastante, com respeito aos padrões de remuneração vigentes no mercado de trabalho rural, este ganho ao ser comparado por eles com o valor da sua força de trabalho naquela época resulta menor, porquanto eles perdem bastante também, gastando o que recebem e finalmente deixando tudo em São Paulo.

O informante ao utilizar determinadas expressões para descrever o trabalho atual dos agricultores -como as que dizem que eles deixam tudo por lá ou acabam com tudo que tem em São Paulo- está acrescentando argumentos às avaliações sociais da migração rural, argumentos estes que nos falam do estado de espírito e das

motivações de pessoas que estavam saindo para os mercados capitalistas de trabalho, mas não se viam de nenhum modo como futuros integrantes de uma classe assalariada que gasta tudo o que recebe e nem sempre está preocupada em obter um saldo monetário para abandonar o trabalho assalariado e retornar ao mundo da pequena produção mercantil.

Ora, se nessa reconstituição histórica das saídas para os mercados distantes, o período compreendido entre os anos 50 e 60, é apresentado como a "idade de ouro" da migração, pode-se perguntar se esta idade se passou realmente assim para todos: Porque certas trajetórias de agricultores confirmam essa avaliação da migração? Porque outras trajetórias de pessoas saídas na mesma época constituem um desmentido parcial dessa versão da migração rural?

Esses aspectos podem ser melhor explicados, levando em consideração os laços de cooperação familiares e as habilidades previamente possuídas pelos indivíduos, que estes fazem valer nos novos locais de trabalho.

4.3. A participação dos familiares

Aqui é necessário considerar com quem os agricultores vão compartilhar o trabalho nos mercados distantes e o que eles deixaram no campo, sejam parentes próximos, seja a crença de que aí no campo reside o seu futuro. Desde já, coloca-se uma diferença em

termos de possibilidades de acumulação entre, por um lado, os agricultores que saíram acompanhados por famílias nas quais haviam vários membros adultos, e por outro, os agricultores que saíram acompanhados por famílias com apenas dois (2) membros adultos, ou então saíram sozinhos. As seis famílias citadas são exemplos para observarmos algumas dessas diferenças.

Seu D e sua esposa, D M fazem parte dos agricultores que saíram com uma família composta por vários membros adultos e pode se capitalizar com o trabalho realizado por estes últimos. Essa família tinha vindo alguns anos atrás do município de Ibiquera para a Mata de Andaraí, pressionada pela transformação das roças em pastagens, mas perante as dificuldades encontradas na Mata, decidiu-se pela saída para o Paraná -o Estado da federação que mais atraía pessoas da região depois de São Paulo.

Numa entrevista que foi apenas anotada, como as que se seguem nesta parte, D M conta que ela, juntamente com o marido e os filhos pequenos, foi para o Paraná em 1962, quando a região atravessava um período de seca, no qual muita gente saiu da área, inclusive pequenos proprietários que, desanimados com as frustrações de safras, começaram a vender as suas terras. Viajaram juntos com o sogro e os filhos deste. Nesta época era comum as famílias numerosas viajarem com todos os seus membros para o Sul, ainda que outros preferissem deixar seus familiares para trás e seguir sozinhos para as regiões distantes. Seu D e D M disseram que naquele

período já se tinha muita notícia do "Sul" e que não poucos agricultores se dispunham a sair para arranjar o que viver. As condições de trabalho na Mata eram muito mais duras do que hoje, porque não havia tanques para armazenar água, faltava qualquer tipo de assistência do governo e a circulação de dinheiro era bastante reduzida - fatores esses que aumentavam a vulnerabilidade da agricultura às secas e estiagens.

Com respeito à obtenção de recursos na migração, permitindo formar um saldo em dinheiro para "comprar coisas", o casal fez uma importante ressalva quanto ao ciclo de vida dos membros da família. Enquanto o sogro que já tinha filhos grandes pode juntar alguma coisa para trazer de volta, eles que estavam com filhos pequenos nada puderam poupar para eles durante os sete (7) anos (até 1969) que permaneceram no Paraná. O mesmo valendo, segundo eles, para os outros agricultores que saíram da Mata e posteriormente retornaram. No entender do casal, a migração para o Sul foi apenas uma saída para as dificuldades encontradas, não tendo nenhuma influência na aquisição de terras por parte dos agricultores da Mata, os quais tudo conseguiram graças ao próprio esforço e suor.

Contudo, observando as posições sociais que Seu D e o pai ocupam hoje, vemos que o primeiro se tornou proprietário de um pequeno lote contíguo à área de terra do pai e está na presidência de uma cooperativa de vendas aos agricultores. Quanto ao pai, este

além de ser possuidor de uma parcela de terra, explora uma pequena venda na roça e atua como "faisqueiro" ou pequeno comprador de mamonas para revenda.

Tal como Seu D e esposa, N e Seu E saíram para o Paraná no início dos anos 60, acompanhando uma mesma família, onde haviam ingressado através do casamento com um filho e uma filha respectivamente. N que tem uma casa arrumada e vive do serviço doméstico no núcleo de Esperança, é a terceira filha mulher de uma família de agricultores do município de Seabra, que veio para a Mata, na procura de terra para trabalhar de meia, mas foi se dispersando cada vez mais com o tempo, por falta de um patrimônio familiar que aglutinasse e limitasse as constantes idas e vindas dos vários membros. A mãe de N foi viver com um proprietário "pequeninho" ou minifundista da Mata, e N casou-se com um filho de uma família de Ibiquera que vivia da combinação da agricultura de meia com o pequeno comércio da venda.

Quando a família do marido foi para o Paraná, no início dos anos 60, ela seguiu com aquele e foi morar junto com um grupo familiar numeroso que incluía os sogros, os cunhados e outros parentes. No Paraná, a família explorou uma venda rural, numa região de fazendas de café e gado, onde os parentes também podiam ganhar a vida como diaristas ou no trabalho de empreitada.

Ao voltar do Paraná, a família do marido de N na figura do

pai, comprou uma parcela de terra e se instalou num dos mais prósperos ramos do pequeno comércio da Mata e em particular de Esperança, que é o negocio de carnes frescas ou salgadas na venda ou na feira. Um tio paterno e o próprio ex-marido de N., são sócios deste negócio, enquanto outros cunhados também melhoraram de vida: (1) F trabalha na roça da família durante a semana, e nos fins de semana abre uma guarneçada venda ao lado da feira; (2) Seu E passou num concurso para ser funcionário de campo de uma agência governamental de saneamento rural (SUCAM), tem uma roça de meia com F e montou uma pequena venda na parte posterior da sua casa.

Ora, se as indicações feitas por N sobre a trajetória da família do marido se encerram praticamente aqui, Seu E que viajou na mesma época para o Paraná -como marido de uma das irmãs deste-, ao ser indagado sobre a importância que esta estadia teve para ele, disse que não demorou muito tempo nesse Estado, pois trabalhava e não conseguia poupar nada. O sogro tinha a venda e filhos adultos para ajudá-lo, enquanto Seu E que não podia ficar por conta dos demais e tinha filhos em idade de criar, tinha que fazer a sua parte no trabalho das fazendas, sem poder fazer uma poupança, que justificasse a extensão da permanência no Paraná.

Ao lado dessas famílias ou melhor dos chefes dessas famílias numerosas -que contaram com a combinação do trabalho de membros adultos para "arranjarem alguma coisa" e "trazerem dinheiro de volta"-, a situação exemplificada pela família do nosso já bem

conhecido Seu M, mostra como a utilização dos trabalhos dos filhos, no âmbito dos mercados de trabalho do Sudeste, pode ampliar as chances de construir um pequeno patrimônio.

Seu M como vimos havia saído sozinho em 1961 para viver numa região do interior de São Paulo, onde havia muito lugar para pessoas como ele se empregarem na agricultura -como cortador de cana, cortador de lenha e outras ocupações-, ou então encontrarem empregos ocasionais ou biscates na cidade. O informante transita entre várias ocupações, passando de cortador de cana para empregado de uma construtora, antes de se decidir pelo comércio ambulante de doces e guloseimas. Em 1967 ele retorna à Mata para buscar a mulher e os filhos pequenos e levá-los de volta a São Paulo, para uma nova permanência que duraria dez (10) anos, até regressar definitivamente ao campo em 1978. Em São Paulo e logo que crescem, os dois filhos mais velhos de Seu M, e em particular o já citado I aprenderam vários ofícios -pedreiro, marceneiro, carpinteiro-, trabalhando como ajudantes de obras e operário de pequenas indústrias, bem como percebendo um soldo complementar à economia doméstica, que ajudou na manutenção dos membros e possibilitou comprar um terreno para construir uma casa:

M.-... um terreno que eu tinha lá vendi, aí vim e comprei um na roça.

P.-O sr. vendeu o terreno seu em São Paulo?

M.-É eu tinha uma lote, uma casa, um terreno urbano né?

P.-O Sr. já tinha construído?

M.-É não era uma casa boa, mas era uma casa que eu morava, prá mim servia.

P.-Foi o Sr. mesmo que construiu Seu M.?

M.-Foi. Era um barraco, era um barraco de tábua, mas eu já tinha o material prá fazer a casa, eu tava ... quando eu comprei o terreno então, enquanto eu pagava eu não quis fazer mais conta, aí eu comprei umas tábuas e fiz um barraco de tábua.

P.-Em Limeira mesmo?

M.-É, aí quando eu terminei de pagar o terreno, eu comecei a juntar material prá vim fazer a casa, comprei, já tinha lajota, essas coisas, eu tinha ... comecei a juntar material. Foi quando eu resolvi vender, aí vendi com tudo e vim embora ...

A aquisição de um lote urbano com recursos extraídos da poupança familiar e mediante facilidades de pagamento, seguida pela compra de materiais de construção, juntamente com a possibilidade de fazer uma autoconstrução utilizando o trabalho dos membros da família, foi a via seguida por Seu M para construir um patrimônio que foi vendido para financiar o retorno ao campo e deixar a posição antes ocupada como meeiro. A venda da casa no interior de São Paulo, onde estava materializada a economia de trabalho e de moeda, para a qual todos haviam concorrido, é a origem de um fundo que permitiu a compra de um terreno e de um pequeno caminhão para

fazer transporte de frete e pequenos negócios.

Em contraste com essas situações, em que os agricultores puderam se inserir no mercado de trabalho como pessoas que trabalham e ao mesmo tempo coordenam o trabalho realizado pelos demais membros da família, há a situação daqueles como T e um tio de N que por terem saído e permanecido sozinhos no Sudeste, e portanto não terem podido contar com a cooperação familiar, não conseguiram fazer nenhuma pequena acumulação.

T tem 46 anos e é agricultor reassentado de um projeto do governo. Ele conta que com 17 anos de idade (em 1963), saiu para trabalhar em São Paulo pela primeira vez, por um período de 2 anos, porque como meeiro na Mata "não podia comprar nem a roupa do corpo". T era o filho mais velho de uma família de 10 filhos, que estavam por sua conta desde que a mãe havia morrido de malária. Saiu da região sem documentos pessoais como quase todos os agricultores, e sem possuir nenhum endereço residencial em São Paulo; sabia apenas que os parentes e pessoas conhecidas costumavam ir aos sábados na feira do bairro de Jabaquara. Foi aí que encontrou efetivamente algumas pessoas conhecidas, inclusive um conterrâneo que lhe ajudou a arrumar trabalho na construção civil -um trabalho que, além de absorver trabalhadores braçais, tem a vantagem de oferecer um local de moradia às pessoas que estão chegando pela primeira vez na cidade como T.

Após este período inicial de 2 anos como trabalhador da construção em São Paulo, T voltou a região -premidido por suas obrigações de filho mais velho que precisava ajudar a casar as irmãs-, casou-se e teve o primeiro filho em 1966. Como saldo desta primeira estadia, além da "experiência" de mundo, obtida com a migração, T conseguiu trazer apenas objetos pessoais e algum dinheiro de bolso. A sua condição de rapaz solteiro e trabalhador manual não permitiu que ele trouxesse recursos para modificar a posição social dantes ocupada como meeiro, o que vai levá-lo a realizar novas viagens à São Paulo para arranjar trabalho e tentar trazer dinheiro de volta.

As dificuldades de comunicação entre parentes afastados pela migração, um tema sobre o qual retornaremos mais adiante, remetem muitas vezes para os insucessos dos agricultores nos mercados distantes, como pode ser verificado num relato da já mencionada N sobre um tio materno. Este tio de N morou 33 anos no Paraná sem manter contatos com os parentes nem mandar notícias para ninguém, mas há mais ou menos 1 anos atrás foi reconhecido por N quando vendia pipoca na feira de Esperança. Ao ser abordado por ela, ele sentiu-se pouco à vontade com as perguntas que N lhe fez, pois "não gostava de ser identificado". Após uma congratulação entre os parentes, o tio materno foi para Itaberaba (o principal centro urbano regional) e retomou o seu antigo hábito de não procurar os parentes. O tio materno retornou à Bacia, mas se afastou por completo do trabalho agrícola; está vivendo do comércio ambulante de pi-

poca e mora numa casa na periferia de Itaberaba. N encontra de vez em quando com ele perto da feira que ocorre nesta cidade, mas não tem maiores aproximações.

Face a reticência do tio em manter relações mais estreitas com os parentes, estes buscam uma explicação para o comportamento do mesmo. Para N, o seu tio age assim porque "voltou sem nada ou sem trazer nada do Paraná", enquanto que o outro tio materno de N que não saiu da região "teve mais sorte do que ele: vendeu a roça que tinha, colocou o dinheiro na poupança e comprou três casas -uma para ele e duas para as duas filhas.

Sem dispormos de evidências outras sobre o fracasso ou insucesso do tio materno de N na migração, fica a sugestão de que esta última, especialmente quando é feita sem o apoio de uma estrutura familiar, está palmilhada de frustrações quanto à obtenção de recursos para operar uma reconversão das posições ocupadas, frustrações estas que se refletem nos modos de avaliação dos indivíduos e nas relações interpessoais.

4.4. As habilidades individuais

As habilidades previamente possuídas pelos indivíduos, assim como as possibilidades de fazê-las valer nos mercados de trabalho, tem um efeito sobre as chances que eles possuem de "arranjar recurso" e fazer uma pequena acumulação que resulte na sua promoção

a uma condição social superior a que tinham antes da saída para o Sudeste. Esses são os casos de Seu B e Seu C.

Seu B que aparece no início deste texto como um meeiro que vivia a percorrer as fazendas da Bacia do Paraguaçu, em busca de roças que nunca davam certo e finalmente se decidiu a ir para São Paulo em 1969 -a chamado de Seu M que ali estava e era seu compadre-, ao chegar no Sudeste portava habilidades diferenciadas, para as quais havia uma demanda certa e segura. Antes de se dedicar ao trabalho de meia, Seu B adquiriu experiência na chefia de turma de trabalhadores, atuando como feitor de serviço na construção de obras no interior da Bacia, e posteriormente tomando conta de gente para tirar madeira na área da Mata. Além disso, Seu B que desde cedo participara do culto religioso afro-brasileiro local ou Jarê, havia se tornado curador ou chefe de terreiro, o qual entre outras coisas se encarrega de atender pessoas portadoras de males que aparentemente não encontram soluções em outros sistemas de cura.

Ora, munido dessas credenciais e encorajado pelo compadre que já estava vivendo em Limeira, Seu B resolveu ir para São Paulo, mesmo não tendo nenhum emprego garantido:

P.- E quando o Sr. foi já tinha algum emprego garantido?

B.- Não. Nada de emprego. Eu fui futurando chegar lá, empregar. Agora eu lá não fui empregado. Eu lá, só esta minha profissão [curador], a primeira vez que eu fui, foi em

que eu trabalhei, que não deu prá eu sair, prá empregar e nem nada, que era dia e noite ali o pessoal comigo: de investigador a polícia, tudo era junto comigo, todo mundo ali era comigo. Então, não teve necessidade de eu empregar, nem condição. Trabalhei lá um ano e sete meses, resolvi vir prá Bahia de novo...

P.- Porque o Sr. resolveu?

B.- A mulher achou que não devia ficar ... era também uma mulher doente, eu estava caçando recurso para tratar dela.

P.- E em São Paulo, essa atividade do Sr. rendia suficiente pro Sr. se manter em São Paulo, sem um emprego?

B.- E sobrava. Me mantinha e sobrava. Lá eu me mantinha e sobrava e era garantido até pelos médicos na minha profissão lá. Porque problemas que os médicos não davam jeito, mandavam prá mim e eu ... dava. Então, foi quando chegou essa ocasião, que eu voltei novamente prá aqui prá Bahia, tive aqui um ano.

P.- Aqui nessa região?

B.- Aqui nessa região. Aí, novamente, tornaram a mandar me chamar prá São Paulo, tornei ir.

P.- Quem chamou o Sr.?

B.- O povo de lá mesmo.

Não só a inexistência de um emprego garantido não representa um impedimento à sobrevivência de nosso informante, como também

ele passa a prescindir francamente de um emprego deste tipo, à medida em que seus serviços como curador tornam-se conhecidos e passam a ser requisitados por uma farta e heterogênea clientela, que ocorre sem dar-lhe tempo para pensar em outras coisas além deste serviço. Como ele mesmo diz, a demanda era tanta que ele não tinha necessidade nem condição para se empregar em outras atividades. Seu B se articula com toda uma rede de clientes que demandavam ou recomendavam os seus serviços de cura, incluindo pessoas de camadas sociais mais elevadas que os membros da "comunidade de migrantes" residentes em Limeira. Como consequência disso, a profissão de curador se apresenta como uma atividade rentável, dando dinheiro suficiente para que o informante mantenha a sua família e ainda consiga uma sobra de recursos para aplicar na compra de um pequeno terreno de aproximadamente 4 ha na Mata de Andaraí, que vai representar a sua ascensão à condição de pequeno proprietário.

Num segundo momento, Seu B -que tinha resolvido ir para a Bahia por pressões familiares- retorna ao interior de São Paulo para permanecer mais dois anos e meio. Embora o informante tivesse ido para a Mata de Andaraí em 1971 para cultivar o pedaço de terra que havia comprado, próximo do povoado de Esperança, ele foi obrigado a sair novamente para São Paulo "devido o sofrimento aqui, que tava em crise. Tava pior que agora, a seca. Então eu achei que devia sair com meu povo, prá passar aquela temporada por lá, porque aqui não tava dando, não tinha condições, porque não tinha nenhum conforto. Então fui com meu povo, passei essa travessia por

lá, quando melhorou o tempo eu voltei, até hoje, graças a Deus tô lutando por aqui. Esse foi o meu padecimento e sofrimento, prá hoje tá mais assossegado um pouco. Mas sofri bastante".

Apesar de Seu B ter realizado o sonho de possuir a sua própria roça, através da compra de um pedaço de terra -com o dinheiro trazido de São Paulo- que "livrava" da obrigação de pagar uma renda sobre a produção obtida e evitava as constantes trocas de roças, a sua nova condição de pequeno proprietário não representava nenhuma garantia contra as variações climáticas e secas periódicas que, como este de 1972, comprometiam os plantios, inviabilizavam o trabalho e acarretavam quebras de safras. Reabre-se o ciclo migratório. O sofrimento refletido na falta de condições e de qualquer tipo de conforto para permanecer na roça, fez com que o informante, acompanhado por seus familiares, voltasse a fazer a travessia da rota migratória que liga o sertão baiano ao mercado paulista, saindo da Bacia para passar uma nova temporada em São Paulo, no aguardo de dias melhores para a agricultura da Mata.

Contudo, as características dessa segunda saída para São Paulo são distintas da primeira. Por um lado, ele não é mais o mesmo meeiro que havia saído alguns anos atrás, tangido pela pobreza e insegurança geradas pelo sistema da meia e a chamado de um compadre que já estava vivendo no Sul. Agora ele é um pequeno proprietário e portanto uma pessoa que tem um pouco mais de segurança do que os simples destituídos da Bacia do Paraguaçu que são obri-

gados a pedirem roças de meia; alguém que conseguiu, graças aos recursos obtidos no trabalho migrante, uma inserção jurídica estável na terra e que por isso mesmo pode identificar novas necessidades e alimentar novas expectativas enquanto pequeno proprietário.

Embora a aquisição de uma pequena parcela se revelasse, no final das contas, insuficiente para garantir a sobrevivência familiar durante as prolongadas secas que ocorrem na Mata, havia a alternativa de passar uma temporada no Sul para tentar "arranjar" meios de vida, enquanto a seca continuasse, sem se desfazer de uma parcela familiar que funcionava como uma retaguarda estratégica, que podia acolhê-los de volta, desde que a permanência em São Paulo não se fizesse mais necessária ou não fosse mais conveniente. Muito diferente da situação do meeiro que sai, sem deixar bens e sabendo que a falta de sucesso na empresa migratória vai significar ter que voltar a trabalhar nas mesmas condições, sob o controle de um proprietário.

Por outro lado, o informante ao chegar pela segunda vez em São Paulo está mais familiarizado com as oportunidades que se apresentavam ali, podendo experimentar novas formas de inserção no mercado de trabalho.

B.-Tornei ir prá lá, tornei levar lá outro tempo então...

P.-Dois anos e meio?

B.-Foi. Foi quando eu levei esse tempo lá. Aí, lá eu trabalhava nesta profissão [curador] e tocava turma nas usinas, cortando cana, carpina, panhando algodão, panhando laranja, cheguei tocar até 80 pessoas. Trabalhei na usina Silo, na Tamoio, na usina Costa Pinto, S. Antônio, na Tabajara, na Catuaba, na B. Vista, todas usinas de cana.

P.-E o Sr. lá tinha salário fixo?

B.-Não, eu tinha ordenado assim: eu ganhava setenta cruzeiros, setenta contos naquele tempo por dia e o caminhão ganhava trezentos.

P.-O caminhão não era do Sr.?

B.-Era meu. Cheguei a possuir dois caminhões.

P.-Quer dizer, que quando o Sr. saiu pela segunda vez daqui, para São Paulo, já foi levando dinheiro para comprar os caminhões?

B.-Não. Foi arrumado lá em São Paulo. Eu arrumei tudo foi lá. Não arrumei nada aqui na Bahia. Hoje o que eu tenho aqui, foi arrumado em São Paulo, da minha profissão e dos meus esforços, do trabalho. Porque o que eu arranjava, que sobrava um pouco, eu pnhava na Caixa Econômica Federal.

P.-Nessa segunda vez que o Sr. foi para São Paulo, o Sr. tinha a profissão e tinha uma outra atividade. Começou trabalhando como?

B.-Comecei a trabalhar, tocando turma sem o caminhão. Mas, logo que eu comecei a trabalhar, uma pessoa que já tinha

conhecimento comigo, viu eu falar que ia comprar um caminhão e logo comprou um caminhão e mandou me chamar na casa dele ... Então eu disse, eu não quero esse caminhão agora, que eu não tenho dinheiro, não tenho condição de pagar o caminhão agora ainda, tô trabalhando para arrumar. Não, falou aquela pessoa, você vai trabalhar depois paga o caminhão. Então eu fui trabalhar e paguei o caminhão a ele. Bom, mas logo o caminhão deu um defeito e a gente não sabia que defeito era, ninguém descobria ... Encostei o caminhão e fiquei novamente com o caminhão de aluguel.

B.-Aí fui a meu patrão e falei prá ele que eu tava precisando de um caminhão. Ele falou prá mim: olha, tem um rapaz que trabalhava comigo aí, e o caminhão dele, um Chevrolet tá encostado e tá bom. Eu fui ver, assim que ele telefonou para o outro ... Então eu peguei o caminhão, conser-tei o outro e fui trabalhar com os dois. Quando o outro caminhão deu um defeito, eu vendi e fiquei somente com um [próprio] e outro de aluguel, que eu dava prá levar o pessoal. Bom, levei esse tempo todo trabalhando, quando fui pagar o caminhão ao rapaz, já meu patrão tinha pago. No dia que eu tirei o caminhão, ele mandou o cheque. Aí depois, voltei, paguei a ele e fiquei com o caminhão. Foi quando eu resolvi vim embora aqui prá Bahia novamente...

P.-Tudo isso num período de dois anos e meio?

B.-Foi. Eu peguei o caminhão, troquei justamente nesta ca-

mionete que eu tenho hoje, ela era novinha, tava uma maravilha. Troquei e ... deu certo, eu vim embora, vim na camionete com meu povo, vim com a tralha toda.

P.-Foi uma boa viagem?

B.-Foi. De lá eu possuo essa camioneta e possuo esse pouco de terra, esse fundo que eu tenho hoje. Foi tudo de dentro de São Paulo, não foi nada da Bahia.

Na sua segunda estadia em São Paulo, Seu B, sem abandonar a bem sucedida profissão de curador, começa a trabalhar também como chefe de turma e transportador de trabalhadores para as usinas e plantações do interior do Estado. A experiência anterior como feitor de serviço, juntamente com os contatos feitos durante a primeira estadia, facilitaram a sua inserção num campo de trabalho criado pela expansão do trabalho assalariado na agricultura paulista. Se logo no início o informante começa a transportar trabalhadores num caminhão de aluguel -recebendo uma remuneração por dia que inclui o pagamento das despesas do caminhão-, a continuação desta atividade vai fazer com que ele procure adquirir o seu próprio meio de transporte, livrando-se do pagamento do aluguel e embolsando a importância que era paga por este último.

Seu B encontrou certas facilidades (para comprar um primeiro e posteriormente um segundo caminhão) da parte dos vendedores, assim como da parte de um dono de usina que, contratando os serviços do informante como transportador, tinha interesse que este melho-

rasse as condições em que fazia o transporte dos trabalhadores para a sua usina. Foi este dono de usina efetivamente, que intermediou a compra do segundo caminhão, apresentando o dono do veículo para Seu B e adiantando a importância a ser paga pelo mesmo.

Quando o informante resolveu retornar dois anos e meio depois para a sua roça na Mata de Andaraí, a venda do caminhão proporcionou os recursos necessários para a compra de um veículo novo, bem como para o financiamento dos gastos de deslocamento e reinstalação da família. Mais uma vez, Seu B conseguiu "arranjar recurso" em São Paulo para "voltar bem do bolso e poder comprar coisas" que resultaram na melhoria das condições financeiras ou econômicas do grupo familiar.

Primeiramente, e explorando a profissão de curador, Seu B conseguiu formar uma clientela de pessoas interessadas em consultas e tratamentos com um pai de santo que vinha da Bahia e poderia trazer consigo procedimentos e recursos para males de ordem pessoal e psicológica. Procurando o pai de santo para fazer consultas e buscar remédios mágicos eficazes, os clientes tomavam muito tempo de uma pessoa que estava disposta a cobrar um preço por isso, de acordo com práticas dos curadores mais famosos da região rural, que também cobravam um valor pelas consultas que davam e acabavam construindo patrimônios que os distinguiam dos vizinhos mais pobres (2). É interessante notar que a diferenciação social obtida, e a consequente mobilidade social ascendente faz-se através mesmo das

crenças no mau olhado, na inveja e no mal feito (Zaluar, 1983) que levam os agricultores pobres a procurar os serviços do pai de santo.

Seu B atende muita gente entre os vizinhos e conhecidos que eram trabalhadores migrantes, assim como recebe outras pessoas que ocupavam posições hierarquicamente superiores na sociedade paulista, como delegados de polícia e encarregados de zelar pela ordem pública, o que significa dizer que ele construía um mercado simbólico de bens mágico-religiosos que assegurava a realização de dois imperativos: o recebimento de pagamentos pelo seus serviços e de proteção para uma atividade ritual que suscita níveis de intolerância e estigmatização entre vários grupos sociais.

Seu B consegue se profissionalizar como curador, dentro de uma trajetória que não seria possível na Bahia, o que lhe permite receber dividendos materiais ou monetários que, se não são muito grandes, pelo menos permitem o informante se manter com a sua família e ainda dispor de uma sobra para "guardar" ou "separar". O dinheiro que Seu B "arranjava" ou o pouco que ia sobrando, depois que tirava o dinheiro para pagar as despesas com o consumo da família, era colocado num banco de poupança oficial para que pudesse levar para a roça e comprar o seu pedaço de terra.

Quando vai pela segunda vez a São Paulo, Seu B retoma a atividade profissional de curador, combinada com a de chefe de turma

de trabalhadores bóias-frias no interior do Estado, mas acaba se dedicando quase que integralmente a esse tipo de agenciamento de mão-de-obra, mediante o transporte de trabalhadores para os locais de trabalho. Porque o informante deixou a profissão de curador para se dedicar à absorvente atividade de agenciador de mão-de-obra?

Na falta de maiores evidências para responder essa questão, cabe dizer que em diversas oportunidades Seu B se queixou de problemas de saúde provocados, no seu entender, por uma atividade ritual que tem altos custos físicos e psicológicos para quem a pratica, problemas estes que produziram interrupções temporárias nos cultos e tratamentos. Esta é uma explicação para a perda de importância da profissão com respeito ao trabalho de chefe de turma, mas cabe ponderar que o deslocamento de atividades pode ter sido resultante de uma decisão visando maximizar benefícios pessoais e financeiros. Conforme esta decisão, ele teria trocado uma atividade mais incerta -pela importância do jogo de alianças, pressões e prestígios envolvidos nas relações pai de santo e clientes-, e talvez menos rentável, por uma atividade mais rentável.

O fato é que também fazendo valer uma habilidade aprendida no período de ocupação da Mata, a habilidade de chefe de serviço ou chefe de turma, Seu B consegue se deslocar com uma relativa facilidade de uma atividade para outra. Nesse particular, basta examinarmos as partes do relato que tratam da primeira e da segunda estadia, para verificarmos o quanto elas são distintas entre si,

no que se refere às motivações e temas enfocados. Assim, enquanto na primeira estadia predomina a formação de um mercado pessoal para a profissão de curador, o que temos no relato do segundo momento é a descrição de uma cadeia de transações de compra e venda de veículos para o transporte de bóias frias. O informante começa trabalhando num veículo alugado, mas deixa claro que a sua ambição é adquirir o seu próprio caminhão para não ficar submetido ao aluguel -que implicava prestações diárias de contas- e ganhar independência como chefe de turma, que intermedia as relações entre os patrões e os bóias-frias, sem a interferência de outras relações (como a de locatário de veículos) que diminuíam a sua margem de lucro e complicavam o seu papel de agenciador de mão de obra.

Neste contexto, entrar numa atividade que permite lidar com veículos e fazer transações comerciais com os mesmos é uma maneira de conseguir realizar o projeto de adquirir um bem extremamente valioso (um caminhão) na economia rural, obedecendo a uma estratégia de capitalização que visa sobretudo aumentar o patrimônio e diversificar a economia familiar. O investimento feito na aquisição de um caminhão é coerente com o alto valor que os agricultores dão ao transporte motorizado, tanto como um meio de vencer as distâncias e dificuldades de transporte na zona rural, como de fazer diferentes tipos de transações físicas e comerciais que complementam os ganhos obtidos com a roça e fazem diminuir a importância da incerta agricultura na manutenção dos membros da família.

De acordo com isto, o que Seu B vai ganhando na sua segunda

estadia ele vai aplicando na compra de caminhões que, desta forma, se convertem na principal aplicação financeira do informante, ao contrário da primeira estadia, onde tudo que "arranjava" era posto na caderneta de poupança para a compra do terreno. Dado que ele já dispunha de um pedaço de terra suficiente para a força de trabalho familiar disponível, os recursos obtidos como chefe de turma podiam ser aplicados em bens que redundassem no aumento do patrimônio. No caso presente, a decisão recaiu sobre o caminhão devido às facilidades de compra e a multiplicidade de usos do mesmo, seja no transporte de cargas e passageiros, seja como instrumento que facilita a realização de pequenos negócios ou pode ser trocado por outros bens igualmente valiosos.

O papel central que o cálculo econômico assume aqui, ao lado das habilidades previamente possuídas pelos agricultores migrantes, justifica a apresentação de um outro caso de migrante bem sucedido, Seu B P cujos principais trunfos para isto (dado que viajou sozinho e não possuía habilidades específicas como Seu B), foram a capacidade de trabalho e o uso do cálculo econômico -posto a serviço da firme decisão de recuperar a posição perdida de proprietário de terra. A trajetória desse informante revela também a ideologia moderna e urbana de auferir lucros com a prestação de serviços, sem se preocupar com a diferenciação social lograda, isto é, com o distanciamento da igualdade social montada na pobreza de todos.

4.4. Os usos do cálculo econômico

Seu B P que já foi mencionado como um meeiro que saiu em 1959 para o interior de São Paulo na companhia de um carregador de Pernambuco, é oriundo de uma família de proprietários de terra da Bacia, que tudo perdeu numa transação comercial envolvendo a venda da propriedade. A terra, que integrava os vastos domínios de uma sesmaria, foi desmembrada e vendida para o avô, sem que se conhecesse muito bem os seus limites precisos e sua exata extensão que, sendo de grande tamanho, era qualificada de "mapa de terra".

Tendo recebido esse "mapa de terra" de herança, o pai do informante tornou-se "um homem bom de vida" que podia deixar os filhos "milionários" mas "cortou a trança" ou atrapalhou o futuro de todos eles por não saber conservar a propriedade, entregando-a praticamente de graça a negociantes que estavam comprando terras na área. Quando o pai de Seu B P envelheceu ou "caiu na idade", ocorreu-lhe vender o "mapa de terra" na expectativa de reduzir o trabalho que fazia e dispor de dinheiro para empregar em outras atividades, mantendo a posição social que até aqui ocupara enquanto agricultor "remediado" que recebia os rendimentos necessários para sustentar a família e não tinha maiores ambições do que isto. Não lhe ocorreu que os filhos se tornariam adultos e iriam necessitar de terra para se estabelecerem e constituírem família. Ao ser procurado por um conhecido das redondezas, uma pessoa que fazia negócios de compra de terra -com o aval de advogados e cartó-

rios da cidade de Itaberaba-, ele aceitou vender a propriedade para este conhecido por um preço "baratinho". Finalmente, para o negócio ser consumado, veio um advogado de Itaberaba (e ao mesmo tempo filho de grandes proprietários de terra da região) para proceder o levantamento dos bens existentes e a demarcação dos limites do mapa de terra, bem como a feitura dos documentos para legalizar a transferência da propriedade.

Ao tratar desse infeliz episódio da vida familiar, o informante demonstra frustração e inconformismo com o ocorrido que, se não configurou uma expropriação pelos citados negociantes de terra, chegou a representar quase isto, devido à incompatibilidade dos valores trocados, pela qual um "mapa de terra" do tamanho da propriedade paterna foi dado em troca de uma soma insignificante de dinheiro, que não dava nem para comprar "uma casca de banana".

Seja por falta de costume ou inabilidade no trato com negócios típicos de uma economia mais monetarizada, o fato é que as consequências dessa transação se abateram sobre os filhos, para quem nada sobrou que servisse como um começo de vida. Estes, à medida que iam crescendo, saiam para procurar trabalhos ocasionais que não davam nenhum futuro, e muito menos permitiam que eles casassem ou "arranchassem" numa casa. Nessas condições de vida, todos os irmãos estavam disponíveis para a migração, quando a "onda" de saídas para São Paulo no final dos anos 50 se disseminou na Baía do Paraguaçu, fazendo com que as rotas migratórias parecessem

"caminhos de formiga". O primeiro a tomar a iniciativa de ir para o "Sul" foi o irmão mais velho, mas logo viriam os outros irmãos, inclusive ele próprio, que estimulados pelo exemplo do primeiro e ansiosos para experimentar as oportunidades abertas aos trabalhadores migrantes do "Norte", foram ao encontro do irmão mais velho em Presidente Prudente, interior de São Paulo.

Inspirado por considerações desse tipo, Seu B P decidiu ir também para o "Sul", porque segundo ele: "As pessoas às vezes nascem num lugar, trabalham muito, arranjam e conseguem ter uma casa. Outras vezes não consegue nada. Eu acho dever das pessoas dar uma andadinha, porque se a sorte não tá aqui, tá mais adiante". Dado que a "sorte" não estava no trabalho de meia na Bacia, era provável que "ela" se encontrasse mais adiante em outros lugares -desde que a palavra sorte seja entendida como um conjunto de condições favoráveis à inserção no mercado de trabalho, condições que os agentes individuais tentam manipular pela via do esforço pessoal e da sabedoria para aproveitar as oportunidades que se apresentam.

Assim, depois de ter reunido algumas economias (que acabaram se revelando insuficientes para pagar uma viagem de 15 dias), o informante saiu ao encontro do irmão em Presidente Prudente. Chegando em São Paulo, Seu B P foi recebido por seu irmão que lhe ofereceu hospedagem sem custos, o que constituía uma ajuda muito importante na sua situação de pessoa que não possuía numerário para pagar as despesas essenciais de sobrevivência, bem como tinha uma

dívida para ser paga ao carregador que "financiou" a sua viagem. Foi igualmente com o apoio do irmão que o informante pode fazer seus primeiros contatos para acertar um emprego como aplicador de defensivos agrícolas e encarregado de outros tratamentos "culturais" numa grande plantação de algodão. O pagamento recebido por estes serviços parecia compensador porque além de estar acima dos salários agrícolas na área da Bacia do Paraguaçu, possibilitava "separar" um dinheiro ou fazer uma certa economia; esta por sua vez foi auxiliada pelo fato do informante viver com outras pessoas e não precisar pagar despesas de alojamento.

Não obstante, para receber um pagamento julgado satisfatório, o informante manipulava "venenos" agrícolas para acabar com as pragas, produtos químicos perigosos que tinham um cheiro forte, produziam tonturas e intoxicações graves, como a intoxicação que lhe acometeu uma vez, fazendo com que ele fosse internado numa clínica para tratamento e sendo proibido pelos médicos de voltar a fazer este trabalho na fazenda de algodão.

Sem possibilidade de voltar a trabalhar na aplicação de defensivos agrícolas, o informante também não se dispôs a procurar um novo trabalho para fazer. Tendo completado 8 meses que "chegara de mãos vazias" em São Paulo, Seu B P tinha duas opções pela frente: continuar no trabalho agrícola assalariado ou voltar com o dinheiro que conseguiu juntar neste tempo para "fazer algumas coisas" como comprar um terreno e construir uma casa para ele e sua

esposa que havia ficado com parentes na Bahia. A preferência pela opção de regresso -bastante presente para ele desde o momento que saiu- anulava qualquer interesse em continuar engajado no trabalho agrícola assalariado, levando-o a fazer o caminho de volta para a Mata de Andaraí, onde pode comprar um dos pequenos lotes vendidos à agricultores como ele: "Assim que eu peguei o dinheirinho, que eu vi que dava pro modo de eu comprar uma pedacinho de terra prá eu arrancar, eu voltei".

Uma vez alcançado o objetivo de juntar dinheiro suficiente para comprar um pedaço de terra, o informante não hesitou em voltar para "empregar" o dinheiro ou fazê-lo "render" pela compra de outros bens. Dando razão aos autores que partem da orientação (ou objetivos) dos atores para poder explicar o comportamento dos migrantes (apud. Garbett & Kapferer, op. cit.), as ações do informante conformam-se a uma orientação inicial -a de "arranjar recurso" para voltar- que foi seguida até o fim, independentemente de certas circunstâncias que poderiam aconselhar a sua permanência no "Sul".

Outrossim, esta orientação não é um dado isolado na conduta do migrante mas está de acordo com uma ética capitalista do trabalho que realça o valor do esforço, da previdência e da poupança como meios de conquistar um patrimônio. Revela também uma ética familiar de assegurar uma "velhice tranquila" -garantida mais pela posse de um patrimônio do que por qualquer outro sistema de apoio

aos idosos- e de garantir herança para os filhos em forma de propriedade da terra. Segundo o informante todos devem se conformar a esses preceitos morais e regras do "bom viver", especialmente os jovens que, estando no pleno domínio das suas forças físicas e psicológicas "não podem gastar tudo o que ganham" ou desperdiçar os recursos que venham receber. Outros exemplos extraídos desse trecho do depoimento do Seu B P evidenciam mais claramente as propriedades desta ética e suas relações com o comportamento orientado do migrante, o qual sai para ganhar dinheiro com o objetivo de aplicá-lo na compra de bens patrimoniais como terrenos e casas:

"Acabei de inteirar as gaitas [dinheiro] e tudo ... cheguei e comprei esse terreninho aí que eu tenho ... foi dinheiro de lá. Porque eu sou assim olha, se eu comprei uma corda dessa é duro dela ir pro mato [desaparecer]; eu caço [procuro] jeito de comprar mais outra, tá entendendo? É por isso que a pessoa diz assim: ai, aqui onde eu moro não ajuda, mas ela não lembra que o que Deus dá ele não sabe segurar. Não estou certo não, velho? Tem que segurar tudo. Se você hoje pegou um dinheiro que dá para comprar uma vaca, feche o olho e compre, bota ela prá lá, qualquer falta Deus é que vai ajudar; você vai trabalhar na roça, para o ano você arranja e compra outra. Aquela vaca para o ano já produziu um bezerro, sua lavoura que você tem produz, então vai aumentando cada vez mais. Mas se você não souber fazer isso, como é que você vai? Acaba na hora. Outra, deixe de andar fazendo parte

mais ... porque hoje tem um aí e diz, vamos fazer isso e aquilo e você vai na água dele, tanto errou ele como você, deixa ele cair, botar o pé no fogo sozinho".

Conforme esta visão, o homem não pode abrir mão daquilo que conquistou com o seu próprio esforço, ou então foi recebido de Deus. Se este multiplicou os seus dons aos homens, cabe a estes multiplicar as graças recebidas, assim como os frutos do seu trabalho, de modo a estar à altura do criador e cumprir um destino necessário. Assim é que, ao conseguir obter alguma coisa o homem não pode nem jogá-la fora, nem deixá-la parada, mas fazê-la render para ir aumentando cada vez mais os bens que se possui, de modo a maximizar o lucro capitalista, bem como a segurança derivada da posse de bens e de um status social honrado. O que importa em primeiro lugar é que o dinheiro não fique parado, em mãos de pessoas "desleixadas que não querem tocar bem a vida", e que por não trabalharem, acabam perdendo a graça de Deus ou "desgraçando" tudo.

Se este trabalho de empregar dinheiro e aumentar os bens representa um desafio -para quem só possui pouca coisa e precisa penalizar o consumo pessoal e familiar para poder "separar" alguma coisa-, este desafio não pode ser recusado. Consequente com isto, o homem tem que se decidir pelo risco, fechando os olhos a tudo aquilo que sirva para desencorajá-lo do seu propósito e estando disposto a arcar com todos os sacrifícios que forem necessários. A medida que este esforço humano representa uma obrigação para com o

Ser divino que lhe aquinhoou com algo ou alguma coisa, é a este último que ele tem que recorrer como um aval ou avalizador dos erros cometidos numa empresa que tem os seus riscos, os quais, se o sujeito não souber conduzi-la, podem produzir a perda e a ruína do indivíduo. Todavia a maior perda é daquele que adotou a atitude de cruzar os braços ou nada fazer para aumentar as graças recebidas e que por isto mesmo acaba perdendo-as.

Os padrões ascéticos que Seu B P utiliza para avaliar a vida que levou -como migrante que saiu e "voltou bem do bolso" para comprar uma pequena propriedade-, são os mesmos que emprega para avaliar a trajetória dos irmãos. Tal como ele, estes nunca ficaram parados, ou seja colocaram muita determinação na obtenção de "serviço" e na realização de esforços que valiam materialmente a pena ou resultavam numa maximização dos seus benefícios pessoais e sociais. Deste modo os irmãos são descritos como pessoas que: "onde chegam tem que caçar um serviço prá tocar a vida; não são dessas pessoas que vivem pelo mundo batendo atoa". Dentre os irmãos, o mais velho foi o melhor sucedido, porque além de ser um trabalhador -"ele vai trabalhar prá Deus ajudar"- que logrou "arranjar recurso" em São Paulo, ele sempre foi uma pessoa muito sabida ou esparta "para se sair" ou maximizar certas vantagens como os recursos aportados pelo trabalho migrante naquele Estado da federação: depois que retornou do Sudeste com "dinheiro no bolso" o irmão se casou, com uma herdeira que aportou novos bens, e tornou-se uma pessoa "bem de vida". Quanto a irmã, esta que é tão "segura" e

previdente como os irmãos -"não é dessas de jogar tudo pro ar"- não tem do que se queixar, pois, está vivendo até hoje em São Paulo, onde encontrou casamento e adquiriu um "sitiozinho".

A pobreza material dos agricultores, em lugar de ser um impedimento à previdência e realização de cálculos visando dominar o futuro e organizar o esforço presente, é uma condição de possibilidade para o desenvolvimento de cálculos direcionados para administrar a maximização de recursos escassos. Embora cálculos e avaliações desta natureza permeiem o cotidiano das camadas de agricultores, determinados indivíduos desenvolvem mais estas habilidades do que outros por várias razões individuais e sociais. No caso específico de Seu B P, filho de uma família de "posses" que se arruinou numa transação com terras, não há como separar essa habilidade do malogro familiar e da disposição individual de recuperar pelo menos parte da posição social ocupada por sua família no passado. Isso está bem presente no relato examinado que, mais do que qualquer outro depoimento colhido, revela a natureza e as formas de utilização desse cálculo no contextos da sociedade agrária e da migração rural. Com efeito, no âmbito desta última, a utilização do cálculo econômico (a serviço da determinação de recuperar pelo menos parte da antiga posição ocupada) vai se traduzir na valorização do trabalho remunerado e sobretudo da capacidade dos trabalhadores migrantes de "segurar" ou poupar os rendimentos salariais obtidos para poder empregar na compra de bens que aumentam o patrimônio e asseguram um status social de agricultor "honrado" cu

independente.

Notas:

(1) A motivação central dos indivíduos para irem para o Sudeste estava na crença de que poderiam arranjar recursos para melhorarem de vida ou se reinstalarem na área rural como pequenos produtores independentes. Em outras palavras, a migração é avaliada como uma oportunidade exemplar para os indivíduos se capitalizarem ou voltarem bem do bolso, disto dependendo no final das contas, o êxito ou o fracasso social das pessoas que foram e voltaram.

(2) A consolidação da figura ritual do curador vai acompanhada por sinais crescentes de ascensão social. Se a nível de grupos localizados de vizinhos este prestígio é puramente ritual, como o prestígio daquele que promove festividades e agrega as pessoas da redondeza, quando o curador passa a ser conhecido no âmbito maior do município ou de municípios vizinhos, esta situação muda e os sinais de ascensão passam a envolver recursos econômicos e simbólicos maiores, marcando um processo de diferenciação social.

Capítulo V

O BALANÇO DOS DESLOCAMENTOS DOS CHEFES DE FAMÍLIA PARA O "SUL"

5.1. As avaliações da primeira geração de migrantes

Dado o caráter diacrônico da migração rural, indivíduos diferentemente situados num eixo diacrônico vivem experiências específicas, portam motivações e chances diferenciadas de inserção no espaço/tempo sociais e desenvolvem avaliações igualmente diferenciadas dos problemas encontrados e dos resultados obtidos com o trabalho migrante (1). Tal diversidade sociológica encontrada entre sujeitos de ações criadoras e criativas (Souza, op. cit.) impossibilitaria a definição de elementos comuns ou padrões de deslocamentos, se não fosse a presença, nos relatos das experiências dos deslocamentos, de referenciais sociais que podem ser apreendidos tanto na economia das migrações, como na forma dos indivíduos e grupos construírem uma temporalidade que está, em grande medida, condicionada pelos deslocamentos sócio-espaciais para o Sudeste.

Nesse sentido e sem querer repetir versões vulgarizadas acerca da determinação econômica dos processos sociais, deve-se dar razão ao argumento que vincula as motivações prováveis dos in-

divíduos vivendo num dado sistema social com as estratégias visadas com o trabalho migrante. Entendida nesses termos, a migração coloca-se como uma mediação entre os lugares rurais de origem (ou socialização) e os mercados concentradores de capital diferentemente situados no espaço nacional e internacional (Meillassoux, op. cit.). Condições de sobrevivência encontradas nos níveis locais e nacionais, juntamente com as chances de acumulação nas diferentes conjunturas do mercado de trabalho permitiram distinguir, dentro de uma aparente continuidade, grupos ou gerações de migrantes (Sayad, op. cit.) que se sucedem numa escala que é ao mesmo tempo cronológica -entre 50 e 60 e depois de 70- e histórico-estrutural.

Assim, cada geração de migrantes é levada a avaliar as suas chances de saída, a partir de uma perspectiva que considera tanto as condições presentes de inserção social e expectativas do futuro, quanto a experiência social transmitida pelas gerações passadas. Isso implica dizer que os indivíduos recorrem a vários tipos de justificativas para os seus projetos de deslocamentos, sejam projetos de inserção em mercados rurais localizados, sejam projetos de inserção e participação nos mercados urbano-industriais de trabalho.

Outrossim, as formas de avaliação da migração tratadas aqui, supõem que indivíduos e grupos diferenciados procuram dominar ou regular as novas condições criadas pelos deslocamentos campo-cida-

de, tentando integrá-las a uma esfera simbólica onde os grupos sociais se percebem como portadores de valores e expectativas comuns, reivindicando um mínimo de unidade nas suas relações com fatos que produzem descontinuidades nos relacionamentos sociais ou questionam as imagens que aqueles têm de si mesmos e do espaço social.

Torna-se pertinente assim, falarmos, como Sayad (ibid.), de fases da migração rural para explicar as condições e efeitos cambiantes dos deslocamentos efetuados por distintas gerações de agricultores da Bacia do Paraguaçu para o "Sul", bem como para dar conta das formas dos grupos perceberem os aspectos positivos e negativos, favoráveis e desfavoráveis aportados por essas migrações em momentos distintos de outros situados no passado, posteriormente ou na atualidade. Se do ponto de vista mais objetivista, a diferenciação dos migrantes conforme gerações parece estar ancorada em evidências materiais, este mesmo critério encontra apoios adicionais nas formulações avaliativas que os agentes desenvolvem sobre as suas experiências diretas ou indiretas com os deslocamentos, a partir de um ponto de vista retrospectivo e prospectivo que recupera os ganhos, analisa as perdas e aponta para as diferenças entre as várias fases.

A construção dessa temporalidade obedece a critérios práticos e simbólicos que dividem o tempo das migrações para o "Sul" em fases mais ou menos favoráveis às estratégias de obtenção, poupan-

ça ou acumulação de recursos, afastando-se da concepção segundo a qual os migrantes estariam submetidos às mesmas ações e aos mesmos mecanismos ao longo do tempo do seus movimentos (Sayad, *ibid.* : 60). Nesse sentido, os discursos têm um claro eixo temporal que separa a migração rural em duas fases: uma fase inicial em que a conjuntura do mercado de trabalho favorecia as estratégias de acumulação de recursos para financiar processos de retorno e ascensão social; e a fase atual em que a conjuntura do mercado de trabalho não favorece as estratégias de acumulação de recursos ou "não dá para trazer uma poupança" como na primeira fase.

Assim, segundo Seu M, que trocou o trabalho de meia pelo trabalho como assalariado e depois como autônomo em São Paulo, a fase inicial (ou antiga) contrasta nitidamente com a fase atual (ou de hoje) quanto às possibilidades de poupança:

"Antigamente as pessoas saíam daqui para São Paulo porque não corria dinheiro, era uma aventura de alguns, e podiam trazer alguma coisa; hoje o sujeito viaja, passa dois ou três anos e não consegue trazer nada. A vida de dureza que leva em São Paulo não compensa ir para lá porque não dá para trazer uma poupança como no passado".

O filho mais velho deste pequeno agricultor, ele mesmo um parceleiro da reforma agrária no município, utiliza os mesmos elementos avaliativos para explicar as diferenças entre o pessoal que

saiu "naquela época" e o pessoal que saiu depois ou continua saindo hoje para trabalhar no "Sul":

"A maioria do povo que foi pro Paraná, prá São Paulo naquela época, você ia e arranjava, né? Porque lá tinha trabalho e tinha valor o trabalho, né? De cada pessoa que trabalhava .. . Então você saía daqui, ia prá lá prá São Paulo, e quando você voltava, você trazia dinheiro prá comprar uma terra, comprar uma casa, prá fazer qualquer coisa, você voltava bem do bolso. Mas hoje, o camarada vai prá São Paulo, ele vai trabalhar o dia a dia, né? Já não tem mais aquele trabalho que tinha aquele valor, né? Quando ele tava fazendo as coisas. Quer dizer, você trabalhava numa fazenda daquela, quando você saía de lá você tinha saldo. Hoje não, hoje o camarada vai, mas chega lá o que ele ganha ele acaba com tudo, né?"

Na mesma roda de conversa onde foi dado este último depoimento, outro agricultor presente pontuou que o dinheiro ganho na fase atual só dá para cobrir as necessidades dos migrantes, não restando nada para poupar nem fazer gastos extras como voltar para visitar os parentes que ficaram no interior. Tirando o elemento de manipulação que pode estar presente na visão de um migrante retornado dos lugares de trabalho no "Sul", os relatos apresentados aqui são convergentes com outros relatos que apontam o total comprometimento dos salários urbanos com o pagamento da cesta de con-

sumo e satisfação do consumo socialmente necessário dos trabalhadores pobres (Zaluar, 1985) que vivem nas cidades:

"Você ganha bastante, mas perde bastante também o que você ganha lá em São Paulo, você deixa tudo lá. É tanto prova disso que a gente tem companheiros aí, que vai prá São Paulo, chega lá, já tem 20 anos que tá lá. Lá ele tem casa, lá ele tem tudo próprio, tem carro, tem tudo, mas quando ele vem dá um passeio aqui, prá ele voltar precisa tomar dinheiro emprestado prá voltar, não é?

Para os agricultores que viveram a migração no período entre os anos 50 e os anos 60, a primeira fase dos deslocamentos se distingue pela existência de maiores facilidades para que as pessoas saíssem e pudessem retornar com um saldo financeiro em dinheiro para investir na compra de bens, que redundavam numa mudança de condição social inferior para uma condição superior. Isso posto, os agricultores pontuam dois fenômenos importantes: o fenômeno dos que conseguiram voltar trazendo (ou não) dinheiro para comprar bens na roça e o fenômeno daqueles que se estabeleceram permanentemente nos lugares do "Sul" e perderam a disponibilidade para fazer visitas aos parentes. Deixando de lado, o significado desta última atitude no processo de rompimento de vínculos sociais com os parentes do campo, interessa no momento discutir as implicações colocadas pelo fenômeno dos que conseguiram "voltar bem do bolso".

Nesse sentido, todas as avaliações dos agricultores salientam a existência de facilidades na primeira fase dos deslocamentos que, estando ligadas à conjuntura favorável do mercado de trabalho entre os anos 50 e 60, não se mantiveram nas décadas seguintes. É assim que, os agricultores entrevistados assinalam que a importante demanda de força de trabalho dos anos de crescimento econômico (meados de 50 e 60) favorecia as estratégias de valorização (Com-bessie, op. cit.) postas em prática pelos trabalhadores para manter ou mudar de condição social. Entre estas estratégias se inscreve a inserção dos agricultores baianos em empresas agrícolas e industriais como trabalhadores desqualificados e temporários, que passavam um período trabalhando e procurando "arranjar recurso" para sair do mundo do trabalho operário e voltar ao campo como pequeno empreendedor autônomo.

A conjuntura do mercado de trabalho parece definir uma matriz prática de possibilidades abertas a todos os agentes para se inserirem favoravelmente, maximizarem recursos ou fazerem uma pequena acumulação para mudar de categoria social ou recuperar um status social perdido ou ameaçado. Tendo em vista que esta matriz contém apenas possibilidades, que podem ser ou não ser materializadas pelos agentes, é preciso atentar para a experiência social ou para os desafios encontrados e respostas dadas por aqueles no sentido de materializar o projeto migratório de "arranjar recurso".

5.2. Diferenças entre os migrantes

Embora as avaliações da fase inicial da migração para o "Sul" apresentem uma grande acuidade ou concordem com numerosas evidências empíricas, um olhar mais fino ou avisado sobre a primeira fase dos deslocamentos levanta outros aspectos que contribuem para nuançar as interpretações lineares ou homogêneas sobre a migração baiana nos estados mais dinâmicos da Federação.

A principal conclusão a que se pode chegar, é que dada a existência de uma conjuntura favorável ao trabalho migrante, nem todos os agricultores que saíram da Mata de Andaraí desfrutaram das mesmas oportunidades para realizar o principal projeto desta migração": o de "arranjar recurso" para a formação da pequena propriedade (agrícola-comercial) independente. Tal era o projeto maior de todos aqueles que saíram da Bacia do Paraguaçu e esperavam poder voltar com recursos suficientes para contornar os obstáculos situados a nível do mercado fundiário e de status sociais. Nesta perspectiva, conseguir ou não uma compensação financeira para comprar bens móveis ou imóveis na roça tem uma fundamental importância nas avaliações feitas pelos agentes, servindo para estabelecer uma linha de segmentação entre os indivíduos e grupos. Isso posto, além do contingente que saiu e não retornou mais (ou foi completamente absorvido nos lugares de chegada), entre os agricultores que voltaram para a roça, temos diferenças importantes a ser registradas.

Em primeiro lugar, estão as diferenças de origem. Embora todos os indivíduos que saíram e retornaram depois fossem agricultores sem terra ou com pouquíssima terra para conseguir sobreviver -o que os obrigava a plantar de meia com os proprietários da região-, os seus antecedentes sociais variavam muito de indivíduo para indivíduo, configurando as seguintes situações: (1) os que sempre foram destituídos de terras (agregados, meeiros, rendeiros); (2) os que eram filhos de pequenos proprietários que não tinham patrimônio suficiente para aquinhoá-los e retê-los nas parcelas familiares; (3) os que eram oriundos de famílias de médios e até de grandes proprietários de terra que haviam perdido tudo o que possuíam e não puderam dar um começo de vida àqueles.

Todos eles estavam movidos pela ambição de ganhar dinheiro ou "arranjar recurso" com o trabalho migrante, ainda que o significado preciso desta motivação variasse de acordo com as diversas situações relacionadas acima. Para quem nunca teve nada, como aqueles que vinham de famílias de meeiros, "arranjar recurso" significava conseguir dinheiro suficiente para comprar um terreno ou simplesmente retornar à zona rural como ocupantes das mesmas posições sociais de agricultores meeiros que tinham antes de saírem para o Sudeste. Além do desejo de obter recursos, entre essas pessoas havia uma importante motivação, qual seja a de escapar de um regime de trabalho -a meia- julgado insatisfatório ou intolerável, cujos aspectos negativos se tornaram mais salientes aos olhos de

todos, depois que começaram a ser difundidas informações sobre os mercados de trabalho distantes.

Já para aqueles cujas famílias tiveram ou tinham algum patrimônio, "arranjar recurso" significava tanto comprar terras, como investir no aumento do patrimônio, através da compra de gado ou veículos motorizados para diversificar os negócios. Assim, é entre esses agricultores oriundos de famílias que dispunham de um patrimônio econômico, que podemos identificar as formulações mais explícitas quanto ao papel do trabalho e do cálculo econômico na obtenção de recursos para construir e aumentar o patrimônio. São esses agricultores que dão mais ênfase ao emprego do cálculo econômico, a serviço da determinação de recuperar parte ou totalidade da antiga posição ocupada por suas famílias, o que vai ser traduzido numa estratégia que valoriza a importância do trabalho como obrigação e meio de promoção social dos indivíduos. O valor estratégico do trabalho na reprodução social dos indivíduos é preservado por essas pessoas, e ao mesmo tempo recuperado e utilizado num contexto social -a migração-, onde o agricultor pode se engajar em trabalhos diversificados, recebendo uma remuneração que, ao contrário do trabalho da roça, é quase que imediata, e por isto mesmo estimula a motivação para "segurar" ou poupar dinheiro. Em outras palavras, o trabalho adquire um valor que não estava claro no regime de meia ou parceria: o trabalho recebe recompensa adequada ao esforço desenvolvido.

O segundo fator que ajuda a explicar a trajetória seguida pelos agricultores que foram para o "Sul" e depois regressaram à Bacia do Paraguaçu, diz respeito à forma como os indivíduos deixaram o campo -sozinhos ou acompanhados- e à composição dos núcleos familiares nos lugares de estadia. Alguns entrevistados viajaram e permaneceram sozinhos durante todo o período da estadia; entre estes haviam rapazes solteiros que tinham saído da Bacia para procurar trabalho e obter recursos para casar (Woortmann, op. cit.) e homens casados que preferiram deixar as mulheres por diversas razões: proteger ou evitar expor as esposas a certas situações como a migração, evitar despesas com passagens e estadia, contar com a mulher para tomar conta da roça, de filhos pequenos ou de parentes idosos ou doentes. Entre estes casados que preferiam deixar as mulheres, estão incluídos indivíduos que, tendo saído solteiros, voltaram para casar na roça e tornaram a sair sozinhos novamente para trabalhar no "Sul".

Quanto aos entrevistados que conviveram com as famílias nos locais de chegada, a forma como a família foi reunida nestes locais também apresenta variações: alguns saíram com toda a família (conjugal ou extensa), enquanto outros preferiram ir sozinhos primeiro para poder sondar o terreno e preparar as condições para a vinda posterior dos demais membros da família. Nesta situação estão incluídos rapazes solteiros que, depois de uma primeira saída e estadia no mercado distante, retornaram para buscar uma noiva conhecida ou prometida na roça e saíram mais uma vez acompanhados

pela mulher.

Quando se confrontam as situações de indivíduos sozinhos com a de indivíduos acompanhados por suas famílias nos lugares de chegada, pode-se perceber que as chances e oportunidades dos primeiros "arranjarem recurso" ou fazerem uma poupança são menores do que as chances dos indivíduos acompanhados por suas famílias. Embora tenham despesas mais reduzidas do que as famílias de migrantes, os indivíduos sozinhos contam somente com o seu próprio esforço e muitas vezes têm que reservar uma parte dos recursos para enviar para os parentes que ficaram na roça. Outrossim, a duplicidade de situações desses indivíduos que saíram sozinhos para trabalhar mas têm compromissos financeiros com a família rural e uma data quase que marcada para retornar ao campo (ou se reunir com os parentes da roça), não contribui para facilitar a sua inserção no mercado de trabalho nem muito menos para fazer uma poupança.

É nos grupos familiares de agricultores reunidos nos lugares de chegada, e em especial nas famílias que contam com vários membros adultos -marido/mulher/filhos grandes e às vezes genros e noras-, que estão reunidas as condições mais favoráveis para "arranjar recurso". O modelo da cooperação de todos os membros para se ajudarem uns aos outros e manterem a célula familiar em funcionamento sob a autoridade do pai, um modelo constitutivo da condição desses agricultores é acionado no contexto da migração, rendendo benefícios que são capitalizados pelo chefe da família e poste-

riormente redistribuídos entre os demais membros. Entretanto, essa situação que parece constituir, num determinado momento, a realização das imagens ideais ou idealizadas de uma migração rural que promove socialmente os indivíduos sem produzir a fragmentação da família, parece estar restrita à migração para áreas rurais do Paraná e interior de São Paulo, onde estas famílias podiam viver e ao mesmo tempo coordenar esforços envolvendo a articulação de locais de residência com os locais de trabalho.

Fora das áreas agrícolas do Paraná e interior de São Paulo, a família de agricultores reunida pela migração é uma família menor, quase sempre restrita à família conjugal e aos laços de cooperação com parentes e conhecidos oriundos da mesma zona rural, mas que não estão articulados num mesmo esforço coordenado, como acontece com as famílias que foram para aquelas áreas. Na família conjugal, a cooperação dos membros atinge apenas pais e filhos, mas nem por isto deixa de ser importante na economia de sobrevivência e acumulação. Neste sentido, pode-se argumentar que as diferenças de renda devem-se muito mais às contribuições familiares para a renda total do que às diferenças salariais entre os chefes, tendo em vista que há uma relação direta entre o aumento da renda familiar e o aumento da família (Zaluar, op. cit. : 96). Assim, o crescimento dos filhos autoriza a sua mobilização por parte dos pais, que vêem neles um meio de multiplicar recursos escassos e fazer frente à queda do salários no período posterior a 1964, através da ampliação do número de vendedores de força de trabalho

numa mesma família. A pequena acumulação realizada com o esforço de todos, não é de molde a impressionar muito, mas se traduz no mais das vezes, na compra de um lote para auto-construção com materiais que aos poucos vão sendo reunidos, e é posteriormente revendido para financiar o retorno dos agricultores, como ocupantes de novas posições sociais.

Além da contribuição dos familiares e parentes nos locais de chegada, não se deve descartar o apoio prestado pela família rural ou pelos parentes que permaneceram no campo. Em várias situações em que o homem ou o chefe da família conjugal está ausente, a família rural se encarrega de manter a esposa e os filhos que o migrante não pode levar consigo ou deixou para trás, barateando ou eliminando os custos de reprodução nos lugares de chegada e liberando recursos do trabalho migrante para serem aplicados em investimentos. Tal esforço de ajuda, por parte dos parentes do campo, pode incluir remessas de comida através de motoristas de ônibus e pessoas conhecidas para os que estão na cidade. Afora isso, a família rural atua como procuradora dos que estão ausentes, zelando e cuidando dos interesses destes últimos (para que na volta encontrem "tudo direito"), informando e orientando os migrantes sobre as oportunidades de investimento, recebendo e aplicando remessas enviadas pelos migrantes.

O terceiro fator que explica o destino econômico dos agricultores no Sudeste está ligado às habilidades que eles possuem e

fazem valer no mercado de trabalho. Considerando a falta de acesso à escola e o alto grau de analfabetismo prevaletentes ainda hoje na Mata de Andaraí, estas habilidades são pequenas e estão referidas predominantemente à agricultura ou ao trabalho agrícola. Para outros ofícios e atividades do trabalho urbano e industrial, o agricultor que chega no Sudeste só pode se candidatar ao trabalho desqualificado ou semi-qualificado na construção civil e outras indústrias. Por isso mesmo não é por acaso que estes migrantes, ao encontrarem uma grande demanda de trabalho na áreas agrícolas do Paraná e interior de São Paulo, procuram se engajar no trabalho agrícola que eles dominam mais, embora tendo que se adaptar a tratamentos culturais com plantas, como aplicação de inseticidas, com os quais não estavam acostumados.

Alguns indivíduos porém, escapavam a este quadro de desqualificação que atingia a grande maioria dos recém chegados, seja porque se adaptavam rapidamente às exigências colocadas pelas novas formas de trabalho -logrando qualificarem-se através do próprio serviço que realizavam-, seja por haverem desenvolvido certas habilidades na região rural de origem, que podiam ser utilizadas nos mercados de trabalho do "Sul". Nestas condições, a posse de habilidades, para as quais havia uma demanda certa ou segura, justificava níveis de remuneração que permitiam o trabalhador pagar os seus custos de reprodução e ainda por cima fazer uma pequena poupança.

Outrossim, essas habilidades dão uma margem de flexibilidade aos agricultores para mudarem de uma atividade para outra, com o objetivo de procurar condições mais favoráveis aos seus projetos de vida e acumulação. Se a estas habilidades específicas -no desempenho de atividades de motorista, chefe de turma e outras-, adicionarmos um maior domínio ou capacidade de utilização do cálculo econômico para "segurar" o dinheiro ou fazer uma poupança, podemos explicar porque alguns indivíduos colocados nesta situação puderam se capitalizar e mudar de posição social, enquanto que outros voltaram de "mãos vazias" e continuaram na mesma condição de meeiro que tinham antes da saída.

Isso posto, a construção social de uma oposição entre o passado e o presente da migração rural -entre a fase da migração compreendida entre os anos 50 e 60 e a fase que veio depois-, construção que situa o passado como uma época particularmente favorável ao projeto de "arranjar recurso" (e contrasta com um presente desfavorável ao mesmo projeto), só adquire toda a sua pertinência se levarmos em conta as oposições estabelecidas no interior de uma geração de migrantes, no que se refere às propriedades sociais em termos de origem, laços de família e habilidades que os indivíduos possuem ou fazem valer no mercado de trabalho. Embora os indicadores sócio-econômicos daquele período confirmem o sentido geral da avaliação positiva do passado da migração rural, são essas propriedades sociais e individuais que vão determinar as maiores ou menores chances desta geração de migrantes "voltar bem do bolso"

ou se capitalizar na migração.

5.3. Impacto dos deslocamentos sobre as condições de parceria

Embora os argumentos levantados até aqui sejam insuficientes para podermos ter uma visão mais conclusiva sobre o destino social da meia na Mata de Andaraí, eles permitem apontar algumas tendências de transformação deste regime de trabalho que estão correlacionadas com a primeira fase das saídas para o "Sul" e seus efeitos sobre os mercados rurais (de terra e trabalho) e a visão do trabalho agrícola.

Em primeiro lugar, a migração rural para o "Sul" no final dos anos 50 e primeira metade dos anos 60 produziu menos transformações no mercado de terras do que as migrações campo-campo ocorridas na década de 50, quando centenas de famílias se dirigiram ao bolsão agrícola da Mata de Andaraí. Além das saídas para o "Sul" terem se dado no contexto de um pequeno, mas vigoroso processo de desconcentração da propriedade da terra (que possibilitou a emergência de uma camada de pequenos proprietários ou agricultores independentes), estas saídas não geraram recursos suficientes para o grande número dos agricultores poder ingressar como compradores no mercado de terras e desta forma aprofundar a desconcentração relativa ocorrida ao longo da década de 50.

As saídas para São Paulo e Paraná se produziram quase que de

forma simultânea à divisão de domínios e assentamento de novos agentes sociais, como meeiros, rendeiros e pequenos proprietários, e podem ser vistas como uma reação dos agricultores que não conseguiram ser absorvidos ou promovidos socialmente neste processo, por conta das restrições estruturais, comerciais e tecnológicas colocadas à reprodução da pequena produção. Quando o pequeno contingente de migrantes capitalizados retornou à Mata de Andaraí, esta transformação já estava consumada e o problema que se colocava era de natureza diferente: a existência de tendências que apontavam para a reconcentração ou reversão da desconcentração relativa da terra produzida pela divisão dos domínios e parcelamento de uma parte das terras que estiveram sob o controle destes últimos.

Dadas essa tendência de reconcentração da propriedade fundiária, os recursos obtidos com a migração não chegaram a alterá-la e quando são aplicados na compra de terrenos, isto acontece pela compra de pequenas parcelas de agricultores que estavam vendendo suas terras porque tinham decidido abandonar o trabalho e a produção agrícola. A compra de terras acontece entre agricultores que estavam chegando e saindo, pela transferência das parcelas de uns para outros, fazendo com que os "sãopaulinos" trocassem de posição com aqueles que até então tinham permanecido na roça e agora estavam decididos a sair para "tentar a sorte" no "Sul".

Como os agricultores muitas vezes declararam, a importância dos recursos do trabalho migrante na aquisição de terras foi muito

menor que o trabalho dos meeiros e as estratégias empregadas por estes para terem acesso à terra. Quando o trabalho do meeiro foi insuficiente para comprar um pedaço de terra, a migração para o "Sul" abriu chances de capitalização para um pequeno número de agricultores mudar de condição social e lograr uma melhora na vida, sem contudo galgar os estratos superiores da sociedade agrária. A mudança de condição social está referida à passagem da situação de meeiro à situação de pequenos proprietários de terras e comerciantes que combinam a agricultura com o negócio e o ofício. Na maior parte dos casos, essas pessoas e em particular os seus filhos, continuariam expostos às pressões parecidas com aquelas que fizeram os seus pais saírem da roça e irem para São Paulo; a insuficiência do patrimônio familiar, a estreiteza do mercado de trabalho rural e a incerteza da agricultura submetida aos riscos da seca, são fatores que continuam pressionando essas famílias de retornados, não tendo sido anulados pela promoção social obtida a partir da migração.

As saídas para o Paraná e São Paulo interferiram mais no mercado de trabalho do que no mercado de terras, sem que isso implique tomá-los como aspectos separados. Essa influência da migração sobre o mercado de trabalho se traduz no aumento da mobilidade da mão-de-obra, à medida em que tanto os meeiros como os proprietários passam a investir menos na duração dos contratos. Os proprietários de terra passam a sofrer a concorrência representada pelos empregadores do "Sul", os quais atraem parte da força de

trabalho agrícola ou tornam mais difícil a sua mobilização para o trabalho de meia. É assim que, ao estabelecerem, romperem ou manterem os contratos de meia, os agentes envolvidos levarão em conta as vantagens e desvantagens destes contratos face às opções abertas nos novos mercados de trabalho. O que entra em questão assim é a temporalidade e os espaços de uma relação de trabalho que, doravante não será vista como opção única ou destino inelutável dos homens destituídos da região.

As opções de trabalho abertas pelas saídas para o "Sul" fazem com que meeiros se tornem mais exigentes quanto às formas dos contratos de trabalho na meia. A insatisfação utiliza os motivos oferecidos pela migração para São Paulo, levando que muitos agricultores rompam com contratos julgados desfavoráveis ou prejudiciais a eles, desertando de um regime de trabalho que não lhes parecia satisfatório, especialmente quando confrontado com a estrutura e funcionamento dos mercados de trabalho nas regiões distantes da Bacia do Paraguaçu. A meia vista como um sistema humilhante, que subordina o meeiro ao controle e a determinação do dono da terra, obrigando o primeiro a entregar a metade da produção ao segundo, e sem dar meios aos agricultores para adquirirem a sua própria terra deixa de ser uma motivação para os indivíduos permanecerem vivendo na região.

As saídas constituem um revelador da insatisfação dos agricultores com esse regime de trabalho, insatisfação que está refe-

rida aos fatores internos e externos ao mesmo. No processo de ocupação dos últimos bolsões agrícolas da região, a partir de estímulos criados pelo mercado de produtos agrícolas, a relação social da meia teve sua importância aumentada, sem que isso ampliasse significativamente as chances sociais dos agricultores para conseguirem terra e se transformarem em pequenos proprietários independentes. Embora um contingente de meeiros tivesse logrado conquistar as suas próprias áreas de terra, a grande maioria dos que afuíram aos novos bolsões agrícolas continuou levando a mesma existência precária e instável das gerações passadas de agricultores. Se a este quadro, acrescentarmos a fragilidade do sistema adaptativo das pequenas explorações face ao problema da seca, temos a formação de um conjunto de condições, a nível da sociedade agrária, que impelem ou motivam as pessoas a saírem para o Sudeste.

Ao sentimento histórico de insatisfação dos agricultores com a meia veio se sobrepor uma crítica que buscava os seus motivos na e pela comparação das condições daquele sistema com as condições imaginadas e imaginárias de um outro sistema, do qual eles começaram a ter notícias através de parentes e conhecidos. É assim que, se o agricultor percebe o trabalho da roça como uma atividade sem valor, isto acontece tanto pela experiência histórica passada e presente com a meia, como pelo aparecimento de uma consciência aguda de que esta atividade não é compensadora quando comparada com as possibilidades situadas nos mercados de trabalho do "Sul".

O papel da migração rural nessa primeira fase foi alterar a estrutura e funcionamento dos mercados de trabalhos rurais, ao estabelecer e fortalecer os nexos de articulação e subordinação entre estes e o mercado urbano-industrial de trabalho. Neste sentido, a primeira fase da migração representou a criação das bases para a reprodução de deslocamentos inter-regionais, tendo em vista que à primeira geração de migrantes coube a tarefa de mapear as rotas migratórias, construir redes sociais, definir estratégias de inserção e/ou adaptação nos lugares de chegada. A experiência social conseguida e transmitida por essas pessoas à população rural vai proporcionar a esta um repertório de conhecimentos sobre estes elementos, o que vai redefinir as condições das novas saídas (2).

Os fazendeiros por sua vez, traçam novas estratégias de mobilização e exploração da mão-de-obra que podem implicar em maiores concessões para os meeiros, como a criação de facilidades para estes comprarem pequenas parcelas de terra. De modo geral, as estratégias definidas pelos fazendeiros continuam implicando o recrutamento e a mobilização da força de trabalho móvel e barata dos meeiros para fazer roças, plantar pastos etc., sem realizar maiores gastos ou investimentos de capital. Nas novas condições criadas pela formação de fluxos de deslocamentos para o "Sul", o recrutamento e a mobilização de mão-de-obra para o trabalho nas fazendas vão ser feitos entre novos contingentes de agricultores que continuam chegando à Mata para trabalhar de meia. Isso posto, uma série de fatores como principalmente a queda da produção agrícola

das roças, os direitos trabalhistas e a política governamental de estímulo à pecuária veio liquidar as bases da coexistência entre roças de meia (ou arrendadas) e atividades de criação e reduzir drasticamente a importância do trabalho de meia no interior dos grandes e médios estabelecimentos.

Nesta medida, a primeira geração de meeiros que migrou para o "Sul", entre os anos 50 e 60, estava se antecipando à crise e substituição da relação da meia -pelo menos a nível das grandes e médias propriedades- por novas modalidades de relações de trabalho como a contratação de diaristas, que implicariam na extinção das roças de meia e maior pauperização dos agricultores que delas viviam.

Notas:

(1) Como já tivemos oportunidade de examinar, as saídas para São Paulo e Paraná contrastam com o padrão anterior de deslocamento campo-campo ou interno à Bacia, pelo qual os indivíduos, ao terem suas condições de vida comprimidas, procuravam "arranjar recurso" mudando de um lugar para outro dentro da mesma região e, o que é mais importante, recorrendo as mesmas estratégias de "pedir roça" para trabalhar nas terras dos "outros". Diferente desse padrão de mobilidade, a formação das primeiras correntes migratórias para o "Sul", a partir dos anos 50 e início de 60, marca uma mu-

dança na percepção das condições de sobrevivência e na organização de estratégias visando enfrentar as dificuldades vividas e sentidas pelos agricultores. Esta mudança passa pela ruptura total ou parcial com as condições de vida e trabalho na região rural e pela construção de estratégias de inserção/reinserção social nos mercados de trabalho distantes, como um passo que pode levar ao total abandono do meio rural ou a processos de retorno sobre as mesmas bases sociais ou sobre bases sociais distintas.

(2) As experiências de saída e inserção da primeira geração de migrantes infundem e fortalecem a vontade de sair da roça entre os agricultores que permanecem, criando os meios necessários para isto e reduzindo substancialmente os custos materiais e psicológicos das novas saídas. Neste sentido, às gerações de migrantes que vieram depois puderam contar com o apoio dos parentes e conhecidos que "abriram" ou mostraram o caminho do "Sul", o que vai se refletir na definição de lugares de chegada específicos para os migrantes de cada localidade da Bacia do Paraguaçu, bem como na formação de grupos de vizinhança de origem rural relativamente homogêneos nos bairros e cidades do "Sul" (Simões, op. cit., Senna, op. cit.). Os parentes que já estão empregados funcionam como contato para que os novos migrantes consigam trabalho. As formas de inserção vão sendo reelaboradas para incluírem novas estratégias combinando investimentos no mercado de trabalho com investimentos no mercado cultural, visando a escolarização e a valorização da força de trabalho dos agricultores.

Em outras palavras, a primeira geração de migrantes que deixou a Bacia do Paraguaçu fez com que São Paulo deixasse de ser um lugar que estava no "fim do mundo" para fazer parte do "caminho da roça" ou das estratégias de sobrevivência acionadas pelos roceiros.

Capítulo VI

AS MUDANÇAS FUNDIÁRIAS E A REDEFINIÇÃO DA PARCERIA COM OS CHEFES DE FAMÍLIA

6.1. As mudanças na propriedade da terra

O espaço ocupado pela parceria e as relações existentes entre roças e pastagens sofreram notáveis mudanças no decurso do processo de ocupação da Mata de Andaraí, mudanças cujo sentido foi reduzir a importância desta forma de trabalho nos grandes e médios estabelecimentos, bem como manter ou recriar a parceria nos estabelecimentos menores (1). Nesta perspectiva, a história da parceria pode ser dividida em dois momentos: 1) momento de ascensão no período de ocupação das terras e crescimento da produção agrícola para o complexo agro-industrial; 2) momento de retração que acompanha a diminuição da produção agrícola e o crescimento da pecuária.

O momento inicial caracterizou-se pela aceleração do ritmo de ocupação mediante a abertura de roças e plantio de produtos agrícolas em terras virgens (cuja cobertura vegetal acabava de ser retirada) que possuíam nutrientes capazes de proporcionar altas taxas de retorno. Quanto ao regime de chuvas, e conforme depoimen-

tos já citados, as precipitações eram abundantes e regulares (Oliveira, op. cit.). Embora já se registrasse estiagens, estas eram menos rigorosas do que as estiagens atuais, não chegando a invalidar a visão positiva da agricultura como uma atividade compensadora para agricultores e comerciantes. Atraídos por estas vantagens, centenas de pessoas vieram de outras áreas da Bacia do Paraguaçu para comprar terrenos mas principalmente para "pedir roças" a proprietários interessados em explorar as suas terras, sem fazer desembolsos monetários na aquisição de força de trabalho para tal.

Já no segundo momento, a produção de mamona e de outras culturas começa a ressentir os efeitos negativos de aspectos como o desgaste dos solos e plantio de pastagens, os quais concorrem para reduzir o peso e a importância das lavouras vis-à-vis outros empreendimentos econômicos como a pecuária de corte e leiteira. As médias de produção de mamona despencaram, não sustentando os mesmos níveis iniciais, quando eram colhidas três toneladas por hectare e o município de Andaraí figurava entre os maiores produtores nacionais desta oleaginosa (Oliveira, ibid.). A descoberta dos solos, a falta de qualquer tipo de adubação e o uso frequente da queimada para "limpar" e preparar a terra comprometeram a fertilidade do solo e principalmente os níveis de umidade e pluviosidade da área, acarretando uma queda na produtividade e na produção agrícola da área e aumentando o interesse pelas atividades pecuárias.

Nestas condições, a expansão da pecuária e das pastagens,

cujas condições de desenvolvimento foram criadas pelo trabalho de parceria, começa a mover uma concorrência feroz as roças de mamona, mandioca, milho e feijão, levando com que estas fossem liquidadas para "desimpedir" as terras e dar lugar a pastagens contínuas capazes de abrigar rebanhos cada vez mais numerosos. Duas eram as razões dos proprietários para começarem a "prender" as terras ou "deixar de dar roças". Como já se mostrou antes, as motivações dos proprietários estão arraigadas na vocação pastoral dos médios e grandes proprietários da Bacia do Paraguaçu. Desde o início da ocupação, toda a região, com exceção de vales e áreas de mais difícil acesso, se viu colocada como frente de expansão da pecuária bovina para as populações sertanejas e do Litoral do Estado: a pecuária parecia adaptar-se bem nas extensas áreas da Bacia, não apresentava riscos tão altos como a agricultura e dispensava maiores investimentos financeiros e gerenciais.

Essa foi a mesma estrutura que se reproduziu na frente de expansão da Mata de Andaraí. Os proprietários que iam tendo seus terrenos "descobertos" e "amansados" para o plantio de pastagens, passavam a depender menos da força de trabalho dos meeiros para valorizar as suas fazendas. Outrossim, o retorno econômico da produção agrícola tinha se tornado menor e mais incerto, colocando problemas adicionais de controle e gerenciamento da força de trabalho e conseqüentemente reduzindo o interesse dos proprietários em manter roças de meia nas suas terras.

Dado este quadro, dois fatores contribuíram para precipitar

ou acelerar o processo de retração da meia praticada no interior dos médios ou grandes estabelecimentos: os novos direitos trabalhistas a partir de meados da década de 60 e a política de dotação de crédito para a pecuária nos anos 70. Assim, dada a vocação pastoral dos médios e grandes estabelecimentos e os ciclos de abertura e fechamento de frentes de expansão agrícola na Bahia, os citados fatores atuaram como precipitadores de um processo que poderia, em outras circunstâncias, ser de caráter mais lento. Ao mesmo tempo que estes fatores atuaram na aceleração do processo de pecuarização, eles se influenciaram mutuamente: os direitos trabalhistas estimularam a substituição das roças pelas pastagens mas os incentivos à pecuária por sua vez, estimularam a ruptura dos contratos de meia ou arrendamento e o desrespeito da legislação trabalhista.

Conforme já foi salientado por diversos autores (Palmeira, 1976, Sigaud, op. cit., Garcia Jr., op. cit.), o papel dos direitos trabalhistas na limitação da autoridade personalizada dos proprietários, fez com que estes se sentissem ameaçados e adotassem reações de defesa que estão na origem da expulsão de inúmeros agricultores que trabalhavam em roças incrustadas nas fazendas. Assim, segundo um agricultor (1,3 ha) do município vizinho de Iraquara, "Esses grandes (proprietários) não querem mais nem os meeiros, pois estão com medo da lei que vem aí. Tão botando prá fora das fazendas os trabalhadores que têm" (SEPLANTEC/CAR, 1985). O aumento dos custos simbólicos e materiais de retenção dos agricul-

tores na meia ou no arrendamento coloca os proprietários em posições que são defensivas e ofensivas: o proprietário tanto não aceita "dar" mais roças como toma a iniciativa de "prender" as terras que haviam sido "dadas" para o cultivo de meia.

Com respeito aos créditos governamentais concedidos prioritariamente aos grandes e médios estabelecimentos para a criação de gado, num período de seis anos estes estabelecimentos absorveram a quase totalidade dos recursos do crédito para a agricultura: de 76% em 1973 este crédito se elevou para 90% em 1976. Sobre as consequências das dotações de crédito, vários estudiosos da Bacia não deixaram dúvidas sobre a existência de uma estreita correlação entre a expansão do crédito para criação, o aumento das pastagens plantadas e declínio absoluto no número de pequenos agricultores da Bacia do Paraguaçu (Wilkinson, op. cit. : 103) (2).

Henfrey por sua vez, chamou atenção para os efeitos de ruptura desta "grande transformação" na região, por conta da grande expansão da pecuária nestes anos de crédito rural farto e barato para os médios e grandes proprietários: "A proporção de camponeses com acesso a terra entre a população rural caiu, e o tamanho médio e a qualidade de suas propriedades e posses, bem como sua produção, diminuíram. Em contrapartida, a população das pequenas cidades da bacia aumentou proporcionalmente" (op. cit. : 50).

A expansão das pastagens plantadas, atingindo a metade da

área total da Bacia do Paraguaçu, acelerou-se na mesma década de 70, levando ao declínio absoluto o número de pequenas propriedades (em duas das três principais áreas da região), e contribuindo para o fim das lavouras de ciclo curto nas grandes propriedades. Tal pressão continuaria aumentar na segunda metade da década de 70, com a dramática expansão das plantações de café, que elevou a procura de terras em doze municípios da região, por parte de empresas capitalistas regionais, nacionais e internacionais (Wilkinson, *ibid.* : 103).

Na Mata de Andaraí especificamente, os fazendeiros, que costumavam ter muitos meeiros trabalhando com eles em áreas que chegavam a atingir 100 ha, pararam também de "dar" roça e "prenderam" as terras, o que significa dizer que estas "viraram" pastos para bois, deixando de circular periodicamente entre parceiros e rendeiros conforme contratos estabelecidos com os proprietários. Interrompida a circulação de terras entre agricultores, interrompeu-se a circulação dos cultivos (de subsistência e comerciais) tocados por estes, assim como diminuíram significativamente o tamanho das roças e o número de agricultores identificados como rendeiros e meeiros.

O mesmo processo na ótica de um posseiro (22 ha) do município de Boa Vista do Tupim, está descrito de uma forma mais simples mas nem por isto diferente das conclusões dos estudos: "Todas essas terras no Brasil todo tá na mão dos latifundiários. Quando

chegamos prá aqui em 1962, não tinha ninguém. Agora tem grandes fazendas de pecuária de proprietários de Salvador e Feira de Santana" (SEPLANTEC/CAR, 1985 : 43).

Ora, uma vez liquidadas as bases da coexistência entre roças de meia (ou arrendadas) e as atividades de criação nas fazendas da frente de expansão agrícola, o trabalho de meia desaparece destas propriedades mas vai continuar existindo -juntamente com outras formas de trabalho- em pequenos e médios estabelecimentos dedicados à agricultura (policultura de alimentos e plantas industriais), cujos proprietários não acompanharam o movimento de pecuarização registrado nos estabelecimentos maiores por falta de terras ou recursos.

6.2. Condições de permanência da parceria

A permanência observável de meeiros no interior destes estabelecimentos agrícolas decorre de fatores situados a nível da organização da demanda e da oferta de força de trabalho. Os donos dos estabelecimentos contratam meeiros com o objetivo de explorar áreas de terra que ultrapassam a sua capacidade produtiva, economizando recursos monetários que teriam que ser dispendidos na contratação de trabalhadores diaristas. A necessidade de força de trabalho adicional para explorar essas áreas pode ser resolvida pelo agenciamento de meeiros que além de dispensarem uma remuneração salarial, estão motivados a produzirem para aumentar os seus

rendimentos domésticos. A permanência do trabalho de meia constitui, portanto, uma resposta às necessidades de mão-de-obra de explorações cujos chefes estão associados à execução do trabalho agrícola ou que continuam sendo explorações familiares.

Em outros termos, à medida que aumenta o patrimônio familiar do agricultor, maior será a tendência a contar com um meeiro que assuma as responsabilidades parciais de execução do processo de trabalho agrícola. Nestas condições, o meeiro aparece como um empregado de confiança ou caseiro que, em troca de uma morada e de um terreno, se encarrega de "olhar a roça" dele e do proprietário. Esta expressão significa que o meeiro está comprometido em zelar ou cuidar de uma roça cuja produção é dividida com o proprietário, fornecendo todo o trabalho necessário para o bom andamento das culturas e dos ciclos agrícolas das mesmas. Evidentemente que, em algumas situações como a colheita, desmate da "capoeira" ou do mato e preparação da terra, o trabalho do meeiro e sua família pode se revelar insuficiente, sendo necessário fazer despesas com a contratação de diaristas que posteriormente serão debitadas na produção do meeiro.

A prática da meia, que já foi caracterizada como um contrato temporário de trabalho, apresenta-se também como um contrato de risco, mediante o qual os meeiros repartem os resultados da produção mas sobretudo assumem a maior parte dos prejuízos acarretados pelas variações climáticas e pelos efeitos destas a nível de

perdas de safras. Outrossim, ao transferir ou repassar esses trabalhos para o meeiro -e fornecer os meios de produção e insumos necessários-, estes pequenos proprietários estão ao mesmo tempo se desobrigando de parte do trabalho agrícola e se convertendo em gerentes do processo produtivo. Desobrigando-se de uma parte do trabalho agrícola, o proprietário e seus filhos podem se dedicar mais às atividades complementares na roça -como o ofício e o negócio- ou mesmo "saírem" da roça para buscar uma remuneração salarial no mercado de trabalho urbano-industrial.

Dito isso, informações recolhidas junto a 50 agricultores entrevistados em dois núcleos de vizinhança (o Corujão e Queimadas), permitem evidenciar as condições da oferta de força de trabalho e sobrevivência de 26 famílias que dependem do trabalho de meia (3). O grau de mobilidade dos agricultores entre espaços físicos e sociais, juntamente com as interligações colocadas entre a economia doméstica e o trabalho assalariado, podem ser avaliados com grande clareza a partir desses dados.

6.3. Os processos de mobilidade

Os dados sobre a origem ou procedência dos 26 parceiros entrevistados em dois grupos de vizinhança da Mata de Andaraí revelam que apenas um terço desses agricultores são originários do próprio município de Andaraí, enquanto que os outros dois terços ou 17 pessoas, são procedentes de vários lugares da Bacia do Para-

guaçu ou mesmo de outras regiões do Estado da Bahia. Em outras palavras, 9 dos 26 agricultores são descendentes dos primeiros parceiros que chegaram na Mata nos anos 50, e resolveram permanecer na área, apesar das suas condições de vida terem se comprimido nas décadas posteriores. Ao falarmos de permanência aqui, estamos nos referindo ao fenômeno de um grupo de agricultores que escolheu ficar na Mata, quando muitos outros, no mesmo período, resolveram sair para "arranjar recurso" fora. Outrossim, a seletividade apresentada pelas trajetórias ascendentes, da condição de meeiros para pequenos proprietários sitiante, fez com que muitos parceiros permanecessem como tais, enquanto seus vizinhos e parentes conseguiam uma oportunidade de comprar um pedaço de terra.

Quanto aos 17 parceiros procedentes de outros municípios, nota-se, pelo tempo de duração dos seus contratos de meia, que fazem parte dos novos contingentes de agricultores que chegaram à Mata de Andaraí depois da década de 70, quando as terras estavam sendo fechadas aos agricultores e a parceria sendo extinta ou substituída pelo trabalho de um punhado de vaqueiros ou por trabalhadores diaristas. O fato de terem eles vindo de outros municípios da Bacia do Paraguaçu para a Mata, num momento em que "os fazendeiros estavam comprando tudo e cercando os pequenos", leva a pensar que eles vieram atraídos por outras oportunidades de emprego que não são excludentes entre si: o trabalho de meia nos pequenos estabelecimentos (que estavam perdendo mão-de-obra e passando por um processo de esvaziamento provocados pela migração para o

"Sul") ou o trabalho na diária para as fazendas da área. Neste sentido, o trabalho apenas como diarista pode preceder o momento em que o agricultor "arruma" um contrato de meia num pequeno estabelecimento, sem que a obtenção deste implique deixar ou romper com a primeira forma de trabalho, como pode ser visto na trajetória de uma mulher que veio trabalhar como diarista na Mata de Andaraí.

N, o marido e os filhos são procedentes da região Sudoeste do Estado, município de Itambé, e vieram para a Mata de Andaraí em meados dos anos 70, trazidos por um fazendeiro que tem propriedades nas duas regiões para trabalharem na limpeza e plantio de pasto. A família fazia esse trabalho nesta e em outras fazendas, e posteriormente conseguiu um terreno junto a um pequeno proprietário para plantar de meia. Tendo se separado do marido, N continua na meia, mas ao mesmo tempo trabalha "feito um homem" nas fazendas e costuma cozinhar para um hotel na antiga sede do município. As necessidades de N e dos filhos menores que ficaram com ela, como o pagamento de aluguel e alimentação, fazem com que ela se desdobre entre essas várias ocupações, as quais isoladamente não são suficientes para arcar com o sustento da família.

Assim, os parceiros podem ser do próprio município, mas na maioria das vezes procedem de outros municípios e regiões, onde condições sociais semelhantes de pressão sobre a terra e expansão da pecuária ocasionaram a saída dos agricultores para outras áreas

rurais, sem que nestas eles tivessem alguma garantia além da possibilidade de trabalhar na meia ou na diária. O movimento de valorização da terra que se seguiu ao intenso deslocamento de capitais para a agricultura nos anos 70, cedo colocou o preço da terra num patamar muito acima do poder de compra dos agricultores, fazendo com que estes agricultores se distanciassem ainda mais do seu projeto de independência social -mediante a compra de uma "terrinha"- e continuassem trabalhando "em cima da terra" dos outros. De maneira que, para estes agricultores impossibilitados de adquirir os seus próprios meios de vida, e sem condição de se tornar assalariados permanentes nos mercados de trabalho rurais (ou urbanos), a parceria passa a ser uma chance de encontrar um lugar de trabalho e de moradia que, ademais, não exclui ocupações variadas como diarista, pedreiro, marceneiro etc..

A estrutura de funcionamento dos contratos de parceria, ao tempo que pressiona ou expulsa os agricultores que já vinham trabalhando na meia, atrai novos agricultores dispostos a trabalhar sob as mesmas regras que os parceiros que saíram. Neste sentido, a expulsão pode ser pensada como uma estratégia de renovação da mão-de-obra para evitar caracterizar situações prejudiciais aos proprietários como o usocapião por parte dos ocupantes. As roças desocupadas são prontamente ocupadas por parceiros recém-saídos de estabelecimentos do município ou de outros municípios, dentro de um padrão que lembra o da sociedade indiana, onde a destruição de uma comunidade -por catástrofes naturais ou problemas sociais-, é

seguida pela reconstituição do espaço físico e social nos mesmos moldes anteriores (Marx, 1980).

Na situação específica do sistema de parceria, porém, apesar de se apresentarem aspectos de continuidade com o passado -como regras de contratos, processo de trabalho, laços de dependência e baixos padrões de sobrevivência-, houve mudanças no contexto social e nas estratégias de sobrevivência dos meeiros que deram uma nova configuração a esta relação de trabalho.

Embora muitos tenham desertado ou continuem desertando do trabalho de meia, por considerarem que a parceria penaliza os agricultores, sem oferecer-lhes compensação alguma, isso não chega a inviabilizar o regime de trabalho -tal como ele funciona atualmente nos pequenos estabelecimentos-, porquanto há uma oferta de força de trabalho por parte de agricultores (recém-chegados ou não à Mata de Andaraí) que estão dispostos a aceitar as regras vigentes e ocupar o lugar deixado pelos agricultores que abandonaram a parceria. Dentro de um processo semelhante ao exército de reserva, as condições do sistema de parceria no Estado levam a que cada área seja um exército de reserva para as demais. Consequentemente, certas áreas como a Mata de Andaraí podem funcionar como pólo de expulsão de trabalhadores que vão ser parceiros em outros municípios e como pólo de atração para trabalhadores que estão vindo desses municípios.

Conquanto a lógica de funcionamento da parceria tenha passa-

do por grandes mudanças nas quatro últimas décadas, ela continua influenciando os padrões de deslocamento campo-campo. Isso significa dizer que, nos últimos anos, a parceria ou as possibilidades de emprego como parceiro, alimentou persistentes fluxos migratórios campo-campo (e entre municípios e regiões do Estado), que coexistem com fluxos como aqueles que se dirigem para os centros urbanos. Em lugar dos primeiros movimentos serem completamente substituídos pelos movimentos campo-cidade, o que ocorre é uma imbricação desses vários tipos de movimento, fazendo com que as saídas de certos contingentes sejam seguidas pelas chegadas de novos agricultores, ou que então um tipo de movimento se articule diretamente com o outro -como acontece no fenômeno dos migrantes retornados, que passam um período trabalhando como operários nos centros urbanos para depois retornarem às suas ocupações rurais como parceiro ou agregado.

6.4. Os contratos de roças

A idade dos agricultores e o tempo de duração dos contratos de meia constituem importantes indicadores sobre as estratégias de mobilidade desses trabalhadores e sobre os arranjos efetuados entre estes e os proprietários. A idade concretamente é um indicador dos nexos de articulação existentes entre ciclos de vida e vínculos de trabalho, sinalizando a importância da meia nas trajetórias dos indivíduos e grupos. Assim, vinte e um (dos 26 parceiros) estão situados entre 25 e 49 anos, uma faixa etária em que os traba-

lhadores do campo estão em grande atividade, com completo domínio da força muscular e das habilidades requeridas pelo esforço que fazem. Apenas 5 meeiros ultrapassam a faixa etária dos 50 anos, e estão perigosamente se aproximando de uma fase da vida onde aumenta a penosidade do esforço, diminui o rendimento do trabalho e o trabalhador é obrigado a restringir o emprego ou utilização da força de trabalho.

Que a quase totalidade dos meeiros seja composta por homens que estão no período de maior atividade -e ademais são chefes de família que respondem ou contam com mulheres e filhos em idade de ajudá-los-, sinaliza as preferências ou escolhas dos proprietários em termos dos trabalhadores que contrata. O pouco interesse dos proprietários na contratação de agricultores que ultrapassam 50 anos de idade ou estão aproximando-se do 60 anos, mostra que os donos dos estabelecimentos têm a expectativa de maximizar a produção mediante a contratação de trabalhadores mais jovens para trabalhar terras que aqueles não desejam ou não podem explorar com os seus próprios esforços ou contando com a mão-de-obra de trabalhadores diaristas.

Neste sentido, a renovação periódica dos contratos de meia permite que o dono do estabelecimento atualize a seleção da força de trabalho, por meio da suspensão dos contratos com os meeiros que não satisfazem a expectativa, são pouco produtivos ou criam problemas, suspensão esta que é seguida pela admissão de novos

trabalhadores. Fica claro também, que o proprietário do estabelecimento não tem nenhuma disposição para assumir os custos decorrentes do envelhecimento ou debilitamento físico e mental da força de trabalho que utilizam, coisa que ele delega para os parentes, para a previdência social ou para ambas instâncias.

Com efeito, observando-se a duração dos contratos, verifica-se que a maior parte (16) dos 25 contratos de meia têm cinco anos, havendo porém um número menor de contratos cujo tempo de duração é superior (um contrato de oito anos), ou inferior a este período de cinco anos (um parceiro que declarou estar trabalhando há apenas 1 ano e outro que disse que nos últimos 5 anos, havia trabalhado em 3 fazendas diferentes). Disso se depreende que o tempo de trabalho dos parceiros em cada propriedade não se diferencia do tempo de duração dos contratos realizados no passado -ou seja na fase de máxima expansão da meia entre os anos 50 e 60-, havendo uma notável continuidade das regras e condições que configuraram a parceria como um sistema apoiado na mobilidade máxima da força de trabalho do campo. Neste sentido, numerosas evidências indicam que onde a legislação trabalhista não acabou com a parceria, ela veio aumentar e até certo ponto legitimar o componente de alta rotatividade da força de trabalho que, juntamente com as relações de dependência calcadas na confiança pessoal, constituem as principais salvaguardas dos proprietários que admitem meeiros para trabalhar em suas terras.

Ainda sobre a instabilidade inerente aos contratos de parce-

ria, deve-se acrescentar que mesmo que estes contratos se estendam por mais de uma década -como no caso de um ocupante que ficou 18 anos numa fazenda e depois foi expulso e não encontrou mais nenhuma terra para plantar de meia-, isto em nenhuma medida pode significar a conquista da estabilidade ou do direito de permanência no estabelecimento. Por maior que seja a duração de um contrato de meia, em algum momento ele deve ser rompido para evitar que o meeiro se configure como alguém que tem direitos de propriedade.

Embora proprietários e parceiros não estipulem um tempo certo para a vigência dos contratos de exploração, está mais do que explícito que este contrato tem um tempo para vencer, caducar ou ser posto de lado em algum momento, quando os agricultores terão de deixar a propriedade em busca de uma nova roça para trabalhar, com todas as dificuldades que isso implica na situação atual de perda de interesse e recusa dos proprietários em admitir novos meeiros e queda dramática das áreas trabalhadas na meia.

Proprietários e meeiros, de modo geral, têm uma avaliação precisa sobre as áreas que desejam "dar" ou "pedir" para fazer roças de meia. Os contratos de meia são feitos a partir de uma dupla avaliação: do proprietário e do meeiro. Primeira, o proprietário, ao "dar" uma roça para o agricultor trabalhar, considera o tamanho da propriedade e da área que deseja cultivar, a disponibilidade de recursos próprios (financeiros ou de trabalho) e a capacidade de trabalho do meeiro -seja a disposição para o trabalho seja a capa-

cidade de agenciar o trabalho de membros da família. Tal capacidade de trabalho por sua vez, pode ser avaliada a partir de uma experiência direta com os meeiros ou a partir de experiências indiretas que são fornecidas por outros donos de terra, vizinhos e parentes.

Tão ou mais importante do que o tamanho da terra a ser cultivada e a capacidade de trabalho do parceiro, é o relacionamento pessoal ou o grau de conhecimento e confiança existente entre proprietários e meeiros. Neste sentido, a presença ou ausência de confiança pode justificar a concessão e a suspensão de uma concessão de terra respectivamente. Com efeito, a concessão e obtenção de uma roça de meia é precedida e acompanhada por uma negociação entre as partes, na qual têm grande importância as referências de terceiros ou o crédito de confiança (Combessie, op. cit.) que cada parte goza junto a parentes, vizinhos e conhecidos do município.

Do ponto de vista do proprietário, o grau de confiança que pode ser depositado no meeiro é um elemento facilitador de uma relação que tem um componente de tensão, bem como constitui uma garantia contra disputas e ressentimentos que podem culminar na procura de um tribunal de justiça. O componente de interdependência social (Mattoso, op. cit.) presente nesta relação de confiança seria assim, uma maneira de distanciar, neutralizar ou suspender exigências legais que poderiam complicar a vida do proprietário e tornar impossível a existência dos agricultores. Sem o antídoto

representado pela relação de confiança, o "medo da lei" ou medo que os proprietários têm das exigências legais impediria de uma vez por todas a realização e renovação de contratos de exploração que asseguram uma parte da sobrevivência dos meeiros.

Em outros casos, a confiança pode justificar um tratamento mais diferenciado como o que recebe um meeiro (L G) de 60 anos que, embora esteja numa faixa etária que não interessa mais aos proprietários, mantém um contrato de meia que já dura vários anos e não dá indícios que vá ser rompido.

O elemento de confiança está presente em laços de família envolvendo donos de terra e meeiros -como acontece com um homem que trabalha de meia com o cunhado- e até entre estes últimos, quando uma pessoa consegue ou arrenda uma área de roça superior às suas forças e repassa uma parte dessa área para parentes. Todavia nestas relações, envolvendo pessoas da família, os contratos entre os agricultores e os donos (ou responsáveis) da terra aproximam ou diluem os limites entre parceiros e agregados (4).

O trabalhador por sua vez, ao "pedir" uma roça de meia leva em conta o tamanho e a fertilidade da terra -se é vermelha é mais fértil, se é amarela ou de "carrasco" é menos fértil-, a energia física que deverá dispender para cultivar uma parcela de certo tamanho considerando questões como: tratos culturais necessários, as expectativas e exigências do proprietário e as restrições e faci-

lidades para combinar o trabalho na roça de meia com o trabalho fora da meia (5).

Com respeito ao tamanho das parcelas concedidas de meia, estas se situam naquela faixa familiarmente conhecida como minifúndio: dos quase trinta meeiros declarantes 17 agricultores estão na faixa de 2 a 4 ha, enquanto dois lotes de meeiros estão situados nas extremidades superiores e inferiores: 4 meeiros estão limitados a parcelas de até 1 ha, e outros quatro meeiros ultrapassam o patamar de 4 ha, aproximando-se dos 5 ha.

Do ponto de vista da composição de mão de obra, as roças ou unidades produtivas são compostas no mínimo por 3 trabalhadores -marido, mulher, filho em idade de trabalhar. Todavia, uma observação mais fina dessa média mostra que o número de pessoas não aumenta proporcionalmente com a área: para as áreas menores há um maior número de pessoas enquanto para áreas maiores verifica-se um menor número de membros trabalhando. Como pode ser vistos nos dados anexos, o número de pessoas que trabalham é de 4,5 pessoas na faixa de até 1 ha; um pouco menos de 4 pessoas na faixa de até 2 ha e, de 3 pessoas nas faixas superiores que vão até 5 ha. Tal situação aparentemente paradoxal pode ser explicada pelos critérios já vistos para "dar roça" ou "pedir roça" de meia, assim como pelo significado da meia nas estratégias de reprodução.

Ora, considerando que os agricultores sem terra que traba-

lham em terrenos de meia ou arrendados encontram-se a um passo do assalariamento completo (SEPLANTEC/CAR, *ibid.* : 64), a relação entre tamanho de área e volume da força de trabalho indica diferentes graus de dependência do assalariamento. Assim, como será visto a seguir, quanto menor o tamanho da roça maior é a dependência do trabalho na diária ou trabalho "no macaco" por parte dos meeiros.

6.5. As concepções da terra

Falando sobre a fundamental importância da terra para a sua sobrevivência, os meeiros também contribuem para esclarecer aspectos da sua existência social como um grupo que vive as consequências da falta de terra própria ou de recursos para poder trabalhar a terra, mas continua projetando um futuro ligado a esta última.

Assim, quando foram chamados a se posicionar sobre o projeto de reforma agrária implementado no Governo do presidente Sarney, todos os parceiros se mostraram otimistas com um projeto que iria melhorar a situação de pessoas sem terras como eles. Neste sentido, todos os depoimentos estabelecem umnexo íntimo ou estreito entre a falta de terra para trabalhar e a condição de pobreza, o que poderia ser rompido por um projeto que viesse distribuir terras para os agricultores pobres e atuasse sobre o mercado fundiário.

A maioria dos parceiros portanto estabelece umnexo necessá-

rio entre falta de terra e condição de pobreza, nexos este que forma parte dos critérios da construção da identidade dos primeiros como pessoas que são, acima de tudo, "pobres" ou "fracas". Coerente com isso, os agricultores deram declaração onde colocaram que o projeto de formação de assentamentos na Mata de Andaraí era um meio de "dar terra para a pobreza trabalhar", melhorando a situação e significando uma proteção social para os pobres, para aqueles que sem essa perspectiva de reforma agrária "estariam perdidos no mato sem cachorro".

Ao lado de um referente material bastante preciso -dado pelas carências e pela necessidade de pagar uma renda-, a noção de pobreza empregada pelos parceiros se vincula com os temas do sacrifício e do sofrimento humanos enquanto aspectos de uma tradição mítico-religiosa que são resgatados e acentuados como definidores de uma posição social sobrecarregada pela inferioridade social e pessoal. Em outras palavras, o fato dos meeiros formarem parte (juntamente com os trabalhadores que "vivem do macaco" ou da diária) da camada mais baixa da sociedade agrária, uma camada que "acumula" carências e tem escassas oportunidades de ascensão social, contribui para aumentar as suas afinidades eletivas e históricas com elementos mítico-religiosos derivados da Bíblia. Se a pobreza é uma condição quase que irremediável, a visão do sofrimento como parte de uma vida de sacrifício, em nome de potências inexplicadas, parece demonstrar uma grande afinidade eletiva com essa condição. Pobre e pobreza aparecem assim como os critérios

mais genéricos de definição de uma identidade que também pode ser definida como a identidade do meeiro.

Isso posto, uma parte dos depoimentos sobre a Reforma Agrária trata do significado relacional ou contratual da parceria como um conjunto de deveres e obrigações que subordina os agricultores aos donos das terras onde estão localizadas as roças de meia. Neste sentido, o projeto governamental é visto por alguns como um instrumento político para repartir recursos concentrados -"distribuir as terras que estão na mão do fazendeiro"- e inverter o curso do processo que levou ao fechamento das terras e agravou as condições de sobrevivência dos parceiros. Para outro meeiro entrevistado, a distribuição de terra viria significar uma ruptura das relações de dependência assimiladas por ele ao jugo ou subordinação ao "cativeiro do patrão". Nesta linha de raciocínio, se o projeto do Estado é conseguir que o "pequeno se liberte do cativeiro do patrão", ele simplesmente estará fazendo justiça a uma gente que "vem lutando há muito tempo na terra dos outros" mas não tem oportunidade de ter a sua própria terra.

O projeto de distribuição de terra viria fundamentalmente para acabar com a renda paga pelos parceiros, fazendo-os ingressar na categoria de produtores autônomos tanto com respeito aos donos da terra em que são obrigados a trabalhar -e dividir a produção pela metade-, como em relação ao mercado de trabalho assalariado, onde costumam "dar o dia" para complementar o rendimento doméstico.

co. Sem a obrigação do pagamento da renda, os meeiros projetam que poderão fazer produzir terras que não estão produzindo, na medida que terão mais vontade de trabalhar. A reforma agrária poderia então liberar recursos atualmente apropriados pelo dono da terra, deixando-os nas mãos dos novos pequenos proprietários para estes acumularem e melhorarem a vida das suas famílias.

Obter terra para deixar de depender da meia e do patrão parece sintetizar as reivindicações dos meeiros, reivindicações estas cujo encaminhamento ou solução eles "transportam" para o campo da política governamental, manifestando expectativas favoráveis a respeito de um projeto que estava começando e ainda deixava muitas dúvidas. Na falta de uma experiência concreta, predomina uma visão entusiasta da reforma agrária que, salvo uma ou outra declaração no condicional, toma a política governamental como um meio de promoção ou melhora dos agricultores presos ao "cativeiro da patrão".

Se essas expectativas positivas foram confirmadas e os agricultores sem terra foram efetivamente beneficiados pelos dois (2) assentamentos governamentais criados no município, esta é uma segunda questão que merece pelo menos ser tocada aqui. Neste sentido, dos contatos mantidos com pessoas que tinham lotes e parentes nos dois assentamentos ficou a impressão de que estes incorporaram um número significativo de meeiros e agregados que não tinham terra própria. Entre as pessoas incorporadas por estes assentamentos podem ser citados indivíduos sem terra que viviam nas margens das

estradas, filhos agregados ou recentemente retornados da migração do "Sul", indivíduos que haviam passado a vida toda esperando uma oportunidade semelhante, filhas esperando um dote para casar, meeiros e posseiros antigos que insistiam em reaver as suas antigas roças. Para muitas pessoas assim, que não tinham chances de comprar uma terra com o seu trabalho no campo ou nos grandes centros urbanos, para estes excluídos do mercado de terra, a reforma agrária foi um benefício. No entanto, este benefício está muito distante de permitir ao trabalhador a prosperidade mínima e a estabilidade na parcela obtida.

Nada melhor para introduzir esta combinação de motivos aparentemente contraditórios do que uma observação feita por um dos principais informantes da pesquisa, o citado Seu M que falando sobre a reforma agrária disse: com os assentamentos da reforma agrária do município os agricultores "não podem ficar, mas também não podem sair". Ou seja, a importância e significado da reforma agrária estão referidos ao sentido da permanência ou da residência rural e ao tipo de vida existente nos assentamentos.

O informante falando da impossibilidade dos agricultores ficarem nos atuais assentamentos da reforma agrária certamente está concordando com muitos agricultores como seu filho que, embora tenha obtido 10 hectares de terra fértil num dos assentamentos de Andaraí, não consegue produção suficiente para viver decentemente nos padrões dos pequenos proprietários que participam de negócios

nem encontra condições para morar numa rua de casas construídas no assentamento para abrigar famílias muito diferenciadas entre si.

A impossibilidade de ficar ou permanecer nos assentamentos tem um sentido concreto, imediato e ligado aos problemas tecnológicos da falta de água nas roças e vizinhanças rurais, fazendo que os agricultores não tenham como enfrentar as variações climáticas ou não disponham de equipamentos para fazer a "molhação" ou rega das plantas. Não dispondo de maiores meios de controle das variações climáticas que as previsões empíricas (Machado, 1991) e o manejo dos calendários de plantio, os agricultores dos novos lotes doados pelos órgãos governamentais não conseguem escapar das consequências desastrosas da seca sobre os níveis de vida e acumulação que afligem quase todos os agricultores e proprietários de terra do município. As consequências mais evidentes disto são os baixíssimos níveis de vida dos parceleiros que, sem produção suficiente para viver e poder acumular, continuam necessitando sair da roça para buscar meios complementares ou substitutivos de subsistência. O recebimento do lote de terra desmente as expectativas postas pelos agricultores na reforma agrária, dando uma nova atualidade ao fato de que a terra, por mais importante que seja, não representa a concretização da autonomia buscada pelos primeiros.

Por sua vez, a impossibilidade ou dificuldade de sair dos assentamentos para "trabalhar fora" está relacionada com aspectos do relacionamento dos agentes sócio-locais e institucionais. Efe-

tivamente, ter sido contemplado com um lote num dos assentamentos da reforma agrária faz com que o agricultor seja o alvo de uma série de expectativas obrigatórias. Os agricultores contemplados, de modo geral, foram selecionados a partir de critérios que, ao levarem em conta os níveis de carência e a dependência do trabalho agrícola, identificam os parceleiros como pessoas que podem e devem dar prioridade ao trabalho agrícola nos lotes. Outrossim, aspectos como as expectativas de recebimento de créditos governamentais (para dotação de infra-estrutura dos assentamentos e dos lotes individuais) e a situação legal dos lotes (durante vários anos os agricultores não podem transferi-los para terceiros) fazem com que os agricultores tenham que se dedicar aos lotes, independentemente dos resultados da produção, para satisfazer a expectativa ou manter a confiança que neles foram depositadas pelos órgãos governamentais.

Nesse contexto, os parceleiros da reforma agrária estão expostos a pressões e contra-pressões para permanecer e trabalhar nos lotes ou sair destes para procurar trabalho no campo e nas cidades. Conquanto em certas situações -como a de um tratorista que costuma sair com o trator do assentamento para "fazer serviços" nas fazendas da sub-área de Feira de Santana- haja um acordo sobre a necessidade de buscar recursos complementares para os parceleiros, em outras situações o que prepondera são as iniciativas individuais (mais ou menos dissimuladas) de deixar o lote do assentamento para trabalhar fora.

Aparentemente excludentes, estes dois movimentos de permanência e de abandono da agricultura nos lotes nem sempre se apresentam assim, à medida que nem a aquisição da terra significa a sedentarização completa dos agricultores (por não ser suficiente para proporcionar os recursos necessários para viver), nem as saídas das parcelas vão acompanhadas necessariamente pela ruptura completa ou definitiva com a condição de parceleiros da reforma agrária. Em outros termos, em lugar da distribuição de lotes para os agricultores sem terra reverter as tendências gerais que levam à pauperização e aos deslocamentos, ela veio imprimir um novo ritmo às saídas dos agricultores.

Notas:

(1) Tal como aponta Williams (op. cit.), a expansão do capitalismo agrário é pensada mais em suas descontinuidades do que nas continuidades, levando a que se construa periodizações que substituam a dinâmica social do passado e superestimam a importância do presente. De acordo com isso, as fases passadas da história do campo são vistas como fases nas quais as condições de vida e trabalho das camadas dominadas eram melhores, contrastando com as condições de desagregação e conflito do presente. Outrossim, o campo no passado é interpretado como um espaço quase fechado, que mantém pouco ou nenhum vínculo com a cidade e as classes sociais urbanas. Com isso, certos processos que separam os produtores di-

retos dos meios de produção são descritos como exclusivos do presente, sem que se veja as suas origens e mediações no passado.

Trazendo essa crítica de Williams para o contexto da Bacia, é preciso evitar que a concentração no foco temporal representado pelos anos 70, faça perder de vista as tendências da história agrária nos decênios passados: processos de ocupação de terra mediante a mobilização da força de trabalho dos agricultores, que eram seguidos pela expulsão destes últimos; investidas do capitalismo agrário, representados por proprietários e comerciantes urbanos que vinham adquirir terras, com a expectativa de obterem lucros com gado, madeira e produtos agrícolas etc..

(2) Para contrabalançar os efeitos perversos das linhas de crédito abertas para a pecuária e plantações de café desenvolvidas nos grandes e médios estabelecimentos, as agências estatais procuraram implementar, através do projeto de desenvolvimento rural da Bacia do Paraguaçu -PIDERP, certas medidas visando injetar recursos monetários e revitalizar a pequena produção. O crédito concedido pelas agências governamentais aos pequenos produtores assumiu diferentes formas como: o crédito de custeio para pequenos proprietários; o crédito para comercialização; o crédito para anuentes ou produtores que não eram proprietários, mas que mediante autorização dos proprietários podiam ter acesso aos recursos do crédito.

Ora, apesar deste último tipo de crédito ter sido concebido como um meio dos agricultores sem terra terem acesso aos recursos

do PIDERP, o que ocorreu na prática foi a captura deste instrumento por parte dos grupos dominantes da região. De fato, numa pesquisa envolvendo 270 agricultores, dos quais 44 eram não proprietários beneficiados com o crédito para anuentes, foi observado que este crédito estava favorecendo a preparação de pastagens das fazendas, à medida que os proprietários têm o hábito de conceder somente áreas ainda não desbravadas, carecendo de desmatamento, destoca e limpa que são as maiores despesas de implantação de pastagens (SEPLANTEC/CAR, 1979 : 24).

Em certos casos, o plantio de capim na terra beneficiada pelo meeiro anuente ocorria na final do contrato de crédito, quando então o agricultor era pago especialmente para isto. Contudo, mesmo que o proprietário pagasse ao produtor direto para plantar capim, aquele economizava recursos com o beneficiamento da terra feito pelo anuente. Em outras situações, o capim era plantado quase que simultaneamente com as culturas de alimentos. Assim "o anuído, ao preparar o solo para cultivar feijão e milho, paga a aração, tornando o terreno propício para plantar o capim. Logo na primeira capina do feijão, ele deve, mediante acerto verbal, plantar o capim, sendo que este vai naturalmente competir com a sua lavoura, principalmente o milho pois, ambos são gramíneas, disputando a fertilidade do solo e fazendo cair a produtividade da lavoura de alimentos. A lavoura seguinte já será um trato cultural para o capim. Mas, após colhido o feijão e o milho, o posseiro deixa a terra, com a pastagem já implantada, não lhe sendo mais possível negociar a mesma área. No ano seguinte poderá fazer um

novo contrato, se houver terra disponível e se for conveniente para o fazendeiro" (ibid. : 26).

Alguns cálculos efetuados sobre as margens de lucro dos proprietários, mostraram os benefícios extraídos por eles do crédito mediante carta de anuência, configurando o que a pesquisa denomina de acumulação pelo capitalista sem capital, onde este, sem avançar nem capital variável nem constante, beneficia sua propriedade através de contratos de anuência em que apenas o produtor direto assume a responsabilidade perante o banco agenciador do crédito rural (ibid. : 25).

(3) Conforme informações do INCRA/MIRAD (1986), os meeiros despontam como um grupo mais numeroso (26 pessoas) do que outras grupos de trabalhadores sem terra -agregados (18), rendeiros (3), diaristas (3) e pequenos comerciantes (1)-, levando-nos a duvidar dos dados do IBGE de 1980. Assim, enquanto em dois grupos de vizinhança a pesquisa do INCRA/MIRAD (ibid.) constatou 26 parceiros, o censo de 1980 registrou apenas 25 parceiros no município de Andaraí como um todo. Há uma subestimação da parceria que deixa de contabilizar ou transfere os parceiros para outras categorias de trabalhadores agrícolas, os quais aparecem descritos no Censo como responsáveis e membros não remunerados da família (6.740 pessoas), trabalhadores permanentes (530) e trabalhadores temporários (1.230). Caso este registro censitário fosse correto, estaríamos diante de uma retração da parceria de tal ordem que, ultrapassando a retração efetivamente ocorrida, permitiria afirmar a quase com-

pleta extinção dessa categoria.

(4) Paralelamente ao trabalho efetuado pelos meeiros, que dividem a produção com o dono do terreno, há o trabalho dos agregados ou pessoas vinculadas pelo parentesco aos donos do estabelecimento que, podem reportar ou não uma renda para os proprietários, a depender dos laços de família, da situação e dos projetos concretos de reprodução dos agricultores que trabalham como agregados. A hipótese defendida aqui é de que as práticas de agregação constituem um compromisso entre grupos familiares pertencentes ou situados no interior de uma mesma unidade doméstica. Tal compromisso intervém num dado momento do ciclo de vida desta última, particularmente quando há filhos adultos e casados que não dispõem de meios próprios de sobrevivência. A impossibilidade de subdividir ainda mais o pequeno patrimônio familiar e a impossibilidade de adquirir terra no mercado para formar uma família independente fazem, portanto, com que os jovens casais passem a viver no terreno dos pais, ajudando em pequenos trabalhos da casa e da roça ou responsabilizando-se pelo cultivo de uma nesga de terra, cuja produção é empregada na manutenção da família do agregado.

(5) Ademais, vale registrar que, segundo parâmetros de especialistas da agricultura, a área de 1 ha (equivalente a um campo de futebol) é um tamanho ótimo para agricultores como estes, que dispõem apenas da tecnologia braçal -representada pelo uso de instrumentos individuais como enxada, foice e facão.

Capítulo VII

A ORDEM FAMILIAR E O PAPEL DOS OUTROS MEMBROS

7.1. O trabalho da mulher e a pobreza

Dadas as relações entre o tamanho da área plantada e o volume de trabalho necessário para isso, o trabalho feminino na lavoura fornece uma parte da mão-de-obra necessária para tocar as roças. É desta maneira que entre as mulheres dos parceiros entrevistados na pesquisa do INCRA/MIRAD (ibid.), mais da metade das mesmas (15 mulheres) participa ativamente do trabalho da roça, sozinhas ou acompanhadas pelos maridos e filhos. Bem mais, considerando o grande número de dias ou diárias trabalhadas fora pelos maridos -15 dos parceiros trabalham a metade ou mais metade do ano fora da roça de meia-, o trabalho da mulher tem uma importância fundamental para a manutenção da roça e das condições de sobrevivência associadas a esta. Na ausência dos maridos, a mulher se encarrega do trabalho da roça de diversas maneiras: zela pelos filhos e pertences e interesses de todos os membros, ajuda a preparar a terra, cuida das plantas e animais de criação etc..

Estas afirmações genéricas encontram um sólido respaldo num estudo sobre a agricultura da Bacia do Paraguaçu, onde se afirma

que:

"A família se constitui no elemento que dá unidade às estratégias de reprodução do campesinato da região. E o elemento que assegura a manutenção da "roça" quando o homem sai para "trabalhar fora". E ela que viabiliza essa combinação de trabalhos tão distintos. Enfim, é a forma como na família se articulam e se dividem as tarefas que permite que o camponês seja durante grande parte do tempo, um "assalariado". E a manutenção, mesmo de formas bastante precárias, da Unidade Produtiva chefiada pela mulher e filhos menores que garante a condição de camponês" (CAR/SEPLANTEC, 1985 : 58).

Deste modo, a mulher define o lugar da família como lugar residencial visível para si e para os demais, assegurando a vida social, econômica e prática da roça na ausência dos homens e chefes masculinos de famílias. A divisão sexual do trabalho pressupõe que o agenciamento do trabalho feminino se faça no espaço preenchido pela casa e suas imediações, enquanto que o agenciamento masculino é o contrário: os homens têm mais mobilidade e disponibilidade de fazer deslocamentos entre o espaço da roça e o mundo do trabalho fora, podendo permanecer períodos bastantes variáveis em locais de trabalho que podem ser as fazendas e garimpos do município, as fazendas da região, as plantações modernas de São Paulo e as construtoras de várias cidades brasileiras.

Movendo-se num universo material e simbólico, onde o homem é tido como o mais forte do ponto de vista físico da força e resistência musculares -e ainda por cima tem um status pessoal superior-, o trabalho feminino está regido por várias regras que o tornam um trabalho especificado em termos sócio-culturais. A primeira destas regras é a vinculação do trabalho e do espaço corporal da mulher ao espaço da unidade residencial (mais ou menos ampliada), circunscrevendo os deslocamentos como deslocamentos efetuados principalmente nos espaços limítrofes da casa e da roça. Em outros termos, o grau de intensidade da participação masculina nos lugares mais distantes de trabalho depende da forma assumida pelo trabalho feminino -um trabalho efetuado nos arredores da casa (e da roça) ou no mercado criado pelas demandas de vizinhos e conhecidos do agrupamento familiar. Isto quer dizer que a mulher circula apenas no mundo conhecido ou mapeado das roças vizinhas à sua, não podendo se arriscar a enfrentar os riscos do trabalho "no macaco" nem as situações em que se torna necessário usar a força física e a agressividade para negociar tentando impor alguma condição. Ou seja, a mulher não entra no mercado, permanecendo no círculo das relações pessoais estabelecidas.

A posição hierárquica da mulher e as expectativas obrigatórias colocadas nesta posição fazem com que a primeira atue como uma retaguarda dos parceiros, retaguarda essencial para que estes estejam mais disponíveis para o trabalho como "macaqueiro" que

também dispõe de um terreno de meia. Um depoimento extraído da história de uma mulher mostra melhor do que nada a condição de trabalho da mulher, as regras de valorização (Combessie, op. cit.) e as expectativas obrigatórias que ordenam a atividade da mulher:

Aqui na Casa Nova, com tudo aí eu trabalho. Cavo cova, ranco toco. Faço trabalho de homem. Capino terra, ganho diário. Mas não dão o valor da diária da mulher. Esse ano [1982], pagam Cr\$ 250. Trabalho assim há muitos anos, até hoje. Não mudou o tipo de trabalho, antes ou depois da COBAL [agência estatal de compras para garantir preços mínimos de produtos agrícolas]. Aqui é atrasado e gente é muito pobre. Não tem como dar socorro a uma criança doente. Tem que ir pedir carona aos camioneiros. A gente paga FUNRURAL, INPS e os filhos morrem quando adoece [D. Conceição perdeu 7 filhos. As mulheres, quando trabalham, é sempre pela vizinhança. Os homens é que vão prá longe. Tem vez que as mulheres aqui dizem "Ah, se eu fosse homem" (CAR/SEPLANTEC, s/d : 10).

Além da regra de vinculação da mulher ao espaço doméstico, vários outros elementos são importantes neste depoimento: a noção do trabalho agrícola como trabalho de homem e a desvalorização relativa do trabalho feminino vis-à-vis o trabalho masculino. Efetivamente, embora muitas das tarefas mais pesadas do trabalho agrícola sejam assumidas ou compartilhadas pelas mulheres, este trabalho é identificado como um trabalho masculino ou que remete para

atributos masculinos de força e resistência físicas que contrastam com os atributos de feminilidade. Disso decorre que mesmo fazendo um esforço psico-muscular semelhante ao homem ou acima da sua capacidade física a mulher, ou melhor o trabalho feminino é avaliado segundo critérios específicos que levam em conta a superioridade social da atividade masculina.

Conquanto as mulheres estejam acostumadas a trabalhar na roça, desde as idades identificadas como segunda infância e adolescência para os pais e mais tarde para os maridos, isso não anula as distinções existentes entre os tipos de trabalho efetuados pelos dois gêneros. Tais distinções estão refletidos nos menores níveis de remuneração da mulher e na representação do trabalho desta última como "ajuda ao marido" -a mulher sendo situada como uma ajudante, como participante de um esforço que, no fundamental para ela, é empreendido pelo outro, pelo marido. O trabalho pode ser tão exigente e cansativo quanto o trabalho do homem, mas isto não impede que aquele seja avaliado como um trabalho que dá resultados inferiores de produtividade e não conta com as mesmas condições materiais e simbólicas de valorização na família e no mercado que o trabalho masculino.

Outrossim, que o trabalho feminino na roça (e no mercado local de trabalho) seja nomeado como "ajuda ao marido" remete para a importância do trabalho da roça e do trabalho de meia no conjunto da sobrevivência das famílias dos parceiros. Por um lado, a utili-

zação da força de trabalho feminina varia conforme o grau de riqueza e pobreza de cada categoria, fazendo variar o peso das várias expectativas associadas ao papel feminino. Assim, enquanto as mulheres dos agricultores mais "fortes" ou melhor situados economicamente podem ser poupadas do esforço físico na roça, as filhas e mulheres dos agricultores mais "fracos" são frequentemente obrigadas a trabalhar na roça para auxiliar os pais e maridos. Neste sentido, o casamento significa a transferência da força de trabalho de um agrupamento familiar para outro, fazendo com que o novo agrupamento formado possa dispor de uma força de trabalho adicional para maximizar os benefícios decorrentes da combinação do trabalho da roça com o trabalho fora.

Por outro lado, dadas as características da economia dos parceiros, onde o trabalho fora é tão ou mais importante que o trabalho na roça de meia, o trabalho feminino está orientado para garantir certas condições de participação dos homens no mercado de trabalho, como principalmente a maior disponibilidade e mobilidade para efetuar aquilo que os agricultores denominam "trabalho no macaco" ou trabalho temporário efetuado nas fazendas e cidades da Bacia do Paraguau e distinto do trabalho migrante no "Sul". Em outros termos, o grau de intensidade da participação masculina nos mercados de trabalho (próximos e distantes), depende das formas de avaliação e realização do trabalho feminino: um trabalho feito por mulheres de agricultores "fracos" nas imediações da casa que pode ser tão intenso quanto o trabalho masculino, mas que nem por isso

deixa de ser considerado deficiente, subsidiário ou complementar em relação a este último.

Assim, em lugar do ingresso das mulheres neste tipo de ocupação equivaler a uma promoção ou elevação social das mesmas e do agrupamento familiar, este ingresso e esta participação são interpretadas segundo modelos dominantes que tomam o trabalho feminino na roça como um revelador da "fraqueza" econômica e social, do alto grau de necessidade e da inferioridade social da mulher e da sua família. Ora, se o ingresso feminino no trabalho agrícola não é um indicador de afirmação da mulher nos mesmos moldes do homem, estando associado a uma condição de inferioridade social, isso acontece em parte por conta desses modelos que identificam a falta ou a deficiência no trabalho da mulher, bem como estabelecem uma homologia entre "fracos" e pobres e "fortes" e ricos.

Enfim, como foi falado no início o trabalho de meia apresenta-se como um trabalho que é realizado em grande parte pela família, na figura da mulher e dos filhos do parceiro, enquanto este e os filhos mais velhos se encarregam de "arranjar recursos" monetários através do "trabalho do macaco" e do trabalho migrante nos centros urbanos.

7.2. Avaliações dos filhos: povoar o mundo de pobres ou limitar os filhos

A família urbana limitada e pequena no número de filhos, como a do pesquisador, suscita um vivo interesse entre os agricultores e pessoas que vivem no povoado e roças vizinhas. Nota-se que ao indagarem e discutirem a família do outro, o que essas pessoas estão fazendo é discutir o tamanho e a estrutura das suas famílias, os projetos de aumentar ou limitar o número de filhos, as carreiras reprodutivas das mulheres e os meios de controlar a natalidade. Ao mesmo tempo, portanto, que discutem a família do pesquisador, as pessoas discutem consigo mesmas e com as demais, sobre práticas reprodutivas que estão sendo confrontadas e comparadas com práticas desenvolvidas por outros setores da sociedade, e sobre as quais já não se tem o mesmo consenso derivado do costume.

As concepções favoráveis ao controle expansivo da prole (Souza, 1990) são particularmente fortes entre os homens e mulheres mais velhas e pessoas que nunca saíram do campo, as quais defendem e justificam a produção de filhos utilizando argumentos econômicos, sociais, políticos e religiosos. Enquanto que os homens e mulheres mais jovens e urbanizados não pensam do mesmo modo e defendem (ou praticam) o controle restritivo da natalidade através das "operações" ou ligaduras de trompas. Desse modo, a existência de atitudes diferentes com relação ao controle da natalidade provoca conflitos e debates acirrados no interior das localida-

des e de formatos associativos difundidos pela Igreja Católica -as Comunidades Eclesiais de Base.

Seu E, um artesão do povoado que chegou na Mata para trabalhar como meeiro, aproveita uma reunião social para falar que teve 26 filhos com duas mulheres e seu irmão teve 30 filhos. Um dos filhos do primeiro já tem seis filhos, estava esperando mais um filho e não tem nenhuma intenção, segundo Seu A, de controlar a natalidade, através de meios como as "operações" ou ligaduras de trompas das mulheres, que vêm conquistando um número cada vez maior de adeptas(o)s. Seu E é contra qualquer tipo de controle porque, em primeiro lugar, "desde que se conhece as pessoas têm muitos filhos" como ele e seu irmão. Em segundo lugar, para ele não há nenhuma relação entre o número de filhos e o grau de riqueza ou pobreza das famílias: assim "quem é rico é", independentemente do número de filhos, acontecendo a mesma coisa com as pessoas pobres.

Antes que o pesquisador pudesse levantar novas questões, uma das pessoas presentes, M -filho de um médio proprietário que morou em Salvador e tem o segundo grau- argumentou que "a coisa não é assim como diz Seu E", na medida que "dez cruzeiros distribuídos por um número n de pessoas representa uma coisa, enquanto que a mesma quantia distribuída por um número maior de pessoas significa menos, tanto quantitativa como qualitativamente, para cada uma delas". Ter menos filhos permitiria, segundo o rapaz, dispor de mais dinheiro para dar uma alimentação melhor para cada um e proporcio-

nar instrução a todos.

Sem entrar no mérito da alimentação, Seu E contrargumentou que educação não melhora a situação de ninguém, que é um valor relativo, haja visto a situação pessoal de M que tem um diploma de nível médio em contabilidade e não encontra ocupação no município. Mais importante que a educação, há o "pistolão" que promove os menos capazes e os mais protegidos politicamente, impedindo o acesso aos mais capazes. Em síntese, Seu E sem voltar diretamente ao tema da prole numerosa, utiliza a crítica da educação para reafirmar a sua posição inicial de que o número de filhos não enriquece nem empobrece ninguém.

Dada a situação de pobreza de pessoas como Seu E, que sustenta muitos filhos com o ofício de ferreiro e uma pequena roça de meia, dificilmente ele poderia ser convencido de que a redução do número de filhos representaria uma melhora real para todos os membros da família, como alega o seu interlocutor. Pelo contrário. Para o trabalho direto na roça (e outros ofícios manuais), a prole numerosa é fundamental, pois conta como uma reserva de capital, como força de trabalho a ser investida no futuro. Produzir mais filhos parece não ter relação com a condição sócio-econômica dos indivíduos porque, embora Seu E fale dos ricos como pessoas que não têm problemas relativos ao número de filhos, ele está se atendo fundamentalmente à sua experiência passada e presente como agricultor ou pessoa ligada à agricultura.

Do ponto de vista do trabalho na terra, a instrução não é um elemento de capitalização, salvo se aquela se desse a nível da formação de técnicos agrícolas. Embora os trabalhadores se ressentam de não saber ler, e que isso os prive de perspectivas de trabalho fora do campo dificultando o acesso "a São Paulo", eles vêem a si próprios como analfabetos que conseguiram produzir às vezes mais do que qualquer letrado.

Outrossim, a dificuldade de investir na instrução dos filhos, se transforma facilmente na negação dos benefícios aportados por aquela em termos de "subir na vida" ou ascender socialmente, inclusive porque entre a obtenção do diploma e a obtenção do emprego, existe a barreira quase intransponível das relações clientelistas, representadas aqui pela instituição do "pistolão" que promove politicamente os menos capazes.

Um segundo argumento a favor do controle expansivo da população foi fornecido por Seu J, um pequeno proprietário natural de Seabra que já foi meeiro ou rendeiro, e que como muitas outras pessoas também discute a importância dos filhos e o valor da prole numerosa. Indagado sobre as saídas de pessoas para trabalharem em outros lugares, Seu J coloca que a principal razão dessas saídas é a dificuldade de encontrar trabalho na área para fazer. Esta é a situação dos seus quatro filhos rapazes, os quais já estão -por causa da seca que acabou os plantios e interrompeu os trabalhos agrícolas- há aproximadamente dois meses sem fazerem nada. Estes

por mais que procurem, não encontram trabalho no município, a solução sendo sair da região para tentar "arranjar alguma coisa" em São Paulo, pois, a família não tem condição de cobrir os gastos de alimentação de todas estas bocas nem pode dispensar a colaboração dos rapazes para o orçamento familiar.

De acordo com Seu J, ele preferia que todos ficassem juntos, mas não há condição deles permanecerem assim: é preciso que os rapazes saiam daqui para tentar uma sorte melhor para eles e talvez para a família como um todo. Sobre estas questões há um grande consenso na família, tal como se tivessem passado um longo período discutindo e planejando as carreiras dos filhos.

O informante após estas considerações, e sem ser indagado especificamente sobre isto, entrou no assunto da população com a preocupação de contestar as práticas de controle restritivo da mesma que, sendo comuns na cidade e nos estratos superiores da sociedade, começam a ganhar terreno no campo. Assim é que, para ele, "um casal tem que ter produção, precisa produzir para povoar o mundo". Isso posto, tal obrigação reprodutiva tem dois aspectos que merecem ser salientados: o moral e o costumeiro. O aspecto moral está referido ao comportamento reprodutivo da mulher que tendo apenas um ou dois filhos, não deve se operar para não ter mais, sob o risco de perder a confiança que os outros depositam na sua honra pessoal e na honra do marido. Assim, até que a menopausa ponha fim à fertilidade da mulher e esta pare de ter filhos ou "pen-

dure o facão", a mulher deve "produzir" para garantir uma prole numerosa.

Já o aspecto costumeiro remete para o papel da procriação na continuação da vida humana. De acordo com ele, a humanidade sempre teve muitos filhos. Se hoje morre muita gente em desastres e a população se mantém, é graças aos filhos das famílias numerosas de antigamente. Sem estas, provavelmente a humanidade já teria acabado. Habitado aos padrões de controle expansivo da natalidade existentes no campo, padrões que estão ligados às características do trabalho familiar direto na roça, o informante percebe a importância destes padrões para a manutenção ou continuação de uma "humanidade" ameaçada de desaparecimento pelo que ele denomina de "desastres", os quais podem muito bem incluir a fome, o abandono da agricultura pelos mais novos, a doença e a velhice.

Ora, ao escutar e reproduzir o discurso populacional de Seu J, a primeira pergunta que nos ocorre diz respeito à compatibilidade deste discurso com o que ele falou anteriormente sobre as condições de saída dos filhos. Como produzir mais e mais gente se os filhos não podem encontrar colocações na estrutura agrária local? Que modelo é este de família numerosa, se num determinado momento do seu ciclo de vida, os filhos vão terminar se espalhando por quatro cantos? Qual a racionalidade de um modelo que reconhece a limitação social dos recursos mas preconiza a produção de mais filhos?

A racionalidade do modelo de reprodução social e numérica destes agricultores está, por um lado, no aspecto já levantado da necessidade das famílias se expandirem para enfrentar ou minimizar riscos (doença, velhice, dispersão dos membros) que ameaçam a manutenção das mesmas. Mais filhos significa uma maior margem de flexibilidade para lidar com estes riscos (praticamente inevitáveis na roça), garantindo a sobrevivência de pelo menos uma parte da prole, a assistência na velhice e a continuação das atividades da exploração agrícola. Nesse sentido, o filho funciona como uma reserva de capital, isto é, como uma força de trabalho a ser investida ou utilizada no futuro para "arranjar recurso" ou obter recursos reconhecidamente escassos.

Se a força de trabalho dos filhos não encontra ocupação ou só é sazonalmente utilizada pelos agricultores, sobrecarregando o já diminuto orçamento familiar, nada mais natural do que estes filhos saírem e ingressarem no mercado de trabalho assalariado para aliviar os custos do consumo necessário e eventualmente obter recursos adicionais para a família. Ademais, de acordo com esta concepção instrumental da prole filho sem trabalho é igual a capital parado, que não rende benefícios e está sujeito à desvalorização representada pela ociosidade demorada etc.. A produção de mais filhos responde, assim, a variadas exigências que se põem no âmbito da família em termos da produção e utilização da força de trabalho doméstica, a inserção no mercado para complementar ou mesmo substituir o rendimento familiar, a manutenção ou continuação das fa-

mílias de agricultores desse tipo. Se são pressionadas a "exportarem" os seus filhos, é essa exportação que lhes garante a continuidade enquanto grupo social, pois podem simplesmente desaparecer, por falta de herdeiros ou sucessores.

Um terceiro discurso populacional escutado numa reunião da Comunidade Eclesiástica de Base -CEB, permite-nos sondar dimensões simbólicas das estratégias reprodutivas que estão referidas à experiência religiosa. Tal como nos dois casos anteriores, a explicitação destas estratégias foi feita na reunião, por um dos pequenos proprietários presentes que chamaremos Z, sem que o pesquisador precisasse interpelar ninguém sobre o assunto. Assim, enquanto discutiam os problemas da comunidade local de agricultores à luz de passagens bíblicas, este pequeno proprietário falou sobre a importância da reprodução numérica para a reprodução social da população da roça. O recurso à Bíblia além de ser parte das atividades da comunidade eclesial, funciona como uma matriz discursiva que permite aos agricultores reinterpretar a sua experiência social, através de noções e categorias que, impregnando o universo do catolicismo popular, são retomadas como temas de reflexão das CEBs rurais, como especificamente as passagens bíblicas que tratam da escravidão, exôdo, exílio e retorno do povo hebreu.

Consequente com isto, para Z e outros agricultores presentes, o problema do crescimento populacional tem uma dimensão religiosa, que não deve ser dissociada das políticas de dominação

dos mais pobres nem da resistência que estes devem mover para evitar que sejam completamente liquidados pelos poderosos. Neste sentido, quando contestam o uso e a difusão de meios de controle como a ligadura de trompas das mulheres, os agricultores estabelecem um paralelo entre estes meios atuais de controle e as políticas controladoras da natalidade encontradas na antiguidade bíblica.

Assim, quando o povo hebreu estava escravizado no Egito, o faraó buscou controlar ou fazer diminuir o número de hebreus, por meio de uma política demográfica que eliminava os filhos homens e deixava apenas as mulheres -que não teriam filhos ou teriam filhos dos opressores-, para desta forma conjurar a ameaça representada pelo crescimento de uma população dominada, estranha e hostil aos usos e costumes da sociedade hospedeira. Embora os "tempos" tenham mudado, continua existindo uma política parecida nos dias de hoje, política que é nacional e internacional. Na medida que os ricos e poderosos se sentem ameaçados pelo número crescente de pobres, aqueles começam a difundir meios de controle como a esterilização, para os pobres "não renderem", não proliferarem ou perderem a força que possuem em termos numéricos.

De acordo com isso, o valor dos filhos é sobretudo o valor ou a força representada pelo número de pessoas na construção do grupo social, segundo uma experiência de pobres e "cativos" que conseguiram sobreviver ou "arranjar alguma coisa" por serem mais numerosos, poderem se multiplicar e se distribuir no espaço físico

e social ou extrair concessões dos poderosos da região (Henfrey, op. cit.). A mesma experiência social torna-os conscientes também dos riscos e ameaças representadas pelas políticas e meios de controle da natalidade, num contexto onde eles não têm contrapartida de melhoria das suas condições de vida e precisam fazer um esforço enorme para fazer o trabalho agrícola nas roças, trabalhar fora nos campos e cidades e suportar praticamente sozinhos os custos da doença e da velhice.

Nessa perspectiva, em lugar das medidas de controle da população serem vistas como uma necessidade ou como um meio de melhorar de vida, elas são encaradas com receio e desconfiança ou são tomadas como dispositivos (implementados pelas camadas ricas) para intensificar a dominação sobre os pobres. Isto implica dizer que, dadas as atuais condições de pobreza do campo, a aceitação de medidas de controle para diminuir o número de filhos significaria fazer um voto de desaparecimento ou cometer um suicídio, pois além de dificultar ainda mais a existência dos pobres, reduziria o poder de imposição (ou resistência) derivado da dimensão numérica, bem como poderia acabar com a "humanidade" formada pelos pobres.

Isso posto, para os pequenos agricultores da região a produção de filhos e a constituição de famílias numerosas (em relação às famílias de classe média urbanas) constituem uma estratégia, cuja racionalidade deve ser buscada nas condições de trabalho e sobrevivência dos primeiros. Assim, se na avaliação das famí-

lias urbanas de classe média os filhos são pensados em termos de gastos perfeitamente mensuráveis no orçamento familiar mensal, na contabilidade das famílias rurais os gastos com a manutenção individual, feitos cotidianamente, não são registrados e sua dispersão orçamentária acaba por encobri-los. De resto, tal visão está claramente evidenciada em máximas que relativizam ou anulam qualquer consideração sobre o custo da prole como as máximas do "onde come um come dois" ou do "quem cria um cria dois". Ademais, como desde cedo (a partir da adolescência ou mesmo da segunda infância) os filhos são mobilizados e participam do "trabalho da roça" ou do "trabalho fora", isto também contribui para encobrir os custos e para salientar os benefícios da prole. No caso deste último trabalho, a receita promovida pelo salário de um filho é visível e causa um impacto, o que não ocorre com as despesas efetuadas na criação do mesmo.

Em suma, embora entre as pessoas mais novas e mais urbanizadas haja uma mentalidade mais favorável ao controle da natalidade e à redução do tamanho da família, os agricultores mais velhos e pessoas da roça continuam valorizando positivamente as famílias numerosas como um meio de prover filhos para: (1) fazer o trabalho na roça familiar com os pais ou na ausência dos pais -quando estes precisam se ausentar para trabalhar fora ou sair para São Paulo; (2) trabalhar fora ou "no macaco", de modo a assegurar a própria subsistência e fornecer recursos monetários complementares ao orçamento da família; (3) procurar novas oportunidades no mercado de

trabalho de São Paulo, onde eventualmente poderão "arranjar recurso" e ajudar na manutenção ou melhoria da família rural; (4) fazer alianças matrimoniais com filho(a)s de pessoas que têm uma melhor situação econômica; (5) ajudar nas situações de doença e velhice dos pais, assumindo custos e encargos que não são cobertos pelo sistema previdenciário; (6) suceder os pais à frente da exploração quando estes estiverem muito velhos ou mortos.

Além destas funções, a lei do número ou a família numerosa garante a projeção e o prestígio do grupo familiar, numa sociedade onde todos são concorrentes na luta pela apropriação e monopolização de recursos limitados. Esta atitude em face da limitação de filhos, por sua vez, alimenta o fluxo migratório e a crença na vida urbana como um estágio necessário para a manutenção do ciclo doméstico e a perpetuação da família.

Capítulo VIII

A ORGANIZAÇÃO DAS ROÇAS DE MEIA

8.1. A economia do trabalho

A economia das roças de meia, guardando certas particularidades, não é distinta da economia dos menores estabelecimentos agrícolas da região do Paraguaçu (SEPLANTEC/CAR, 1985 : 48). Os agricultores que trabalham nestes estabelecimentos associam, nas suas estratégias de reprodução, o "trabalho na roça" ou trabalho efetuado no interior da unidade produtiva com o "trabalho fora" ou trabalho efetuado no exterior da unidade produtiva (ibid.).

Com a denominação de "trabalho fora" os agricultores consideram todos os trabalhos remunerados fora da unidade produtiva: "É a representação do trabalho não autônomo, do trabalho assalariado. Colocam-se à parte as atividades referentes aos 'pequenos negócios'. Esses casos não são considerados pelos camponeses como 'trabalho fora', mesmo sendo sendo exteriores à unidade produtiva, uma vez que eles estão trabalhando para si. A expressão trabalhar fora significa, em última instância, trabalhar como assalariado, seja na própria agricultura ou nos centros urbanos" (ibid. : 49).

A idéia de "trabalho fora", portanto, é elaborada em contra-

posição à de "trabalho na roça" (ibid.), mesmo que este trabalho seja realizado na roça de meia, sobre a qual os agricultores só têm um controle parcial ou limitado. Neste sentido, é difícil encontrar um agricultor que limite a sua estratégia de reprodução ao trabalho na unidade produtiva com a família. O "trabalho fora" já é incorporado como algo inevitável apesar de, em certas situações, ainda manter o seu caráter secundário no sentido de que a própria expressão "trabalho fora" tem como referência o trabalho na roça própria (ibid.) ou de meia. As atividades produtivas e as estratégias de reprodução dos agricultores girariam, portanto, em torno de três tipos fundamentais de trabalho que se combinariam das mais diversas maneiras: o trabalho na roça (própria ou de meia), o trabalho fora (na agricultura e nos centros urbanos), o trabalho em pequenos negócios (bodegas, vendas, pequenos armazéns etc.) (ibid. : 50).

A intensidade com que os agricultores buscam trabalho fora da unidade produtiva e a importância que ele assume na sua reprodução vão depender em primeiro lugar das condições de acesso à terra e água e de fatores que influenciam nas suas condições de trabalho (ibid. : 48). O primeiro fator que leva os agricultores a procurarem mais ou menos intensamente "trabalho fora" é a insuficiência de terra para trabalhar ou a falta de recursos para poder fazer a terra produzir e assegurar a sobrevivência da família (ibid. : 54). Nesse contexto, o emprego do pequeno produtor não está restrito aos limites estreitos de certas atividades imediatas

como a roça, pois a sua absorção pelo trabalho fora dos limites da roça ou a venda da sua força de trabalho em atividades absorventes de mão-de-obra não ou pouco qualificada, tanto agrícolas como não agrícolas, podem ser mais importantes para a sua sobrevivência (CAR/SEPLANTEC, s/d, 30-31). Nessas condições, sair para trabalhar fora é a maneira que os agricultores encontram para poder continuar fazendo roça e levando uma existência que está articulada com duas realidades -rural e urbana, esta por migração temporária e aquela por vocação (ibid. : ibid.).

O segundo fator que influencia na intensificação do trabalho fora está relacionado com as transformações ocorridas nas estratégias de reprodução dos agricultores. É assim que, acompanhando transformações ocorridas na agricultura nacional e do Estado, esses agricultores vêm ampliando a sua inserção no mercado como recebedores de salários, consumidores de bens industrializados e produtores de mercadorias.

Com respeito ao trabalho, os agricultores passaram a identificar a importância qualitativa e quantitativa deste último com a realização de transações sociais mediadas pela forma dinheiro. Assim, se no passado recente a troca de dias e outras formas de prestação e contra-prestação de bens e serviços desempenhava um papel importante na redistribuição e alocação da força de trabalho, na atualidade o assalariamento (inclusive entre vizinhos) veio substituir estes mecanismos. Neste sentido, mesmo que os

agricultores preferiam chamar os vizinhos e amigos para ajudar no trabalho da roça e que as relações no processo de trabalho sejam marcadas por uma grande horizontalidade entre as partes, este tipo de transação não dispensa o pagamento de salários para quem foi chamado.

O tempo de trabalho dividido em dois ritmos distintos e contrastantes (tempo de maximização e tempo de redução de esforços) que dependiam do calendário agrícola da roça, incorporou novos ritmos e atividades que dependem das necessidades e das possibilidades de encontrar "trabalho fora" para fazer. Assim, quando não está trabalhando na roça própria ou de meia, naqueles momentos do ano de menor atividade na roça, o agricultor precisa providenciar ou arrumar outros trabalhos conhecidos sob a expressão "trabalho de macaco" -um trabalho temporário realizado em condições de grande provisoriedade ou transitoriedade. O tempo de redução de esforços que era vivido como parte de uma cultura que preservava muitos momentos de ócio, deixa de ser experimentado como algo natural, positivo e agradável e passa a assumir um caráter tenso, insatisfatório e culpado, porquanto o agricultor que precisa "conseguir a precisão" não pode ficar parado ou desempregado.

Outrossim, todo e qualquer trabalho, realizado seja na unidade produtiva ou fora dela, tende a ser pensado enquanto formas diferenciadas de "ganho", diluindo-se assim a existência de outras diferenças em termos da forma de trabalho e das modalidades e

graus com que as várias formas são combinadas entre si para garantir a sobrevivência imediata. Neste sentido, um dos elementos determinantes da combinação de estratégias é a maior ou menor possibilidade de "ganho" que cada opção permite, face à monetarização acentuada das condições de reprodução (SEPLANTEC/CAR, 1985).

Com respeito ao consumo, uma série de itens que eram "ignorados" (desconhecidos) ou supridos internamente pelos agrupamentos domésticos tornaram-se parte do cotidiano dessas pessoas, colocando a necessidade de ter um orçamento em dinheiro para poder pagá-los. Assim, mesmo que os agricultores rebaixem ao máximo os seus custos de consumo, jogando para frente ou tentando adiar a realização de gastos com o conforto mínimo e a saúde, eles necessitam de um mínimo de liquidez para se abastecer de coisas como alimentos básicos que eles não conseguem produzir ou reservar em escala suficiente para o consumo.

Tal processo de mercantilização da sobrevivência, levando a adoção de novos hábitos ou padrões de consumo não deve ser, por sua vez, dissociado dos padrões de urbanização de uma região onde os agricultores vêm se concentrando em torno de aglomerados rurais conhecidos como "ruas" e em outros tipos de aglomeração como pequenas e médias cidades. Não cabendo levar uma discussão sobre os processos específicos que incidiram na mudança dos padrões residenciais dos agricultores, é necessário dizer que os novos padrões expressam uma redivisão do espaço social através do rompimento da

unidade entre espaços de trabalho e moradia, o que veio colocar problemas e desafios que fortalecem as soluções que passam pelo mercado. Entre estes problemas devem ser citados: primeiro, a necessidade de fazer deslocamentos entre o lugar de moradia (nos aglomerados residenciais) e o lugar de trabalho na roça; segundo, o rebatimento desta nova divisão do espaço social sobre as combinações e consórcios de plantas e animais nas roças e sobre os padrões alimentares.

Entre as consequências da nova organização espacial e temporal da existência social, devem ser salientados os custos dos deslocamento diários ou semanais -entre as "ruas" e as roças- em termos de esforço físico, assim como a deterioração da dieta dos agricultores. Tal deterioração intervém por conta da impossibilidade dos agricultores, que não moram na roça, prestarem atenção e ministrarem cuidados às plantas e animais de pequeno porte, como galinhas e porcos que, além de fazerem parte da dieta alimentar, podiam ser transformados em valores de troca, constituindo uma reserva monetária para gastar em ocasiões de necessidade ou socorrer um parente. Não vivendo na roça, os agricultores não podem mais manter certas combinações entre plantas e animais, privando-se de gêneros essenciais que eles não podem produzir no pequeno lote urbano que ocupam na "rua" ou na cidade e sendo obrigados a recorrer ao mercado para se abastecerem com gêneros que antes ele produziam para o seu próprio consumo.

Isso posto, as novas formas ou critérios empregados para a organização de consórcios são o reflexo de um conjunto de tendências que confinam e ao mesmo tempo favorecem a especialização das roças próprias ou de meia. Assim, ao mesmo tempo em que diminuíram o tamanho, o número e a fertilidades das parcelas de meia ou arrendadas, a economia das roças passou por transformações que significaram: a redução ou fim da criação "miúda" ou de pequenos animais, a substituição da "lavoura promiscua" (ou tipo de lavoura diversificada) por lavouras selecionadas e plantadas segundo critérios estabelecidos por agentes técnicos e financeiros, a adoção de alguns insumos modernos etc. (SEPLANTEC/CAR, *ibid.* : 12-13).

A tendência para uma maior especialização da agricultura, praticada nas roças de meia e outros estabelecimentos rurais, poderia resultar numa elevação da produtividade e dos níveis de acumulação se não houvessem determinadas condições que comprometem ou pervertem esta especialização como: as condições fundiárias, climáticas e de mercado. Com efeito, sem que no momento se queira retomar ou aprofundar a discussão sobre estas condições, cabe assinalar que elas restringem quaisquer benefícios econômicos da crescente especialização das roças. Nestas condições, a organização menos diversificada ou mais especializada dos consórcios tornou os agricultores mais vulneráveis ou fragilizados face aos problemas criados pela ocorrência de secas, pela dependência de créditos oficiais e pela organização oligopsônica do mercado de produtos agrícolas.

8.2. A organização dos consórcios produtivos

Com respeito à organização e distribuição dos plantios, estes são feitos de acordo com vários indicadores empíricos e obedecem a uma tradição de cultivos combinados ou consorciados -ou "lavoura promíscua" como é denominada pelos técnicos da agricultura- que, não obstante ter experimentado profundas transformações no curso do tempo, preserva alguns dos seus princípios organizadores: atender as escolhas e exigências dos contratantes, tirar o máximo partido dos recursos disponíveis como terra e trabalho, maximizando as oportunidades de ganho e diminuindo os riscos de perdas.

Vamos começar pelas razões e critérios empregados pelos agricultores para escolherem ou combinarem um determinado número de cultivos que são o feijão, a mandioca, o milho e a mamona. Sem ser o caso de indagar sobre as origens histórico-culturais (como a influência indígena) de práticas agrícolas que já foram denominadas de "lavoura promíscua", interessa esclarecer porque estas lavouras são as escolhidas e como os agricultores procuram estabelecer consórcios ou combinações entre elas.

O primeiro princípio para escolher e organizar as referidas lavouras (feijão, mandioca, milho e mamona) entre si está ligado ao fato delas serem lavouras de ciclo curto e conseqüentemente não vincularem o produtor à terra, o que no caso da meia, seria extremamente perigoso. Além disto, como culturas características da pe-

quena produção do Estado, os baixos custos de implantação e manutenção destas lavouras fazem com que elas sejam facilmente acessíveis para agricultores descapitalizados. Em sendo os pequenos produtores, parece compreensível que não queiram correr os riscos de implantação de culturas diferentes das habituais, como a cultura do algodão. No caso desta cultura, mais resistente e adequada às condições da área do que as demais, tal postura de não querer correr riscos faz com que os agricultores não demonstrem maior interesse pelo desenvolvimento da mesma, mediante argumentos que enfatizam as desvantagens do algodão: os custos de adubos e pesticidas e a falta de canais de comercialização.

O segundo princípio para escolher e organizar os plantios está referido à qualidade e aos tipos de solo encontrados na Mata de Andaraí: a terra vermelha mais fértil e a terra amarela ou "carrasco" considerada pouco fértil. Esta diferença de solos constitui a base para estabelecer a produtividade agrícola e o valor econômico da terra, bem como para definir um critério de diferenciação social que é reconhecido pelas próprias agências governamentais ao distribuírem lotes de terra para os agricultores: os lotes de terra amarela são maiores do que os lotes de terra vermelha.

Em terceiro lugar, a escolha e organização dos plantios constitui uma resposta (não de todo eficiente como veremos) à falta de suprimentos regulares de água ou às variações climáticas que

aumentam o problema da falta da água para "molhação" das plantas, diminuem a produtividade ou ocasionam a perda da produção, como se pode verificar na tabela 2.8..

Uma das estratégias para lidar com as estiagens e evitar quebras totais da produção é precisamente a diversificação dos cultivos. Conseqüentemente, verifica-se que a agricultura é praticada mediante a combinação ou consorciamento de 3 ou quatro produtos básicos, de forma intercalada ou em áreas próximas umas das outras, com o objetivo de controlar ou distribuir a insolação e a umidade entre as várias plantas, considerando o grau de resistência apresentado à seca por cada tipo de planta. Neste sentido, embora o tamanho total da unidade de produção -tamanho que facilita ou limita determinadas combinações de culturas- não seja uma garantia infalível contra a seca, admite-se que extensões demasiado pequenas tornam os agricultores mais vulneráveis à seca pois restringem mais as possibilidades de consórcios vegetais e produtivos entre as plantas escolhidas ou preferidas por eles (CAR/SEPLANTEC, *ibid.*).

Em quarto lugar, é necessário observar ou levar em conta as propriedades e exigências de cada planta para fazer a combinação e em especial das plantas consideradas "quentes" -milho e feijão. Numa das roças visitadas, por exemplo, a mamona plantada sozinha estava muito "bonita", pois não enfrentava a concorrência do milho e do feijão. Na mesma roça havia um setor de mamona consorciada

com milho que, se não chegou a se desenvolver por falta de chuva, prejudicou o crescimento da primeira cultura. O setor plantado com feijão de arranque, planta bastante exigente de água em todas as fases, foi perdido devido à estiagem ocorrida no momento da floração do mesmo. Entremeados com os pés de feijão, haviam muitos pés de melancia que estavam começando a dar, além de alguns pés de maxixe e mamão.

Ora, ao organizar estas combinações, os agricultores da área distinguem uma classe de plantas, o feijão de arranque e o milho, que eles denominam de "quentes" para conotar várias características apresentadas pelas mesmas nas suas relações com outras plantas. Cultivada com outras plantas, a planta mais "quente" de todas (o milho) diminui a aeração e os nutrientes das demais plantas, concentrando um calor intenso que pode ser sentido pelo agricultor quando este está perto daquela. Ademais, segundo os agricultores, o milho tem um pó no pendão que quando cai na mamona ou outra planta queima, apresenta pequenos espinhos nas folhas que provocam a sensação de calor e é idêntico a outras gramíneas que crescem com muita rapidez e que no crescimento prejudicam a ventilação das outras plantas. Quanto ao feijão, plantado a partir de novembro (época das chuvas) ou nos dois primeiros meses do ano (época das trovoadas), esta planta também apresenta pequenos espinhos nas folhas e, embora não goste do calor e precise de chuvas (com o calor as folhas começam a cair), é tão quente que o "mato" não se desenvolve embaixo dela. Já a mamona que se desenvolve muito, é consi-

derada uma planta "fria", que precisa de calor e não gosta de muita chuva (a não ser no período em que está "criando" ou se desenvolvendo).

O desenvolvimento da planta "quente" concorre e prejudica o crescimento e a maturação das outras plantas, sendo necessário tomar determinados cuidados com a mesma. Assim, no consórcio entre o milho e a mamona, se o milho for plantado muito junto da segunda, fica "caneludo" ou engrossa e diminui a "formação" de grãos. Se o milho, que é plantado a partir de novembro ou época das chuvas, se desenvolve a ponto de cobrir a mamona, esta tem que esperar a vez dela ou a oportunidade para se desenvolver. Quando o milho cresce muito tem que ser quebrado e quando as espigas estão formadas os agricultores envergam as espigas para possibilitar a ventilação da planta e assegurar a colheita nos meses de maio e junho. O feijão também é "quente", mas plantado com um certo espaçamento (60 cm de distância de um pé a outro) não é quente. Quando os agricultores plantam o feijão sozinho, este produz sozinho pois não se ressentem com a concorrência movida pelas outras plantas. Quanto à mandioca, uma das precauções tomadas é a de não plantá-la muito próxima da mamona para que não seja completamente "abafada" pelo crescimento desta última.

De modo geral, as plantas "quentes" são consorciadas com as outras mas, a depender do grau de resistência e desenvolvimento de cada planta, podem ser mantidas e incentivadas ou não. Assim, se o

milho ou o feijão plantados com a mamona não "formam" grãos, eles são eliminados ou deixados de lado para permitir que a mamona possa se desenvolver plenamente. Inversamente, se aquelas duas plantas "quentes" logram se desenvolver bem, o crescimento da mamona pode ser deliberadamente controlado ou inibido pelo agricultor, através da podaçoão, para não prejudicar o milho e o feijão.

Considerando estes condicionantes (exigências dos proprietários, fertilidade dos solos, variações climáticas e características das plantas), seria possível organizar uma distribuição de cultivos relativamente simples, caso não fosse a existência de outros critérios sócio-culturais e econômicos derivados da necessidade de combinar uma inserção no mercado como uma inserção fora do mercado (Combessie, op. cit.). Cada planta, mas sobretudo as combinações possíveis de serem estabelecidas entre elas, refletem uma intencionalidade que busca tirar partido das facilidades e restrições colocadas pela natureza, segundo determinados critérios que são fornecidos pela vida social dos grupos de agricultores e em particular dos meeiros.

O plantio do feijão de arranque concentra as virtualidades de uma economia que está parcialmente organizada em função de uma lógica de auto-abastecimento ou tentativa de baratear ou eliminar certos custos de reprodução. O feijão pode ser consumido durante a ano todo sem precisar de nenhuma preparação especial, salvo o cozimento; junto com a carne, a farinha e o arroz (secundariamente)

forma um quadrinômio imbatível na tradição alimentar do sertão da Bahia. O feijão é uma planta largamente cultivada nas roças, como um suporte alimentar das pessoas que trabalham e uma moeda de troca que pode ser vendida (nos mercados locais e regionais), porque tem uma demanda segura e apresenta uma oferta variável (determinada por condições agro-ecológicas) que, periodicamente, eleva o pico dos preços. Conquanto, a produção venha caindo ao longo do tempo, desde o começo da exploração agrícola da Mata de Andaraí, o feijão continua sendo cultivado na roça por ser a planta de maior alternatividade (Tepícht, 1973, Garcia Jr., op. cit.). É assim que uma parte da pequena produção pode ser reservada para o consumo dos trabalhadores e ainda ser comercializada nas feiras e armazéns (para "enfrentar" outras necessidades e cobrir outros gastos da família), o que lhe confere uma grande flexibilidade dentro de uma economia que deve ser flexível para continuar se reproduzindo.

A importância que o cultivo do feijão de arranque reveste para esta economia faz com que o pequeno produtor persista nesta produção, mesmo que os seus rendimentos sejam muito mais baixos que os rendimentos obtidos pelos médios e grandes fazendeiros que plantam feijão irrigado. Assim, nem os baixos rendimentos da cultura nem as sucessivas frustrações de safras, provocadas pelo agravamento das variações climáticas no período que vai de 1979 a 1986, demovem os agricultores de continuar cultivando uma planta que, embora seja reconhecidamente exigente em água e portanto não seja recomendável para a área, faz parte do padrão alimentar e re-

produtivo dos agricultores.

A produção de feijão apresenta médias extremamente baixas para as distintas classes de área, sendo mais baixa nas classes menores, onde temos uma produção que, após a divisão com o dono da terra, só deixa uma pequena sobra para a alimentação familiar, sementes e comercialização em pequenas quantidades na feira ou pequeno comércio local. A produção do feijão está abaixo das médias regionais por hectare irrigado (18 sacas por ha), como fica abaixo também da produção de milho. Enfim, a produção do feijão é quase tão baixa quanto a de mamona, e a produção de ambas é inferior à produção obtida com o milho e a mandioca, num contexto ecológico de falta de chuvas que afeta diferencialmente estes plantiós. O feijão é tido por todos como o mais sensível aos rigores do clima, sendo seguido por isso pelo milho e pela mamona. Sem chuva nem o feijão nem essas plantas podem crescer para "formar" os grãos, e tornam-se muito mais suscetíveis aos ataques de doenças e pragas, aos quais os produtores tem poucos meios para combater.

O milho, à exemplo do feijão, pode ser vendido no mercado ou consumido direta e indiretamente pela família. O consumo direto é feito sob a forma de milho verde ou do grão seco pilado e transformado em farinha de milho, e o consumo indireto se dá pelo uso do milho na alimentação de animais de pequeno porte que podem ser comidos (e também vendidos no mercado). Tal como no caso do feijão, as frustrações de safras são constantes, levando a que o pe-

queno produtor mal disponha de uma quantidade mínima de espigas raquílicas ou mal "formadas" que são consumidas pela família ou redistribuída (circuito de prestações e contraprestações) entre os parentes e vizinhos mais próximos. A produção deficitária de milho se reflete na falta de alimentos para as galinhas e porcos, cuja criação faz parte da estratégia de diversificação da produção familiar mas vem diminuindo de maneira visível entre os lavradores. Com respeito a esta pequena criação, é necessário acrescentar que as aves são concorrentes sérias das plantas, não podendo serem criadas soltas porque comem os brotos de milho e feijão. A solução do confinamento por sua vez, cria outros problemas incontornáveis: exige uma ração alimentar de milho ou outros alimentos e uma profilaxia de doenças que não está ao alcance das famílias.

A mamona mais resistente à falta de chuvas que as outras culturas é a "cash crop" ou lavoura comercial por excelência dos agricultores, os quais se referem a ela como "dinheiro vivo" pois pode ser comercializada com grande facilidade. Por isso mesmo, esta oleaginosa sempre tem um lugar assegurado nas roças. Introduzida na região a partir da Segunda Guerra para atender a demanda de óleos vegetais para máquinas, a mamona foi o carro chefe da ocupação da terra e da economia regional até que diversos fatores (como o desgaste dos solos e o aumento das variações climáticas) reduzissem a importância da produção local face a produção de outras áreas agrícolas do Estado da Bahia. Todavia, considerando que as áreas dedicadas ao milho e ao feijão vem se retraindo ou encolhen-

do (devido às dificuldades climáticas e financeiras), a mamona ainda conserva uma participação destacada.

Mais do que qualquer outra planta, a mamona se adequa às condições de produção dos roceiros, obedecendo a um ciclo agrícola de dois anos e começando a produzir no final do primeiro ano; as sementes dispostas em cachos vão se "formando" e amadurecendo progressivamente, permitindo que a colheita seja feita durante todo o ano. Os cachos com as sementes vão sendo cortados, armazenados, batidos (para separar as sementes das cascas) e comercializados conforme este ciclo agrícola que possibilita colheitas parciais e segundo as necessidades de liquidez do grupo familiar.

A mamona poderia apresentar um melhor desempenho do que o das outras culturas de meia, se não fosse a estratégia orientadora da parceria enquanto um contrato de evitação de riscos para o dono do terreno. Sendo conhecida como a planta mais resistente às variações climáticas e à falta de tratamentos culturais, a mamona é a planta que os donos dos terrenos deixam fora dos contratos de meia, preferindo cultivá-la com o seu próprio esforço (ou com o esforço de trabalhadores diaristas que podem ser recrutados entre os mesmos meeiros que trabalham nos pequenos estabelecimentos).

Apesar da produção da mamona, uma lavoura totalmente destinada ao mercado, ter decaído muito para o que era no início da ocupação, ela segue tendo um mercado certo e seguro da parte nas

indústrias de óleos vegetais de Salvador ou Feira de Santana. Estes setores compram a totalidade da produção de mamona, através de uma rede de atravessadores, assentada nos povoados e ramificada pelos botecos dos "faiscadores" nas roças, que se encarrega de centralizar, classificar e ensacar a oleaginosa, antes desta ser transportada para as agro-indústrias situadas em Salvador e Feira de Santana. O escoamento da produção se faz durante todo o ano, acompanhando um ciclo de frutificação que se dá de forma lenta e progressiva, uma vez que sempre estão nascendo novos cachos. Apesar da mamona estar submetida à um esquema oligopsônico de comercialização, que limita os preços para os produtores, ela é considerada pelos pequenos produtores como "dinheiro vivo" ou dinheiro em caixa, porquanto pode ser prontamente negociada com os "atravessadores" e proporcionar uma liquidez imediata para os produtores.

São essas propriedades agrícolas e comerciais da mamona que explicam o fato da produção de mamona ser tão baixa entre os parceiros entrevistados. A menor margem de riscos dessa planta com respeito às outras culturas, faz com que os donos dos pequenos estabelecimentos prefiram assumir sozinhos (ou com diaristas) os cuidados com a mamona, deixando esta última fora do contrato de parceria.

8.3. Modalidades de trabalho externo

Dado o pequeno tamanho das roças e a insuficiente produção agrícola obtida, não é de admirar que estes aspectos afetem as condições de sobrevivência e participação dos meeiros no mercado de trabalho a nível do tempo e das modalidades de trabalho fora das unidade produtiva. A atividade desenvolvida através da venda da força de trabalho na diária exige deslocamentos diários para as roças e fazendas vizinhas, onde os agricultores desenvolvem os mais diversos tipos de trabalho: arranca de tocos, plantação de capim, conserto de cercas, limpeza de aguadas etc. Ocorrem também as migrações temporárias, tanto para dentro (para a zona do café na Chapada Diamantina) como para fora do Estado (SEPLANTEC/CAR, 1983 : 38).

Assim é que, embora a quase totalidade dos meeiros (23 pessoas) dependa de diárias ou rendimentos salariais para sobreviver, o grau de intensidade com que isto ocorre varia de acordo com o tamanho das áreas trabalhadas: quanto menor a área maior é o número de dias trabalhados "fora". Desse modo, para áreas iguais ou superiores a 4 ha, os chefes de família trabalham até 160 dias fora da unidade produtiva. Já para áreas inferiores a 4 ha, o número de dias dedicado ao trabalho extra-familiar é bem superior à 160 dias. Temos portanto que, à medida que os tamanhos de área vão caindo, vão aumentando o número de diárias efetuadas pelos parceiros, até chegar ao ponto que um terço dos agricultores passam mais

da metade do ano civil fora das unidades produtivas de meia. Se nas unidades maiores diminui a disponibilidade e mobilidade ocupacional por conta do maior tamanho das mesmas e de um menor volume de mão-de-obra, nas unidades menores verifica-se que várias condições facilitam grandemente a mobilidade sócio-espacial e ocupacional. Esta relação de tempo se deve ao fato que áreas tão pequenas não carecem de tanta gente, liberando mão-de-obra para o trabalho fora. A área maior, com menos gente, exige uma área per capita maior, e por isso a possibilidade de ausência fica diminuída.

Tal forma de organização e distribuição do tempo social dos meeiros, favorecendo a mobilidade maior entre os que têm menos terra para cuidar, não é alheia às condições e estratégias de contratação das roças de meia, fazendo com que famílias com vários membros adultos se instalem em áreas de terra que estão aquém, tanto do volume de trabalho disponível, como da capacidade de satisfazerem o consumo social necessário da família. Ora, como já tivemos oportunidade de examinar, as condições de obtenção de roças de meia se tornaram mais difíceis em toda a região, limitando as possibilidades dos agricultores conseguirem terra para trabalhar e sobreviver. Não somente as áreas são menores do que no passado, mas estão mais desgastadas pelo uso agrícola e mais sujeitas a variações climáticas que resultam em secas, interrupção dos ciclos agrícolas e perdas de safras.

Se a agricultura é uma atividade sujeita a paralizações du-

rante um grande período do ano, torna-se dispensável ou desnecessário contar com a presença "full-time" ou constante dos meeiros na propriedade. Para que os meeiros aumentassem o número de dias trabalhados na roça de meia e diminuíssem o número de dias trabalhados fora seria necessário que o trabalho de meia fosse diferente do que é na realidade: um trabalho que não assegura o consumo social necessário da família do meeiro seja pela baixa rentabilidade do mesmo, seja pelo fato do dono do terreno não ter maiores obrigações com o meeiro do que as obrigações de "dar uma roça" e poder dispor de uma parte da produção agrícola.

Nesse contexto, não é totalmente descabida a hipótese de que as condições da agricultura e em particular dos contratos de meia estão fundadas numa limitação ou redução das expectativas de lucratividade dos atores envolvidos nesses contratos. Entre os donos dos terrenos e os agricultores haveria portanto, um consenso favorável à realocação do tempo de trabalho dos segundos, conforme oportunidades de valorização (Combessie, op. cit.) que implicam o remanejamento do tempo dedicado ao trabalho de meia e o inflamento do tempo dedicado ao "trabalho no macaco" ou trabalho de "macaqueiro".

Nesta linha de raciocínio, o "trabalho no macaco" tipifica a condição social dos agricultores mais fracos ou mais carentes: meeiros ou proprietários que trabalham em parcelas de terras insuficientes, jovens agricultores que têm uma prole bastante jovem

para tomar conta, rapazes que não conquistaram a sua independência e são levados a buscarem um trabalho qualquer para contribuir no orçamento familiar, mulheres separadas que assumem responsabilidades de chefe de família.

Consequentemente, só os agricultores mais "fortes" podem escapar ou pelo menos tentar diminuir ou anular a importância do "trabalho no macaco". Estes agricultores são os que têm terras maiores e mais férteis, ou são agricultores de meia idade que já tem filhos criados e independentes (ou que já estão sobre si mesmos). Colocados nesta situação ou status social mais respeitado, estes homens mais fortes economicamente ou com mais prestígio social evitam "cair" na situação de precisar "trabalhar no macaco". Deixando este tipo de ocupação precária para os mais novos e mais carentes, várias destas pessoas procuram se dedicar aos pequenos negócios comerciais ou a algum ofício como motorista, mecânico de carros etc.

Do ponto de vista das frações dominantes, o trabalho de meia alojado em pequenas e médias propriedades da região constitui parte do exército de reserva para os trabalhos ocasionais ou de manutenção das fazendas de gado. Neste sentido, os grandes fazendeiros retiram da precariedade e da instabilidade da agricultura familiar um conjunto de vantagens, similares a outros casos estudados pela literatura, a saber: a formação de uma reserva de mão-de-obra que os isenta dos custos materiais e políticos requeridos na criação

de uma população totalmente proletarizada; exploração dos trabalhadores rurais empregados sem maiores custos para os proprietários: pagamento de salários inferiores ao salário mínimo e descomprometimento total com as despesas do trabalhador (Bourdieu & Sayad, apud. Machado, 1992 : 73), o qual é obrigado a encontrar um lugar onde morar e trabalhar (por conta própria ou de terceiros) para poder cobrir necessidades que extrapolam os baixíssimos "ganhos" ou salários obtidos no "trabalho fora".

8.4. Articulação das opções de trabalho e mobilidade espacial

As áreas trabalhadas e a produção doméstica que os agricultores extraem da meia resultam claramente insuficientes para que aqueles possam viver exclusivamente da produção que retira delas anualmente, levando-os à necessidade de trabalhar fora da unidade produtiva, a título de complementação ou mesmo substituição dos rendimentos do trabalho de meia. Tal dependência dos meeiros com respeito ao trabalho assalariado fica ainda mais evidente quando observamos a contribuição dos rendimentos da parceria para os rendimentos totais dos agricultores.

Entre os 26 parceiros cadastrados, um terço deles ou 9 parceiros recebem rendimentos de parceria superiores à metade dos seus rendimentos totais. Quanto aos 17 meeiros restantes, a contribuição da parceria atinge proporções que são menores. Assim é

que, para 3 pessoas a parceria fornece menos da metade da renda, para 7 pessoas a meia entra com um terço da renda, para 4 pessoas a parceria contribui com um quinto e para 2 outros agricultores a parceria participa com menos de um quinto dos rendimentos.

Nem todo o rendimento assalariado das unidades produtivas é proveniente do trabalho dos chefes de família. Em vários casos, o trabalho assalariado dos filhos mais velhos é tão ou mais importante do que o trabalho daqueles. O fato do filho de um parceiro de 5 ha trabalhar na diária faz com que este só precise trabalhar fora esporadicamente. Um segundo parceiro, que não declarou o número de dias trabalhados fora da roça de meia, acrescentou que o trabalho do filho como diarista chega a contribuir com mais da metade da renda familiar. Um terceiro exemplo é dado por um meeiro que, embora tenha uma das menores roças (1,2 ha), possui a maior renda dentre os meeiros cadastrados, por conta dos rendimentos proporcionados pelo trabalho de três filhos (240 diárias por ano). Em 1986 era o seguinte quadro do número de filhos dos parceiros dos citados grupos de vizinhança (Corujão e Queimadas) do município de Andaraí:

Faixas Etárias	Número de Filhos
0 - 4	26
5 - 9	39
10 - 14	27
15 - 19	25
20 - 24	5
Total	122

Fonte: INCRA/MIRAD/Gov. Est. Bahia

Os filhos, que cedo começam a ajudar os pais na roça, quando atingem uma certa idade saem para trabalhar (com o pai ou sozinho) "no macaco" e passam a dar uma contribuição significativa para a receita familiar. No entanto, tal contribuição não pode ser absolutizada por várias razões. Primeiro, porque dadas as limitações ou a estreitez do mercado de trabalho rural, não é fácil encontrar trabalho para fazer e os jovens ficam muito tempo parados ou sem utilizar a sua força de trabalho.

Segundo, a mobilização da força de trabalho dos filhos ocorre principalmente nas faixas que vão de 10 a 24 anos, sendo menor ou inexistente nas faixas inferiores ou superiores àquelas faixas úteis. Nesse sentido, embora a criança tenha uma individualidade mais maleável, não dispõe de força e resistência físicas para os trabalhos mais pesados nem de uma remuneração garantida no mercado de trabalho rural. O rapaz por sua vez, que dispõe de uma maior força e resistência física, não tem a mesma maleabilidade que a criança, pois, já está "formado" e precisa se preocupar com os seus próprios interesses: dispor do próprio dinheiro seja para a "precisão" (ou consumo dos rapazes), seja para casar e se estabelecer com família.

Em outros termos, a possibilidade dos pais contarem com o trabalho dos filhos para aumentar os míseros rendimentos familiares é uma possibilidade que só se concretiza numa fase determinada dos ciclos de vida individual e familiar, quando estes jo-

vens, que estão ingressando na puberdade, residem na casa paterna ou materna e portanto não estão comprometidos com o sustento de uma nova família. Passado este período, intensificam-se as pressões (e apelos) sociais para que os jovens redefinam a sua situação de outro modo ou procurem adquirir independência -mediante saídas para os mercados de trabalho distantes ou realização de um casamento na roça, duas possibilidades que não são necessariamente excludentes entre si-, o que vai tornar mais difícil ou mesmo inviabilizar a sua contribuição para o orçamento familiar dos pais.

No entanto, até que os filhos "voem com as suas próprias asas" ou operem o seu "desligamento" da família dos pais, estes extraem benefícios do trabalho daqueles, dentro de uma lógica de prestações e contraprestações familiares que, não obstante esse caráter familiar, passa pela ajuda em dinheiro obtido no mercado de trabalho por parte dos primeiros.

Enfim, o volume de força de trabalho (mensurável em termos de diárias ou dias que o meeiro não está trabalhando para si ou para o dono do terreno) mobilizado nas atividades fora da roça, as estratégias empregadas para organizar o tempo de trabalho como um tempo parcelado em múltiplas atividades e as formas de divisão sexual e etária do trabalho (na roça ou fora), todos esses aspectos mostram que trabalho de meia e trabalho assalariado constituem dimensões fundamentais na vida dos parceiros da Mata de Andaraí. A conjugação ou imbricação destes dois aspectos está presente em to-

dos os momentos da existência social, o que pode ser traduzido numa assertiva do tipo: A é condição de B que por sua vez é condição de A. Em termos mais concretos, se o meeiro não pode viver sem a venda no da sua força de trabalho, a mercantilização desta não implica o desligamento do trabalhador em relação à economia doméstica ou semi-doméstica das roças de meia que, por sua vez, asseguram somente a satisfação de uma parte dos requisitos da existência ou consumo social necessário, levando o meeiro a buscar trabalho ou vender sua força de trabalho.

Como diria Meillassoux, a mobilização da força de trabalho das economias domésticas e semi-domésticas é uma característica que surge e pode perdurar por décadas na dinâmica de desenvolvimento de uma economia capitalista (op. cit.), dado que, entre outras coisas, tem um papel importante na redução dos custos materiais, jurídico-políticos e institucionais dos empreendimentos agro-pecuários e industriais. Em outros termos, se a lógica das economias domésticas pressupõe a reunião de formas aparentemente excludentes, o trabalho familiar e o trabalho assalariado, entre os parceiros esta regra é levada às últimas consequências, fazendo com que o segundo componente contrabalance ou supere a importância do primeiro componente. Não pode, portanto, ser caracterizada como uma economia camponesa.

Nesse contexto, o trabalho familiar transferido para o mercado não deixa de ser uma forma de trabalho desvalorizado, o qual

tem por efeito assegurar a manutenção de baixos padrões de vida no campo, onde os habitantes que saem para trabalhar nos mercados próximos e em especial nos mercados distantes não conseguem poupar recursos suficientes para se "libertar" da necessidade de continuar saindo como trabalhadores migrantes que fazem percursos pendulares entre campo e cidade. Tal proposição colocada por diferentes estudos sobre o trabalho doméstico deve ser confrontada com os movimentos de saída e retorno dos trabalhadores migrantes da região, movimentos que estão referidos a estratégias que tanto podem ser a manutenção e a defesa das condições de reprodução com as quais estão acostumados, como podem apontar para projetos concretos de mudar ou se transferir de uma categoria social para outra.

Em outras palavras, o resultado final dessa continuidade das estruturas e da mobilidade espacial e ocupacional dos agricultores e seus familiares é duplo: (1) o fortalecimento de uma camada de pequenos e médios proprietários rurais, bem como de pequenos proprietários e comerciantes que realizam de fato, uma mobilidade social ascendente; (2) a constituição de um proletariado rural e urbano empobrecidos. Embora possam ser simultâneas também, a primeira situação corresponde mais à primeira fase das migrações, a segunda corresponde mais à segunda fase das migrações.

Dito isso, faremos algumas considerações a respeito da fase atual de deslocamentos para o "Sul", enfocando os padrões de mobilidade e os impactos destes deslocamentos sobre o mercado de ter-

ras e a obtenção de novas habilidades profissionais por parte dos agricultores da Bacia do Paraguaçu.

Capítulo IX

PERSPECTIVAS DA NOVA GERAÇÃO DE MIGRANTES

9.1. As condições atuais dos deslocamentos

Se a existência de conjunturas de crescimento do mercado de trabalho foi uma condição necessária para que, na primeira fase das migrações, os agricultores "arranjassem recurso" para mudar de condição social, não se pode dizer o mesmo da fase atual dos deslocamentos e da conjuntura do mercado de trabalho nas cidades e centros industriais do país. Facilidades encontradas para "arranjar recurso" -em termos de oportunidades de trabalho, melhores níveis de remuneração, menores custos de vida e mais possibilidades de fazer valer estratégias individuais e familiares de valorização e acumulação de recursos- resumem as características de uma época passada da migração e contrastam sobremodo com a época atual -marcada pelo encolhimento da demanda de força de trabalho, aumento do custo de vida e desvalorização da força de trabalho.

Tal maneira de periodizar os fluxos rurais de deslocamentos, segundo diferenças objetivamente verificáveis nas condições sociais de chegada dos migrantes, teria um valor heurístico bastante limitado se fosse aplicada apenas a estas condições de chegada e

deixasse de levar em conta as demais mudanças ocorridas nas condições de origem dos agricultores da Bacia do Paraguaçu, que continuam dependendo do trabalho migrante no "Sul" e outros lugares para "conseguir viver".

Concordando com a importância decisiva dos mercados de trabalho nas formas de avaliação e realização dos deslocamentos, interessa registrar que a desaceleração econômica e o encolhimento dramático dos mercados de produtos acarretou o enfraquecimento do poder de barganha dos trabalhadores a nível das condições de mobilidade, reivindicação e remuneração salarial. Afetando os mecanismos gerais de coordenação e regulação das atividades econômicas, estes processos sistêmicos não poderiam deixar de influir sobre o setor agrícola e agrário subordinados e por extensão sobre as perspectivas de vida dos sujeitos que conservam uma inserção na terra agrícola. Para as finalidades que nos propomos aqui, interessa sublinhar que a crise econômica dos últimos anos, incluindo o congestionamento do mercado de trabalho, teve o efeito de reduzir o tamanho do "balcão de apostas" representado pela migração para os centros urbanos que dão trabalho a uma parte da população rural. Tornou-se muito mais difícil encontrar trabalho e remuneração minimamente satisfatória nas cidades, fazendo com que os migrantes efetivos ou potenciais tenham que rever o sentido, as modalidades e estratégias de mobilidade espacial.

Efetivamente, se as condições de acesso a São Paulo, que an-

tes estava no "fim do mundo" ou demandava muitos dias de viagem, tornaram-se melhores nos dias que correm -fazendo com que os deslocamentos para aquele Estado viessem a fazer parte do "caminho da roça" ou se integrassem na vida cotidiana de grandes contingentes da população rural-, esta mudança favorável foi acompanhada por outras mudanças desfavoráveis ou negativas para os migrantes. Conseqüentemente, os migrantes desenvolvem estratégias para lidar com o aumento de custos e redução dos benefícios trazidos pelos deslocamentos, como principalmente a individualização das saídas.

É assim que, abstraindo as características da conjuntura econômica a partir do final da década de 70, os reflexos desta conjuntura sobre as condições dos deslocamentos levam os agricultores a desenvolverem um planejamento destes últimos segundo padrões de custos e benefícios. Nesse sentido, o primeiro problema que se coloca para os migrantes se refere a obtenção de dinheiro para pagar as despesas da viagem e em particular as despesas com passagens nos ônibus inter-estaduais que ligam a Mata de Andaraí e áreas adjacentes aos centros urbanos do "Sul" e a Região Metropolitana de Salvador.

Com respeito aos gastos de deslocamento, deve-se dizer que os aumentos constantes das tarifas de ônibus inter-estaduais colocaram os preços destas últimas num patamar muito acima do rendimento médio das famílias de agricultores da Bacia do Paraguaçu, com efeitos evidentes sobre as condições em que são feitos os des-

locamentos. Conforme estudos realizados na região, a crise da agricultura e a deterioração das condições de vida ocorrem num momento em que mesmo querendo sair, os agricultores não têm recursos para procurar emprego em outro Estado. Outrossim, a falta de dinheiro determinou uma diminuição do movimento de procura de passagens por parte de pessoas que desejam sair para São Paulo (CAR/SE-PLANTEC, 1985). Desse modo, segundo um agricultor de Andaraí:

"Falta dinheiro para comprar passagem e para financiar a manutenção própria até encontrar um trabalho" (ibid. : 66).

Outro agricultor do mesmo município mostra a articulação das opções no mercado rural de trabalho, num momento em que a falta de dinheiro para a passagem conspira contra ou impede as idas para São Paulo:

"A vida é tocando o dia no ganho e fazendo alguma rocinha na meia. Eu mesmo sou posseiro de 15 tarefas. Só planto na minha área o milho, feijão e mamona. A mandioca planto na meia. Trabalho fora nas fazendas e nos sábados na profissão de pedreiro. Os outros produtores vivem mais da diária nas fazendas e se deslocam para Utinga, onde trabalham na firma de café. A ida para São Paulo não está sendo frequente, não se tem dinheiro para a passagem" (ibid. : 66-67).

Dada essa falta total de recursos para financiar as despesas

e sair à procura de trabalho em outros Estados (ibid. : 67), os agricultores utilizam vários expedientes alternativos como desistir das viagens, sair para lugares mais próximos, espaçar as saídas para o "Sul" etc..

Já para quem realmente precisa ou não pode desistir da ida para São Paulo, o principal expediente é a intensificação da procura de "trabalho no macaco" para tentar obter os recursos necessários para a compra de passagens de ônibus, o que evidencia uma interessante ligação entre tipos diferentes de movimentos migratórios. Os indivíduos que procedem dessa forma podem passar vários meses para juntar o dinheiro da passagem, não devendo ser descartada a ajuda monetária de parentes e conhecidos empenhados na saída dos primeiros. Conquanto as saídas se façam de modo individual (efetuadas mais por indivíduos sozinhos do que por indivíduos acompanhados), a participação dos parentes na discussão, planejamento e viabilização das mesmas confere um caráter familiar e social aos deslocamentos que contrabalança aquele caráter individual. Essa consideração remete para o outro efeito das mudanças nas condições sociais de chegada sobre o padrão migratório da área, qual seja: o caráter individual ou individualizado das saídas atuais quando comparado com a fase passada da migração rural para o "Sul".

O caráter individualizado da migração está patente nas saídas concretas dos indivíduos, nos comentários sobre as pessoas que

estão vivendo fora e na visão da migração como um empresa que só promete benefícios ou oferece "recursos" para as pessoas solteiras ou para pessoas que saem sozinhas. Tendo em vista os gastos involuacrados e as dificuldades encontradas nos deslocamentos (incluindo instalação, adaptação e manutenção dos migrantes nos centros urbanos), estes são concebidos como uma empresa individual, específica de pessoas que se afastam dos parentes ou familiares para poder "procurar a sorte" ou encontrar um destino. Deste modo, para um rapaz que tem um tio morando em São Paulo, este centro "dá outro recurso" ou apresenta maiores facilidades para as pessoas que vão sozinhas, pois "para o solteiro todo canto está bom, podendo dormir em qualquer lugar". Já aqueles que têm família não devem ir acompanhados por diversas razões e em particular por causa dos "gastos" decorrentes da manutenção de uma família nos grandes centros urbanos, onde "falta espaço" -acomodações baratas e colocações no mercado- para os vários membros daquela se inserirem.

Nesse sentido, a migração familiar ou migração envolvendo simultaneamente os vários membros da família conjugal é desencorajada por todos os agricultores, porque exigiria condições de alojamento, remuneração e satisfação do consumo social necessário que não existem naquele lugar de chegada ou estão muito acima das possibilidades de trabalhadores migrantes como eles, que preenchem ocupações desqualificadas ou semi-qualificadas na estrutura industrial e de serviços urbanos. Ademais, a migração da família conjugal é desencorajada para evitar um maior comprometimento dos salá-

rios com determinados custos como o pagamento de aluguéis que rapazes e moças sozinhas podem, no caso dos primeiros, tentar baratear mediante o aluguel de pequenas acomodações, ou mesmo eliminar como acontece com as moças que vão trabalhar na "cozinha dos outros" ou no serviço doméstico e têm direito a morar na casa dos patrões. Quanto aos homens casados, muitos destes saem para trabalhar e residir em São Paulo e outros lugares de chegada deixando na roça as chamadas "viúvas de maridos vivos" ou mulheres que permanecem sozinhas ou distantes dos maridos por vários meses e anos.

O desencorajamento ou desestímulo a migração familiar constitui assim, uma reação dos agricultores aos processos de encolhimento/congestionamento do mercado de trabalho e deterioração das condições de vida nos lugares de chegada, reação que joga com as maiores possibilidades de inserção e adaptação dos indivíduos que saem sozinhos ou não "carregam" a família consigo. De resto, as saídas individuais constituem a única maneira de baratear custos e evitar um maior comprometimento dos salários com o pagamento de certas despesas como alojamento que, caso fossem assumidas pelos migrantes, anulariam toda e qualquer vantagem do trabalho migrante. Do contrário, considerando os baixos padrões de remuneração vigentes para os trabalhadores pobres das cidades (Zaluar, op. cit.), os migrantes não poderiam "separar" ou "segurar" nenhum dinheiro para enviar para as famílias rurais ou mesmo para comprar a passagem de volta.

Dessa maneira, a migração rural da Mata de Andaraí e da Baía do Paraguaçu que chegou a ser num momento uma empresa familiar ou que envolvia vários membros adultos das famílias conjugais ou extensas, converteu-se numa empresa quase que exclusivamente individual (homens solteiros ou separados das famílias e moças solteiras), cujo êxito depende fundamentalmente do agente que migra ou da capacidade deste último conseguir algum apoio das redes rural-urbanas de parentes e conhecidos instalados nas cidades, a nível de alojamento na chegada, referências e informações para conseguir colocação etc. Contando apenas consigo mesmo e com o apoio moral ou sócio-psicológico destes parentes e conhecidos, os agricultores e trabalhadores migrantes utilizam as suas capacidades e habilidades para conseguir colocações sub-remuneradas na estrutura urbana e tentar fazer algumas economias monetárias, bem como para administrar e neutralizar as tensões resultantes da participação em campos sociais que apresentam diferentes níveis de exigência e comprometimento.

Nessas condições, modificam-se as condições sociais de reprodução da unidade familiar tanto nos lugares de origem como nos lugares de chegada. Com respeito as modificações nos padrões de sociabilidade local, vale sugerir pelo menos três implicações trazidas pelos deslocamentos, a saber: (1) a diminuição do número de rapazes em idade de casamento; (2) aumento das tensões e enfraquecimento dos agrupamentos familiares; (3) formação de unidades domésticas chefiadas pelas mulheres e mães. Dito isso, pode-se sugere

rir também que a migração contribui para o enfraquecimento ou desagregação dos laços familiares, intensificando a migração feminina, aumentando o número de casais separados e reduzindo a importância da família rural na sobrevivência dos vários membros.

No que diz respeito aos padrões de sociabilidade e oportunidade de acumulação, a migração individual (ou apenas apoiada em redes de parentes colaterais) significa a liquidação de uma parte dos requisitos para os agricultores "fazerem um pé de meia" ou acumularem. Ou seja, não havendo família também não existe a cooperação e participação de parentes num esforço comum de sobrevivência e acumulação nem o agenciamento da força de trabalho dos filhos por parte dos chefes das unidades familiares, o que tem um rebatimento direto sobre o rendimento familiar e o projeto de "arranjar recurso" para "comprar coisas" na volta ao campo.

Em outros termos, se a realização do projeto de acumulação na primeira fase dos deslocamentos para o "Sul" era apenas uma possibilidade (aproveitada por um pequeno contingente de agricultores), nas décadas posteriores e principalmente na década atual esta possibilidade se tornou cada vez mais difícil ou improvável para o grande número daqueles que saem para São Paulo não para perseguir o sonho de serem proprietários, mas para poder manter uma existência dividida entre a roça e o mundo do "trabalho fora". Daí que o projeto familiar de dar continuidade ao grupo corporado e a manutenção da posse da terra começa a desmoronar. Forma-se ou

engrossa-se o proletariado urbano, fonte da crise metropolitana no Brasil atual e dos conflitos raciais de que são vítimas os "baianos" ou nordestinos de São Paulo e outras cidades do Sudeste do país. Forma-se ou engrossa-se a população pauperizada rural que não tem acesso a terra e vive de modo precário.

9.2. A identidade dos migrantes e a discriminação racial

Os agricultores entrevistados na pesquisa fizeram muitas queixas as condições de vida e trabalho de São Paulo, mas nenhum deles fez referências ao racismo ou a forte discriminação racial dos nordestinos ou "baianos" que vão trabalhar e residir naquele Estado. Assim, os agricultores queixaram-se do clima, da distância, do anonimato e da violência urbana, das dificuldades atuais para encontrar trabalho e obter remuneração compensadores, mas não mencionaram o problema da discriminação racial. Mesmo quando indagados explicitamente sobre esta questão, vários deles se limitavam a dizer que nunca sentiram o racismo, sendo bem tratados e considerados pelos seus patrões paulistas.

Outros agricultores chegaram a citar termos e/ou expressões depreciativas usadas nos mercados de trabalho do Sul e Sudeste para desacreditar os nordestinos e baianos, como a expressão "bosta de baiano" -empregada no Paraná para denominar uma erva daninha (o carrapicho) que prejudica as plantações e gruda na roupa das pessoas que passam por perto-, sem fazer maiores elaborações ou reti-

rar conclusões sobre a discriminação involucrada nestas e outras expressões. Face a constatações como essas, que surpreendem os conhecedores e estudiosos dos conflitos raciais, cabe indagar porque os agricultores reagem assim e não têm (ou declaram não ter) conhecimento do racismo contra eles?

Uma resposta para essa indagação teria que considerar vários aspectos. Primeiro, é necessário diferenciar o racismo sofrido do racismo apreendido. Neste sentido, por mais discriminado e estigmatizado que seja na sociedade paulista, o migrante baiano tende a assimilar ou dissolver o racismo na experiência de trabalhador pobre que vive as dificuldades do dia-a-dia e não tem meios para separar a exploração econômica da discriminação racial. Procedendo desta maneira o migrante estaria encarnando ou atualizando um modelo de relações raciais que dissolve as tensões destas últimas nas relações de exploração entre as classes para poder afirmar e ao mesmo tempo camuflar essas tensões raciais e classistas.

Segundo, as barreiras sócio-culturais e políticas existentes entre os territórios dos trabalhadores pobres (e migrantes) e os territórios ocupados das demais categorias sociais (Zaluar, op. cit.), contribuiriam para preservar ou desenvolver uma identidade fundada mais nos vínculos de pertencimento aos grupos de origem e aos grupos sócio-ocupacionais, do que numa relação de confronto claro e aberto contra os agentes sociais que veiculam mensagens racistas. Evitando tomar consciência, apreender e tematizar o ra-

cismo, o trabalhador de origem rural estaria mais uma vez interiorizando os seus limites de classe, bem como procurando preservar uma parte das suas condições (cada vez mais deterioradas) de trabalho nos lugares de chegada. Conquanto o migrante no ambiente de trabalho e outros encontros sociais seja denegrido como uma pessoa inferior, que está privada dos atributos físicos, psicológicos e sócio-culturais que conferem o status de igualdade ou cidadania naquela sociedade, no ambiente social formado pelos territórios e encontros com seus iguais ele suspende, distancia ou neutraliza os estigmas racistas, afirmando uma identidade de trabalhador que tem problemas decorrentes apenas da pobreza e não do racismo também.

Assim, o racismo sofrido se traduziria mais numa postura de indentificação com os grupos que partilham aquela experiência, do que na tematização ou revolta contra a discriminação. Contudo, vários indícios sugerem que a emergência de novos movimentos sociais entre grupos de trabalhadores migrantes (Sader, op. cit.), bem como a intensificação da discriminação racial (por parte de amplos setores da sociedade hospedeira) estariam modificando ou implodindo um modelo de relações raciais que, apesar do seu racismo evidente, se caracteriza pela negação da negação ou por uma visão daquelas relações como se fossem uma decorrência direta dos fatos econômicos.

Face a estas situações, muitos migrantes constroem projetos de retorno que significam o rompimento dos vínculos estabelecidos

nos lugares de chegada e a reassunção dos vínculos sociais nos lugares de origem. Disso resulta que, para um grande número de pessoas do campo a migração para São Paulo se tornou uma "ilusão" ou engano, que entusiasma os mais desavisados mas não oferece perspectiva de melhorar de vida. Disso resulta também, o refortalecimento da visão da terra agrícola como a principal alternativa de sobrevivência dos agricultores, o que pode tanto encorajar a pressão política, mais ou menos bem sucedidas, pela obtenção de terras (Henfrey, op. cit.), quanto redundar na impotência face as condições de monopolização e valorização econômicas das terras da Bacia do Paraguaçu.

9.3. Impacto das migrações sobre o mercado de terras

Além dos agricultores estarem vivendo uma conjuntura economicamente desfavorável, que deprecia o valor da força de trabalho e impede de "juntar dinheiro", eles não conseguem participar do mercado de terras porque os preços dos lotes elevaram-se muito, tornando mais seletivo ou distanciando o projeto de comprar uma terra. Um testemunho dessa dificuldade é dado no depoimento de um agricultor da área de Seabra:

"Naquela época, quem quisesse juntava um dinheiro e comprava uma terrinha. Antigamente a terra não tinha o valor que tem hoje em dia, era bem barato" (SEPLANTEC/CAR, op. cit. : 45).

A idealização do passado como uma época onde "quem quisesse juntava um dinheiro e comprava uma terrinha", não impede que o agricultor constata realisticamente que o processo de valorização da terra tornou mais distante o projeto de comprar terras para galgar ou reproduzir a condição de agricultor independente. Diminuídas as chances dos agricultores participarem do mercado de terras como compradores de lotes, uma das poucas vias que resta para continuar trabalhando na terra, são os laços de parentesco para aquelas pessoas que têm parentes em melhor situação ou remediados, como coloca outro agricultor da área de Seabra:

"Nasci aqui mesmo. Meu pai também é daqui, tinha um pedaço de terra (60 tarefas ou cerca de 30 ha) e teve 11 filhos. Fiquei com um pedaço de herança de meu pai e outro do meu sogro conseguido com o casamento. Juntei e tenho umas 20 tarefas. Não comprei nem vendi terra. Tenho 56 anos que moro aqui. Nunca pude comprar terra por falta de condições" (SE-PLANTEC/CAR, *ibid.*: 45).

Como aponta o estudo, o elemento compra, geralmente efetuado pelos que já possuem uma pequena área de terra, influi muito pouco no conjunto das estratégias dos agricultores (*ibid.*, *ibid.*). A mesma pesquisa constata que, entre os entrevistados, todos colocam que a falta de condições ou as dificuldades para se conseguir terra são enormes (principalmente para os filhos de agricultores), uma vez que os expedientes utilizados antigamente, como "trabalhar

fora" e fazer economia para comprar uma área de terra, não funcionam mais na atualidade.

Num outro depoimento, um agricultor fala que embora os seus dois filhos estejam acostumados com o trabalho migrante em São Paulo, sendo obrigados a deixar a roça sob os cuidados das mulheres para complementar os rendimentos das famílias, até o momento não conseguiram poupar recursos para comprar um pedaço de terra:

"Eles querem comprar terra mas está muito difícil. É assim que acontece com os filhos: eles plantam, limpam e quando está para colher, se a situação aperta eles vão para São Paulo e as mulheres ficam cuidando da roça. Quando dá para aguentar eles ficam por aqui"...(ibid. : 53).

Ambos os filhos são pais de família, tendo cada um deles recebido um pedaço de terra para construir uma casa e "tocar a roça" como agregado do pai, embora continuem dependendo do trabalho migrante para sobreviver durante uma parte do ano. Um dos filhos está há um ano trabalhando como pedreiro em São Paulo, enquanto o outro filho já esteve em São Paulo várias vezes, trabalhando também de pedreiro, mas sem conseguir recursos suficientes para comprar a terra que deseja.

Antes de comprar a sua terra, este agricultor também "trabalhou fora" na cidade de São Paulo mas não conseguiu economizar dinheiro

como fizeram alguns agricultores mais velhos, cuja grande aspiração de adquirir terra era através de economias feitas com o "trabalho fora". Atualmente, os jovens como os filhos deste agricultor não têm mais esta chance e utilizam as idas anuais para garantir a subsistência comprometida pela insuficiência da terra e pela incerteza da agricultura. A mesma impossibilidade de obter recursos suficientes para comprar terra aparece no relato de outro agricultor de Seabra que, embora tenha começado a viajar para São Paulo desde 1948, não teve a mesma "sorte" de outros indivíduos da primeira geração de migrantes que foi para o "Sul":

"Nasci aqui mesmo. Sempre viajei para São Paulo quando as coisas aqui arruinava. Aqui não tinha naquela época um ordenado e a lavoura que colhia era pouquinha. A lavoura não dava para manter, era obrigado a sair para ganhar fora. Mas sempre vivi aqui. Quando a lavoura só dava prá comer precisava ir lá para São Paulo (...) Vou para São Paulo desde 1948, a última vez foi em 1983. Quase todo anos eu ia, passava 1 ano e a família (esposa e sete filhos) ficava cuidando da roça. O ordenado que ganhava tinha que dividir e mandar uma parte para a família e a outra ficava pro meu sustento (CAR/SEPLANTEC, *ibid.*: 51).

É assim que, tanto nos depoimentos que nos foram dados, como nos depoimentos citados em outros estudos verifica-se que os deslocamentos para São Paulo representam sobretudo uma estratégia de

sobrevivência de uma categoria social que não consegue viver dos rendimentos das roças de meia (ou próprias) nem pode depender apenas do mercado de trabalho assalariado ou do trabalho migrante. Os exemplos disso são facilmente encontráveis nas declarações de muitos agricultores, que saem periodicamente para complementar o pequeno "ordenado" que recebem e inclusive para poder contratar trabalhadores diaristas para o "serviço" da roça:

"Eu também já fui a São Paulo trabalhar como ajudante de pedreiro. A primeira vez fiquei um ano. E a última 3 anos. Estou com um ano que cheguei. Venho trabalhando na meia e na diária. Quando vou para São Paulo minha mulher cuida da roça. Mando dinheiro para ela pagar trabalhador para ajudar cuidar da roça. O ordenado é muito pouco e sou obrigado a isto para fazer roça. Meu pai também sempre vai também. Ele além de trabalhar de pedreiro, faz roça a meia na terra da avó" (ibid.: 54).

A insuficiência de terra para trabalhar e a falta de recursos para sobreviver são elementos determinantes das estratégias migratórias, fazendo com que o próprio objetivo do trabalho fora ou trabalho migrante seja a busca de condições para "fazer roça" ou manter a condição de agricultores. Isso se torna mais patente nos momentos mais difíceis dos calendários agrícola e de uso da terra pelos meeiros, quando também diminuem a demanda de força de trabalho e as possibilidades de "venda do dia" nos estabelecimen-

tos (pequenos, médios e grandes) e os agricultores são obrigados a saírem para trabalhar nos campos e cidades do "Sul". São os momentos igualmente em que aumentam as ofertas de emprego nas diversas localidades rurais por parte de aliciadores de mão-de-obra, os quais trazem caminhões para o transporte de trabalhadores, podendo se valer ainda das rádios locais para fazer este recrutamento para usinas de cana do interior de São Paulo.

Tais relações de interdependência entre o trabalho na roça e o trabalho fora (ou trabalho migrante) fica explicitada na declaração de outro agricultor (do município de Boninal) que, embora não seja meeiro, vive o problema da insuficiência da terra e dos baixos rendimentos da agricultura e é obrigado a trabalhar na diária ou ir para São Paulo:

"O terreno que trabalho é herança de minha mãe de criação. Ela está prometendo de passar para mim. Este terreno tem cinco herdeiros. Toda a área calcula mais ou menos 30 tarefas. Já comprei uma parte de um dos herdeiros. A área de irrigação não chega a medir meio hectare. Quando a situação apertada, tenho que trabalhar na diária. Em São Paulo já fui nove vezes. Comecei a ir em 1951, nesta época era solteiro. Depois de casado só fui três vezes. Lá trabalhava de pedreiro nas construções. Depois que começamos a plantar alho estas viagens para São Paulo diminuíram muito" (ibid. : 55).
A situação "apertada" dos indivíduos que têm pouca terra,

faz com que estes tenham que sair sucessivas vezes para trabalhar nas "construções" de São Paulo, sem obter retornos ou recursos econômicos suficientes para acabar com a necessidade de fazer novas viagens para o mesmo lugar. As obrigações contraídas com o casamento constituem um fator limitador mas não impeditivo de novas saídas. Os laços de casamento levam que os agricultores diminuam a intensidade ou a frequência das saídas para os mercados de trabalho, uma vez que, devido os problemas de sobrevivência nas cidades e necessidades de cuidados das roças, não podem nem devem "viajar" com a família. Neste contexto, a estratégia migratória é individual e o objetivo final é a posse (uso ou propriedade) da terra individual.

Disso se depreende que, enquanto no passado da migração estavam colocadas certas possibilidades para os agricultores utilizarem o trabalho assalariado como meio de melhorar de vida ou mudar de condição social, no presente a migração representa apenas a reprodução de uma condição pauperizada que está explicitada na definição dos migrante como aquele que "gasta tudo o que ganha" na sobrevivência diária e "volta sem nada", mas que mesmo assim têm que continuar saindo para "caçar algum recurso" para poder manter as condições da família que ficou na roça.

Confrontados com tamanhas dificuldades e impossibilitados de utilizar as mesmas estratégias desenvolvidas por membros da geração anterior de migrantes, os agricultores respondem à nova situa-

ção de duas maneiras: aumentando a pressão política pela obtenção de áreas de terra e procurando fazer valer certos tipos de habilidades aprendidas nos mercados de trabalho assalariado ou migrante. Na primeira situação, grupos de agricultores reivindicaram direitos de ocupação adquiridos no passado para pressionar os donos de terra e forçar os órgãos estatais a concederem as terras reivindicadas por eles (Machado, op. cit.). Na segunda situação, migrantes retornados procuram utilizar os conhecimentos e habilidades aprendidas para buscar novas formas de inserção social e barganha salarial nos mercados urbanos e rurais locais.

9.4. O valor da profissão

Conquanto os fluxos de deslocamentos não proporcionem mais condições de acesso ao mercado de terras e mudança de condição social, eles conservam uma importância considerável na obtenção ou definição de determinados status sociais como particularmente o status da profissão.

Efetivamente, entre os 26 meeiros do Corujão e de Queimadas entrevistados na pesquisa do INCRA/MIRAD (op. cit.), oito declararam que, além de serem agricultores meeiros e trabalhadores diaristas, possuíam outras ocupações ou profissões ligadas à atividade da construção civil: 3 pedreiros, 2 carpinteiros e 2 serventes da construção civil. Outrossim, pelo menos a metade dos meeiros que ressaltam ou valorizam a posse de uma capacitação fora da

agricultura, trabalha fora na condição de um profissional da construção civil capaz de construir ou reparar casas de alvenaria na roça e nas pequenas cidades da área.

Embora não haja maiores evidências na pesquisa do INCRA/MIRAD (ibid.) sobre as condições de aprendizagem ou aquisição da "profissão", outras pesquisas realizadas na área do Paraguaçu e nossas próprias observações de campo não deixam dúvidas sobre as condições de aprendizagem dessas profissões: estas foram aprendidas fora da área rural de origem dos agricultores e mais particularmente no contexto da migração para o "Sul". É assim que, numa pesquisa envolvendo 99 produtores com pouca ou nenhuma terra, constatou-se que a atividade desenvolvida pelos agricultores na construção civil é reflexo da experiência adquirida através do constante fluxo de migração temporária, que é mais intenso para além da fronteira estadual (SEPLANTEC/CAR, 1983 : 44). Ademais, dentre o contingente de agricultores que trabalha na terra dos "outros" como meeiros e arrendatários, constatou-se que num subgrupo de 54 agricultores, 87% destes já foram trabalhar na construção civil e outras indústrias de São Paulo (ibid. : 46)

A migração se coloca dessa maneira como uma via de requalificação ou obtenção de novas qualificações que, descartando as escassas possibilidades locais de aprendizagem e transmissão, não poderiam ser conseguidas num contexto de predominância quantitativa e qualitativa do trabalho agrícola - contexto onde predominam

trabalhadores e artesãos rurais polivalentes que, exercendo vários ofícios, não podem se dedicar a nenhum deles de forma exclusiva. De resto, as características das habitações da roça -habitações de taipa construídas com materiais facilmente encontrados como barro, varas e palhas- não habilitam ninguém para enfrentar os desafios representados pelas construções de alvenaria nem muito menos para se apresentar como um profissional da construção no mesmo nível daquele que passou pela escola do trabalho migrante (Watson, op. cit.).

Outrossim, na pesquisa de campo que endossa essas afirmações, entre as pessoas que declararam ter uma profissão não agrícola, quase todas haviam passado pela escola da migração, onde fizeram novas experiências e aprenderam (ou desenvolveram) conhecimentos e habilidades que estão fora do alcance das pessoas que nunca saíram da roça. Em certos casos, essa aprendizagem no contexto da migração ocorreu muito cedo, quando os indivíduos eram crianças e rapazes que acompanhavam e viviam com as suas famílias no "Sul" ou em São Paulo. Este é a situação de I, o filho mais velho de Seu M, que se orgulha dos vários ofícios (pedreiro, marceneiro, pintor de paredes) aprendidos em São Paulo, ofícios que ajudaram a complementar a renda da família dos pais no passado e que hoje ajudam a complementar a sua própria renda de agricultor parceleiro de um assentamento da Reforma Agrária.

Na maior parte dos casos, porém, a aquisição de uma profis-

são ocorre quando os agricultores já são rapazes ou homens casados que deixam a região para procurar uma remuneração mais compensadora e são absorvidos temporariamente pela indústria de construção civil, onde começam como aprendizes (serventes e ajudantes) e depois ascendem para a condição de profissionais. Isso está evidenciado nos depoimentos de três agricultores citados em vários estudos sobre a Bacia do Paraguaçu::

"Nunca quis vender dia aqui porque o ordenado não compensa. Eu tenho uma profissão: pedreiro, que aprendi em São Paulo. Comecei como servente e cheguei a pedreiro. Mas aqui esta profissão não é muito procurada" (SEPLANTEC/CAR, 1985 : 52).

"... já fui 18 vezes para São Paulo. A primeira vez tinha 18 anos e passei 6 anos. Fui em 1955 e voltei em 1961. Trabalhei 2 anos como servente de pedreiro e depois como pedreiro. Voltei, me casei e não passei nem um ano e voltei para São Paulo. Daí em diante todo o ano ia e voltava. Vinha na época de fazer a roça e ficava até a colheita. Sempre trabalhando como pedreiro em São Paulo (SEPLANTEC/CAR, ibid. : 57).

"Eu trabalho a meia e vivo também do ganho. As dificuldades para conseguir o ganho são muitas. A terra para trabalhar a meia também é difícil. A terra que faço roça é de parentes e de pequenos produtores. Já fui a São Paulo oito vezes, lá

trabalhei de servente de construção. O ordenado não dava para viver. Passava 8 a 10 meses e depois voltava e ficava um ano fazendo uma rocinha e também trabalhando na diária, quando achava" (SEPLANTEC/CAR, 1985 : 65-66).

Ora, se quase um terço dos meeiros entrevistados pela pesquisa do INCRA/MIRAD (op. cit.), à exemplo de muitos agricultores da Bacia do Paraguaçu, esteve trabalhando em locais como São Paulo (e outros centros) e retornou para o trabalho de meia em minúsculas parcelas de terra, esta situação levanta certas interrogações sobre a importância e o significado de possuir uma profissão no contexto das correntes e contra-correntes migratórias que contribuem para modificar a composição, morfologia e dinâmica de grupos diferentemente posicionados no espaço social (Bourdieu, 1984). A primeira delas diz respeito às avaliações das vantagens e desvantagens do trabalho migrante para os agricultores, incluindo aqui o status ou prestígio sócio-cultural atribuído às habilidades e profissões aprendidas nesse trabalho.

Levando em conta as condições de inserção social dos agricultores na roça, fazenda ou centro urbano, o meeiro atual é alguém que possui, como muitos assalariados da cidade, múltiplas habilidades de trabalho, o que de resto faz parte da estratégia de vida de pessoas que nem podem confiar totalmente na roça nem podem (ou querem) permanecer definitivamente nas cidades onde vão trabalhar. Nesse contexto, aprender uma profissão para "poder se virar"

é uma ação racional e instrumental (que permite o agricultor se inserir e barganhar melhores níveis de remuneração nos mercados urbanos e rurais de trabalho) que não deixa de ter outros significados do ponto de vista moral. De acordo com isso, o valor moral da profissão deve ser avaliado num contexto onde o agricultor que participa dos mercados de trabalho (distantes e próximos) continua atrelado aos contratos de uso provisório da terra.

Ora, a aprendizagem de uma profissão ocorre numa situação onde a desvalorização do trabalho agrícola incorpora fortes motivos de crítica social às condições de trabalho e vida dos que dele dependem, fazendo com que este trabalho seja representado como uma atividade incerta, arriscada, ingrata e pouco compensadora e seus executores se vejam como "mal perdedores", isto é, pessoas que perdem as lavouras mas continuam investindo nas mesmas. Em contraste com esta visão pessimista ou negativa da agricultura, a profissão, que resulta de uma passagem pelo trabalho urbano-industrial, sinaliza concretamente o grau de distanciamento de cada trabalhador em relação a mesma. A profissão mostra tanto que o seu possuidor já fez outra coisa e teve outro "destino" que o trabalho na roça, como também pode continuar tentando escapar ou fazer incursões mais ou menos demoradas no mercado mais qualificado de mão-de-obra na região ou fora desta.

Nesse sentido, a profissão ou o modo como ela é aprendida no trabalho migrante das grandes cidades -onde a construção civil e o

emprego doméstico funcionam como os dois grandes portões de entrada dos migrantes- está associada a percepção do trabalho urbano como um trabalho que dá para suprir as necessidades de consumo, tem compensações financeiras imediatas e apresenta oportunidades de lazer inexistentes na roça. Efetivamente, como já foi discutido antes, o trabalho urbano -por mais duro e mal remunerado que seja- pode ser representado sob formas bastante idealizadas, que tensionam fortemente os contrastes entre espaços diferenciados de relações sociais e estabelecem diferenças que são manipuladas pelos atores para justificar distintos projetos. Assim, numa imagem de mundo bi-polarizada, o campo é definido como o lugar das carências e a cidade o lugar onde estas carências estão resolvidas para os trabalhadores e estes podem levar uma existência menos penosa do que o trabalhador da roça, servindo para legitimar projetos de saída calcados na possibilidade de se beneficiar com estas condições mais favoráveis apresentadas pelas cidades.

No entanto, esta imagem bi-polarizada das relações campo-cidade não pode ser interpretada como um painel fixo, onde as coisas são vistas ou aparecem sempre do mesmo modo. Isso porque os polos em questão podem mudar de figura ou significado, fazendo com que os mercados urbanos de trabalho sejam representados como o contrário ou o negativo das imagens idealizadas dos mesmos. O que está em jogo aqui é a construção ou reconstrução dos critérios sociais e culturais que podem justificar algum nível de permanência ou territorialização dos agricultores na roça. Ora, se na primeira

construção os projetos de saída estão justificados pela possibilidades de conseguir ganhar dinheiro e talvez melhorar de vida, na segunda construção busca-se exatamente justificar a vontade de permanência na área rural através de imagens que relativizam as saídas e enfatizam, em contraposição ao modo de vida do campo, as tensões e dificuldades da vida urbana. Assim, mesmo se reconhecendo a existência de numerosos problemas no campo, este seria mais interessante ou vantajoso para os agricultores do que a cidade e justificaria a vontade de permanecer (ou retornar) naquele.

Em outros termos, a ética da profissão está contaminada pelas condições em que se deu a aprendizagem daquela última, o que suscita diferentes atitudes. Nesse sentido, as avaliações positivas da profissão não impedem que os agricultores estabeleçam uma separação entre esta e o ambiente de trabalho onde a mesma foi aprendida. Ao mesmo tempo que os agricultores se orgulham de ter adquirido uma profissão, chegando a idealizar as condições de trabalho urbano-industriais, eles formulam críticas a escola do trabalho migrante onde aprenderem a profissão em dois níveis. Assim, para a maior parte dos agricultores eles têm mais "liberdade" no campo do que os trabalhadores da cidade, uma vez que podem trabalhar ou deixar de trabalhar quando quiserem, podendo conservar um "controle de vida" ou controle sobre a própria vida que os operários, com todas as vantagens que têm, estão longe de possuir. Nesta medida, e conforme as contribuições de autores dedicados à questão (Brandão, op. cit., Garcia Jr., op. cit.), o ingresso e a

participação de segmentos de agricultores no mercado de trabalho urbano-industrial dá um novo sentido de atualidade ao projeto de refazer a condição de pequeno produtor independente, projeto que se diferencia tanto do modelo de urbanização como ruptura dos vínculos rurais (Mayer, op. cit.), quanto do modelo da perda de controle ou regulação das migrações (Sayad, op. cit.).

Se em alguns aspectos da representação da profissão, as condições de aprendizagem e valorização desta última se confundem ou estão "contaminadas" por modelos de valores urbanos, que acentuam a superioridade material e simbólica do trabalho assalariado permanente, em outros aspectos os agricultores estabelecem uma separação entre as habilidades aprendidas -e de certo modo transferíveis para outros contextos (Fortes, apud. Watson, op. cit.) onde se visa garantir o trabalho dos roceiros- e as condições sociais e culturais do trabalho urbano-industrial enquanto um trabalho organizado sob os moldes empresariais da hierarquia e da disciplina. Em outras palavras, a recusa do trabalho urbano-industrial organizado empresarialmente se faz em nome da ideologia da independência do produtor autônomo.

Longe de ter um significado unívoco, o valor da profissão está construído sobre linhas de oposição dispostas ao modo de uma fuga musical: a desvalorização do trabalho agrícola vis-à-vis o trabalho urbano-industrial pode levar o agricultor a desenvolver uma identificação positiva com o primeiro como o lugar da "liber-

dade", porque o produtor controla o seu próprio tempo e não obedece a superiores hierárquicos, e uma identificação negativa do trabalho urbano-industrial como lugar da "não liberdade", uma nova forma de "cativeiro" dos agricultores aos patrões, por conta do controle sobre o tempo de trabalho, da disciplina e da hierarquia organizacional das empresas industriais.

A experiência urbano-industrial, portanto, pode ter como efeito não intencional a re-valorização do trabalho na agricultura pela sua independência organizacional, reforçando a ideologia do pequeno produtor independente, que parece ser predominante em muitas regiões do país e atravessar várias camadas sociais.

CONCLUSÕES

A principal idéia que foi discutida neste conjunto de estudos está relacionada com o papel das migrações de agricultores nos processos de estruturação, desestruturação e reestruturação dos modos de viver e produzir dos agricultores dependentes da Bacia do Paraguaçu.

Com efeito, a evolução da sociedade agrária, expressada na abertura e fechamento de sucessivas frentes de expansão agrícola, sempre esteve associada com a formação de correntes migratórias no interior da região rural. A mobilidade sócio-espacial foi uma característica fundamental do sistema de criação de gado e policultura, porquanto a relação de trabalho chave para a expansão ou crescimento horizontal do mesmo era a parceria ou a prática da meia. Assim, ao mesmo tempo em que contribuíam para assegurar as condições de expansão dos empreendimentos pecuários ou agrícolas, os meeiros procuravam extrair benefícios da abertura e dinamização do mercado de terras e de trabalho.

Nesse sentido, a busca de recursos como terras de trabalho, dinheiro e outros bens é uma expectativa generalizada entre as diversas categorias de agricultores; expectativa generalizada que

está fundamentada nas condições e estratégias de sobrevivência e fornece um princípio sócio-cultural de regulação das saídas ou das mudanças de lugar por parte dos indivíduos. Nessas condições, o trabalho de meia acoplado a um alto grau de mobilidade sócio-espacial, pode ser utilizado por grupos de agricultores para construir trajetórias ascendentes, mudando de condição social para se tornarem pequenos proprietários.

Essa fase costumeira da migração rural foi seguida por uma nova fase dos deslocamentos que se caracterizou pelas saídas dos agricultores da Bacia do Paraguaçu em busca de recursos e oportunidades no mercado de trabalho do "Sul"- ou nas regiões sul e sudeste do país. Com isso, a geografia dos deslocamentos, que estivera restrita aos limites da Bacia do Paraguaçu, se dilatou para incluir espaços distantes onde se desenvolviam outros tipos de atividades e relacionamentos sociais. As principais razões para esta reorientação dos movimentos sócio-espaciais dos agricultores podem ser encontradas na permanência (ou agravamento) das restrições ao uso e propriedade da terra, na consolidação do eixo dinâmico da economia na região Sudeste e no acelerado processo de integração físico-espacial, material e simbólica dos mercados a partir dos anos 50.

As características das pessoas que saíram, na primeira fase das migrações para o "Sul" (entre os anos 50 e 60), não eram distintas das características das pessoas que estavam mudando de re-

sidência rural dentro da Bacia, a não ser pelo fato de que as primeiras estavam dispostas a procurar recursos fora da região, rompendo com a crença de que os indivíduos tinham que "arranjar recursos" nas áreas rurais da região, tentando se acomodar aos limites traçados pelas atividades de criação e roças de alimentos incrustadas no interior ou nas franjas das fazendas de gado. A disponibilidade advem da falta de patrimônio e da incerteza das atividades agrícolas na região. Já a disposição ou vontade de sair da região estava relacionada com fatores que podem ser bastante diferenciados entre si, como: tentativa de reverter processos de declínio social, reação à impossibilidade de adquirir um patrimônio, vontade de independência individual, dificuldades econômicas, contatos com carregadores que faziam o transporte e a intermediação no mercado de mão-de-obra migrante e com parentes e conhecidos que já tinham saído para o "Sul".

Permeando estes fatores, deve ser mencionado também o estado de insatisfação vivido pelos agricultores que cultivavam roças de meia ou arrendadas e se percebiam como pessoas "sacrificadas", que trabalhavam para sustentar duas famílias, dependendo da "liberdade" (ou vontade) do dono da terra para conseguir ocupar ou permanecer nas parcelas cedidas temporariamente para eles. Tal insatisfação portanto, está presente tanto na visão que tem dos seus direitos, como na visão do trabalho agrícola. Com respeito ao primeiro desses aspectos, o meeiro se vê mais como um paciente do que como um agente das suas condições de existência, uma vez que esta

subordinado às regulações contidas em contratos ou "tratos" relativos ao trabalho e divisão do produto, regulações que eram duplamente reforçadas: pelo poder pessoal e pela ausência (ou omissão) de instâncias jurídicas que estabelecessem limites para este poder pessoal. Com respeito ao valor social do trabalho, este é pensado como uma atividade que não valoriza o agricultor nem faz com que este seja reconhecido do mesmo modo que são reconhecidos aqueles que têm patrimônio e poder para controlar ou definir os usos do espaço agrícola.

Tendo em vista estas atitudes negativas em relação ao trabalho de meia, os agricultores encontraram na migração para o "Sul" novos motivos de crítica ou condenação daquele regime de trabalho agrícola. Além das queixas e críticas formuladas acima, o trabalho de meia passou a ser visto como um trabalho que não compensa ou não dá rendimentos suficientes para que os agricultores alcancem níveis de vida próximos ou idênticos aos níveis de vida dos trabalhadores das cidades.

Nesse sentido, um dos primeiros efeitos dos deslocamentos para o "Sul" foi criar ou difundir expectativas altamente favoráveis em relação aos mesmos, expectativas que incorporam representações comparativas ou cruzadas de campos sociais diferentes (campo e cidade) e orientam os novos termos da crítica ao regime da meia. Na adaptação dos migrantes aos lugares de chegada no "Sul", eles aprenderam e/ou aprofundaram a experiência de serem tratados

ou contratados sob bases jurídicas e individuais que buscam equacionar ou contrabalançar as relações entre patrões e empregados. Outrossim, os migrantes desenvolveram a compreensão do valor do trabalho como equivalente dos níveis de consumo e estilo de vida reais dos (ou atribuídos aos) trabalhadores urbanos, equivalente que falta ou está ausente na experiência social dos trabalhadores da roça. Na nova consciência de pobreza ou "precisão", formada na vivência do trabalho migrante nos diversos lugares do "Sul", as noções de "sacrifício" e "sofrimento" que impregnavam e fundavam a identidade socialmente construída dos parceiros, passaram a coexistir com noções derivadas do universo das relações e divisões das classes sociais urbanas.

No entanto, qualquer concepção linear simples da mudança sócio-cultural teria grandes dificuldades para explicar os movimentos de alternância entre campos sociais por parte dos migrantes, fazendo com que estes movimentos fossem alimentados por novos contingentes, as inserções sócio-espaciais fossem permutadas e os grupos de migrantes mantivessem uma coesão social dada pelos vínculos com os parentes que ficaram no campo. Assim, contrariamente ao olhar que visualiza as migrações como movimentos lineares de abandono ou ruptura definitiva com o lugar rural de origem, muitos roceiros saídos da Mata de Andaraí fizeram o caminho de volta ao campo como pessoas que conseguiram realizar o projeto de "arranjar recurso" e voltar com meios pecuniários para comprar pequenas parcelas de terra ou iniciar um pequeno negócio. Quais eram os proje-

tos concretos destas pessoas? Que condições encontraram para realizá-los nos mercados do Sul e Sudeste?

Dedicamos um espaço relativamente grande ao tratamento destas questões para salientar que as condições de inserção e adaptação específicas dessa primeira geração de migrantes baianos se caracterizaram pela tentativa de realizar um projeto de ascensão social e ao mesmo tempo manter o agrupamento familiar nos lugares de chegada. Em outras palavras, a manutenção da família é o componente principal do processo migratório entendido como um processo de redefinição da inserção no espaço físico-social que se dá mediante a manutenção e renovação dos vínculos sociais com o campo e a agricultura, dentro de um esforço maior para repetir, transpor e atualizar padrões sociais e valores conhecidos como a estrutura familiar, o hábito da auto-exploração e a vocação para a poupança.

Assim, ao lado de migrantes solteiros ou isolados que enfrentaram ou permaneceram sozinhos nos lugares de chegada, existem aqueles migrantes que saíram com a família ou que estavam em contato com a família. São estes migrantes que conseguiram os maiores resultados, porque lograram aumentar a participação da família no mercado de trabalho, maximizando a utilização do tempo de trabalho dos vários membros em atividades assalariadas, autônomas e domésticas, como a auto-construção de habitações. Evidentemente, não deve ser esquecida a contribuição das habilidades individuais para as estratégias de adaptação, permitindo que os migrantes encon-

trassem ou trocassem com mais facilidade de ocupação. Com efeito, a posse de habilidades específicas facilitou a inserção dos migrantes nos mercados de trabalho, contribuindo para aumentar o poder de barganha dos indivíduos e a capacidade de acumulação dos grupos familiares que dispunham de pessoas habilitadas nas ocupações mais requisitadas.

Contudo, o significado e a importância desses aspectos só podem ser corretamente entendidos se incluirmos a variável representada pelas condições sociais de chegada em termos da oferta e demanda de força de trabalho ou das oportunidades encontradas em distintos campos de atividade e negócios. Nesse sentido, a existência de uma conjuntura favorável nos mercados de trabalho do Sudeste e do Sul foi uma condição necessária para a realização de projetos de ascensão social mediante a reprodução dos agrupamentos familiares naqueles mercados. Nessa medida, se os migrantes levavam suas famílias consigo, eles procediam assim porque avaliavam o trabalho migrante como um trabalho compensador, que dava para os sujeitos pagarem os custos próprios e familiares com o consumo necessário e ainda por cima voltarem "bem do bolso" ou trazerem recursos para "comprar coisas".

Em outros termos, a primeira geração de migrantes pode manter padrões de sociabilidade assentados na participação da família em atividades diferenciadas e complementares (no interior ou fora do mercado de trabalho), porque encontrou condições sócio-econômi-

cas favoráveis para realizar o projeto de "arranjar recurso". Outrossim, passada a conjuntura econômica favorável aos membros da primeira geração de migrantes (do final dos anos 50 até o final dos anos 60), as novas gerações de migrantes das décadas de 70 e 80 vão enfrentar novos problemas e desafios que são decorrentes de mudanças tanto nas condições sociais de chegada como nas condições sociais de origem.

No momento seguinte à formação das primeiras correntes migratórias para o "Sul", novos fatores contribuíram para intensificar a dinâmica migratória no interior e para fora da área rural estudada. Assim, o "medo da lei" provocado pelas novas leis trabalhistas e os incentivos governamentais para a expansão da pecuária, conjugadas com uma provável queda na produtividade da agricultura geraram novos padrões de deslocamentos locais, regionais e interregionais da população rural, quais sejam: (1) a saída de numerosos trabalhadores que moravam no interior das fazendas para viver em outros lugares dentro e fora da região; (2) a compressão das condições de produção e de vida dos agricultores dependentes, fazendo com que estes aumentassem a sua participação no mercado de trabalho ou mesmo abandonassem a agricultura por novas atividades nos mercados urbano-industriais.

Conquanto o fluxo de saída de pessoal (das roças e povoados) para São Paulo tenha se intensificado no período compreendido entre 60 e 80, essa tendência de ordem mais geral não deve obscure-

cer o fato de que -apesar ou por causa da compressão das condições de vida e trabalho no campo-, continuam sendo registrados fluxos de entrada de agricultores provenientes de outros municípios do Estado. Nesse sentido, a migração rural (tanto para o "Sul" como dentro da área rural do Estado) pode ser interpretada como um movimento de transferência do exército de reserva de uma região para outra. No caso específico dos parceiros, observa-se que as condições do regime de parceria no Estado leva cada área a ser um exército de reserva para as demais. Parte desse exército de reserva vai se alojar no interior de médios e sobretudo pequenos estabelecimentos, onde levam uma existência praticamente invisível aos "olhos" da lei e das estatísticas oficiais. As queixas e críticas continuam sendo feitas, concentrando-se mais na categoria ou estereótipo dos "outros" (ou patrões) do que nos donos de terra concretos, com os quais eles mantêm "tratos" ou contratos (fundados na lei costumeira e não nos códigos jurídicos) e barganham condições envolvendo a redução do tempo de trabalho nas roças de meia e a maximização do tempo dedicado ao trabalho assalariado. Tal como acontece com certos personagens mitológicos, que só podem agir através de uma falsa ausência, a invisibilidade é a principal garantia de existência ou manutenção dos meeiros.

Embora o fluxo atual de deslocamentos para São Paulo não tenha sido estudado com a mesma atenção que a fase costumeira e a primeira fase dos deslocamentos para o "Sul", evidenciou-se mudanças importantes com respeito aos primeiros fluxos migratórios. Por

um lado, as condições de acesso a São Paulo (que antes estava no "fim do mundo" ou demandava muitos dias de viagem) ficaram melhores, fazendo com que os deslocamentos para aquele Estado viessem a fazer parte do "caminho da roça" ou se integrassem na vida cotidiana de grandes contingentes da população rural. Por outro, as maiores facilidades de acesso em termos de redes de estrada, meios de transporte e comunicações foram acompanhadas de outras mudanças desfavoráveis ou negativas que significaram a elevação dos custos e a diminuição dos benefícios trazidos pelos deslocamentos.

Nesse contexto, a migração familiar (ou migração envolvendo simultaneamente os vários membros da família conjugal e extensa) passou a ser desencorajada por muitos agricultores, desde que exigiria investimentos em passagens, bem como condições de alojamento, remuneração e satisfação do consumo social necessário que não existem naquele lugar de chegada ou estão muito acima das possibilidades de trabalhadores migrantes como eles, que preenchem ocupações desqualificadas ou semi-qualificadas na estrutura industrial e de serviços urbanos. O caráter individualizado da migração está patente nas saídas concretas de pessoas, nos comentários sobre aqueles que estão vivendo fora e na visão da migração como uma empresa que só promete benefícios ou oferece "recursos" para indivíduos solteiros ou sozinhos. Desta maneira, os deslocamentos são concebidos como uma empresa individual, específica de pessoas que se afastam dos parentes ou familiares para poder "procurar a sorte" ou encontrar um destino.

Assim, a migração rural da Mata de Andaraí e da Bacia do Paraguaçu se converteu numa empresa quase que exclusivamente individual (homens solteiros ou separados das famílias e moças solteiras), cujo êxito depende fundamentalmente do agente que migra ou da capacidade deste último conseguir algum apoio das redes rural-urbanas de parentes e conhecidos instalados nas cidades. Nessa perspectiva, a migração individual (ou apenas apoiada em redes de parentes colaterais) significa a liquidação de uma parte dos requisitos para os agricultores "fazerem um pé de meia" ou acumularem. Ou seja, não havendo família também não existe a cooperação e participação de parentes num esforço comum de sobrevivência e acumulação nem o agenciamento da força de trabalho dos filhos por parte dos chefes das unidades familiares, o que tem um rebatimento direto sobre o rendimento familiar e o projeto de ascensão social ou melhoria de vida.

Em outros termos, se a realização do projeto de acumulação na primeira fase dos deslocamentos para o "Sul" era apenas uma possibilidade (aproveitada por um pequeno contingente de agricultores), nas décadas posteriores e principalmente na década atual esta possibilidade se tornou cada vez mais difícil ou improvável para o grande número daqueles que saem, não para concretizar o projeto de serem proprietários mas para poderem manter uma existência dividida entre a roça e o mundo do "trabalho fora". Daí que o projeto familiar de dar continuidade ao grupo corporado e a manutenção da posse da terra começa a desmoronar. Nessas condições, mul-

tiplicaram-se os conflitos envolvendo a posse e a propriedade da terra, fazendo com que os órgãos estatais criassem assentamentos para criar novas alternativas de acesso à terra e tentar neutralizar aquelas pressões.

Finalmente, a idéia mais geral deste trabalho é que as estratégias de deslocamentos sócio-espaciais expressam as formas, mais ou menos bem sucedidas, pelas quais os indivíduos e grupos tentam, em diferentes períodos temporais ou conjunturas histórico-sociais, reproduzir ou modificar os seus meios de controle sobre o espaço físico e social e, por extensão, as posições que ocupam neste último. Trata-se então de um estudo da mobilidade física -a migração- e seus efeitos sobre a mobilidade social, ascendente ou descendente. Os dois processos foram observados: o reforço da pequena propriedade independente e a formação de um proletariado rural e urbano, quase que indistinguíveis entre si, aliás, devido também à mobilidade profissional e de expedientes empregados pelos mesmos trabalhadores nos contextos rural e urbano. Marcas de conflitos, divisões e diferenças de mentalidades inter-geracionais apontam para esses processos que certamente irão modificar ainda mais as condições de vida na Mata de Andaraí daqui para a frente. A história não terminou.

A N E X O S

1. PEQUENA ETNOGRAFIA DE ONIBUS

O ônibus vai de São Paulo para Feira de Santana, na Bahia. Nele estão presentes um grande número de nordestinos e baianos que estão indo visitar parentes e amigos, gozar férias, resolver negócios pendentes. Como não poderia deixar de ser no Brasil, existem muitas crianças de várias idades, algumas solicitando constantes cuidados, outras tomando conta de si mesmas ou se acomodando ao silêncio grave e pesado dos adultos que as acompanham.

Logo que o ônibus deixa o Terminal Tietê um rapaz negro começa a por fitas cassetes num reluzente e, ao que tudo indica, recém-comprado rádio-gravador - símbolo ambulante das economias realizadas com o trabalho migrante em São Paulo-, que inunda o ambiente com o som movimentado da nova música afro-bahiana. A etnicidade irrompe desta música tocada no mais alto volume, atestando a persistência teimosa de traços de identidade étnica numa modernidade dominada pela integração dos mercados materiais e simbólicos. Esta fita é seguida por outras, trazendo os ritmos que desfilam pelo mercado musical: rock, música caipira, Gilberto Gil. O rapaz prossegue na reposição de fitas até o stock de novidades se

esgotar e ele ser vencido pelo cansaço e pela força da saturação. É também o momento que o sono começa a tomar conta dos passageiros que talvez, antes do primeiro cochilo, tenham recapitulado os seus afazeres, planos, alegrias e preocupações.

Na manhã do outro dia todos estão ou parecem estar animados, apresentando a confiança de quem faz a viagem desejada e em breve ingressará em lugares conhecidos. Embora o ônibus esteja indo para Feira de Santana, o destino dos passageiros é bastante diferenciado. Feira, a segunda cidade em importância da Bahia, funciona apenas como um centro de redistribuição ou baldeação, desde quando muitos deverão seguir novos itinerários de viagem para lugarejos perdidos, povoados empoeirados e sítios rurais isolados.

O meu vizinho do lado do corredor é um senhor de meia idade, um mulato escuro e forte que há nove anos está trabalhando em São Paulo como marceneiro da indústria de construção. É empregado de uma grande construtora que atua no mercado imobiliário de Estado de São Paulo como um todo, construindo prédios na capital, Santos e interior. Contando experiências e traçando a trajetória seguida até aqui para os seus vizinhos de poltrona, a fala que enuncia este fatos é a fala de alguém que conquistou um posição para ele e para a família, posição que ele espera ser reproduzida ou "melhorada" pelos filhos. Ele recebe um salário de Cz\$ 50.000,00 (preço de agosto de 1988), goza de uma certa estabilidade (aparente como iremos ver) e, para culminar esta carreira, logrou comprar um ter-

reno e construir uma casa num bairro paulistano de periferia, onde terminou de criar os filhos -um rapaz e uma moça.

O rapaz depois de ter feito um curso técnico, encontrou uma colocação que proporciona um salário de Cz\$ 230.000,00. É perceptível como na relação pai e filho, o rapaz aparece como a encarnação viva e simbólica de um projeto de vida melhor e ascensão social que deu certo, o mesmo projeto que motivou este senhor e sua família a trocarem o interior da Bahia pelo "Sul" promissor. A importância disso está na alegria e preocupação que o pai demonstra em relação à motocicleta que o filho acabou de comprar. Quanto à situação da filha, esta mereceu apenas vagos comentários que podem expressar a reserva com que se trata as mulheres da família diante de estranhos, ou então o fato dela estar estudando e ainda sob a tutela da família.

A questão da estabilidade de emprego, mencionada várias vezes durante a conversa deste senhor com o seu outro vizinho, não está solucionada para o trabalhador que aspira um lugar assegurado no mercado de trabalho. Na falta da estabilidade de emprego, periodicamente o trabalhador é obrigado a rescindir o contrato de trabalho ou dar baixa na carteira para a empresa assinar novamente e não ter que assumir os custos decorrentes de uma permanência maior do empregado na mesma firma.

Este senhor, como outros passageiros, trouxe a marmitta -com

galinha, farofa, macarrão- para baratear os custos de uma viagem de quase dois dias entre os dois Estados, que consome um bom dinheiro ou parte das economias dos migrantes. Quem não trouxe a marmitta, trouxe sanduiches, biscoitos e frutas que evitam gastos suplementares nas inúmeras paradas que o ônibus faz em restaurantes associados às empresas de transporte. Efetivamente, enquanto nestas paradas uma parte dos passageiros permanece dentro do ônibus sem consumir nada ou consumindo lanches rápidos, um contingente bem menor de pessoas sai do ônibus para tomar assento nas mesas dos restaurantes e fazer uma refeição mais substanciosa.

Ao entrarmos no Norte de Minas e nos aproximarmos cada vez mais da Bahia, o humor das pessoas começa a mudar. As paisagens ressecadas e os campos desolados parecem desencadear a lembrança da vida dura e difícil que elas levavam em outros lugares semelhantes do sertão baiano. Rápidas observações, comentários curtos e algumas brincadeiras indicam que essas paisagens estão sendo revistas, que um olhar modificado está incidindo sobre elas. Saudade e ressentimento se combinam, misturando-se à uma percepção distanciada (e portanto comparativa) que é produto da experiência individual do trabalhador nos mercados longínquos. A vista das paisagens regionais favorece essas comparações, assim como estimula a falsa surpresa e as ironias e gozações que os passageiros fazem a respeito de tudo e de todos que eles contemplan das janelas do ônibus.

Os produtos oferecidos por vendedores ambulantes nas paradas constituem outros tantos objetos de comentários, ajudando a precisar as distâncias sócio-culturais que estão operando nesta revisão do mundo conhecido. Falam dos preços mais altos e da pouca variedade das mercadorias oferecidas em comparação com São Paulo, ainda que poucos tenham interesse e dinheiro para pagar os custos de uma oferta mais diversificada.

Por tudo isso, a revisão do mundo conhecido e as lembranças atualizadas da Bahia podem ser tomadas como construções sociais que trazem no conjunto uma perspectiva desfavorável às condições de origem e está patente em algumas frases escutadas: "Como se pode continuar vivendo num lugar deste modo?" e "Já pensou se eu tivesse ficado aqui?"

2. TABELAS

2.1. Comparação entre evolução da população rural e da população economicamente ativa na agricultura, Andaraí, 1940/1980

Ano	População			População econ. ativa	
	Total	rural	urbana	Declarantes / PEA total	Pop. eco. ativa agricultura
1940	14.378	9.582 (1)	4.796	10.012	2.076
1950	19.457	16.002	3.455	14.023	4.000
1960	30.606	26.127	5.132	13.081	11.628
1970	20.047	16.234	3.813	-	-
1980	22.000	17.849	4.151	7.219	5.431

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980.

Notas: (1) Inclui pessoas vivendo no quadro rural e no quadro suburbano. Conforme o Censo, enquanto o quadro urbano e suburbano inclui áreas nas cidades e vilas, o quadro rural abrange toda a área situada fora dos limites das cidades e vilas.

2.2. Estabelecimentos Rurais e Área Total - Andaraí, 1940/1980

Classe do Estabelecimento	Estabelecimentos					Área				
	1940	1950	1960	1970	1980	1940	1950	1960	1970	1980
0 - 5 ha	61	7	1929	2062	1788	199	21	5903	4719	4605
5 - 10 ha	75	57	738	451	358	458	394	5461	3131	2521
10 - 50 ha	82	61	482	509	374	2124	1654	11193	12369	8833
50 - 100 ha	27	31	90	129	111	1982	2196	6314	8978	7764
100 -1000 ha	74	84	159	156	109	22147	30272	50908	44963	34585
1000 - ha	23	33	28	18	28	68533	267151	160475	39803	69711
Total	342	273	3426	3325	2768	.95443	301688	240254	113963	128025

Fonte: IBGE, Censos Agrícola e Agropecuário, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980

2.3. Uso das Terras - Andaraí, 1940/1980

Uso das terras	1940		1950		1960		1970		1980	
	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
Lav. Permanentes	-	416	-	475	228	520	567	593	618	391
Lav. Temporárias	-	1962	-	2969	3322	19899	3114	10535	2668	12570
Pastagens naturais	-	13991	-	7185	310	24822	582	24538	336	13393
Pastagens artificiais	-	-	-	14066	390	21002	342	28875	671	52406
Matas e florestas	-	56379	-	149662	446	105188	735	37769	892	34805
Ter. não usadas	-	29257	-	47537	1263	43371	1260	13689	557	9798

Fonte: IBGE, Censos Agrícola e Agropecuário, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980.

2.4. Pessoal Ocupado Por Categoria - Andaraí, 1940/1980

Pessoal Ocupado Por Categoria	1940	1950	1960	1970	1980
Resp.e membros ñ remunerados da família	1.764	929	14.265	7.240	6.740
Trab.permanente	683*	173	464	263	530
Trab.temporário	-	750	2.875	767	1.230
Parceiros	-	701	475	-	25
Total de Esta- belecimentos	320	273	3.426	3.325	2.768

Fonte: IBGE, Censos Agrícola e Agropecuário, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980.

Nota: Representa o número de colonos e empregados. Foram considerados os responsáveis pela exploração, membros de sua família, colonos e empregados de caráter permanente em atividades agropecuárias.

2.5. Condição do Produtor - Andaraí, 1940/1980

Condição do Produtor	1940	1950	1960	1970	1980
Proprietário	159	193	494	1.070	1.742
Arrendatário	118	31	2.397	891	107
Parceiro	-	701	475	536	297
Ocupante	2	8	447	828	622
Total	279	933	3.338	3.325	2.768

Fonte: IBGE, Censos Agrícolas, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980.

2.6. Origem Espacial dos Parceiros do Corujão e Queimadas, Andaraí, 1986

Municípios	Nº de pessoas
Andaraí	9
Seabra	2
Wagner	1
Sub-Total	12
Ibiquera	3
Ipira	3
Rui Barbosa	2
Itaberaba	2
Lajedinho	1
Sub-Total	11
Itaete	1
Sub-Total	1
Jacobina	2
Sub-Total	2
Total	26

Fonte: INCRA/MIRAD/Gov. da Bahia, 1986.

2.7. Número de Trabalhadores e Produção das Lavouras do Corujão e Queimadas, Andaraí, 1986

Classes de Area	Número de Trabalhs.	Produção *			
		Feijão	Mandioca	Milho	Mamona
0,5-1	4,5	X	X	9	4
1-2	4,3	4	X	21	4
2-3	3,2	5	10	28	5
3-4	3,0	7	14	35	6
4-5	3,0	16	25	67	8

Fonte: INCRA/MIRAD/Gov. da Bahia, 1986

Nota: A produção está medida em sacos de 60 kg cada um.

2.8. Efeitos da Estiagem sobre a Produtividade das Roças dos Parceiros do Corujão e Queimadas, Andaraí, 1986

Parceiros	Efeitos Constatados
1	Baixa produtividade em função da estiagem
2	Baixa produtividade em função do ataque de pragas e estiagem.
3	Baixa produtividade em função da estiagem
4	Houve perda em função da estiagem
5	Baixa produtividade por estiagem
6	A terra cansada e a falta de chuvas contribuíram para a perda total do milho e da mamona e a baixa produtividade do feijão
7	Baixa produtividade por estiagem
8	Baixa produtividade em função da estiagem
9	Baixa produtividade em função da estiagem
10	A mamona morreu em fase de crescimento por falta de chuva
11	A pouca produtividade foi devido à falta de chuva

Fonte: INCRA/MIRAD/Gov. Est. Bahia, 1986.

2.9. Áreas Trabalhadas e Número de Diárias por Ano entre os Parceiros do Corujão e Queimadas, Andaraí, 1986

Áreas Trabalhadas em ha	Número de Diárias por ano
5,0	-
5,0	Esporádicas (a)
5,0	120
5,0	120
4,0	100
4,0	100
4,0	120
4,0	160
4,0	340 (b)
3,5	180
3,5	200
3,0	160
3,0	- (c)
2,5	200
2,5	200
2,5	- (d)
2,0	180
2,0	205 (e)
1,3	- (f)
1,2	240 (g)
1,0	180 (h)
1,0	360
0,5	280 (i)
0,5	- (j)
-	-

Fonte: INCRA/MIRAD/Gov.da Bahia, 1986.

Notas:

- (a) o trabalho do filho complementa a renda familiar.
- (b) Trabalha como diarista e carpinteiro.
- (c) Dispõe de um pequeno negócio.
- (d) O trabalho do filho como diarista, contribui com mais da metade da renda familiar.
- (e) Trabalha de 3 a 4 dias por semana como diarista.
- (f) O trabalho como pedreiro fornece a quase totalidade da renda.
- (g) O trabalho de 3 filhos como diaristas, contribui com mais da metade da renda familiar.
- (h) Também trabalha como servente e pedreiro.
- (i) Idem como pedreiro e carpinteiro.
- (j) A renda proveniente do trabalho de diarista é quase a metade da renda familiar.
- (l) O trabalho de diarista fornece a totalidade da renda familiar.

2.10. Rendimento Anual Estimado dos Parceiros do Corujão e Queimadas, Andaraí, 1986

Parceiro	Parceria	Rendimentos		% Parceria/Total
		Salário	Total	
1	9.150	-	9.150	100
2	9.000	3.000	12.000	75
3	9.000	5.000	14.000	64
4	8.100	1.000(a)	9.100	89
5	8.000	3.000	11.000	73
6	6.100	16.000	22.100	28
7	5.000	3.000	8.000	63
8	4.800	2.500	7.300	66
9	4.600	3.900(b)	8.500	54
10	4.000	19.200(c)	23.200	17
11	3.600	3.000	6.600	55
12	3.135	4.500	7.635	41
13	3.000	3.600	6.600	45
14	2.750	5.250	8.000	34
15	2.750	5.000	7.750	35
16	2.500	3.000	5.500	45
17	2.400	6.000	8.400	29
18	2.400	9.600	12.000	20
19	2.150	5.000	7.150	30
20	1.910	4.000	5.910	32
21	1.410	5.000	6.410	22
22	1.200	3.000(d)	4.200	29
23	1.000	4.000	5.000	20
24	700	4.650	5.350	13
25	475	11.000	11.475	4
26	-	9.600	9.600	0

Fonte: INCRA/MIRAD/Gov.da Bahia, 1986.

- Notas: (a) Renda obtida do negócio.
 (b) Inclui rendimento salarial do pai e do filho.
 (c) Inclui rendimento salarial do pai e três filhos.
 (d) Rendimento salarial do filho.

2.11. Salário-Mínimo Real Médio Anual em cruzados de março de 1988

Ano	Valor Real Cz\$03/88	Índice Jul./40 = 100
1940	17.511,36	90,02
1941	15.962,37	89,35
1942	14.331,15	80,22
1943	14.074,82	78,78
1944	14.861,43	83,19
1945	11.974,44	67,03
1946	10.507,60	58,82
1947	8.028,50	44,94
1948	7.416,15	41,51
1949	7.535,95	42,18
1950	7.117,68	39,84
1951	6.573,54	36,80
1952	17.645,73	98,77
1953	14.533,02	81,35
1954	17.665,17	98,88
1955	19.837,24	111,04
1956	20.153,24	112,81
1957	21.911,85	122,65
1958	19.061,94	106,70
1959	21.339,20	119,45
1960	17.918,13	100,30
1961	19.923,55	111,52
1962	18.189,70	101,82
1963	15.990,24	89,51
1964	16.523,01	92,49
1965	15.933,35	89,19
1966	13.582,42	76,03
1967	12.848,94	71,92
1968	12.574,75	70,39
1969	12.100,25	67,73
1970	12.314,42	68,93
1971	11.784,40	65,96
1972	11.573,22	64,78
1973	10.605,57	59,36
1974	9.733,03	54,48
1975	10.166,26	56,91
1976	10.100,44	56,54
1977	10.525,54	58,92
1978	10.843,20	60,70
1979	10.948,74	61,29
1980	11.036,58	61,78
1981	11.316,12	63,34
1982	11.794,62	66,02
1983	10.022,54	56,10
1984	9.296,13	52,04
1985	9.511,52	53,24
1986	8.996,37	50,36
1987	6.486,17	36,31
1988 (1)	6.233,38	34,89

Fonte: Garcia Jr., apud., Dieese (levantamento não-publicado)

Notas: 13o salário incluído desde março/62

(1) Valor médio até março

B I B L I O G R A F I A

ABRAMOVAY, R.

1981 Transformações na vida camponesa: o Sudoeste do Paraná. São Paulo: Dissertação (Mestrado).

AGOSTINHO, P.

1974 Kwarip: mito e ritual no Alto Xingu. São Paulo: EPU.

ALMEIDA FILHO, N.

1986 Migração, força de trabalho e saúde mental em Salvador-Bahia. Convênio FINEP/FAPEX - UFBA. Salvador. (mimeo).

ALVES, P.C.B..

1990 Medical culture system: the social dimension of sickness. Liverpool: Dissertação (Doutorado).

BERGER, P., LUCKMANN, T.

1978 A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes.

BOHANNAN, P.

- 1963 Land, Tenure and Land Tenure. In: Bienbuyck (ed.)
African agrarian systems. London: Oxford University
Press.

BOTH, E.

- 1976 Família e rede social: papéis, normas e relacionamen-
tos externos em famílias urbanas comuns. Rio de Janeiro:
F. Alves.

BOURDIEU, P., SAYAD, A.

- 1964 Le déracinement: la crise de l'agriculture traditi-
nel en Algerie. Paris: Ed. de Minuit.

-
- 1980 Le sens pratique. Paris: Ed. de Minuit.

-
- 1984 Espace social et genèse de classes. Actes de la
recherche en sciences sociales, n.52/53, junho, p.
3-17.

BRANDAO LOPES, J.

- 1964 Sociedade industrial no Brasil. São Paulo, Difusão
Européia do Livro.

CALDEIRA BRANT, V.

1975 Do colono ao bóia-fria: transformações na agricultura e constituição do mercado de trabalho na Alta Sorocabana de Assis. São Paulo: Cebrap. mimeo.

CANDIDO, A.

1987 Os parceiros do Rio Bonito. São Paulo, Duas Cidades.

CAMARA, A.S., Fontes, S.

1980 Pequenos produtores rurais na Bacia do Paraguaçu: condições materiais da existência, padrões de informação e expectativa. Relatório de pesquisa apresentado ao POLONORDESTE. Salvador. mimeo.

CAR/SEPLANTEC (BAHIA)

1980 Pesquisa da unidade produtiva - 1980. Convênio SEPLAN/M.A./M.I./Sudene/Gov. Est. Ba. Salvador (mimeo).

s/d Estudo especial: compra antecipada da produção. Salvador: mimeo.

1983 Estudo especial sobre carta de anuência: relatório de avaliação. Salvador: mimeo.

1985 O processo de tecnificação da pequena produção na Bacia do Paraguaçu: análise da problemática tecnológica e processo de reprodução camponesa. Salvador: mimeo.

CARVALHO, I.M.M. de.

1987 O Nordeste e o regime autoritário: discurso e prática de planejamento regional. São Paulo: Hucitec/Sudene.

CASTRO, M.G.

1989 Family, gender and work: the case of female heads of household in Brasil. Flórida: Dissertação (Doutorado).

CASTRO, N.A.

1985 Força de trabalho e emprego não-agrícola no Estado da Bahia -1950-1980. Relatório intermediário, Convênio CRH/FINEP/UFBa, Salvador, Centro de Recursos Humanos (mimeo).

CERQUEIRA.

1980 O Paraguaçu. Itaberaba.

CHAMPAGNE, P.

- 1975 La restructuration de l' espace villageois. Actes de la recherche en sciences sociales, 3, mai, p.43-67.

CHAYANOV, A. V.

- 1966 The theory of peasant economy. In: Thorver, Kerblay e Smith (eds.). Illinois: Irwin.

COMBESSIE, J.C.

- 1982 Marché du travail et dynamique des valeurs, em Actes de la recherche en sciences sociales, 41, fevereiro p.73-85.

CORREIA DE ANDRADE, M., POTENGI, G.

- 1980 Dinâmica das microregiões de intensa atividade migratória. Recife: MINTER/SUDENE, UFPE/UFPB.

CPE/SEPLANTEC (BAHIA)

- 1978 A inserção da Bahia na evolução nacional. Salvador: Fundação CPE - SEPLANTEC.

DURHAN, E.

- 1973 A caminho da cidade. São Paulo: Perspectiva.

FARIA, V.

- 1980 Divisão inter-regional do trabalho e pobreza urbana: o caso de Salvador. In: ADEODATO et al. Bahia de todos os pobres. Petrópolis: Vozes, São Paulo: Cebrap.

-
- 1991 50 anos de urbanização no Brasil, Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n.29.

FORMAN, S.

- 1979 Camponeses: sua participação no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FORTES, M.

- 1971 Introduction. In: GOOD (ed.) The development cycle in domestic group. Cambridge: Cambridge University Press.

GALESKI, B.

- 1972 Basic concepts of rural sociology. Manchester: Manchester University Press.

GARBETT, G.K., Kapferer, B.

- 1970 Theoretical orientations in the study of labour migration. The New Atlantis, n.2, 1, p. 179-197.

GARCIA JR., A.

1989 O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero.

GEERTZ, C.

1978 A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

GIDDENS, A.

1989 A constituição da sociedade. São Paulo, Martins Fontes.

GLUCKMAN, M.

1958 Foreword. In: WATSON, W. Tribal cohesion in a money economy. Manchester: Manchester University Press.

G MELCH, C.

1980 Return migration. Ann. Rev. Anthropol., 9: 135-59.

GOOD, W. J.

1964 A família. São Paulo: Pioneira Editora.

GRAZIANO DA SILVA, J.

1982 A modernização dolorosa. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

GRIGNON, C.

1975 L'enseignement agricole et la domination symbolique de la paysannerie. Actes de la recherche en sciences sociales, Paris, n.1, p. 75-97.

GUIMARÃES, A.S.A.

1987 Estrutura e formação das classes sociais na Bahia. Novos Estudos CEBRAP, n. 18, São Paulo.

HABERMAS, J.

1987 Teoria de la acción comunicativa. Madrid: Taurus.

HENFREY, C.

1987 The State and the peasant movement: the dynamics of the agrarian question in the Paraguaçu Valley, Bahia. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 1987, 11, São Paulo. mimeo.

HEREDIA, B.

1988 Formas de dominação e espaço social: a modernização agroindústria canavieira em Alagoas. São Paulo: Marco Zero.

LENINE, V.

1969 Le developpement du capitalisme en Russie. Paris:
Editions Sociales; Moscou: Editions Progres.

LE ROY LADURIE, E.

1979 Le carnaval de Romans. Paris: Gallimard.

LEVI-STRAUSS, C.

1958 Anthropologie Structurale. Paris: Plon.

LONG, N.

1982 Introdução à sociologia do desenvolvimento rural.
Rio de Janeiro: Zahar Editores.

LOUREIRO, M.R.

1977 Parceria e capitalismo. Rio de Janeiro: Zahar Edi-
tores.

MACFARLANE, A.

1989 A cultura do capitalismo. Rio de Janeiro : Jorge
Zahar.

MACHADO, E. (org.)

1987 Poder e participação política no campo. São Paulo:
CERIFA, Salvador: CAR/CEDAP/CENTRU.

1990 As imagens da emigração entre trabalhadores rurais.
In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 7. Anais
do ... São Paulo:v.1, p.387-399.

1991 As queixas da falta de chuvas e as mudanças do sistema adaptativo da agricultura. ENCONTRO DA ANPOCS, 1991, 15, Caxambu. (mimeo).

1992 Controle das migrações e espaço social. Caderno CRH, Salvador, n.16.

1992 As imagens da emigração rural. Revista USP, São Paulo, n.14.

MACHADO NETO, Z., BRAGA, C.M.L.

1974 Garimpos e garimpeiros na Bahia. Salvador, Governo da Bahia-UFBa.

MALINOWSKI, B.

1978 Os argonautas do Pacífico Ocidental. Rio de Janeiro: Abril Cultural (Coleção Os Pensadores).

MARTINE, G.

- 1981 Tendências recentes de distribuição espacial da população brasileira. In: SEMINÁRIO SOBRE A QUESTÃO MIGRATÓRIA NO BRASIL", 1981, Brasília. (mimeo).

MARTINS, J.S.

- 1981 Os camponeses e a política no Brasil. Vozes, Petrópolis.

MARX, K.

- 1980 O capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MATTOSO, K.M.Q.

- 1992 Bahia, século XIX: uma província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

MAYER, P.

- 1961 Migrancy and the study of africans in towns. In: PRESS (ed.). Urban place and process: readings in the anthropology of cities, New York-London, Macmillan Publishing.

MEILLASSOUX, C.

- 1979 Femmes, greniers et capitaux. Paris: François Maspero.

MENDRAS, H.

1976 Societés paysannes. Paris:Armand Colin.

MEYER, D.R.

1979 A terra do santo e o mundo dos engenhos. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

MOORE, B.

1983 As origens sociais da ditadura e da democracia. São Paulo: Martins Fontes.

MOREIRA, R.

1979 O Nordeste brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

MOURA, M.M.

1988 Os deserdados da terra. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

MUSUMECI, L.

1988 O mito da terra liberta. São Paulo: Vértice.

NOVAES, R.

1985 Os escolhidos de Deus. Rio de Janeiro: Marco Zero/ISER.

OLIVEIRA, F.

1972 A economia brasileira: crítica à razão dualis-
ta. Estudos CEBRAP. São Paulo, n.2, p.3-82.

OLIVEIRA, M.

1991 Reforma agrária, prá ninguém botar defeito. A Tarde
Rural, Salvador.

ORTIZ, R.

1980 A consciência fragmentada. Rio de Janeiro: Paz e
Terra.

PALMEIRA, M.

1976 Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na
plantação tradicional. In: CONGRES INTERNATIONAL DES A-
MERICANISTES, Paris.

1971 Feira e mudança econômica. Simpósio de Pesquisas,
Rio de Janeiro, Museu Nacional. mimeo.

_____, ALMEIDA, A.W.

1977 A invenção da migração. In: Projeto Emprego e Mudan-
ça Sócio-econômica no Nordeste. Rio de Janeiro: Museu
Nacional. mimeo.

PEDRAO, F.

1991 Uma introdução à pobreza das nações. Petrópolis: Vozes.

POLANY, K.

1980 A grande transformação. Rio de Janeiro: Campus.

QUEIROZ, M.I.P. de

1976 O campesinato brasileiro. Petrópolis: Vozes.

RABELO, M.C.M.

1990 Play and Struggle. Liverpool: Dissertação (Doutorado).

RAMBAUD, P.

1969 Sociétés rurales et urbanisation. Paris, Ed. du Seuil.

ROMANO, J.O.

1986 Identidade e política. In: RELAÇÕES DE TRABALHO E RELAÇÕES DE PODER. Fortaleza: Imprensa Universitária.

SADER, E.

1988 Quando novos personagens entraram em cena. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

SAHLINS, M.

1979 Cultura e razão prática. Rio de Janeiro: Zahar
 Editores.

1990 Ilhas de história. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

SALLES, H.

1975 Cascalho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

s/d Além dos Marimbus. São Paulo: Círculo do Livro.

SALES, T.

1982 Agreste, agrestes. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SANTOS, J.V.T. dos

1978 Colonos do vinho. São Paulo: Hucitec.

SARMENTO, W.M.

1982 Nordeste: a urbanização do subdesenvolvimento.
 Porto Alegre: Mercado Aberto.

SAWYER, D.

- 1987 População, desenvolvimento e meio ambiente na Amazônia. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 1987, 11, São Paulo.

SAYAD, A.

- 1975 El Ghorba. Le mécanisme de reproduction de l'émigration. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, n.2, p. 50-66.

-
- 1977 Les trois âges de l'émigration algérienne en France. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, n. 15, p. 59-75.

SENNÁ, R. de

- 1984 Jarê: Manifestação religiosa na Chapada Diamantina. São Paulo, FFLCH-USP (Dissertação de Doutorado), 344p..

-
- 1989 Aspectos e traços culturais do homem da Chapada Diamantina. In: Relatório Enviado à CPE. Salvador: mimeo.

SETRABES/SUDENE.

- s/d O impacto social da lavoura cafeeira na Bahia. Relatório Preliminar: mimeo.

SIC/IPAC (BAHIA).

- 1980 Inventário de proteção do acervo cultural:monu-
mentos e sítios da Serra Geral e Chapada Diamantina. Sal-
vador: SIC/IPAC.

SIGAUD, L.

- 1979 Os clandestinos e os direitos. São Paulo, Duas
Cidades.

SILVA, E., REIS, J.J.

- 1989 Negociação e conflito. São Paulo: Companhia das
Letras.

SILVA, J.S.

- 1973 O sistema agroindustrial canavieiro do Recôncavo
baiano. Salvador: Dissertação (Mestrado).

SILVA, S.

- 1976 Agricultura e capitalismo no Brasil. São Paulo, Con-
texto, n.1, p.23-32.

SILVERMAN, S.

- 1967 The community-nation mediator in traditional central
Italy. In: Potter et al. Peasant society: a reader. Bos-
ton: Little Brown, p.279-293.

SIMÕES, L.

1977 Estrutura etária e mudança social em Mucugê. Salvador. mimeo.

SINGER, P.

1981 Economia política da urbanização. São Paulo: Brasiliense.

SOUZA, G.A.A. de

1982 Transformações sócio-econômicas e tendências da urbanização na Bacia do Paraguaçu. In: UFBA/CRH. População, educação e emprego. Salvador: Gráfica Universitária.

1985 Proletário e migrante: livre para a subordinação.
Salvador: CRH/UFBA

1990 Deixar vir os filhos; a produção de proles numerosas. Caderno CRH, n.13.

STOLCKE, V.

1986 Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980).
São Paulo: Brasiliense.

SZMRECSANYI, T.

1979 O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil
(1930-1975). São Paulo, HUCITEC: Campinas.

TEPICHT, J.

1973 Marxisme et agriculture: le paysan polonais. Paris:
Armand Colin.

THOMPSON, E. P.

1971 The moral economy of the english crowd in the Eight-
eenth century. Past & Presente, n. 50, 1971, p.76-136.

URBAN, J., Furtado, T.U.

1988 Bóias-frias:vista parcial. Curitiba: Imprensa Ofi-
cial.

VELHO, O.G.A.

1976 Capitalismo autoritário e campesinato. São Paulo,
Difel.

VAN VELSEN, J.

1967 The extended-case method and situational analysis.
In: EPSTEIN (ed.) The craft of social anthropology.
London: Tavistock Publication.

VINCENT, J.

1987 A sociedade agrária como fluxo organizado. In: FELDMAN-BIANCO (org.) A antropologia das sociedades complexas. São Paulo: Global.

WANDERLEY, M.N.B.

1980 O camponês: um trabalhador para o capital. mimeo.

WATSON, W.

1958 Tribal cohesion in a money economy. Manchester: Manchester University Press.

WEBER, M.

1944 Economia y sociedad: esbozo de sociologia comprensiva. Mexico: Fondo de Cultura Economica.

WILLIAMS, R.

1989 O campo e a cidade: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras

WILKINSON, J.

1985 O Estado, a agro-indústria e a pequena produção. São Paulo:Hucitec; Salvador:Cepa.

WOORTMANN, K.

1990 Migração, família e campesinato. Rev. Bras. de Est. de Popul..Campinas, vol. 7, n. 1.

ZALUAR, A.

1983 Os homens de Deus. Rio de Janeiro: Zahar.

1985 A máquina e a revolta. São Paulo: Brasiliense.

1991 Relativismo cultural na cidade? Primeira Versão, UNICAMP, n.39, Campinas